

Número: 97/2009



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL**

MARCELO PANIS

**TURISMO, PATRIMÔNIO CULTURAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL –
O Distrito de Rincão da Cruz no Município de Pelotas/RS**

Dissertação apresentada ao Instituto de Geociências
como parte dos requisitos para obtenção do título de
Mestre em Geografia, Análise Ambiental e Dinâmica
Territorial.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Tereza Duarte Paes

CAMPINAS - SÃO PAULO

Agosto - 2009

Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca do Instituto de Geociências/UNICAMP

P193t Panis, Marcelo.
Turismo, patrimônio cultural e desenvolvimento local – O distrito de Rincão da Cruz no município de Pelotas/RS / Marcelo Panis-- Campinas,SP.: [s.n.], 2009.

Orientador: Maria Tereza Duarte Paes.

Dissertação (mestrado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências.

1. Turismo. 2. Patrimônio cultural. 3. Imigração italiana.
I. Luchiari, Maria Tereza Duarte Paes. II. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. III. Título.

Título em inglês Tourism, cultural heritage and local development – The district of Rincão da Cruz in the Pelotas City/RS.

Keywords: - Tourism;
- Cultural heritage;
- Italian immigration.

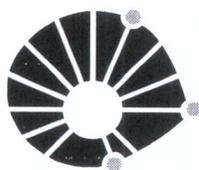
Área de concentração: Análise Ambiental e Dinâmica Territorial

Titulação: Mestre em geografia.

Banca examinadora: - Maria Tereza Duarte Paes Luchiari;
- Bernardete A. Caprioglio de Castro Oliveira;
- Siilvana Rubino.

Data da defesa: 31/08/2009

Programa de Pós-graduação em Geografia.



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM
GEOGRAFIA

AUTOR: Marcelo Panis

“Turismo, Patrimônio Cultural e Desenvolvimento Local: o Distrito de Rincão da Cruz no Município de Pelotas - RS”.

ORIENTADORA: Profa. Dra. Maria Tereza Duarte Paes

Aprovada em: 31 / 08 / 09

EXAMINADORES:

Profa. Dra. Maria Tereza Duarte Paes

_____ - Presidente

Profa. Dra. Bernadete Aparecida Caprioglio Castro Oliveira

Profa. Dra. Sivana Rubino

Campinas, 31 de agosto de 2009.

*Dedico este trabalho à minha família,
em especial aos meus pais, Arnildo e
Irene, por todo amor e confiança,
sempre me apoiando em minhas
escolhas.*

AGRADECIMENTOS

A realização de um trabalho como este representa uma conquista pessoal, resultado de um somatório de esforços, que não seria possível individualmente, sendo resultado do companheirismo, do amor, da amizade daqueles e daquelas que, longe ou perto, contribuíram para o seu resultado. Uma conquista dessa importância merece o agradecimento a todos os que contribuíram ao longo do tempo para sua realização. Espero lembrar-me de todos e todas, ainda que não possa nomear cada um, pois esta lista se tornaria demasiadamente grande. Assim, de maneira especial:

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ, pelo auxílio financeiro que foi uma contribuição importantíssima para a concretização desta pesquisa.

Agradeço à Professora Dra Maria Tereza Duarte Paes pela orientação e os ensinamentos que me desafiaram e me ajudaram a crescer intelectualmente e pessoalmente.

Agradeço aos meus pais, irmãos e familiares pelo amor, pelo carinho e pelo apoio às minhas decisões, o que permitiu esta conquista, ainda que para isso tenha ficado distante.

Agradeço aos amigos, os de longe e os de perto, que são tantos, e sempre são presença e companheirismo para todas as horas. Ao Márcio, ao Alexandre e, em especial, à Carla, minha companheira de estrada e vida.

Agradeço aos gaúchos amigos que estão morando aqui em Campinas, sempre parceiros pra uma boa mateada e um bom churrasco.

Quero também agradecer aos meus amigos e, igualmente, colegas de Unicamp e todos os que são parceiros pra uma boa conversa de corredor. Também, aos amigos e colegas de Grupo de Pesquisa: Melissa, Bel, Dudu, Mauro, Gabi, Marcelo e todos outros.

Agradecer, também, à professora Giancarla, ao professor Vital e os amigos do LEAA, mesmo o que já estão em outras empreitadas, Joice, Roberto e Carmem e todos os companheiros de geografia que foram parceiros conversas e bons festejos. Também, aos amigos do projeto do Museu e de trabalho na Colônia, que contribuíram bastante a este trabalho: Fábio, Luciana, Andrea, Cristiano, Graci, Daniel, Marcos e tantos outros.

Quero agradecer, também, aos professores e funcionários do IG, em especial à Val, à Edinalva e à Aline que me ajudaram muito durante o tempo que estou aqui.

Meus sinceros agradecimentos aos habitantes da região colonial que sempre me receberam com suas casas e corações abertos, dispostos a contribuir com este trabalho, em especial ao Seu João Casarin, sua esposa Dona Noêmia e sua família que me acolheram em sua casa, permitindo que pudesse fazer meu trabalho.

LA MÈRICA

Angelo Giusti

*Da l'Itàlia noi siamo partiti,
Siamo partiti c'o i nostri onori.
Trenta sei giorni de màccina e vapore.
E nella Mèrica noi siamo arrivà.*

*Nella Mèrica noi siamo arrivati,
No abiam trovato ne pàglia, ne fieno,
Abiam dormisto su'l nudo tereno,
Come le bestie abiam riposà.*

*E la Mèrica, l'è lunga e l'è larga,
L'è circondata de monti e de piani,
E co'la industria dei nostri italiani.
Abiam fondato paesi e cità.*

*Mèrica, Mèrica, Mèrica,
Cosa sarála sta Mèrica?
Mèrica, Mèrica, Mèrica,
Un bel massolino de fior.*

*Nela Merica noi siamo arrivati,
Abbiam trovato una rica signora,
Abbiam messo il cortelo a la gola
E l'argento abbiamo trovà.*

*E nela America abbiamo piantato
Formento, miglio, ingurie e meloni,
Abbian mangiato dei grossi boconi
Abbian goduto la libertá.*

(Hino oficial da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul pela Lei Estadual nº. 12.411/2005)

SUMÁRIO

ÍNDICE DE FIGURAS	xiii
ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES.....	xvii
LISTA SIGLAS.....	xix
RESUMO.....	xxi
ABSTRACT.....	xxiii
RESUMÉ.....	xxv
SOMMARIO	xxvii
INTRODUÇÃO	1

PARTE I - PATRIMÔNIO CULTURAL, TURISMO E O ESPAÇO: ALGUMAS

CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DA GEOGRAFIA9

1 ° CAPÍTULO – TURISMO NO ESPAÇO RURAL: OS USOS

CONTEMPORÂNEOS DO ESPAÇO 13

2 ° CAPÍTULO – A CONSTITUIÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL RURAL NO

RIO GRANDE DO SUL: O LEGADO DOS IMIGRANTES EUROPEUS37

PARTE II - O RIO GRANDE DO SUL: A FORMAÇÃO DO ESPAÇO GAÚCHO59

3 ° CAPÍTULO – A DIVERSIDADE DA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO

ESTADO63

4 ° CAPÍTULO – NOS CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO: A TRAJETÓRIA DOS

ITALIANOS NO RIO GRANDE DO SUL E EM PELOTAS75

5 ° CAPÍTULO – DECADÊNCIA ECONÔMICA E NOVAS FUNÇÕES NO ESPAÇO

RURAL: A EMERGÊNCIA DO TURISMO NO CENÁRIO ECONÔMICO

PELOTENSE.....89

6 ° CAPÍTULO – AS POLÍTICAS MUNICIPAIS DE TURISMO E PATRIMÔNIO

PARA O ESPAÇO RURAL PELOTENSE 105

PARTE III - OS DESCENDENTES DE IMIGRANTES ITALIANOS NA COLÔNIA MACIEL: A IMPORTÂNCIA DO RECONHECIMENTO HISTÓRICO	119
7 ° CAPÍTULO – 5ª COLÔNIA DE IMIGRAÇÃO ITALIANA DO RIO GRANDE DO SUL?	123
8 ° CAPÍTULO – IDENTIDADE E COTIDIANO: OS DESCENDENTES DOS IMIGRANTES ITALIANOS NOS DIAS ATUAIS	139
9 ° CAPÍTULO – O PATRIMÔNIO CULTURAL RURAL PELOTENSE: A REFUNCIONALIZAÇÃO TURÍSTICA DO DISTRITO DE RINCÃO DA CRUZ.....	159
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	185
LEIS E DECRETOS	197
SITES CONSULTADOS	199
ANEXOS	201
ANEXO 01 – Livro-Tombo da Paróquia Santa Anna na Colônia Maciel – Distrito de Rincão da Cruz – Pelotas/RS	203
ANEXO 02 – Registro de Transação de Terras.....	209

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.1: O Estado do Rio Grande de Sul com a localização do Município de Pelotas.....	21
Figura 1.2: Mapa de Pelotas com a localização do Distrito de Rincão da Cruz	22
Figura 1.3: Representação do Distrito de Rincão da Cruz com destaque para o núcleo da Colônia Maciel	23
Figura 1.4: Representação da estrutura fundiária no Distrito de Rincão da Cruz – Pelotas/RS.	27
Figura 2.1: Representação na divisão do estado entre a metade sul e norte	38
Figura 2.2: Imagem do Gaúcho e da Prenda com indumentária característica	42
Figura 2.3: Localização das Colônias de Imigração Alemã do Rio Grande do Sul	44
Figura 2.4: Localização das Colônias de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul.....	44
Figura 2.5: Lida e colheita da uva para fabrico do vinho.....	52
Figura 2.6: João Casarin, descendente de imigrantes e produtor de vinho	52
Figura 2.7: Cantina da família Camelatto – Vinhos e licores	52
Figura 2.8: Produtos coloniais família Camlatto	52
Figura 2.9 e Figura 2.10: Museu Etnográfico da Colônia Maciel	53
Figura 3.1: Aquarela “A Charqueada”	70
Figura 3.2: As fronteiras gaúchas entre 1750 e 1810	72
Figura 4.1: Mapa Demonstrativo da Comissão de Terras do Município de Pelotas produzido pela Comissão de Terras do Município de Pelotas, em 1886.....	84
Figura 4.2: Imigrantes na Colônia Maciel	86
Figura 4.3: Família dos primeiros imigrantes italianos	87
Figura 4.4: Procissão na Colônia Maciel (prédio do atual Museu ao fundo)	87
Figura 4.5: Procissão chegando na Igreja Santa Anna.....	87
Figura 5.1 e Figura 5.2: Placas de sinalização antigas e novas	100
Figura 5.3 e Figura 5.4: Placas de sinalização turística	100
Figura 5.5 e Figura 5.6: Precária infra-estrutura nos pontos turísticos.....	100
Figura 5.7: Logotipo do GASSETUR	101
Figura 6.1: Material de divulgação e orientação turística.....	114
Figura 6.2: Logotipos de empreendimentos do GASSETUR situados na região colonial.....	115
Figura 6.3: Banner de divulgação do Pelotas Colonial em pontos turísticos.....	116
Figura 6.4: Capa do folder de divulgação do Museu.....	117

Figura 6.5: Folder de divulgação do Templo das Águas	117
Figura 7.1: Primeira Planta de Caxias	126
Figura 7.2: Divisões em Travessões e Linhas das colônias	127
Figura 7.3: Ficha Colonial referente fundação da Colônia Maciel (frente).....	129
Figura 7.4: Ficha Colonial referente fundação da Colônia Maciel (verso)	130
Figura 7.5: Fotografia dos primeiros imigrantes chegados à Colônia Maciel.	133
Figura 7.6 e Figura 7.7: Fotos das primeiras famílias chegadas à Colônia Maciel.	133
Figura 7.8 e Figura 7.9: Fotos das primeiras famílias chegadas à Colônia Maciel.	134
Figura 7.10: Passaporte pertencente à família Schiavon.....	135
Figura 8.1: Cantina da Família Calemato com as pipas de madeira	149
Figura 8.2: Cantina da Família Camelato com as pipas de inox.....	149
Figura 8.3: J. Casarin no processo de fabrico de uma pipa.....	149
Figura 8.4: J. Casarin no processo de fabrico de uma pipa.....	149
Figura 8.5: Cantina Casarin	150
Figura 8.6: Cantina Família Ceron	150
Figura 8.7: Alguns produtos oferecidos no Restaurante Grupelli	151
Figura 8.8: Mais alguns exemplos da produção artesanal das famílias	151
Figura 8.9: Processo de maceração da uva para produção do vinho.....	152
Figura 8.10: Limpeza das uvas para fabricação de geléia.....	152
Figura 8.11: Agricultor arando a terra com a junta de bois.	153
Figura 8.12: Aurora S. Casarin, habitante da colônia já falecida	153
Figura 8.13: Entrevista na cozinha de habitante da região colonial.....	153
Figura 9.1: Vinhos Camelato.....	163
Figura 9.2: Vinhos João Bento.....	163
Figura 9.3 e Figura 9.4: Paisagem da Região Colonial de Pelotas	164
Figura 9.5 e Figura 9.6: Paisagem da Região Colonial de Pelotas em época de inverno	164
Figura 9.7: Lugar conhecido como Três Pontes – Distrito de Rincão da Cruz.....	166
Figura 9.8: Cachoeira do Imigrante – Distrito de Rincão da Cruz.....	166
Figura 9.9: Arroio Caneleira sob a ponte - lugar utilizado para Rapel	166
Figura 9.10: Curso do Arroio Caneleira	166
Figura 9.11: Templo das Águas – Família Gottinari	166
Figura 9.12: Cascata do Imigrante – também utilizado para camping.....	166
Figura 9.13: Primeira Casa de Pedra da Colônia – pertenceu à Giusto Casarin	167
Figura 9.14: No detalhe, o nome do primeiro proprietário e o ano da construção.	167

Figura 9.15: Casa de Pedra que atualmente pertence à família Kowalsk	167
Figura 9.16: Detalhe que mostra intervenções necessárias para manter a casa em pé	167
Figura 9.17: Casa de Pedra da Família Grupelli	168
Figura 9.18: Casa da Família Gottinari	168
Figura 9.19: Barracas de acampamento na Cascata do Arco-Íris	169
Figura 9.20: Placa de sinalização turística indicando o Restaurando Grupelli	169
Figura 9.21: Cantina Nardello na Região Colonial	170
Figura 9.22: Pousada do Monte – Região Colonial de Pelotas	170

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 8.1: Relação de pertencimento em diferentes níveis	142
---	-----

LISTA SIGLAS

ABRATUR - Associação Brasileira de Turismo Rural
CAI - Complexo Agroindustrial
COMPHIC - Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Histórico e Cultural – Pelotas/RS
FEE - Fundação de Economia e Estatística
GASSETUR - Grupo Associativo de Empreendedores em Turismo Rural
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPTU - Imposto Predial Territorial Urbano
ITR - Imposto Territorial Rural
LEAA/UFPEL - Laboratório de Estudos Agrários e Ambientais
LEPAARQ/UFPEL - Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia
LIC - Lei de Incentivo à Cultura
MECOM - Museu Etnográfico da Colônia Maciel
MTUR - Ministério do Turismo
OCDE - Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PDP - III Plano Diretor do Município de Pelotas
PMP - Prefeitura Municipal de Pelotas
RMPA - Região Metropolitana de Porto Alegre
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECULT - Secretaria de Cultura de Pelotas
SETUR - Secretaria de Turismo do Estado
STE - Secretaria Municipal de Turismo, Esportes e Lazer
UFPeI - Universidade Federal de Pelotas
UNESCO - United National Educational Scientific and Cultural Organization
UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL**

TURISMO, PATRIMÔNIO CULTURAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL – O Distrito de Rincão da Cruz no Município de Pelotas/RS

RESUMO

Dissertação de Mestrado

Marcelo Panis

No Rio Grande do Sul as regiões de imigração européia são conhecidas devido à marcante expressão cultural evidenciada pela presença de bens materiais e imateriais que representam a identidade cultural dos lugares. Mas, a atual dinâmica econômica global impõe à complexidade espacial novas demandas de uso e funcionamento dos lugares, modificando algumas práticas sociais cotidianas, inclusive, a forma de pensar a materialidade e as representações simbólicas das diversas culturas. Isto significa que o conjunto dos objetos, costumes e tradições tendem a ganhar novos usos, são refuncionalizados para atender às transformações na dinâmica sócioespacial.

O Distrito de Rincão da Cruz, na região colonial do Município de Pelotas, destino de muitos imigrantes italianos no período das grandes levas de imigração no final do século XIX, foi igualmente palco das transformações econômico-produtivas impostas pela economia global nas últimas décadas do século XX, o que levou seus habitantes a buscarem novas formas de ganhos econômicos, sendo, uma delas, a promoção de atividades de turismo. A partir da dinamização do turismo na região os habitantes do lugar passaram a ampliar os mecanismos de valorização do patrimônio cultural ítalo-descendente distribuído pelo território, uma vez que estes bens culturais, da mesma maneira, representam atrativos às atividades de turismo. Junto a esse processo tem início um movimento em torno do reconhecimento desta região de imigração italiana, pois, mesmo tendo sido formada a partir do mesmo processo de constituição das colônias de imigração do norte e sul do estado, a colônia de Pelotas nunca foi reconhecida como tal pela historiografia. Assim, as atividades de turismo têm contribuído para o resgate e valorização da identidade cultural dos descendentes de imigrantes italianos da região que passaram a buscar o reconhecimento histórico enquanto Região da 5ª Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul.

Deste modo, a escolha do Distrito de Rincão da Cruz, no município de Pelotas, como objeto desta investigação, deveu-se ao fato de que esta região colonial está, cada vez mais, tornando-se um destino turístico no qual o patrimônio cultural ítalo-descendente representa um dos principais atrativos. Ao mesmo tempo, porque este processo suscitou o resgate da identidade local e das tradições por meio da uma maior valorização cultural do lugar e pela busca do reconhecimento histórico enquanto região colonial italiana.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo, Patrimônio Cultural, Espaço Rural, Imigração Italiana, Pelotas, Refuncionalização.



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL**

TOURISM, CULTURAL HERITAGE AND LOCAL DEVELOPMENT - The District of Rincão da Cruz in the Pelotas City/RS

ABSTRACT

Dissertação de Mestrado

Marcelo Panis

In Rio Grande do Sul regions of European immigration are well known due to the remarkable cultural expression evidenced by the presence of tangible and intangible assets that represent the cultural identity of places. But the current global economic momentum requires the complex new demands for space use and operation of places, changing some everyday social practices, including how to think about the materiality and symbolic representations of different cultures. This means that all the objects, customs and traditions tend to gain new uses are refunctionalized to meet the dynamic changes in sociospatial.

The District of Rincão da Cruz in the colonial region of the Pelotas City, destination of many Italian immigrants during the great waves of immigration in the late nineteenth century, was also stage of change imposed by the economic and productive global economy over the last decades of the century XX, which led its inhabitants to seek new forms of economic gains, and one, the promotion of tourism activities. From the promotion of tourism in the region the inhabitants of the place began to broaden the mechanisms for enhancement of cultural heritage Italian-distributed by descending territory, since these cultural goods, the same way, represent the activities of tourism attractions. Next to it begins a movement around the recognition of Italian immigration to this region because, even having been formed from the same process of formation of colonies of immigration from the north and south of the state, the colony of Pelotas was never recognized as such by the historiography. Thus, the activities of tourism have contributed to the rescue and recovery of cultural identity of the descendants of Italian immigrants in the region now to seek historical recognition as the 5th Region of Italian Immigration Colony in Rio Grande do Sul.

Thus, the choice of the District of Rincão da Cruz, in the Pelotas City, the object of this investigation, due to the fact that the colonial region is increasingly becoming a tourist destination in which the Italian cultural heritage descendant-is a major attraction. At the same time, because this process has resulted in rescue of local identity and traditions through a greater appreciation of cultural place and for recognition of Italian colonial history as a region.

KEY-WORDS: Tourism, Cultural Heritage, Rural Space, Italian Immigration, Pelotas, Refuncionalization



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL**

TOURISME, PATRIMOINE CULTUREL ET DÉVELOPPEMENT LOCAL - Le District de Rincão da Cruz dans la Ville de Pelotas/RS

RESUMÉ

Dissertação de Mestrado

Marcelo Panis

Dans le Rio Grande do Sul, les régions d'immigration européenne sont bien connues en raison de l'expression culturelle en témoigne la présence d'actifs corporels et incorporels qui constituent l'identité culturelle des lieux. Mais la dynamique actuelle de l'économie mondiale exige que le complexe de nouvelles exigences pour l'utilisation de l'espace et la gestion des lieux, la modification de certaines pratiques sociales quotidiennes, y compris la façon de penser à l'importance et des représentations symboliques des différentes cultures. Cela signifie que tous les objets, les coutumes et les traditions tendent à acquérir de nouvelles utilisations sont refunctionalisées pour répondre aux changements dans la dynamique sociospatial.

Le district de Rincão da Cruz dans la région de la ville coloniale de Pelotas, destination de nombreux immigrants italiens pendant les grandes vagues d'immigration à la fin du XIXe siècle, a également été stade des mutations imposées par la vie économique et productive économie mondiale au cours des dernières décennies du siècle XX, qui a conduit ses habitants à chercher de nouvelles formes de gains économiques, et un, la promotion des activités touristiques. De la promotion du tourisme dans la région, les habitants de la place a commencé à élargir les mécanismes de mise en valeur du patrimoine culturel italien distribués en descendant le territoire, étant donné que ces biens culturels, de la même façon, de représenter les activités des attractions touristiques. Suite à un mouvement, il commence autour de la reconnaissance de l'immigration italienne dans cette région parce que, même après avoir été formé à partir du même processus de formation de colonies d'immigration du nord et du sud de l'État, la colonie de Pelotas n'a jamais été reconnu comme telle par l'historiographie. Ainsi, les activités du tourisme ont contribué au sauvetage et de récupération de l'identité culturelle des descendants d'immigrés italiens dans la région à rechercher la reconnaissance historique de la 5e Région de la Colonie Italienne d'Immigration dans le Rio Grande do Sul.

Ainsi, le choix du district de Rincão da Cruz, dans la ville de Pelotas, l'objet de la présente enquête, en raison du fait que la colonisation est en train de devenir une destination touristique dans laquelle le patrimoine culturel italien descendant, est un pôle d'attraction. Dans le même temps, parce que ce processus a abouti à une opération de sauvetage de l'identité locale et les traditions à travers une plus grande appréciation de lieu culturel et pour la reconnaissance de l'histoire coloniale italienne en tant que région.

MOTS-CLES: Tourisme, Patrimoine Culturel, Espace Rural, Immigration Italienne, Pelotas, Refuncionalization



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL**

TURISMO, PATRIMONIO CULTURALE E SVILUPPO LOCALE - Il distretto di Rincão da Cruz nella città di Pelotas/RS

SOMMARIO

Dissertação de Mestrado

Marcelo Panis

Nel Rio Grande do Sul regioni europee in materia di immigrazione sono ben noti a causa della notevole espressione culturale dimostrato dalla presenza di beni materiali e immateriali, che rappresentano l'identità culturale dei luoghi. Ma l'attuale dinamica economica globale richiede il complesso nuove esigenze di spazio per l'uso e il funzionamento dei luoghi, cambiando alcune pratiche sociali quotidiane, ivi compreso il modo di pensare la materialità e rappresentazioni simboliche di diverse culture. Ciò significa che tutti gli oggetti, i costumi e le tradizioni tendono ad acquisire nuovi impieghi sono refunzionalizzati per soddisfare i cambiamenti nella dinamica sociospaziale.

Il Distretto di Rincão da Cruz nella regione coloniale della città di Pelotas, meta di molti immigrati italiani, durante le grandi ondate di immigrazione nel tardo diciannovesimo secolo, è stata anche tappa del cambiamento imposto dalle economiche e produttive mondiali negli ultimi decenni del secolo XX, che ha portato i suoi abitanti a cercare nuove forme di vantaggi economici, e uno, la promozione di attività turistiche. Dalla promozione del turismo nella regione, gli abitanti del posto hanno iniziato ad ampliare i meccanismi di valorizzazione del patrimonio culturale italiano, distribuito dal discendente territorio, dal momento che tali beni culturali, allo stesso modo, rappresentano le attività del turismo attrazioni. Accanto ad essa inizia un movimento di circa il riconoscimento della lingua italiana in materia di immigrazione a questa regione, perché, essendo stata costituita anche dallo stesso processo di formazione di colonie di immigrazione dal nord e il sud dello Stato, la colonia di Pelotas non è mai stata riconosciuta come tali dalla storiografia. Pertanto, le attività del turismo hanno contribuito al salvataggio e recupero di identità culturale dei discendenti di immigrati italiani nella regione ora a cercare il riconoscimento storico come la 5ª Regione colonia di immigrazione italiana nel Rio Grande do Sul.

Pertanto, la scelta del Distretto di Rincão da Cruz, nel municipio di Pelotas, l'oggetto di questa indagine, a causa del fatto che la coloniale regione sta diventando sempre più una meta turistica in cui il patrimonio culturale italiano discendente-è una grande attrazione. Allo stesso tempo, perché questo processo ha portato al salvataggio di identità e le tradizioni locali attraverso un maggiore apprezzamento dei beni culturali e per il riconoscimento della storia coloniale italiana, come una regione.

PAROLE-CHIAVE: Turismo, Patrimonio Culturale, Spazio Rurale, Immigrazione Italiana, Pelotas, Refunzionalizzazione

INTRODUÇÃO

Historicamente, o processo de formação do Brasil é caracterizado por sucessivas e diferentes formas de ocupação do território, sobretudo por europeus, tendo seu início marcado com a chegada dos portugueses por volta de 1500 e cessou na metade do século XX, período conturbado por duas grandes guerras mundiais.

Não diferentemente, o estado do Rio Grande do Sul foi constituído a partir da ocupação de povos ibéricos, principalmente portugueses, que, já no século XVII, haviam formado algumas das principais cidades do estado. Mas, no contexto da formação socioespacial do estado, a chegada e ocupação do território por imigrantes ítalo-germânicos, durante o século XIX, período das grandes levas de imigração, também constitui uma das principais marcas da composição do território gaúcho, estando na gênese da fundação de algumas das principais regiões coloniais do estado atualmente (DE BONI E COSTA, 1984).

A composição destas regiões coloniais pelos imigrantes alemães e italianos marcou a formação de lugares distintos, paisagens impregnadas de cultura que, repletas de bens materiais e de expressões do saber-fazer destes imigrantes, representam a identidade cultural peculiar nos lugares.

Mais ao sul do estado, o município de Pelotas, formado a partir de ocupação portuguesa e açoriana, é historicamente conhecido pela tradição pecuarista e pela atividade da indústria charqueadora que, no decorrer das décadas, constituiu a tradição *saladeril* do Rio Grande do Sul, caracterizada pela opulência das famílias do circuito pecuário, base econômica do município e região sul do estado (MAGALHÃES, 1993).

Contudo, mesmo com esta tradição pecuarista, o município foi igualmente palco da ocupação de imigrantes europeus não-ibéricos, entre eles os italianos, objeto de estudo deste trabalho, que se instalaram, principalmente, no espaço rural. Este fato, inclusive, caracterizou a formação da pequena propriedade familiar, em contraponto ao latifúndio pecuário que, até então, era predominante no município (FETTER, 2002).

Os imigrantes italianos ocuparam áreas destinadas à formação das colônias com a função de torná-las auto-suficientes e, em um período curto, produziram gêneros

alimentícios para o consumo das cidades e, embora a formação das colônias esteja no período histórico da abolição do trabalho “servil” no município e no Brasil, não era previsto para estes imigrantes sua contratação como mão-de-obra à indústria saladeril, ou seja, seu desígnio era o mesmo das colônias do norte e centro do estado.

De maneira geral, as regiões destinadas à formação das colônias eram apenas paisagens rústicas, desprovidas de qualquer infra-estrutura para sua instalação. Assim, por meio do trabalho, com a aplicação de técnicas próprias de seu conhecimento, estes imigrantes transformaram o espaço colonial de maneira a garantir as mínimas condições produtivas e de reprodução social (DE BONI e COSTA, 1984).

Portanto, esta parcela da região colonial de Pelotas, ocupada durante o período da imigração italiana para o estado, representa uma paisagem social e historicamente produzida, marcada por intervenções culturais, na qual se pode verificar, ainda nos dias atuais, a presença de um legado material e imaterial remanescente que simboliza a identidade cultural ítalo-descendente (PANIS, 2008b).

Estes bens materiais e imateriais, distribuídos pela região colonial, fazem parte da vida cotidiana das pessoas do lugar e, por serem remanescentes de períodos pretéritos, são carregados de história e simbolizam a expressão cultural singular constituída através das gerações, os quais, por sua importância, podem ser nomeados de patrimônio cultural, pois são obras e tradições herdadas do passado que resistem às transformações no tempo e mereceram ser transmitidas às gerações futuras.

No caso dos descendentes de imigrantes italianos da região colonial de Pelotas, seus bens culturais são considerados patrimônio, por conta do reconhecimento histórico e cultural que adquiriram no decorrer do tempo, além de representarem a identidade ítalo-descendente. Junto a eles somam-se os elementos da natureza que compõem a paisagem colonial da região. Isto significa que, em termos de patrimônio cultural rural Pelotense, são reconhecidos e valorizados todos os elementos, construídos e naturais, referente à arquitetura, às técnicas, os costumes, as crenças e ao saber fazer do meio rural.

De maneira geral, as transformações que ocorrem nos lugares são resultados da ação dinâmica da sociedade no tempo, o que significa uma constante renovação das formas e/ou dos conteúdos dos objetos materiais. Entretanto, no período atual, uma

considerável parcela das transformações que ocorrem nos lugares são decorrentes de determinações econômicas, algumas vezes, sobrepondo as determinações culturais, efeitos da dinâmica global sobre o local.

Isto significa dizer que, em muitos casos, é o mercado que impõe o modo de funcionamento e de comportamento às sociedades, ignorando suas peculiaridades culturais. Assim, não apenas os objetos como, também, as ações são condicionadas por um pensamento hegemônico, subvertendo a ordem cultural dos lugares e impondo novas dinâmicas sócioespaciais às pessoas, incluindo os bens materiais e imateriais que são a expressão da riqueza cultural das populações (PAES-LUCHIARI, 2007).

Ao mesmo tempo, entretanto, este sistema global necessita que os lugares se imponham e fortaleçam sua expressão cultural, pois o turismo, uma das maiores atividades em circulação de pessoas, mercadorias, capitais e informação do planeta, necessita do peculiar para existir. Isto pressupõe a valorização das particularidades que diferenciem os lugares enquanto expressão cultural e servem como atrativo aos visitantes oriundos dos mais longínquos recantos do mundo.

O turismo é uma atividade que, desde sua ascensão com a sociedade industrial até o período atual, aumenta gradativamente a circulação de pessoas, mercadorias, serviços e capitais nos lugares onde é promovido (CRUZ, 2001). Além disso, crescem os tipos de oferta turística que, cada vez mais, tendem a abranger os mais variados públicos consumidores. Mas, o aumento da oferta e dos destinos turísticos não representa apenas números, sendo necessário compreender os efeitos que a atividade pode causar nos lugares, entre impactos ao ambiente e às culturas.

Uma das questões que tem sido alvo de crítica dos diversos pesquisadores está situada no fato das empresas do *trade*, principalmente de capital privado, apropriarem-se dos lugares com atrativos turísticos expropriando as populações dos benefícios que esta atividade pode gerar para o lugar, como, por exemplo, no caso do circuito turístico das praias do nordeste brasileiro (CRUZ, 2001), interferindo nas dinâmicas culturais e, em muitos casos, gerando processos de segregação sócio-espacial (PAES-LUCHIARI, 2002).

Mas, há um outro modelo, ainda relativamente novo, mas igualmente crescente, no qual o turismo está baseado em um circuito de base local, como é o caso da região

colonial de Pelotas. Neste modelo os próprios habitantes do lugar são os promotores das atividades turísticas, por meio de empreendimentos familiares ou comunitários (SANSOLO e BURSZTYN orgs., 2009) . Este modelo tende a ser benéfico porque, grosso modo, os resultados positivos da atividade ficam na região, distribuídos pelo território, e podem representar um condicionante ao desenvolvimento local e regional. Entre as diversas experiências existentes no Brasil podemos citar, como exemplo, a Prainha do Canto Verde no litoral do Ceará (ROCHA, 2003); a Pousada Aldeia dos Lagos no município de Silves/AM (SANSOLO, 2003); e, a aldeia indígena Guarani Araponga, no quilombo do Campinho e na Vila de Picinguaba (SANSOLO *et alii*, 2008).

Na região colonial de Pelotas a gênese da atividade turística está situada como iniciativas de complemento econômico aos ganhos familiares, em substituição às perdas provocadas pela quebra da indústria conserveira na região. Devido à oferta de natureza, os habitantes do lugar passaram a investir na divulgação da paisagem como atrativo aos habitantes das cidades próximas que, muitas vezes, não têm esta possibilidade no seu cotidiano.

Ao mesmo tempo em que esta incipiente atividade passava a constituir o cotidiano dos habitantes da região colonial, havia um movimento de valorização e reconhecimento da cultura ítalo-descendente por parte dos habitantes locais, o que passou a divulgar a região como, também, um potencial ao turismo cultural. Assim, o patrimônio cultural que, concordamos com Paes-Luchiari (2007), é material, imaterial e natural, cada vez mais têm se tornado o grande atrativo das atividades de turismo para esta porção do território pelotense.

O movimento do qual se faz referência é a ação da comunidade ítalo-descendente em torno da busca do reconhecimento histórico enquanto Região da 5ª Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul. Isto porque estes descendentes dos primeiros imigrantes oriundos da Itália, no período da grande leva de imigração, salvo às peculiaridades do contexto local, constituíram uma região colonial da mesma forma que os imigrantes das regiões norte e centro do estado, estas, no entanto, tendo recebido um volume maior de imigrantes. Mas, a colônia de Pelotas nunca recebeu o devido reconhecimento, permanecendo praticamente desconhecida na historiografia da formação das colônias de imigração italiana do estado.

Assim, a escolha do Distrito de Rincão da Cruz, no município de Pelotas, como foco desta pesquisa se deveu ao fato de que neste distrito está situada a Colônia Maciel¹ que foi o lugar no qual originalmente os primeiros imigrantes oriundos da Itália permaneceram para, depois, espriarem-se para outras colônias próximas, portanto, esta colônia simboliza o lugar mais representativo da cultura ítalo-descendente de Pelotas e região.

Outra questão é haveremos adotado, no decorrer do trabalho, a expressão *Região Colonial de Pelotas*. Esta opção é porque apesar de todo o trabalho de campo ter sido aplicado, basicamente, no Distrito de Rincão da Cruz, existe a intenção de que esta pesquisa contribua com o reconhecimento histórico da Região da 5ª Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul, sendo que esta região extrapola a mera divisão distrital. Ou seja, o uso do termo região colonial tem por objetivo reforçar não apenas a divulgação, mas o reconhecimento desta parcela do território pelotense, em boa parte, desconhecida em formação histórica e cultural.

Assim, no percurso da produção deste trabalho, houve a preocupação em buscar os nexos entre a promoção do turismo, a valorização do patrimônio cultural, o reconhecimento da região colonial e, finalmente, o desenvolvimento local a partir deste contexto, de maneira a compreender as relações e significados desta atual dinâmica socioespacial para os habitantes do lugar e para a região. Neste sentido, a estruturação do trabalho em quatro partes teve como intuito dar conta das propostas e objetivos estabelecidos para esta pesquisa, sempre tendo o cuidado de tecer a relação entre a base teórico-conceitual e as situações empíricas, fazendo uso, evidentemente, da metodologia e das categorias geográficas, bem como de outras ciências sociais.

Na primeira parte do trabalho, intitulada *“Patrimônio Cultural, Turismo e o Espaço: algumas contribuições a partir da geografia”*, houve uma especial preocupação em interpretar o turismo enquanto atividade complexa no período contemporâneo, em especial, situando a compreensão a partir da realidade rural, apresentando o Distrito de Rincão da Cruz, no município de Pelotas, de maneira a estabelecer a relação entre o turismo e a região. Além disso, no que diz respeito ao patrimônio cultural, este um tema relativamente novo na geografia, o intuito foi situar a constituição do estado do Rio

¹ Por questões de nomenclatura atualmente é denominada de Vila Maciel nos mapas municipais.

Grande do Sul a partir do contexto da ocupação ibérica e, à posteriori, dos imigrantes europeus ítalo-germânicos, na forma como este processo proporcionou a formação de lugares culturalmente distintos e de como o legado destes povos representa o patrimônio cultural dos lugares.

A segunda parte do trabalho, “*o Rio Grande do Sul: a formação do espaço gaúcho*”, procurou discutir a categoria formação socioespacial e, a partir disso, compreender a formação do estado a partir da ocupação européia, encaminhando para o caso específico da ocupação do território Rio-Grandense pelos alemães e, em especial, pelos italianos, direcionando para o contexto histórico da ocupação colonial em Pelotas e traçando a trajetória entre a opulência da indústria charqueadora do município e a decadência econômica nos idos da década de 1990, em que o turismo emerge como uma alternativa ao espaço rural pelotense, sobretudo, aos habitantes da região colonial, por meio de novos usos do patrimônio cultural. Ainda, por ser o turismo na região colonial uma atividade que, cada vez mais, toma o patrimônio cultural como um atrativo, procurou-se verificar as políticas e ações do poder público municipal no sentido de organizar e instrumentalizar esta atividade, bem como a existência de iniciativas para a salvaguarda do patrimônio cultural na região.

Após ter abordado a ocupação colonial no estado e ter direcionado para uma situação particular no município de Pelotas, na terceira parte do trabalho, “*Os descendentes de imigrantes italianos na Colônia Maciel: a importância do reconhecimento histórico*”, a preocupação foi discutir mais a fundo a importância do reconhecimento histórico da Região da 5ª Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul, procurando evidenciar o patrimônio cultural ítalo-descendente legado pelas gerações pretéritas, bem como verificar a forma como a identidade cultural se expressa nos dias atuais não perdendo de vista um olhar no passado histórico registrado.

Finalmente, encaminhando para o final desta pesquisa, o último capítulo teve-se a preocupação de encaminhar a discussão para que o leitor compreenda o atual processo de refuncionalização turística do patrimônio cultural rural pelotense, na maneira como os habitantes da região estão utilizando este patrimônio como atrativo, no sentido de apresentar não apenas a atual situação, mas, também, de apresentar cenários possíveis para a promoção do turismo, por meio da utilização do patrimônio

cultural enquanto atrativo, encaminhando para sua relação com o desenvolvimento local, no sentido de fechar a relação entre a tríade.

No encaminhamento das considerações finais houve uma especial preocupação em abordar os significados e ressonâncias do reconhecimento da Região da 5ª Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul para as atividades de turismo, para o patrimônio cultural e para os habitantes da região, de maneira especial, para os ítalo-descendentes.

Assim, chegando ao fim deste percurso de pesquisa, que de maneira alguma esgota o assunto, esperamos que o presente trabalho possa chegar ao seu objeto de estudo e colaborar com as questões relacionadas ao turismo, ao patrimônio cultural e ao desenvolvimento local na região colonial de Pelotas. Além disso, que o aprofundamento dos temas aqui tratados constituam uma contribuição ao pensamento geográfico no Brasil.

**PARTE I - PATRIMÔNIO CULTURAL, TURISMO E O ESPAÇO: ALGUMAS
CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DA GEOGRAFIA**

« L'on voit certains animaux farouches, des mâles et des femelles, répandus par la campagne, noirs, livides et tout brûlés du soleil, attachés à la terre qu'ils fouillent et qu'ils remuent avec une opiniâtreté invincible ; ils ont comme une voix anarticulée, et quand ils se lèvent sur leurs pieds, ils montrent une face humaine, et en effet ils sont des hommes ; ils se retirent la nuit dans des tanières où ils vivent de pain noir, d'eau et de racines ; ils épargnent aux autres hommes la peine de semer, de labourer et de recueillir pour vivre, et méritent ainsi de ne pas manquer de ce pain qu'ils ont semé. »

(La Bruyère, 1688)

1º CAPÍTULO – TURISMO NO ESPAÇO RURAL: OS USOS CONTEMPORÂNEOS DO ESPAÇO

Existem, sem sombra de dúvida, algumas características que marcam o atual período histórico e que impõem-se como desafios para o entendimento da sociedade. Mesmo nas abordagens de diferentes pensadores contemporâneos, nas mais diversas teorias e estudos para explicar a sociedade e suas relações e representações, estas características estão presentes, tais como a tecnologia de ponta, a instantaneidade, as informações em nível planetário, a economia mundializada, a fugacidade, a efemeridade, dentre outros aspectos que podem ser destacados.

Para alguns pensadores como Harvey (1993), estamos vivendo uma condição pós-moderna da sociedade, na qual percebe-se que a mudança, do moderno para o pós, atingiu o sistema de idéias e representações. Para ele os pós-modernistas lidam com novas sensibilidades culturais, principalmente nas cidades, baseado nas representações estéticas da materialidade. Afirma que “a aparência de uma cidade e o modo como os seus espaços se organizam formam uma base material a partir da qual é possível pensar, avaliar e realizar uma gama de possíveis sensações e práticas sociais” (HARVEY, 1993, p. 69). Para Harvey os equipamentos tecnológicos, marca do período atual, tenderiam a facilitar a vida das pessoas, mas, ao mesmo tempo, estes promovem mudanças culturais nos lugares. Neste sentido, a cultura de massa e a padronização do consumo subvertem a ordem simbólica existente nos lugares, impondo o consumo, o poder do dinheiro e o marketing globalizado.

Este período também se caracteriza por formas diferentes de pensar o espaço, em sua materialidade e representações simbólicas, evidentemente sob os auspícios do consumo capitalista e, ainda, numa diferente temporalidade da concretização estética das formas e dos conteúdos que compõem estas formas, caracteristicamente orientados pela agilidade, instantaneidade e efemeridade do mercado, em grande parte das vezes ignorando as peculiaridades culturais dos lugares ou impondo novas demandas culturais.

Para Featherstone (1995, p. 71) as transformações que se seguem, principalmente após a segunda Guerra Mundial, que marcaria aproximadamente o início da pós-modernidade, estão situadas na esfera da cultura, de forma ampla, e não apenas pela arte, mas sobre a produção cultural e todo seu regime de significações.

Apesar do movimento dinâmico da produção cultural, técnica e científica que se impõe no período contemporâneo, mais perceptível nos centros urbanos, é possível visualizar marcas materiais e simbólicas, concretizadas no espaço, dos mais variados acontecimentos da sociedade, em diferentes tempos ou temporalidades que, próprias de cada lugar, são remanescentes de períodos anteriores.

O modo de vida urbano, cada vez mais, chega a todos os lugares por meio da comunicação, da informação e da tecnologia. Mas, saindo do ambiente das cidades e voltando os olhos para o campo percebe-se que este, mesmo absorvendo e incorporando ao seu cotidiano alguns elementos do modo de vida urbano, ainda mantém características próprias de sua existência, condição de um modo de vida rural. O debate se acirra nos estudos e considerações desta dualidade cidade/campo e urbano/rural, provocando fraturas nas diversas formas de explicar a sociedade atual. (SPOSITO e WHITACKER, 2005)

Mesmo não havendo a pretensão de aprofundar aqui esta discussão, torna-se importante situar sob quais condições está-se afirmando a existência de um espaço rural, com características próprias e não apenas um campo urbanizado.

Lefebvre (1969, p. 72-73), já havia antevisto que o urbano tende a apagar a diferenciação entre a cidade e o campo, ou seja, constituiria um *continuum* que representaria a cultura do consumo. Corroborava com isso Endlich (2005, p. 20), quando afirma que o modo de vida urbano extrapola o limite das cidades e atinge o rural (ou o campo) por interesse econômico, ficando claro que a expansão do modo de vida urbano sobre o rural estaria baseada na busca e ampliação dos mercados consumidores².

Colocando um contraponto na questão, Bagli (2005) argumenta que o rural possui um ritmo peculiar, um tempo próprio, dessemelhante do urbano e, logo, a percepção e a incorporação das mudanças também é diferente. Além disso, os vínculos

² Sobre este tema ver também Lefebvre (1975; 1983), Campanhola e Graziano da Silva (2000), Saquet (2006), Rúa (2006 e 2007), Moreira (2007), Candiotto e Corrêa (2008), Araújo e Soares (2009) e Schneider (2009)

com a terra e as práticas sociais cotidianas se dão em outro patamar de subjetividade, sendo o mercado o responsável pela alteração desta relação. Nesta medida, o consumo cria ou modifica o hábito e as práticas sociais que, por conta do desenvolvimento tecnológico, possibilita o encurtamento das distâncias entre o modo de vida e de consumo urbano e rural. Mas, na medida em que o urbano se intensifica sobre o rural, também, induz a movimentos de resistência ou possibilita produzir uma outra realidade, em oposição dialética.

Este aspecto teria relação com o que Santos (2002, p. 114) analisou como sendo a *esquizofrenia do espaço*, no qual, de um lado, os lugares acolhem os vetores da globalização, que se instalam impondo uma nova ordem, atrelada à produção e ao consumo de materialidades e modos de vida, de outro, produz uma contra-ordem no lugar, porque no modelo imposto há uma produção acelerada de marginalizados. Esta dialética é, da mesma maneira, necessária ao capitalismo global, o qual necessita que os lugares valorizem a cultura e a sociedade local, de forma a fortalecerem suas identidades e, com isso, mantendo lugares diferenciados, traço importante, sobretudo, para as atividades de turismo.

Neste debate cabe fazer uma referência ao estudo de Cândido (1978) sobre as alterações no modo de vida do caipira, principalmente pela incorporação de traços da cultura urbana, na figura do Parceiro, um caipira em condições sócio-econômicas específicas. O autor afirma que, enquanto os caipiras aceitavam as imposições da cultura urbana como forma de conseguirem manter-se nos padrões econômico-produtivos, rejeitavam as propostas de mudanças para conservarem alguns aspectos próprios de sua cultura. Este parceiro representava a transição no processo de mudança cultural, no qual é necessário ajustar as experiências cotidianas às novas condições urbanas que são impostas.

Esta relação de incorporação de elementos da cultura urbana é verificável nas comunidades rurais, como no Distrito de Rincão da Cruz, em Pelotas, analisado nesta pesquisa. Isto porque o contato com os padrões urbanos leva as comunidades a buscarem equipamentos e produtos que facilitem o trabalho cotidiano, mesmo o doméstico. Além disso, esta realidade é reforçada pelo contínuo movimento de abandono

do trabalho rural, sobretudo pelos mais jovens, que buscam outras colocações no mercado por meio do estudo e de empregos nas cidades próximas.

Mas, a partir da necessidade de situar uma interpretação do que se considera espaço rural, é importante estabelecer que cada lugar responde e incorpora de forma diferenciada às novidades, necessidades e imposições do sistema global e do processo de urbanização, segundo sua própria capacidade de incorporar elementos materiais e simbólicos abdicando ou não de sua essencialidade.

Veiga (2002) chama a atenção para o fato de que o critério estabelecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para definir o que é área urbana ou rural, não corresponde à realidade do território brasileiro. Afirmando que o Brasil é menos urbano do que se imagina sugere três critérios para definir o que vem a ser urbano ou rural: o tamanho populacional do município, a densidade demográfica e a sua localização.

Este critério é semelhante ao da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, que define o território entre ser essencialmente rural, relativamente rural e essencialmente urbano, considerando como propriedade de base rural toda unidade administrativa ou estatística elementar com densidade inferior a 150 hab./km² (MARQUES, 2002).

Para Bernardelli (2005) o critério da densidade demográfica para classificar o que é urbano ou rural não é o mais adequado, pois os centros das cidades, algumas vezes, possuem baixa ocupação humana, devendo haver outras metodologias que abranjam a complexidade espacial para chegar a algum tipo de classificação.

Faz-se, assim, um questionamento sobre qual seria o melhor critério para interpretar a existência ou não do espaço rural. A partir da diversidade e complexidade com que a realidade se revela, caberia ou não decretar a absoluta urbanização do rural. Até que ponto este conjunto de idéias não está contribuindo para a transformação de todos os lugares em potenciais de consumo de produtos e práticas do mercado global? Estes questionamentos direcionam para a necessidade de aprofundar o entendimento do uso do território e a forma como a cultura se concretiza material e imaterialmente no espaço para, então, delimitar o entendimento do que vem a ser o espaço rural.

Santos (1996, p. 63) afirma que o espaço é formado por um “conjunto indissociável, solidário e contraditório, de sistema de objetos e sistema de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Isso significa que, de maneira geral, o espaço pode ser urbano ou rural, variando segundo a escala estabelecida para análise e, ainda, pela variada gama de funções em suas formas componentes.

Embora sendo influenciado por variáveis internas, da sociedade que o produz, e externas, por influência dos mercados, do Estado e outras culturas, o espaço só pode ser compreendido se observado em sua totalidade, por isto um sistema indissociável, solidário e contraditório, que sofre e promove influências mútuas, por meio de seus elementos e variáveis constituintes. Dentre estes, além da questão da técnica e da informação, dá-se destaque ao sistema de objetos e de ações que são materialmente produzidos e simbolicamente representados, manifestados por meio da cultura, com funções e atribuições sociais.

Ainda que brevemente, deve-se atentar para a diferenciação entre espaço e paisagem. Para Santos (1996, p. 66):

Paisagem e espaço não são sinônimos. A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima.

Entretanto, a paisagem possui outras dimensões, além das formas físicas e naturais, que permitem imprimir a ela conteúdos diferenciados. Para Sauer ([1925] 1998, p. 23), a paisagem não é um evento simplesmente físico, ela “pode ser, portanto, definida como uma área composta por uma associação distinta de formas, ao mesmo tempo físicas e culturais”. Nesta medida, a análise da paisagem deve ir além da simples análise das formas, pois possui conteúdos diferenciados. Nas palavras de Corrêa e Rosendahl (1998) a paisagem possui:

(...) uma *dimensão morfológica*, ou seja, é um conjunto de formas criadas pela natureza e pela ação humana, e uma *dimensão funcional*, isto é, apresenta relações entre as suas diversas partes. Produto da ação humana ao longo do tempo, a paisagem apresenta uma *dimensão histórica*. Na medida em que uma mesma paisagem ocorre em certa área da superfície terrestre, apresenta uma

dimensão espacial. Mas a paisagem é portadora de significados, expressando valores, crenças, mitos e utopias: tem assim uma *dimensão simbólica*. (CORRÉA E ROSENDAHL, 1998, p. 8) (*grifo nosso*)

Assim, interpretando estas contribuições em torno do estudo desta categoria geográfica, compreende-se que a paisagem está para além de suas formas espaciais. Isto, porque as formas são o efeito da ação do tempo e da sociedade, mediado pela cultura, o que significa dizer que a paisagem é, também, uma herança da ação da cultura sobre o meio, ou seja, o que Sauer ([1925]1998) definiu com sendo uma *paisagem cultural*. Assim, compreende-se que a paisagem está contida no espaço, em seu conjunto do sistema de objetos e de ações (PANIS, 2008b). Dessa forma, para compreender as paisagens culturais que compõem o Rio Grande de Sul cotidianamente, é necessário verificar os diferentes acontecimentos históricos que se desenrolaram no solo rio-grandense³.

Na relação com as atividades turísticas a paisagem está diretamente ligada à imagem dos lugares e é utilizada pelo marketing para a comercialização e o consumo dos lugares, mesmo que em espaços artificializados e cenarizados para o turismo.

O espaço possui uma realidade concreta e objetiva, representado em formas e conteúdos, produto da ação da sociedade que o habita e o transforma. É possuidor de uma realidade dinâmica e diferenciada, intrínseca ao lugar, própria da materialidade cultural que se cristaliza por meio de diferentes processos sociais. Assim, a sociedade cria ou incorpora no espaço signos e símbolos que a identifica, visto pelos de fora do lugar como elementos representantes da cultura. Para Santos (1997, p. 49),

O espaço impõe sua própria realidade; por isso a sociedade não pode operar fora dele. Conseqüentemente, para estudar o espaço, cumpre apreender sua relação com a sociedade, pois é esta que dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função e estrutura, elementos fundamentais para a nossa compreensão da produção do espaço.

Assim, recorrer às categorias de análise *forma, função, estrutura e processo*, torna-se um imperativo, uma vez que estas contribuem para o entendimento das

³ Cabe ressaltar que estar-se-á usando neste trabalho a termo paisagem colonial como uma expressão de paisagem cultural quando a referência for o Distrito de Rincão Cruz, bem como a região colonial de Pelotas.

diferentes realidades espaciais e os processos e práticas sociais que nele se constituem.

As categorias de análise compõem esta existência objetiva, material e simbólica, e estão em constante transformação no espaço, efeito dos acontecimentos e eventos da sociedade na dinâmica cotidiana.

Examinando as categorias separadamente, Santos (1997, p. 50) afirma que a *forma* corresponde ao “aspecto visível de uma coisa. Refere-se, ademais, ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão. Tomada isoladamente, temos uma mera descrição de fenômenos ou de um de seus aspectos num dado instante do tempo”. As formas também representam diferentes temporalidades constituídas na dinâmica social. Assim, as formas que permanecem no espaço, como no caso do patrimônio material, são atribuídas de valor por seu conteúdo histórico e atual. Entretanto, às formas se impõe a capacidade do capital em determinar valores de mercado, estipulando preços para estes objetos materiais, algumas vezes ignorando o valor cultural que as formas possuem ou sobrevalorizando-as como potencial econômico.

O conteúdo da forma está de acordo com sua *função*. Esta categoria, conforme Santos (1997, p. 50), “implica uma tarefa ou uma atividade esperada da forma, pessoa, instituição ou coisa”. Assim, existe a forma, que é o aspecto visível do objeto e existe a função, que é o seu conteúdo. É importante ressaltar que ambas as categorias, forma e função, estão diretamente relacionadas, uma vez que as formas são criadas ou recriadas para desempenhar uma ou mais funções. Mas, se a forma deixa de ser funcional tende a ser modificada, alterada, ou mesmo, desconstituída do espaço para dar lugar a outras que respondam às necessidades de seus possuidores.

Apesar de ambas categorias, forma e função, estarem diretamente relacionadas não são suficientes para compreender a complexidade do espaço. Assim, deve-se levar em consideração uma terceira categoria de análise, a *estrutura*. Para Santos (1997, p. 50) a “estrutura implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção”. Nesta medida, a estrutura diz respeito ao modo como os objetos estão organizados e relacionados entre si. Em geral, a estrutura representa os mecanismos e práticas sociais, políticas e econômicas que organizam e comandam as sociedades num tempo histórico determinado. Por isso há um universo tão distinto de

espaços diferenciados, porque as formas, no decorrer do tempo, podem desempenhar funções diversas, bem como as mesmas funções podem ser desempenhadas em novas ou antigas formas, ambas determinadas por estruturas predominantes em seu tempo histórico.

Há, por fim, uma quarta categoria de análise do espaço que influencia em sua organização, o *processo*. Segundo Santos (1997, p. 50), o “processo pode ser definido como uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança”. Nesta medida, Santos (1997) afirma a condição histórica das transformações nas estruturas sócio-econômicas, que concretizam seus efeitos na totalidade espacial.

O processo não é resultado de uma ação alienada da sociedade, pois está atrelado às estruturas sócio-econômicas. Entretanto, pode ser comandado apenas por uma parcela da população que tem claro os objetivos a serem almejados nestas estruturas, colocando-se como alienante àqueles que são apenas condicionados pelas decisões dos que estão nas esferas de poder.

É essencial compreender que no decorrer dos diferentes momentos históricos, variados eventos transformaram o papel e o significado dos elementos que constituem o espaço, seja do sistema de objetos, seja do sistema de ações. Assim, o espaço representa um mosaico entre a evolução dinâmica da sociedade e sua situação atual (SANTOS, 1997, p. 22).

Pelos processos históricos e atuais no espaço que é possível compreender como as diferentes formas permaneceram e como algumas são substituídas por outras, segundo a relação de interesses econômicos ou culturais. As velhas formas que conseguiram adaptar-se às novas funções permanecem na paisagem, sendo úteis enquanto conseguirem adequar-se às novas realidades da imbricada relação entre o capital e a sociedade, ou enquanto houver instrumentos jurídicos que as protejam, como no caso do patrimônio cultural.

Em distintos lugares, mesmo por meio de processos históricos semelhantes, podem se constituir formas absolutamente distintas, como é o caso das regiões de imigração italiana no estado do Rio Grande do Sul (Figura 1.1), no qual a colônia de Pelotas (Figura 1.2), no Distrito de Rincão da Cruz, apresenta uma característica

peculiar de italianidade devido à proximidade e contato com as colônias de imigração alemãs e pela influência portuguesa, marca da cidade.



Figura 1.1: O Estado do Rio Grande de Sul com a localização do Município de Pelotas
Fonte: Marcelo Panis, 2008

Neste sentido, para além da análise teórica do espaço, é preciso direcionar o olhar a interpretação dos fenômenos que se apresentam no cotidiano, efeitos do processo de constituição histórica e atual da sociedade. No caso deste estudo, focar o Distrito de Rincão da Cruz, Figura 1.3, nos possibilita traçar o entendimento do que se considera como rural.

Dessa maneira, o espaço rural deve ser entendido muito além daquilo que não é urbano, uma vez que este tipo de conceituação pode estar impregnada de elementos ideológicos no qual se considera o urbano com sendo dinâmico, desenvolvido tecnologicamente e civilizado, colocando o rural como sendo disperso, estagnado, atrasado, justificando a necessidade de uma intervenção na qual o urbano tem a atribuição de modernizar e industrializar o rural como forma de civilizá-lo, sendo o dever do espaço rural tornar-se urbano.

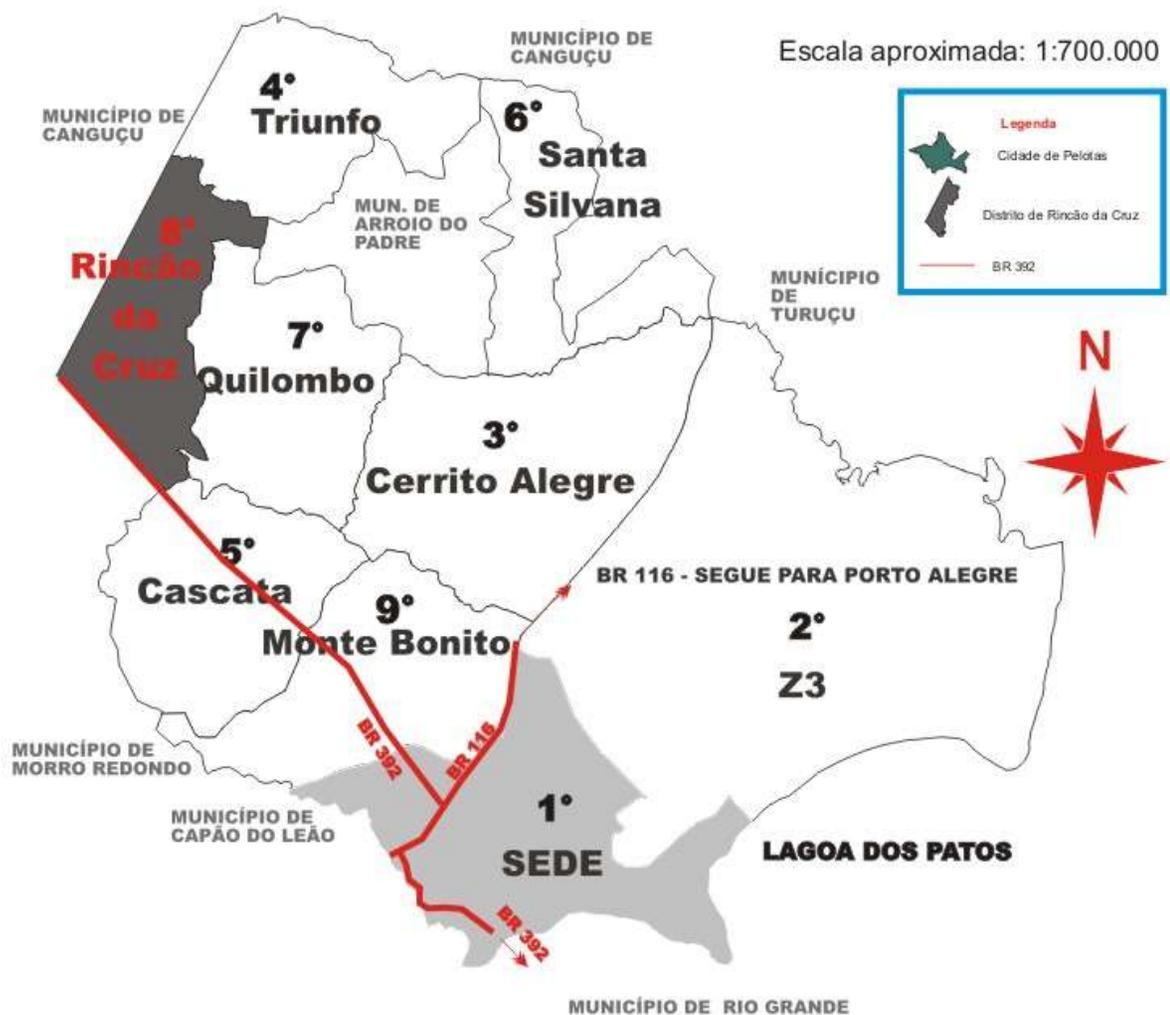


Figura 1.2: Mapa de Pelotas com a localização do Distrito de Rincão da Cruz
Fonte: Marcelo Panis, 2008

Para Marx e Engels (1986, p. 27), quando trata da distinção entre urbano e rural, “a burguesia submeteu o campo à cidade. Criou grandes centros urbanos; aumentou prodigiosamente a população das cidades em relação à dos campos e, com isso, arrancou uma grande parte da população do embrutecimento da vida rural”. Evidentemente que deve-se considerar as condições técnicas do período em que o campo apenas era produtor de alimentos para as cidades, motivação semelhante à utilizada nas campanhas de imigração de alemães e italianos para o Rio Grande do Sul e para a região colonial de Pelotas.

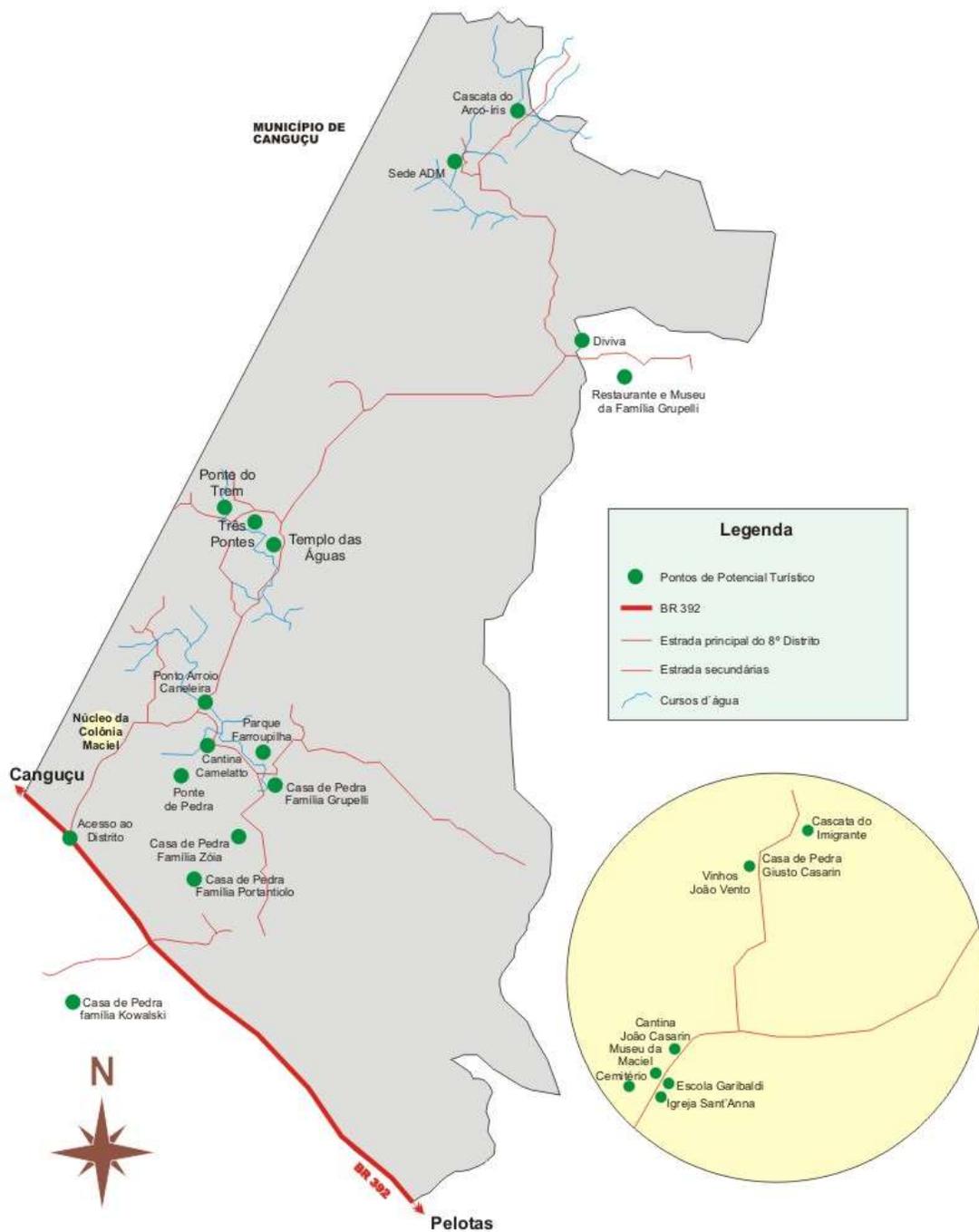


Figura 1.3: Representação do Distrito de Rincão da Cruz com destaque para o núcleo da Colônia Maciel
Fonte: Marcelo Paris, 2008

Contudo, não se pode deixar de atentar para a condição cultural que a sociedade destes lugares possuía e possui, para não incorrer no risco de considerá-los apenas grupos humanos a serem civilizados. Além de que não é justo classificar o rural como sendo apenas o espaço da produção agrícola, numa visão reducionista à realidade deste.

O rural é um espaço com características próprias, variando de lugar para lugar, segundo características naturais (relevo, solos, clima, vegetação, hidrografia, etc.), e características sociais (produção, cultura, ocupação, população, infra-estrutura, superestrutura, informação, tecnologia, etc.). A própria presença de agroindústrias no rural, ou de Complexos Agroindustriais – CAI (SALAMONI, 2000)⁴, demonstra que estes espaços não são atrasados, mas reforçam uma organização, temporalidade e funcionalidade próprias do lugar, resultados dos processos sociais e econômicos que ali se estabeleceram historicamente e se alteraram segundo as necessidades da sociedade local e as imposições do mercado, formatando a realidade atual.

Por conta da formação singular de cada lugar é importante evitar comparações de toda ordem do rural com o urbano ou com outros rurais. Isso significa dizer, por exemplo, que deve-se ter cuidado em não comparar a região de colonização italiana de Pelotas (Colônia Maciel) com as regiões coloniais formadas na porção norte do estado (Colônia Dona Isabel, Conde D'eu e Campo do Bugres) ou mesmo com a região central (Silveira Martins) (Figura 2.4), porque apesar de estarem relacionadas ao mesmo processo histórico existiram condicionantes sócio-econômicas e naturais que influenciaram na formação de lugares diferenciados.

O intuito, assim, é afastar as classificações hierárquicas e verticalizadas e adotar uma postura de classificação horizontal, no sentido de que cada espaço possui características diferenciadas e, por isso, uma dinâmica socioespacial própria.

Deve-se observar, ainda, que o espaço rural agrega em sua totalidade diferentes organizações, entre estruturas agrícolas e não-agrícolas. Na primeira, seriam as terras cultivadas e propensas ao cultivo e a produção para as agroindústrias e para o mercado consumidor em geral e, na segunda, significa a própria presença de indústrias,

⁴ Um exemplo desta realidade é a Agroindústria do Pêssego, na área rural de Pelotas que constituía um circuito local, da produção da fruta à finalização da compota, todo processo acontecia na área rural, que entrou em decadência por conta dos mercados de exportação e das grandes indústrias conserveiras com as quais não conseguiam concorrer. Ainda, pode-se destacar as indústrias de leite, geralmente ligadas por um sistema de cooperativas.

agroindústrias, mineradoras, residências, dentre outras, formando um conjunto de outras atividades com conferem ao espaço rural uma multiplicidade de funções, aspectos que, certamente, contribuem no processo de urbanização deste, por conta dos processos econômicos diversos.

O rural representa, então, o espaço no qual se verifica a presença de funções produtivas específicas, como agricultura e agroindústria; de menor densidade demográfica e ocupação humana; de uma delimitação político administrativa, que interfere não só na atividade produtiva como, também, na questão dos impostos e serviços municipais⁵; o espaço em que há menos artificialização ou substituição dos ecossistemas locais; e, finalmente, a presença da cultura como sendo um elemento de distinção social em relação a outros lugares, uma vez que diferentes lugares delimitados como rural podem, na verdade, estar impregnados de uma cultura urbana.

Este conjunto de elementos, referenciados acima, denota que o espaço rural representa o conjunto das formas constituídas entre a sociedade e a natureza, marcada pela presença da cultura e da técnica, no qual se evidencia a presença de elementos materiais e simbólicos que relegam ao lugar traços identitários (FROEHLICH, 2004).

Deve-se ressaltar, entretanto, que por meio da ação da cultura contemporânea disseminam-se elementos simbólicos urbanos, artificiais aos lugares, que vão sendo (re)absorvidos e (re)incorporados à cultura local, principalmente entre elementos simbólicos, formando o que Canclini (1995) denominou como *identidade multicultural*.

A presença de elementos materiais e simbólicos urbanos no espaço rural não é recente. No decorrer das décadas o urbano se materializava por meio de produtos e equipamentos modernos na perspectiva da melhoria nas condições de produção e de vida não alterando as funções diretamente, mas incluindo novos elementos à produção cotidiana. Notadamente esta situação ainda é real, mas foi ampliada pela melhoria dos meios de comunicação e transporte que, agora, chegam ao espaço rural de forma mais rápida, até mesmo em condições de instantaneidade.

⁵ O Imposto Territorial Rural – ITR é de competência do Governo Federal, que repassa uma parcela aos municípios. Entretanto, o município argumenta que todo o investimento na área rural em infra-estrutura é superior ao repasse da União. Cria-se, assim, um crescente interesse em urbanizar áreas rurais para substituir o ITR pelo Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU.

Em termos históricos, o processo de modernização no Brasil foi resultado da conhecida *revolução verde* que consistia na maximização da produção agrícola, por meio da inserção do uso de agroquímicos, os chamados *defensivos agrícolas*, e a intensificação da modernização do campo. Este modelo criou lugares condicionados aos cultivos de exportação, às *commodities* e aos *royalties*, atrelados aos capitais das empresas multinacionais, modelo no qual pode ser amplamente percebido em regiões como o centro-oeste brasileiro.

De outro lado, existe um rural marcado pela propriedade familiar, característica das regiões de imigrantes europeus, como a região colonial de Pelotas e outras regiões de imigração européia no estado que, em boa parte das vezes, não conseguiram acompanhar este movimento de modernização agrícola, somada ao crescimento industrial e, conseqüentemente, novos postos de emprego nas cidades, havendo uma tendência ao abandono do campo, êxodo rural, que marcou as décadas de 1960 e 1970 (Figura 1.4).

Num segundo momento, percebendo a saturação das cidades e a crescente eliminação de postos de trabalho, o chamado desemprego estrutural, o crônico empobrecimento e favelização das grandes cidades, diminuíram este movimento de migração e fortaleceram outros dois fenômenos no rural, denominados por Anjos (2004), Campanhola e Graziano (2000) e Schneider (2003) como êxodo agrícola e pluriatividade, no qual o habitante rural não mais abandona este espaço, apenas atribui novas funções, algumas vezes sem a produção agrícola, processo este que foi tratado em outros estudos como multifuncionalidade do espaço (CARNEIRO e MALUF orgs., 2003; PANIS, 2007)⁶.

⁶ Sobre este tema ver também Pugliese (1988) Comisión Europea (1992), Sacco dos Anjos (1994; 1995; 2003), Saraceno (1996), Carneiro (1996; 1998), Schneider (1994; 1995), Alentejano (1999), Abramovay (2001; 2003), Barthélemy (2002), Graziano da Silva (2003) e Aumand (2004).

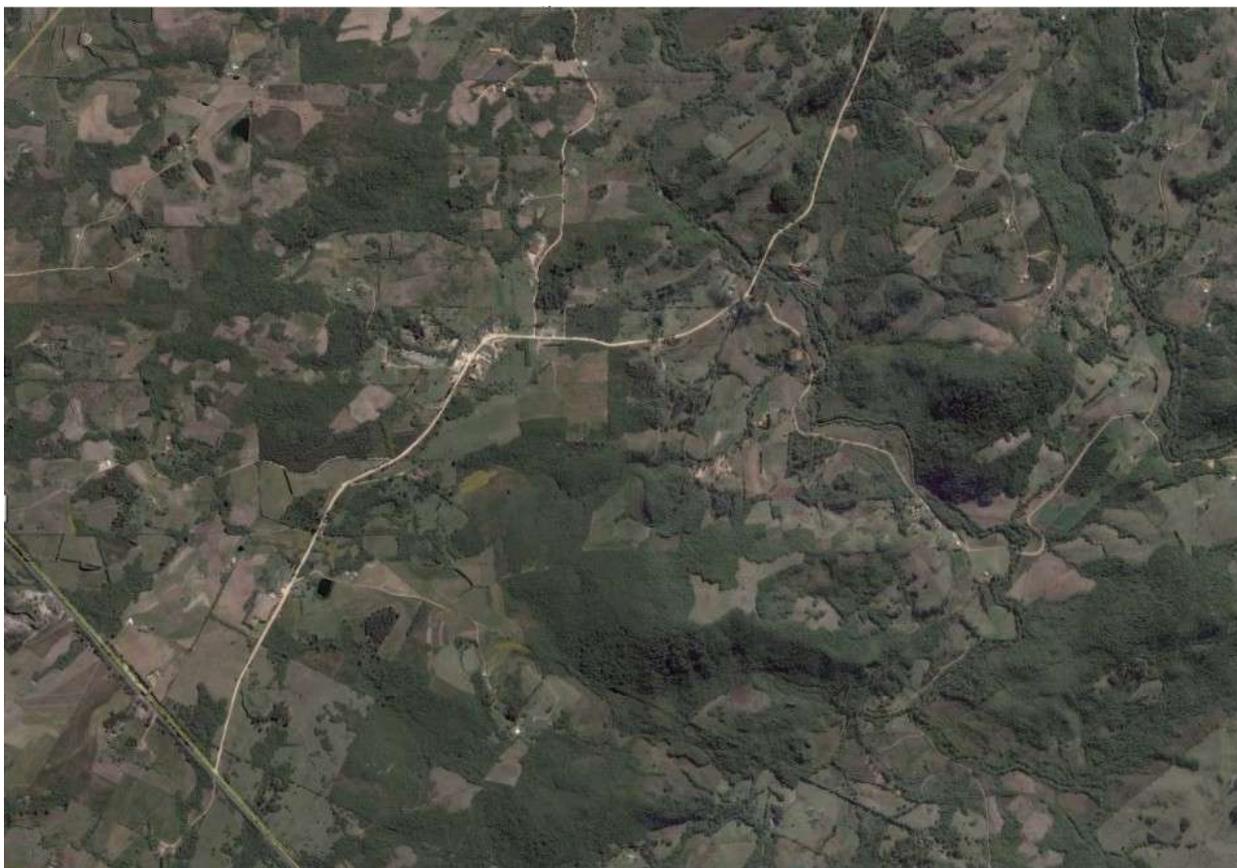


Figura 1.4: Representação da estrutura fundiária no Distrito de Rincão da Cruz – Pelotas/RS
Fonte: Google Earth, 2009

No período atual, entretanto, vislumbra-se a necessidade de ir além da análise de novas e diferentes funções para voltar-se às alterações, dinâmicas e novos atributos que se estabelecem complexamente no espaço e de como as sociedades locais absorvem estas transformações. Nesse sentido, os inúmeros processos de refuncionalização, no campo e nas cidades, tornam-se freqüentes. Para Evaso (1999, p. 35),

A refuncionalização diz respeito a alteração no sistema de valores que atinge o sistema material que compõe o espaço construído. Isso significa que nem tudo o que é refuncionalizado deve passar por demolições, reformas ou acréscimos, ou seja, nem sempre se pode observá-lo ocorrer na paisagem. Refuncionalizar é, como a palavra já diz, alterar a função de determinada coisa, e só. Não atrela, de modo algum, a mudança de função com intervenção na constituição física do elemento do sistema material, mas, atribui, a esse elemento, um novo valor de uso, que é a essência de uma refuncionalização. Portanto, a forma, por si só, não se refuncionaliza, mas é o seu conteúdo que assume nova conformação.

Assim, no período contemporâneo, a relação entre o patrimônio cultural e o turismo introduz um novo sentido ao espaço rural, porque redefinem ou ampliam os usos das formas por meio de novos conteúdos socioespaciais, no caso turísticos, conseqüentemente, intervindo na paisagem.

No Distrito de Rincão da Cruz, por exemplo, as atividades de turismo e lazer demandam maior circulação de pessoas na região colonial utilizando os espaços disponíveis. Os objetos materiais e a natureza adquirem novo sentido de uso em relação aos da população local. As cantinas de vinho passam a ser visitadas e os seus produtos são consumidos pelos visitantes e não apenas pelas famílias de produtores. As cachoeiras e matas passam a servir como lugares para banho e trilhas, adquirindo um novo sentido de uso e conservação.

Estes poucos exemplos permitem entender como a refuncionalização do espaço pode desencadear um processo de valorização do patrimônio cultural, no caso, contribuindo para o reconhecimento histórico da região colonial de imigração italiana em Pelotas.

Assim, somando as paisagens naturais que são abundantes no rural, à presença de patrimônio material edificado e à necessidade de gerar ganhos aos habitantes do espaço rural⁷, engendram na refuncionalização do espaço os ingredientes necessários para a promoção de atividades de turismo e lazer no Distrito de Rincão da Cruz.

É importante salientar que historicamente o turismo é uma atividade que tem seu advento atrelado à sociedade industrial e às conquistas dos direitos trabalhistas, principalmente o direito a férias. Na gênese desta atividade, de um lado, haviam as viagens de verão da burguesia e, de outro, as excursões em massa para os trabalhadores (URRY, 1999; KRIPPENDORF, 2000).

Segundo Chauí (1999) ao mesmo tempo em que a prática do turismo é uma conquista dos trabalhadores, por conta de adquirirem o direito ao descanso, é, ao mesmo tempo, uma forma de controle pelo capital, por conta de um consumo produtivo para os períodos de tempo livre dos trabalhadores.

⁷ Em Rincão da Cruz nem todo habitante do espaço rural está envolvido na estrutura do trabalho familiar agrícola. Isto porque existem outras atividades desenvolvidas que exigem tempo integral de seu promotor, mesmo nestes locais, como é o caso de mecânicos, trabalhadores de cooperativa ou comércio rural, dentre outros. Entretanto, atividades como turismo podem vir a gerar novas demandas para estes habitantes, até mesmo, alterando sua atividade econômica.

Simão (2006) analisa, também, os avanço tecnológico e as novas condições de vida moderna faz com que os habitantes das cidades necessitem sair de seu cotidiano, buscando lugares diferenciados da vida diária.

Assim, desde o seu surgimento, com a ascensão sociedade industrial, o turismo vem se tornando um dos maiores mercados em movimentação de capital nas últimas décadas, verificando tanto pelo governo (MTUR, 2006), quanto pelos pesquisadores dedicados ao estudo da atividade e os fenômenos desencadeados pela atividade (CRUZ, 2001), mas, sempre disponibilizando aos consumidores das mercadorias turísticas novidades e inovações.

Paes-Luchiari (2006, p. 49), por exemplo, ao analisar os processos de refuncionalização e mercantilização dos centros históricos afirma que “turismo, patrimônio cultural e qualidade ambiental seriam os novos ingredientes na atribuição de novos sentidos à paisagem urbana”. De modo semelhante o espaço rural tem sido o destino de muitos turistas que procuram estas características para descanso e visitação, ao seja, a presença do patrimônio cultural, como no Distrito de Rincão da Cruz, também, apresenta-se como um potencial atrativo a ser refuncionalizado e propenso a constituir um novo atributo à região, o que representa uma inovação no consumo deste espaço, neste caso, possibilitado pela oferta de natureza e de bens materiais e imateriais.

Contudo, em muitos casos não existe um planejamento no sentido de gerir estes recursos de forma a potencializá-los a partir do turismo, pensando regionalmente, em circuito ou mesmo na escala municipal. Esta necessidade estaria atrelada a idéia de desenvolvimento local.

O desenvolvimento local precisa ser pensado tendo presente a noção de complexidade (SEN, 1993; OLIVEIRA, 2002). Isto significa que os habitantes da colônia e o poder público, pois não é possível pensar o desenvolvimento sem, no mínimo, estes dois atores, não devem investir na promoção do turismo apenas por conta dos ganhos econômicos, o que Oliveira (2002, p. 11) caracteriza como a *dimensão quantitativa* do desenvolvimento, mas devem levar em conta a *dimensão qualitativa*, pois esta atividade está relacionada à totalidade espacial e, como tal, interfere no todo. Isto significa que o turismo influencia e é influenciado pelas dimensões políticas, econômicas, culturais e

ambientais do Distrito de Rincão da Cruz e não apenas por suas propriedades que são espaços de visitação.

Para Oliveira, Lucas e Teixeira (2007, p. 7-8)

O Turismo pode, desde que bem planejado e com a participação democrática dos atores envolvidos, contribuir de maneira significativa para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental de muitas regiões com grandes potencialidades turísticas, consideradas as características e os elos da cadeia produtiva, visando a melhoria da qualidade de vida e o bem comum. O turismo quando analisado apenas em sua potencialidade econômica deixa de cumprir com sua função social e cultural que vem desempenhando com certa parcialidade até o momento presente. Mas, se os planejadores turísticos conseguirem conjugar o Turismo com um planejamento que considere efetivamente os valores como o da responsabilidade social e da sustentabilidade. (...) Entender o sentido de interpretar, preservar e conservar o patrimônio pode ser uma alternativa para conservar os patrimônios históricos e culturais de cada município. Uma vez entendido estes conceitos, o risco de ter a integridade do patrimônio abalada é menor. Se o turista entender o significado de interpretar dará sustentabilidade ao atrativo.

Em se tratando da perspectiva de promoção das atividades de turismo e lazer no espaço rural, destaca-se dois aspectos que apontam para o conjunto das possibilidades em que os habitantes locais ou as empresas tomam como ponto de partida: primeiro, relacionado às atividades que buscam na natureza destinos para o descanso físico ou mental, por meio de escaladas, trilhas na mata, nadar em rios e banhar-se em cachoeiras, acampamentos, dentre outras atividades, principalmente entre os habitantes da cidade, e, segundo, a busca pelo contato com a cultura e os modos de vida diferenciados, representados pelo conjunto de bens materiais e imateriais que denotam o contato com o exótico, bem como a procura por produtos culturais distintivos representantes do patrimônio cultural pertencente ao lugar.

De maneira geral a atividade turística possui uma gama de conceituações e classificações diferentes. No caso do turismo no espaço rural, segundo a Associação Brasileira de Turismo Rural – ABRATUR, caracteriza-se como o "conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade"⁸.

⁸ Acesso em 02/07/2008 em www.turismorural.org.br/abraturr

De acordo com os marcos conceituais do Ministério do Turismo – MTUR (S/D), o turismo rural “é o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade”⁹.

Como o foco deste trabalho está voltado para o Rio Grande do Sul, cabe salientar que a Secretaria de Turismo do Estado – SETUR/RS, não possui até o momento documentos, ao menos para consulta e domínio público, em que estabeleça conceitualmente sua compreensão às atividades turísticas de qualquer natureza. No entanto, utiliza-se do recurso de enunciar as características do estado como atrativo ao que os viajantes podem encontrar. Assim, na página da SETUR pode-se encontrar que:

Viajar pelo Rio Grande rural é descobrir em cada rincão que se chega, uma história peculiar, ora contada pelo vento minuano que varre campos, coxilhas e serras, ora contada em prosa e verso no folclore de sua gente.

Viajar pelo Rio Grande rural é provar o sabor da comida típica feita no fogão a lenha e um churrasco gaúcho junto ao fogo de chão. Sentir o calor humano e hospitaleiro, o frio do inverno aquecido na roda de chimarrão. É sentir-se em casa em cada casa que se entra, vivenciando em cada lugar por onde se passa um pouco da sua essência.

Viajar pelo Rio Grande rural é ver que existe muito mais sobre esta terra do que o indicado nos mapas e livros de história. Uma tradição sentida no aperto de mão amigo, no linguajar misturado da colônia, na paisagem pastoril e nas paredes das estâncias que abrigam a memória farroupilha.

Ouvir o grito do quero-quero, sentir o aroma da serra, provar o doce amargo do mate, correr o campo a cavalo ou andar sobre a lavra da terra.

Venha sentir esta emoção viajando pelo Rio Grande do Sul rural. (SETUR, 2008)¹⁰

As formas de definir o turismo entre os órgãos governamentais e instituições específicas, em geral, estão atreladas às demandas de planificações e estatutos que delimitam a ação das políticas públicas ou os planos governamentais. De outro lado, os pesquisadores que se debruçam sobre o estudo dos fenômenos turísticos têm como foco a interpretação e o entendimento das dinâmicas sociais, dos mecanismos do mercado e das ações governamentais.

⁹ Documentos disponibilizados na página do Ministério do Turismo – MTUR. Acesso em 02/07/2008 em www.turismo.gov.br

¹⁰ Pesquisado na página oficial da Secretaria de Turismo do Estado do Rio Grande do Sul – SETUR, acesso em 02/07/2008, em www.turismo.rs.gov.br

Mesmo entre os pesquisadores e estudiosos do tema, há uma dificuldade em conceituar e definir o turismo, compreendida como uma atividade complexa que, por representar fenômenos sociais, está atrelada a variáveis econômicas, sociais, culturais, políticas, geográficas e ambientais.

Não se discorda sobre a importância em conceituar e definir o turismo enquanto uma atividade que se apresenta complexa à sociedade. Contudo, é preciso levar em consideração que mais importante que o rigor da conceituação está a análise dos efeitos que esta atividade promove nos lugares. Isto porque deve-se considerar que os lugares, os destinos turísticos, estão em constante processo de modificação, segundo variáveis internas e externas, no qual por conta da peculiaridade e complexidade da sociedade local, pode gerar inúmeros resultados (PAES-LUCHIARI, 2004).

Nesta medida, é preciso compreender que a atividade turística pode representar diferentes realidades, baseadas entre os atrativos oferecidos pelos lugares e a demanda daqueles que buscam os lugares turísticos. Em se tratando do espaço rural, por exemplo, o turismo está fortemente ligado a atividades junto à natureza, no qual os participantes buscam espaços verdes para explorar e descansar.

Este tipo de prática turística junto à natureza, no período atual, intensificou-se devido a todo um movimento global em torno da conservação do meio ambiente, representada em campanhas e ações de governos, empresas e ONG's. Historicamente este movimento se intensifica a partir da década de 1960, quando se intensificaram os debates a respeito dos riscos da degradação do meio ambiente, que culminou com a Conferência de Estocolmo, em 1972 (BRÜSEKE, 1995). No decorrer das décadas esta discussão permaneceu na pauta dos debates quando, na década de 1990, a ordem do dia passou a ser a promoção do desenvolvimento sustentável, atrelado à preservação do meio ambiente e de ações ecologicamente corretas (CAVALCANTI, 1995).

Este movimento global é reforçado pelas empresas que não queriam mais ser apresentadas no cenário internacional como poluidoras e degradadoras do meio ambiente, reforçando o movimento pelo desenvolvimento econômico sustentável e a criação de um “mercado verde”.

No trato da relação com o turismo Paes-Luchiari (2002) analisa que:

Ao reinventar a natureza como paisagem valorizada, o ambientalismo contemporâneo abriu caminho para a mercantilização das paisagens naturais e para uma nova forma de segregação socioespecial. O mesmo espírito preservacionista, que protegeu ecossistemas naturais, também selecionou paisagens para serem vendidas e transformadas em novas territorialidades das elites urbanas que são, agora, *guardiãs da natureza*, esse processo restringiu ou excluiu antigas práticas sociais de subsistência das populações tradicionais. O acesso seletivo às paisagens naturais preservadas (litorais, montanhas, florestas) ganhou atributo de distinção social e tem contribuído para o fortalecimento das desigualdades socioespaciais (PAES-LUCHIARI, 2002, p. 25-26). *(grifo da autora)*

A atenção dispensada à natureza e sua importância na promoção das atividades de turismo e lazer está situada na compreensão de que, cada vez mais, o turista busca nos espaços verdes, uma reaproximação com o ambiente natural. Este é o caso do Rincão da Cruz, bem como da região colonial de Pelotas, na qual uma parcela considerável dos visitantes das localidades busca lugares sossegados para descanso e maior contato com a natureza, nas cachoeiras e matas.

No Distrito de Rincão da Cruz, para além da oferta de natureza aos visitantes, do qual se considera patrimônio natural, também, encontra-se uma paisagem colonial, com a presença de bens materiais e imateriais que pode ser conhecida, dessa maneira o território é a própria expressão identitária do patrimônio cultural da região colonial.

A relação entre o turismo e o patrimônio cultural é, também, uma abordagem recente entre as ciências sociais e, obviamente, a geografia. Para Barretto (2000) e Costa Beber e Barreto (2007) o uso do legado cultural enquanto atrativo turístico representa duas possibilidades distintas. De um lado, atrair um público diferenciado, interessado em um consumo cultural, contribui na recuperação e conservação da memória e da identidade local. De outro lado, adverte, corre-se o risco de que o turismo acabe por banalizar e interferir na cultura local. Nesta medida, segundo Barretto (2000, p. 32) “o patrimônio deixa de ser valioso por sua significação na história ou na identidade local e passa a ser valioso porque pode ser ‘vendido’ como atrativo turístico”.

Também sobre esta relação Troncoso e Almirón (2005) afirmam que as atividades de turismo que possuem no patrimônio cultural um atrativo estão direcionadas a um novo tipo de turista preocupado em se aproximar e conhecer as diferentes expressões culturais, além de buscarem consumir produtos mais sofisticados, diferente do turismo de massa. Afirmam ainda que:

De esta manera, se resalta que (a diferencia del turismo tradicional) la práctica del turismo de patrimonio permite a los turistas acercarse y contactarse con él, valorándolo, disfrutándolo y conociéndolo permite informarnos y aprender sobre el pasado. El turismo aparece, así, como un medio efectivo para la promoción social del patrimonio; en otras palabras, se destacan los efectos positivos que tiene el conocimiento del patrimonio sobre el turista (como, por ejemplo, la conciencia sobre la importancia y necesidad de su protección y conservación). (TRONCOSO e ALMIRÓN, 2005, p. 62)

Obviamente que deve haver o cuidado para que o patrimônio não seja apenas um produto explorado pelo turismo. Na verdade, o turismo deve ser um instrumento que ao mesmo tempo permita a conservação e preservação do patrimônio e, ainda, contribua na geração de renda para a comunidade local, no caso do turismo no espaço rural. Sobre isto Rodrigues (2001) aponta que:

Além do valor cultural específico, do ponto de vista do turismo cultural, esses bens materiais possuem outro valor, o de serem objetos indispensáveis, cujo consumo constitui a base de sustentação da própria atividade. O mesmo acontece com o patrimônio ambiental, cuja valorização ultrapassa sua importância para a qualidade de vida das populações locais. (RODRIGUES, 2001 p. 15-16)

Deve-se compreender, portanto, que o patrimônio cultural não é apenas representado por objetos individuais. O patrimônio, enquanto expressão das populações e das culturas, está atrelado ao território, é parte constituinte da expressão territorial. Este aspecto, aliás, já havia sido ressaltado em Maio de 1964 na Carta de Veneza, que no seu Artigo 7º estabelece que “El monumento es inseparable de la historia de que es testigo y del lugar en el que está ubicado” ([1964] FUNARI e DOMÍNGUEZ, 2005, p. 10).

Assim, quando da promoção de atividades de turismo e lazer, deve-se levar em conta a totalidade do patrimônio cultural, aqui entendido em sua dimensão material, como as formas construídas e perpetuadas na paisagem; imaterial, como sendo o produto intelectual, as técnicas, a religiosidade, as festas, o conhecimento acumulado e reproduzido, dentre outros; e natural, representado por elementos da natureza preservados ou apropriados segundo as diferentes possibilidades e as necessidades socioeconômicas de cada local e região, por meio da aplicação do trabalho e da técnica socialmente produzido e reproduzido (PAES-LUCHIARI, 2007).

Nesta perspectiva, a promoção de atividades de turismo e lazer no Rincão da Cruz, além de representar a diversificação das atividades produtivas e busca de ganhos econômicos por parte da população local, pode contribuir na preservação e conservação física e cultural do patrimônio, por meio da atribuição de novas funcionalidades.

Assim, tendo presente a dinâmica da sociedade e os desafios que se impõem aos lugares neste período contemporâneo, torna-se fundamental efetuar estudos e análises no sentido de compreender as transformações e os novos usos do espaço rural, em especial, pela promoção de atividades de turismo e lazer.

Além disso, direcionando o olhar para o Rio Grande do Sul, no caso deste trabalho para a região colonial de Pelotas, em se tratando de uma região de imigração européia, que contribuiu para a constituição de lugares peculiares, deixando um legado cultural para a sociedade atual, deve atentar para os novos usos do patrimônio cultural, por meio da ação da sociedade, do mercado e do estado.

2º CAPÍTULO – A CONSTITUIÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL RURAL NO RIO GRANDE DO SUL: O LEGADO DOS IMIGRANTES EUROPEUS

O estado do Rio Grande do Sul tem no histórico de sua formação uma grande diversidade de processos de ocupação, variando segundo cada região e etnia que o povoou. Essa diversidade, presente no campo e na cidade, advém de diferentes características socioespaciais de cada região, o que confere a cada lugar elementos simbólicos e identitários que denotam singularidade¹¹.

De acordo com a proposta da Assembléia Legislativa, o estado do Rio Grande do Sul está dividido em três mesorregiões: a metade sul, a metade norte e a Região Metropolitana de Porto Alegre - RMPA. Esta divisão se baseia em critérios físicos e sócio-econômicos, mas, da mesma forma, expressa a variedade cultural do estado da ocupação do solo gaúcho. O conjunto de formas e objetos distribuídos no território possibilita visualizar as configurações socioespaciais específicas de cada lugar. A maneira como estes objetos se apresentam na paisagem, produzida por meio dos processos sociais, permite que esta passe a representar o que Santos (1997b) denominou de expressão territorial, formas que revelam a identidade do território.

A partir de distintos processos sociais as populações foram se distribuindo de maneira diferenciada no território gaúcho. A metade norte do estado foi povoada basicamente por imigrantes europeus, de origem italiana e alemã, enquanto que a metade sul, de povoação mais antiga, é marcada caracteristicamente pela presença de descendentes de espanhóis, vindos do oeste, e portugueses que chegaram pelo litoral (Figura 2.1). Evidentemente, como outros grupos com menor representação, estas são etnias chegadas ao estado por movimentos imigratórios, diferente dos grupos indígenas nômades que habitavam anteriormente as terras e que acabaram sendo submetidos à cultura dos povoadores ou marginalizados por eles.

¹¹ Apesar de estar introduzindo o assunto sobre a formação socioespacial do estado neste momento, este tema será melhor explorado na parte II do trabalho.



Figura 2.1: Representação na divisão do estado entre a metade sul e norte
Fonte: MAGNOLI, OLIVEIRA e MENEGOTTO (2001)

Segundo o Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul, a Região Metropolitana de Porto Alegre – RMPA, concentra 37% da população em 31 municípios. Assim, representa a área de maior densidade demográfica, bem como de densidade *técnico-científico-informacional* do Estado. Ainda, tem limites com municípios historicamente de ocupação colonial.

Diferentes processos de ocupação e reprodução social indicam uma diversidade das atuais *formas-conteúdos* (SANTOS, 1999), o que significa que as populações constituíram no espaço uma ampla variedade de bens materiais, de acordo com suas necessidades, e marcaram alguns lugares com conteúdos distintos. Estes conteúdos são produtos da ação da cultura vivida no cotidiano e do permanente embate das relações de poder, entre *horizontalidades* e *verticalidade*.

Isto, porque, no período atual, cada vez mais há o embate entre o espaço das redes, pontos em diferentes territórios ligados por relações de interesse e poder, que constituem apenas uma parte do espaço ou o espaço de alguns, denominados de verticalidades, e o espaço banal, das horizontalidades, no qual se dão as relações de vizinhança, um espaço de todos. Esta oposição permanente entre as horizontalidades e verticalidades pode fortalecer ou enfraquecer o arcabouço cultural dos lugares, de acordo com as influências que exerce neles (SANTOS, 2005).

As formas-conteúdos representam a associação de uma funcionalidade, um conteúdo social à forma, pois estas não são apenas produto material resultante dos modos de produção que marcaram a sua origem. Nas palavras de Santos (2002, p. 103) “a idéia de forma-conteúdo une o processo e o resultado, a função e a forma, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o social”, ou seja, uma não existe sem a outra.

No que diz respeito à produção do espaço ao longo da história e a maneira como as formas-conteúdo deixaram marcas culturais nos lugares, Cifelli (2005, p. 31) analisa que o sistema de objetos e de ações, concretizados por bens materiais ou imateriais, representa o produto das relações sociais ocorridas ao longo do tempo, mediadas pela dimensão política, econômica e cultural da sociedade.

Assim, as formas-conteúdos passam a representar a bagagem cultural da sociedade local que, mesmo perdendo suas funções originais, são reconhecidas por sua condição histórica, neste caso, podendo receber o título de patrimônio cultural, justificando sua preservação, por possuir valor identitário para a sociedade.

Cabe salientar que o conceito de patrimônio cultural engloba todas as adjetivações comumente usadas para designar o patrimônio, tais como histórico, arquitetônico, arqueológico e natural. Isto porque estes bens materiais e imateriais remetem à idéia de

construção social e herança, um legado do passado que permanece na atualidade, produtos e representações de processos sociais mediados pela cultura e perpetuados nos lugares (PAES-LUCHIARI, 2006).

Na dinâmica da sociedade contemporânea, comandada pela agilidade dos fluxos de capital e pela fugacidade das relações, estes bens perpetuados no espaço representam velhas formas que, no horizonte dos interesses econômicos e sociais, podem adquirir novas funções, muitas vezes sobrepondo o valor econômico ao valor histórico e cultural.

Em outra perspectiva, a partir da discussão do capítulo anterior sobre a relação entre patrimônio cultural e turismo, a utilização destas velhas formas para novas funções pode representar uma ação combinada entre a preservação e a divulgação do patrimônio cultural e a aquisição de ganhos econômicos, sobretudo por meio de atividades de turismo e lazer.

Estas *rugosidades* (SANTOS, 1980), representam distintos momentos históricos na imbricada relação da formação socioespacial, permanecem entre a apropriação e a destruição de formas espaciais, enquanto objetos fixos da paisagem. Segundo Santos (1980, p. 138)

O espaço portanto é um testemunho; ele testemunha um momento de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada. Assim o espaço é uma forma, uma forma durável, que não se desfaz paralelamente à mudança de processos; ao contrário, alguns processos se adaptam às formas preexistentes enquanto que outros criam novas formas para se inserir dentro delas.

Sobre esta questão Moraes (2002, p. 54) afirma que o papel da geografia consiste em “captar o movimento interno da produção do espaço entendendo a lógica que presidiu a execução dos arranjos territoriais e das construções e apreender o resultado de tal processo em diferentes momentos (...)”. Neste sentido, entender a totalidade e a complexidade das relações e processos que produzem o espaço, significa estabelecer conexões entre os fenômenos e as variáveis políticas, econômicas e culturais que compuseram as transformações históricas na formação dos lugares. A partir disso, pode-se compreender sob quais fenômenos e eventos a dimensão material

e imaterial do espaço foram produzidas e porque sua manifestação pode garantir-lhe a condição de patrimônio cultural.

Grande parte do patrimônio cultural encontrado no Rio Grande do Sul representa o resultado dos diferentes processos sociais que, não apenas permitiram uma condição de diversificação da cultural imaterial, mas, da mesma forma, de uma cultura material, o que torna o estado conhecido por distintas paisagens culturais, que traduzem diversos capítulos da ocupação do solo gaúcho, entre guerras, processos imigratórios, eventos políticos e econômicos, dentre outros.

Anterior à constituição do elemento gaúcho, como é conhecido nos dias atuais, mas com igual importância na constituição e fortalecimento da identidade deste, está o histórico da formação dos Sete Povos das Missões que faz referência à chegada dos jesuítas no estado, por conta das missões da coroa portuguesa¹².

No que se refere aos imigrantes europeus não-portugueses chegados ao Brasil nas levas de imigração, de maneira especial ao Rio Grande do Sul, torna-se importante entender como o legado cultural do gaúcho, das tradições e costumes, foi incorporado aos hábitos e costumes destas etnias e de outras chegadas posteriormente. Isso diz respeito às trocas simbólicas e às relações com as técnicas, os usos e os costumes (FROEHLICH, 2004).

Este personagem da história do Rio Grande do Sul, o gaúcho (Figura 2.2), resulta da miscigenação entre os povos ibéricos, espanhóis, que povoavam as cidades platinas, com índios Charruas e Minuanos que habitavam o pampa, os quais foram se adaptando ao uso e domesticação do cavalo selvagem, animal típico da região entre o estado, a Argentina e o Uruguai¹³.

Mesmo não existindo uma única definição para o uso do termo “gaúcho”, sua aparição histórica está relacionada à lida pecuária da criação do gado livre dos campos da região do *Pampa*, que contribui na formação do comportamento deste habitante, de hábitos e tradições marcantes na lida do campo.

¹² Processo semelhante ao ocorrido com a Colônia de Sacramento, no Uruguai, que estará, inclusive, no cenário das Guerras Guaraníticas do século XVII.

¹³ São consideradas cidades platinas todas que estão na área de abrangência da Bacia do Prata (*Del Plata*), formada pelos rios Paraná, Uruguai e Paraguai. Esta bacia influenciou a formação de cidades que tinham a pecuária como uma das principais atividades econômicas.

Estes hábitos e tradições peculiares do gaúcho são, possivelmente, o maior patrimônio legado à cultura rio-grandense, que se espraia por todo estado e é apropriado por outras culturas, inclusive os imigrantes chegados a partir do século XIX.



Figura 2.2: Imagem do Gaúcho e da Prenda com indumentária característica
Fonte: <http://www.sougaucho.com.br>

Apesar do forte elemento cultural, da tradição, seus maiores legados estão relacionais aos bens imateriais, ou seja, dos modo de agir, das práticas culinárias e de trabalho, que se perpetuam nos dias atuais, como uma condição de pertença à tradição regional, tais como o consumo do *chimarrão*, tradição cultural herdada dos índios Guaranis que, na Região das Missões, eram produtores do mate, erva utilizada na elaboração do chimarrão (LESSA, 1953; FAGUNDES, 1984); o *churrasco*, alimento de prática produção e consumo, principalmente na lida com o gado e nas vacarias; a *indumentária*, veste típica do gaúcho formada basicamente pelo chapéu, bombacha, botas, camisa e o poncho, que o protegiam para a lida do campo e as intempéries do tempo; e o *modo de ser e agir*, dentre outros elementos a serem destacados (LESSA, 1985; LAYTANO, 1981; ALBECHE, 1996). Além disso, dá-se destaque a música,

elementos que, como o gaúcho, se constituiu pela mistura de estilos e que permite, nos dias atuais, conservar a tradição (CORTES e LESSA, 1997).

Uma representação do típico gaúcho, bem como do imbricado processo de formação do estado, pode ser encontrado na famosa obra de Érico Verríssimo, a trilogia “*O Tempo e o Vento*”, mais especificamente no terceiro episódio do primeiro volume “*O Continente*”, em que o autor imortaliza a figura do gaúcho em “*Um certo Capitão Rodrigo*”. O personagem, de mesmo nome, é um elemento representativo do gaúcho da época, que encarna o código de honra, mediante os atributos de coragem, impetuosidade, machismo, violência física e um relativo conceito de moral.

Direcionando o olhar para região central e norte do estado, como também para uma parcela considerável da região leste, na qual está assentada a Região Metropolitana de Porto Alegre, irá se encontrar outra paisagem, não apenas por esta última abarcar importante parcela dos habitantes e da densidade técnica do estado, como também por confirmar uma região na qual os grupos de imigrantes se estabeleceram, marcadamente, imigrantes alemães, chegados primeiramente, a partir de 1824, e posteriormente os imigrantes italianos, vindos nas levas a partir de 1875.

O primeiro grupo, dos imigrantes alemães, compreende as primeiras iniciativas do Governo Geral visando a ocupação das áreas rurais do estado por pequenas propriedades que tinham como principal objetivo a produção de alimentos para o consumo das cidades. Por conta de serem as primeiras levas de imigrantes, estes se estabeleceram em regiões estrategicamente melhor localizadas, na região de Vales com abundância de água e outros recursos da fauna e da flora, além de receberem as maiores parcelas de terra, em torno de 60 hectares (Figura 2.3) (LAZZAROTTO, 2001).

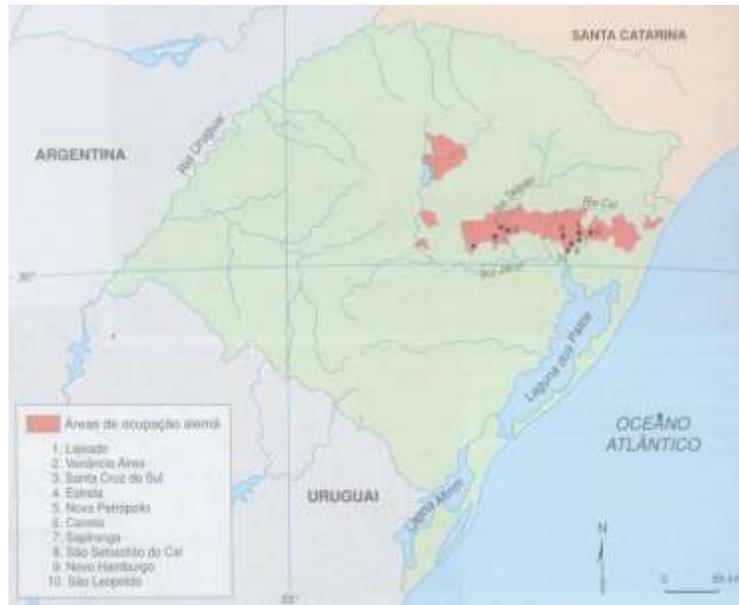


Figura 2.3: Localização das Colônias de Imigração Alemã do Rio Grande do Sul
Fonte: MAGNOLI, OLIVEIRA e MENEGOTTO (2001)

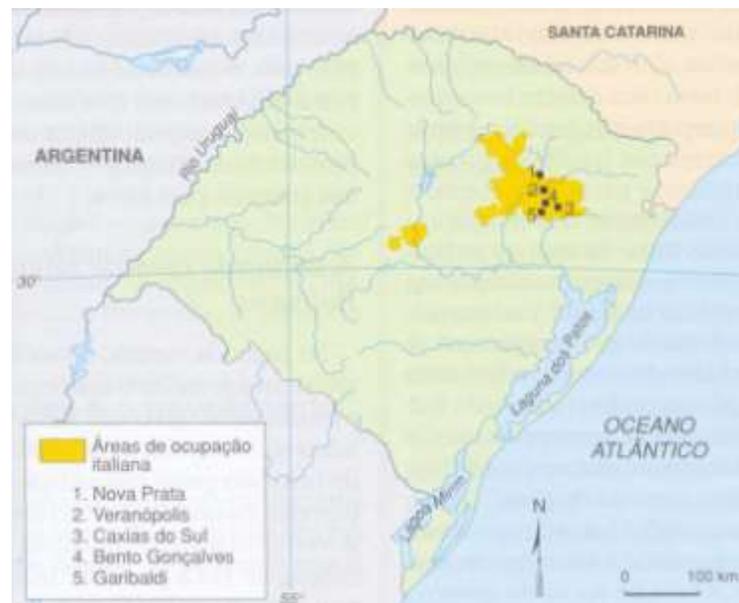


Figura 2.4: Localização das Colônias de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul
Fonte: MAGNOLI, OLIVEIRA e MENEGOTTO (2001)

O segundo grupo, dos imigrantes italianos, fez parte da segunda fase da política de imigração do Governo Geral, chegados em outro contexto histórico da política, tanto da Europa, quanto do Brasil, o que influenciou não apenas na dimensão de suas parcelas de propriedades, em torno de 30 hectares, como em sua localização,

assentando-se nas regiões de relevo mais acidentado e de maior altitude, muitos lugares dos quais conhecidos como *Serra Gaúcha* (Figura 2.4).

Na verdade esta denominação é incorreta, pois a *Serra Gaúcha* está localizada na região sul do estado, situada entre a *Encosta do Sudeste* e a região da *Campanha*, sendo que a “*Serra Gaúcha*” que é divulgada equivale à região fisiográfica conhecida como *Escarpa do Planalto*. Entretanto, esta região já se estabeleceu enquanto cenário e paisagem colonial, produto de relações mercantilizadas utilizadas para o turismo.

O aprofundamento sobre a formação histórica do estado e dos processos migratórios são temas que serão abordados de forma mais completa na segunda parte deste trabalho. A perspectiva, neste momento, é apenas dimensionar o processo de chegada dos imigrantes europeus para termos o contato com seu legado histórico, material e imaterial, que atualmente constitui parte do patrimônio cultural da região.

Na constituição e perpetuação das colônias em diferentes lugares, os imigrantes chegados ao estado necessitaram aplicar diversas técnicas e utilizar variados instrumentos de trabalho para transformar as formas espaciais, de maneira a garantirem condições de reprodução social. É por conta deste processo que atualmente encontra-se numerosas construções, instrumentos de trabalho, práticas sociais, dentre outros aspectos, que denotam a presença e o legado dos imigrantes europeus, em muitos lugares reproduzidos por seus descendentes.

Assim, no que concerne ao processo de imigração européia e à constituição dos lugares no Rio Grande do Sul, percebe-se, de um lado, que os imigrantes e seus descendentes deixaram de herança um conjunto de bens materiais e imateriais, como técnicas e conhecimentos, que passaram a identificar uma parcela específica do território, um legado cultural que alterou a trajetória histórica dos lugares nos quais os imigrantes se estabeleceram e, por esta singularidade, reivindicam para si o seu reconhecimento enquanto patrimônio.

Cabe salientar que os estudos sobre o patrimônio cultural representam formulações e pesquisas novas na ciência geográfica, portanto, para dar continuidade ao trabalho, torna-se importante situar nosso entendimento sobre patrimônio cultural.

Em termos etimológicos o termo patrimônio tem origem no latim de *patrimonium*, que se referia a tudo o que pertencia ao pai ou ao *pater familias*, pai de família (FUNARI e PELEGRINI, 2006, p.10).

O próprio termo *patrimonium* deve-se à junção de dois vocábulos, *pater* e *monos*. Enquanto *pater* diz respeito ao pai, chefe de família, ou a seus antepassados; o vocábulo *monos* significa lei. Aprofundando a compreensão sobre o termo, Oliveira (2005, p. 14) afirma que este se refere “à herança legada pelos antepassados enquanto fundadores e criadores do nosso presente”, no qual devemos “refazer nosso contato com as origens que fundaram o corpo social e a comunidade à qual pertencemos”.

Desta maneira o patrimônio cultural remete à idéia de construção social e herança deixada do passado. Esta herança material e imaterial permite, ainda, conhecer as origens e entender os processos que constituíram os lugares. Para Barretto (2000, p. 11), nos dias atuais o patrimônio cultural pode ser entendido como o “conjunto de todos os utensílios, hábitos, usos e costumes, crenças, formas de vida cotidiana de todos os segmentos que compuseram e compõem a sociedade”.

De acordo com Canclini (1994, p. 96), “o patrimônio cultural expressa a solidariedade que une os que compartilham um conjunto de bens e práticas que os identifica, mas também costuma ser um lugar de cumplicidade social”. Para o autor, o patrimônio cultural não é representado apenas pelos grandes monumentos como, por exemplo, as pirâmides, a grande muralha da China, dentre outros que, enquanto expressão material e herança, representam a opulência dos que estavam no poder. Em termos de cumplicidade social, é preciso voltar a atenção para as práticas sociais e os bens que representam a cultura dos lugares, enquanto expressão de um processo social histórico e atual, no caso dos descendentes de imigrantes italianos, tais como a culinária, a produção do vinho ou a religiosidade e o lazer, dentre outros aspectos que constituem uma solidariedade e uma identidade local. No que diz respeito a valorização dos elementos mais próximos da experiência cotidiana de um grupo, como representações autênticas da cultura, Canclini (1994) afirma que

O patrimônio cultural – ou seja, o que um conjunto social considera como cultura própria, que sustenta sua identidade e o diferencia de outros grupos – não abarca apenas os monumentos históricos, o desenho urbanístico e outros bens físicos; a experiência vivida também se condensa em linguagens,

conhecimentos, tradições imateriais, modos de usar os bens e os espaços físicos. (CANCLINI, 1994, p. 99)

Nesta medida, Canclini (1994) adiciona outros ingredientes na discussão e no entendimento do que deve ser considerado patrimônio, em relação à representatividade das sociedades locais.

Este é um aspecto importante, pois a política de preservação no Brasil, no início do século XX, estava atrelada às grandes obras e monumentos artísticos das cidades, as representação da cultura dominante que não abrangiam a diversidade cultural existente no país (FONSECA, 2005). Esta relação dificultou o entendimento das comunidades de imigrantes sobre a importância da preservação de seus patrimônios, por não possuir a percepção do valor cultural que estes representavam.

Isso se percebe tanto no Distrito de Rincão da Cruz quanto na região colonial de Pelotas, que guardam em seu território uma importante e representativa parcela da cultura material e imaterial da formação histórica do espaço colonial, mas que apenas a poucos anos vêm sendo reconhecida pela comunidade como representativa do patrimônio cultural na região.

Este patrimônio cultural nos lugares é representado no conjunto destes bens móveis e imóveis, formas construídas e perpetuadas na paisagem, dotadas de valor simbólico, tais como as construções e a arquitetura, os instrumentos de trabalho e de lazer. Além disso, os bens imateriais, tais como as técnicas de trabalho, a religiosidade, a culinária, a musicalidade, o conhecimento acumulado e reproduzido são traços da cultura, transmitidos por gerações. Finalmente, têm-se os elementos naturais, preservados ou apropriados segundo as diferentes possibilidades e necessidades sócio-econômicas de cada região, representados nas paisagens naturais valorizadas.

Todos estes aspectos reunidos constituem o patrimônio cultural e sintetizam na paisagem, além dos objetos materiais, a memória da sociedade local, e as identifica enquanto pertencentes a um grupo, uma etnia, uma cultura.

Nesta medida, a valorização de bens culturais, mesmo antes da proteção jurídica, alcança uma condição de reconhecimento social, na qual os habitantes locais ou mesmo pessoas não pertencentes ao lugar reconhecem a importância que estes bens possuem por sua representação histórica e cultural. No Distrito de Rincão da Cruz,

no município de Pelotas, o resgate e a preservação da história e da memória dos imigrantes italianos e seus descendentes tem sido um movimento presente na ação da população local. Para Bertoncetto (2004, p. 2):

(...) el patrimonio puede ser entendido como el acervo de una sociedad, este es, el conjunto de bienes acumulados por tradición o herencia, común al conjunto de los individuos que constituyen esa sociedad. El vínculo con la identidad es una característica distintiva, en la medida en que el patrimonio expresaría, de modo sintético, los valores que la sociedad reconoce como propios. El vínculo con la cultura es también central, en la medida en que el patrimonio es parte de una cultura, en muchos casos visto como aquella parte de la cultura que se ha podido conservar.

Isto significa que as pessoas podem se identificar com este “conjunto de bens”, de maneira que este vínculo, esta herança, venha a reforçar a identidade da sociedade local, como um sentimento de pertença ao lugar. Assim, o patrimônio cultural é carregado de valor simbólico, permitindo às pessoas a identificarem nele aspectos próprios de sua cultura.

Assim, o patrimônio cultural não é apenas um produto do tempo, revelado em sua antiguidade, mas é, também, um produto do espaço, uma vez que seu sentido está atrelado ao reconhecimento do conjunto das formas e das vivências cotidianas que preenchem o lugar.

No caso específico dos imigrantes italianos vindos para o Brasil, em diversas regiões do Rio Grande do Sul e de Pelotas, percebe-se como a cultura do vinho, do fabrico ao consumo, a produção dos alimentos, desde o cultivo até o consumo, a expressão da religiosidade católica e o apego aos santos, a dimensão da festa e da comemoração em comunidade, as técnicas de trabalho, que perpassam toda experiência cotidiana das famílias, a hierarquia de característica matriarcal¹⁴ e de obediência ao Sacerdote, por conta da religiosidade, dentre outros elementos, vão de encontro à afirmação de Bertoncetto (2004), pois compreende este conjunto de bens que são acumulados e transmitidos por tradição e herança, uma bagagem cultural que os caracteriza e identifica, neste caso, em sua *italianidade*.

¹⁴ Entre os italianos existe a figura da *Nona*, que na tradução para o português significa avó, ou seja, no sentido de que a mulher mais velha detém o poder da célula familiar, uma vez que as famílias italianas nunca de dissipam totalmente, geralmente algum filho permanece na propriedade para dar continuidade ao legado e cuidar dos pais.

Esta identidade dos descendentes de imigrantes italianos, bem como o conjunto dos bens materiais que permanecem no espaço, recebem maior reconhecimento social do que legal, no que diz respeito a se tornarem oficialmente patrimônio cultural, de modo especial no Distrito de Rincão da Cruz, uma vez que este lugar não possui a titulação histórica enquanto Colônia de Imigração Italiana, tais como as outras colônias indicadas na Figura 2.4, as quais, pela dimensão e pelo número de imigrantes fixados, ostentam tal titulação, colocando a colônia de Pelotas, bem como a região sul do estado em um capítulo diminuto da história da imigração italiana no estado.

Entretanto, se, por um lado, existe o argumento de que o reconhecimento das outras colônias de imigração italiana em relação à Colônia Maciel é por conta da dimensão mínima que cada colônia deveria possuir (por volta de 800 lotes), o que interferiu diretamente no tamanho da colônia, por outro lado, não se pode deixar de estabelecer que o processo de imigração para o Brasil e para o Rio Grande do Sul é um capítulo histórico de importância ímpar na formação da sociedade gaúcha, bem como de muitas cidades e localidades, como no caso da região colonial de Pelotas¹⁵.

Dentro deste contexto a Colônia Maciel, no Distrito de Rincão da Cruz, é o lugar no qual os imigrantes originalmente foram assentados quando chegados em Pelotas, portanto é o núcleo da imigração italiana na região. Além disso, segundo o Livro Tombo da Paróquia Santa Anna, sua fundação data de 1884 (ANEXO 01).

Assim, a destinação de um grupo de imigrantes italianos para o município de Pelotas, ao invés de outras regiões de imigração, nas quais, inclusive, haviam parentes destes imigrantes, representou não apenas uma opção política do Governo Geral e do município de Pelotas como, também, um capítulo na história do lugar, que marcou o espaço com bens materiais e impregnou a cultura com bens imateriais que, permanecendo como herança dos processos históricos, também receberam o direito de terem reconhecidos seu patrimônio cultural.

Sem sombra de dúvidas que a prática legal de proteção e conservação do patrimônio é um fenômeno novo, na condição de que os órgãos e entidades específicos foram criados apenas no século passado e, também, o próprio processo de

¹⁵ Este assunto será melhor tratado no capítulo no capítulo 4.

tombamento demanda tempo e minuciosidade. Para Rubino (1996), ao tratar do processo de tombamento dos bens patrimoniais brasileiros,

(...) o tombamento não é a totalidade do trabalho de preservação (...) é o momento mágico da classificação. É quando se fixa o que antes se encontrava solto, se destaca e se distingue o que parte de um contínuo, quando se agrega o que era fragmento. Ao ganhar um número de inscrição o bem adquire uma segunda existência: passa a fazer parte do modelo reduzido de um país imaginado (RUBINO, 1996, p. 98)

Assim, os bens materiais e imateriais, quando reconhecidos por seu valor singular recebem proteção legal, a partir de instrumentos jurídicos específicos. Entretanto, deve-se destacar que, no município de Pelotas, o número de bens que não possuem proteção enquanto patrimônio, em relação aos que possuem é relevante e, entre os que recebem proteção, todos estão situados nas cidades. Isso significa, na pior das hipóteses, que o patrimônio cultural no espaço rural, representado por elementos construídos, naturais e imateriais, pode deixar de existir se não for reconhecido ou se não receber funções específicas que garantam a continuidade de sua existência, sendo que uma das possibilidades, possivelmente, está atrelada às atividades de turismo e de lazer.

Argolo Ferrão (2007), ao analisar o patrimônio arquitetônico relacionado ao processo histórico do café, destaca a peculiaridade de um conjunto de bens materiais e paisagísticos, atributos do espaço, que representam tipicamente o patrimônio cultural rural. Segundo ele:

Os antigos casarões e senzalas, colônias e casas de trabalhadores dispersas construídas com técnicas tradicionais da arquitetura rural ou com materiais e técnicas alternativas de construção, toda arquitetura vernacular, antigas capelas rurais, antigos engenhos e casas de máquinas, o próprio maquinário desativado, antigos equipamentos de produção e energia (monjolo, rodas d'água, etc), elementos e sistemas estruturais antigos (pontes, diques, barragens, etc.), o espaço físico destinado às manifestações culturais locais (praças, terreiros, largos, vilarejos, etc). (ARGOLLO FERRÃO, 2007, p. 94)

Apesar de Argolo Ferrão (2007) fazer referência apenas ao conjunto de objetos materiais e paisagísticos, é importante destacar que o patrimônio cultural rural é representado pelo conjunto de bens materiais e imateriais, naturais ou artificiais.

Na dimensão que trata este trabalho, em relação ao patrimônio cultural rural, dá-se destaque aos traços da cultura que os descendentes de italianos, ou em colônias próximas do Rincão da Cruz, ainda reproduzem¹⁶. Neste sentido, apesar das alterações no *modus vivendis* que ocorreram, sobretudo pelo crescente processo de urbanização do espaço rural, estes descendentes mantêm traços que fazem parte da identidade que os mantêm como pertencentes e representantes da cultura italiana.

Desse modo, no tocante a estes traços identitários, pode-se destacar a cultura do fabrico do vinho, que foi herdada dos primeiros imigrantes e caracteriza a região com a presença de algumas cantinas familiares (Figura 2.7 e Figura 2.8); o consumo da polenta e a própria peculiaridade do trabalho na lida diária (Figura 2.5 e Figura 2.6), além dos costumes, as crenças, as formas de expressão, os utensílios domésticos e de trabalho, entre outros, que compõem o arcabouço cultural e simbólico da cultura, traços e valores da identidade dos descendentes dos imigrantes italianos.

Este debate encaminha a discussão no sentido de compreender a importância que estes bens possuem para as pessoas, enquanto valor simbólico, e, portanto, merecedores de reconhecimento e proteção. Um exemplo disso é o movimento, ainda que relativamente novo, organizado pelos habitantes do Distrito de Rincão da Cruz, mais especificamente na Colônia Maciel, núcleo da imigração italiana na região¹⁷, para resgatar e preservar a memória da cultura e da tradição italiana do lugar, concretizada na criação do Museu Etnográfico da Colônia Maciel – MECOM¹⁸ (Figura 2.9 e Figura 2.10) que, entre outros objetivos, está o de preservar a memória histórica da comunidade italiana pelotense; desenvolver atividades culturais e educativas por meio de projetos de educação patrimonial e ambiental e; colaborar com o desenvolvimento econômico local, ao estimular o turismo cultural.

¹⁶ Coloca-se a ressalva de colônias próximas, uma vez que, muitas colônias para as quais os imigrantes italianos se destinaram posteriormente não estão localizadas no Distrito de Rincão da Cruz, o que não significa que tenham abdicado dos costumes, hábitos e tradições.

¹⁷ Cabe salientar que, em termos da organização territorial, o Distrito de Rincão da Cruz é formado por inúmeras Colônias, que foram se constituindo no decorrer do processo de ocupação do espaço colonial.

¹⁸ O Museu Etnográfico da Colônia Maciel é um projeto de iniciativa da comunidade em parceria com a Universidade Federal de Pelotas – UFPel, por meio de projetos de extensão e pesquisa.



Figura 2.5: Lida e colheita da uva para fabrico do vinho
Figura 2.6: João Casarin, descendente de imigrantes e produtor de vinho
Fonte: Marcelo Panis, 2008



Figura 2.7: Cantina da família Camelatto – Vinhos e licores
Figura 2.8: Produtos coloniais família Camlatto
Fonte: Marcelo Panis, 2008



Figura 2.9 e Figura 2.10: Museu Etnográfico da Colônia Maciel
Fonte: Marcelo Panis, 2008

Deve-se salientar que o museu, de uma maneira geral, possui um papel específico para a sociedade local. Flores (1997 apud SAVOLDI, 2006) ressalta que suas exposições, com objetos, fotografias, documentos, têm a finalidade de narrar o passado. Entretanto, no aspecto da preservação da cultura, não significa que o museu tenha a função de reinventá-la ou desencadear processos de retorno às tradições históricas, pois isto se constituiria apenas marketing para o turismo local. Respeitando os processos dinâmicos que a sociedade vive, de incessante construção e desconstrução de objetos e práticas sociais, torna-se importante a valorização da cultura, singular àquela sociedade, que constitui seu patrimônio cultural.

Para Barretto (2000, p. 53), durante o século XX os museus adquiriram outra característica, não sendo mais apenas depósitos de coisas velhas e antigas, mas passando a transmitir mensagens dinâmicas e até lúdicas de seu acervo. Este novo perfil passou a ser um complemento à atividade turística, com a criação de espaços diversos que permitiram outras fontes de renda e novas dinâmicas de uso do espaço, tais como loja de *souvenirs*, restaurantes e oferecimento de cursos e palestras. De acordo com Barreto (2000, p. 55):

Para o turista consumidor de cultura, assim como para a população local, esse processo de integração do museu no cotidiano e seu *aggiornamento* nas formas de exposição só têm trazido ganhos, já que, nos museus, pode-se ter acesso a informações de cunho científico baseadas em pesquisas, que podem se contrapor às informações veiculadas pela mídia ou pela propaganda, e também

por alguns parques temáticos nos quais haveria, a princípio, a intenção de transmitir conhecimentos gerais.

O Museu Etnográfico da Colônia Maciel adquiriu uma função que extrapola a visitação do prédio e seu acervo, estando atrelado ao circuito cultural e fazendo parte de territorialidade colonial. Isto significa que o museu está integrado ao patrimônio cultural da região, sendo uma parcela específica da preservação da memória e da história local.

Neste sentido, o reconhecimento e preservação da memória e do patrimônio cultural possui uma dupla importância. Se, de um lado, torna-se relevante a valorização da cultura material e imaterial por parte dos habitantes do lugar, de maneira a tornar conhecida a região colonial e os processos históricos que a partir dali se desencadearam, é importante, de outro lado, que os habitantes de fora reconheçam a singularidade do processo, de maneira a contribuir no processo de reconhecimento histórico.

No que diz respeito ao turismo e o lazer, é importante que a comunidade saiba utilizar sua história e seu patrimônio para a promoção destas atividades. Nesta medida, o turismo contribuiria na preservação do patrimônio cultural do lugar, bem como nos ganhos econômicos relacionados ao turismo. Entretanto, deve-se ter o cuidado de não substituir o valor cultural do patrimônio pelo valor comercial, tornando este apenas um produto mercantil. Para tanto, é necessário atentar para mecanismos de planejamento e gestão do espaço colonial, de forma a garantir o equilíbrio entre os processos culturais e econômicos.

Nestes termos, adquirir relevância discutir e aprofundar a categoria de valor em sua relação com o patrimônio, de maneira especial, na diferenciação entre o aspecto econômico e o aspecto cultural. Isto porque, no período atual, o capitalismo global tende a condicionar todas as relações, mesmo as culturais, ao absoluto escopo comercial, muitas vezes, fazendo com que a existência do patrimônio cultural esteja atrelada à promoção das atividades de turismo e lazer.

Por este motivo, também, é crescente o número de pesquisadores e estudiosos que direcionam suas análises às práticas de uso e de preservação do patrimônio

cultural no período atual, por meio de diversos recortes e relações que a patrimonialização dos bens materiais e imateriais pode representar para o mercado.

Uma perspectiva atual está situada nos fenômenos de refuncionalização dos centros e cidades históricas para a demanda turística. Oliveira (2005) e Cifelli (2005) analisam a gestão e os novos sentidos de uso do patrimônio em Ouro Preto/MG. Afirmam que a cultura tende a ser subordinada ao mercado, criando por meio do turismo novas territorialidades locais.

Paes-Luchiari (2006), investigando a mercantilização do patrimônio cultural urbano, analisa como os projetos de refuncionalização nos centros históricos tendem a criar estas novas territorialidades, provocando rupturas na identidade coletiva local e subvertendo o caráter público desses bens históricos.

Outra perspectiva de análise bastante atual está na abordagem a respeito da relação de fetichização do patrimônio cultural para a demanda turística, no qual se interpreta a apropriação das tradições e da cultura local para o consumo turístico por meio da mercantilização das paisagens, inclusive, por meio de uma inovação estética no qual os lugares históricos são transformados em objeto de desejo para os turistas.

No que diz respeito às políticas governamentais e ao uso dos recursos públicos para a promoção das atividades turísticas, Cruz (2005) verifica como o capital privado, representado nas grandes empresas do *trade* turístico, tem-se utilizado dos investimentos públicos para o turismo no litoral nordestino, em geral, destinado ao consumo de pessoas de alto poder aquisitivo. Apesar de não abordar diretamente o patrimônio cultural, Cruz (2005) analisa as cidades do nordeste do Brasil que, possuidoras de relevante patrimônio cultural oriundo do período colonial, sofrem os efeitos das atividades turísticas.

Não se pode deixar de lado, ainda, a relação entre turismo e natureza, fenômeno que ganhou força nas últimas décadas, principalmente entre os habitantes das cidades, que buscam espaços para descanso, como forma de fuga do cotidiano. Nesta relação, Paes-Luchiari (2007, p. 37) afirma que “o turismo de natureza organiza seletivamente o território, incluindo e excluindo paisagens e pessoas”. Isto significa que a mercantilização do patrimônio natural é um processo de segregação sócio-espacial, uma vez que não é para todos, apenas para uma parcela da população provida de

condições sócio-econômicas. Além disso, o turismo de natureza não pode ser uma atividade de massa, pois seria uma relação insustentável, o que reforça o caráter da seletividade.

Não por acaso, e prosseguindo nesta trajetória de análise, entende-se a afirmação de Guimaraens (2006, p. 219), quando adverte para a necessidade de uso dos instrumentos jurídicos de proteção do patrimônio existentes que inclui, nesta perspectiva, o argumento de que “compete a todos a potencialização deste patrimônio no desenvolvimento das atividades turísticas, dentre outras possíveis e compatíveis com a preservação”, deixando claro que a preservação do patrimônio cultural, no caso, rural, deve estar atrelada a alguma funcionalidade. Mas de que tipo?

Ao citar alguns destes possíveis recortes de análise da relação turismo e patrimônio cultural pode-se chegar à conclusão de que todas estas abordagens são permeadas pela relação de valor cultural *versus* valor de mercado. É nesta relação que se definirá a que uso e a que público se destina e, por conta disso, a que interesses o reconhecimento e a preservação do patrimônio cultural está servindo. Sobre este debate Menezes (1999) afirma que o:

(...) conceito de valor expressa a capacidade de alguma coisa (bem material ou imaterial, atitude, idéia, comportamento) responder a uma necessidade humana. Daí sua associação a conceitos como utilidade, bem, aspirações, interesses, desejabilidade, ou, por derivação, critérios, padrões, orientação seletiva. (MENEZES, 1999, p. 31)

Dessa maneira, no atual período, o patrimônio cultural fica propenso a ser apenas um instrumento de uso para a exploração econômica. Isso significa subverter a ordem de valor destes bens para o uso do mercado, correndo o risco de que sua preservação e conservação estejam diretamente atreladas à capacidade de gerar lucros, ou seja, a ordem econômica sobrepondo o valor cultural dos objetos materiais e práticas sociais.

Evidentemente não se está defendendo aqui que os bens culturais tenham que ser retirados do cenário das atividades econômicas, mas que deve-se haver o cuidado para não permitir que estes bens sejam submetidos ao absoluto escopo econômico, pois isso faria com que o acesso a eles só fosse permitido a parcela da sociedade que

pode pagar. Menezes (1999, p. 33), quando aborda a dimensão econômica dos fenômenos culturais afirma que “ninguém ignora que as atividades culturais estão inseridas no quadro da economia. Elas produzem, via de regra, bens e atividades que podem ser tratadas como mercadorias e serviço”.

Também, sobre este processo de substituição do valor cultural pelo valor mercadológico Paes-Luchiari (2005, p. 95) analisa que “o patrimônio arquitetônico tornou-se, hoje, cenário revestido de valores mercadológicos, descompromissados com o passado e com o lugar - tendência global que reflete a mundialização das relações, dos valores e das manifestações”. Mais adiante, a autora afirma que:

A apropriação dos bens culturais vem seguindo a conduta de transformação do patrimônio histórico em mercadoria, assim como a sua refuncionalização vem servindo agora à ideologia do consumo e não mais às práticas culturais representativas do sentimento de pertencimento das culturas e populações locais. (PAES-LUCHIARI, 2005, p. 96)

Neste sentido, o patrimônio cultural está diretamente associado ao consumo cultural. Isso faz com que o sentido da preservação esteja atrelado ao mercado ou a capacidade deste em negociar a cultura, de modo especial, por meio das atividades de turismo.

Em relação às atividades de turismo são comuns mecanismos de recriação e cenarização da cultura material e imaterial pelo marketing turístico. No que diz respeito ao Rio Grande do Sul, as cidades de colonização alemãs e italianas, como Nova Petrópolis, Canela, Gramado, Garibaldi, Bento Gonçalves, dentre outras, possuem uma paisagem colonial que não corresponde à realidade sócio-econômica dos lugares, destinados ao consumo turístico. O que estamos querendo dizer, neste caso, é que as pessoas que habitam e trabalham nestas cidades turísticas, em geral, não possuem as condições financeiras para consumir os produtos deste mercado, inclusive, morando em pontos mais afastados do centro das cidades.

Nesta medida, o reconhecimento e a preservação do patrimônio cultural rural, como no Distrito de Rincão da Cruz, ao mesmo tempo em que cumpre a função de resgatar ícones da história e da memória da sociedade local pode, também, contribuir na divulgação e uso racional deste patrimônio sem que, com isso, o patrimônio cultural

seja condicionado à práticas econômicas apenas, transformado em mercadoria de troca, pois isto subverteria o valor cultural pelo valor comercial, deixando de pertencer à sociedade local, ficando acessível apenas aos que possam pagar pelo acesso aos bens culturais locais.

Este entendimento em torno do uso do patrimônio cultural, urbano ou rural, deveria ser o argumento principal para a preservação, não apenas das regiões de imigração italiana, como em todos os lugares que os processos sociais e históricos deixaram marcas materiais e imateriais, testemunho e herança da formação socioespacial e que representam a diversidade cultural, aqui visto no estado do Rio Grande do Sul.

Assim, este patrimônio cultural representa um legado, uma herança deixada pelos antepassados, produto do tempo e dos eventos que se sucederam, e que, apesar de se modificar com o tempo, transmite às gerações todo arcabouço cultural acumulado. Portanto, tão importante quanto reconhecer e preservar este patrimônio é conhecer a história deste legado no tempo e no espaço, neste caso, interpretando a formação do espaço gaúcho no decorrer dos séculos, que permitiu produzir neste estado uma cultura com tamanha singularidade e diversidade.

PARTE II - O RIO GRANDE DO SUL: A FORMAÇÃO DO ESPAÇO GAÚCHO

"Que coisa entendeis por uma nação, Senhor Ministro? é a massa dos infelizes?"

Plantamos e ceifamos o trigo, mas nunca provamos pão branco. Cultivamos a videira, mas não bebemos o vinho. Criamos animais, mas não comemos a carne. Apesar disso, vós nos aconselhais a não abandonarmos a nossa pátria? Mas é uma pátria a terra em que não se consegue viver do próprio trabalho?"

(Resposta de um italiano a um Ministro de Estado de seu país, a propósito das razões que estavam ditando a emigração em massa)

(fonte: www.imigrantesitalianos.com.br/)

3º CAPÍTULO – A DIVERSIDADE DA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO ESTADO

Para dar conta dos objetivos deste capítulo, torna-se fundamental uma reflexão a respeito de uma importante categoria da análise geográfica: a formação socioespacial.

Esta categoria, proposta inicialmente por Santos, em 1978¹⁹, tem sua origem nas discussões de Marx e Engels, em especial no texto “*Contribuições à Crítica da Economia Política*”, de 1857, onde é desenvolvido o debate a respeito da Formação Econômica e Social (REIS, 2000). Esta categoria criada por Marx foi, posteriormente, melhor desenvolvida por Lênin, na análise da sociedade russa (“*Desenvolvimento do capitalismo na Rússia*”). Este último queria construir um quadro do conjunto da realidade russa, como um sistema determinado de relações de produção e compreender o processo de desenvolvimento diferenciado de cada sociedade concreta, visto que a Rússia não expressava a homogeneidade de um único modo de produção em todos os seus territórios.

Mesmo sendo um estudo aprofundado por diversos pensadores, em variados campos do conhecimento, até chegar à concepção de formação socioespacial enquanto categoria geográfica, a análise dos distintos *modos de produção*, que acompanha as transformações socioespaciais de cada período da sociedade, permeia todo o debate.

Segundo Texier (1974 apud REIS, 2000, p. 62) “uma Formação Econômica e Social comporta sempre diferentes modos de produção mas existe um que domina ou que se torna dominante”. Para Texier,

O conceito de Formação Econômica e Social reveste-se de uma importância muito grande para todos os investigadores que estudam uma realidade concreta onde não encontram um, mais dois, três, ou quatro unidades de produção. A dificuldade consiste sem dúvida em forjar instrumentos conceituais para pensar a dominação de um modo sobre os outros. (TEXIER, 1974 apud REIS, 2000, p. 62)

¹⁹ O texto original foi publicado em inglês: “*Society and space: social formation as theory and method*”, da revista *Antipode*, em 1977.

Dessa maneira, em se tratando da análise sobre os modos de produção e de como estes são impostos às sociedades nas diferentes escalas, na realidade, está-se recorrendo a uma questão de método, neste caso, o método dialético. Santos (1978) afirma que só é possível falar de formação econômico-social incluindo a categoria espaço na análise. O nexos dessa afirmação consiste no fato de que nem a política, a economia e a cultura, categorias universais da sociedade, podem prescindir do espaço, pois necessitam de uma base material-concreta, uma localização, para sua existência. De acordo com Reis (2000), Milton Santos,

(...) parte da constatação (tese) da ausência do espaço nas análises orientadas pela categoria FES. Ao explicitar, no desenvolvimento da sua proposta, que a categoria FES, por seus traços constitutivos, não pode prescindir da dimensão espacial (antítese), esse autor nega a ausência do espaço nas análises orientadas pela categoria FES e propõe, assim, uma síntese: a *formação socioespacial*, ou, para abreviar, *formação espacial*. (grifo do autor) (REIS, 2000, p. 64)

Portanto, compreender os diferentes modos de produção que se sucederam nos lugares é, também, uma maneira de investigar as opções políticas dos governos, o movimento da economia e da sociedade em determinados períodos da história. No caso do território brasileiro, significa dizer que a opção do Governo Imperial em escolher pela mão-de-obra livre dos imigrantes europeus, abdicando do uso da mão-de-obra escrava, ainda que por forças externas a sua vontade²⁰, inscreveu o Brasil em outro patamar econômico e social no cenário internacional da época, que conduziram a mudanças substanciais nos modos de produção locais do período, contudo, prevaleceu no território a coexistência de diferentes modos de produção que induziram a formações socioespaciais distintas.

Direcionando a análise ao Rio Grande do Sul, é possível perceber que as levadas de imigrantes, que tinham por determinação ocupar o solo ocioso e produzir alimentos para as cidades próximas às colônias, modificaram a configuração político-econômica das regiões nas quais se instalaram. Isso representou, em algumas décadas, a transição entre uma sociedade oligárquica agrária e a ascensão econômica dos núcleos camponeses de imigrantes. Observando sob o ponto de vista da economia, representou

²⁰ Isto se refere às ações da Inglaterra para por fim à escravidão, assunto que será abordado mais adiante.

a mudança de um modo de produção próximo ao feudal para um camponês, ainda que sem alterar a estrutura política e de poder.

Fazer o esforço de direcionar o olhar à análise *particular* de uma sociedade, como no caso de Pelotas, e mais especificamente ao espaço rural, é uma necessidade para entender eventos e fenômenos que se sucederam e alteraram o curso de uma sociedade no tempo e no espaço. Para Bukharin (1972 apud SANTOS, 1978, p. 84) “encontramos à nossa frente tipos históricos definidos de sociedades. Isso significa que não há uma ‘sociedade em geral’, mas que uma sociedade existe sempre sob um invólucro histórico determinado. Cada sociedade veste a roupa de seu tempo”. E o seu tempo pode conter tempos diversos.

Reconhecer a noção do particular é de importância ímpar na análise científica, inclusive, para evitar incorrer em comparações entre fenômenos aparentemente semelhantes. Para Santos (1978, p. 87/88) “as diferenças entre lugares são o resultado do arranjo espacial dos modos de produção particulares. (...) Os modos de produção escrevem a História no tempo, as formações sociais escrevem-na no espaço”.

Isso significa dizer que não se pode comparar o processo de formação da região colonial de imigrantes italianos da porção norte do Rio Grande do Sul com a região colonial da porção sul, como em Pelotas, pois as condições locais da chegada e instalação dos imigrantes não eram as mesmas, apesar de estar situado no contexto das campanhas de imigração. Além disso, é preciso estar atento aos diferentes eventos políticos e econômicos que na história alteram o rumo das sociedades. Segundo Santos (1978, p. 87):

(...) os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada. Deste ponto de vista, as formas espaciais seriam uma linguagem dos modos de produção. Daí, na sua determinação geográfica, serem eles seletivos, reforçando dessa maneira a especificidade dos lugares.

Para Moraes (1996, p. 15) as formas espaciais constituem um produto histórico da ação da sociedade, sendo que sua parcela material contém representações, logo, uma valorização subjetiva do espaço. Assim, por trás do conjunto material, das obras, estão as intenções e concepções, valores e interesses de seus produtores. Segundo ele:

As formas espaciais produzidas pela sociedade manifestam projetos, interesses, necessidades, utopias. São projeções dos homens (reais, seres históricos, sociais e culturais), na contínua e cumulativa antropomorfização da superfície terrestre. Um processo ininterrupto onde o próprio ambiente construído estimula as novas construções. Isto é: a paisagem é ao mesmo tempo um resultado e o alimento dos projetos de produção do espaço (MORAES, 1996, p. 24-25)

Isso significa que em todos os lugares, inclusive na região colonial de Pelotas, as formas e funções espaciais constituem um produto da cultura, como também ação dos modos de produção que se impõem no decorrer da história do lugar, que respondem às determinações das estruturas político-econômicas impostas às sociedades.

Estas formas que vão se perpetuando na paisagem, portanto, tornando-se rugosidades podem transformar-se em patrimônio, expressão cultural de um processo histórico do lugar, vivenciado por uma sociedade em um dado período. Assim, o patrimônio passa a representar a complexa formação e reprodução de uma sociedade, exatamente porque sua constituição resulta de eventos políticos, econômicos, culturais e, mesmo, naturais, o que significa dizer que os modos de produção que se sucederam no lugar, são co-responsáveis pela constituição de seu patrimônio cultural.

Assim, a constituição de uma sociedade e de seu patrimônio cultural diversificado, como no Rio Grande do Sul, está relacionada às transformações do território que, no decorrer do processo de ocupação e reprodução social produziram suas paisagens, suas inúmeras formas e saberes, que passaram a fazer parte da história dos lugares.

Este é o momento de direcionar o olhar para a história do Rio Grande do Sul, no sentido de compreender os diferentes capítulos da formação do espaço gaúcho e pelotense a partir dos sucessivos processos de ocupação e de variados fenômenos políticos, econômicos e sociais que produziram a atual condição socioespacial.

Em termos históricos o estado é conhecido como palco de guerras e conflitos internos e externos, convulsões sociais que ao longo do tempo se sucederam delineando não apenas territórios, mas marcando os lugares segundo diferentes processos de ocupação.

Outra característica do estado é o acolhimento de povos vindos de outras regiões e países, que se integraram aos antigos habitantes. Neste aspecto Magnoli, Oliveira e Menegotto (2001, p. 31) destacam que o Rio Grande do Sul passou por inúmeras fases de ocupação até chegar à variedade cultural que se verifica atualmente. Segundo os autores, o processo de domínio do território tem início com os jesuítas espanhóis, na parcela noroeste do estado, sendo posteriormente assumido pelos portugueses e, finalmente, conta com a contribuição dos imigrantes alemães e italianos, dentre outras etnias com menor representadas.

Entretanto, em relação à trajetória dos sucessivos processos de ocupação do solo gaúcho, Pesavento (1997, p. 8-9) analisa que o Rio Grande do Sul integrou-se tardiamente ao restante do Brasil colonial. Isto porque, no cenário de exploração econômica da colônia pela metrópole, o estado não estava nem vinculado a agricultura colonial nem a exploração mineral, como os estados do sudeste e nordeste, sendo a *preia do gado xucro*, captura do gado livre, o fundamento econômico do estado neste período.

A atividade pecuária desenvolvida tinha relação direta com a chegada dos jesuítas. Para Magnoli, Oliveira e Menegotto (2001, p. 23)

O povoamento da Campanha e das Serras do Sudeste, na porção meridional da capitania do Rio Grande do Sul, intensificou-se durante o século XVIII. A captura dos rebanhos selvagens, dispersos nas pradarias desde a destruição das primeiras reduções jesuíticas pelos bandeirantes, atraiu portugueses, mestiços e índios.

As incursões dos Bandeirantes no Rio Grande do Sul é um fato expressivo no curso da história gaúcha. Os Bandeirantes tinham interesse na mão-de-obra indígena, aos quais os jesuítas ensinaram técnicas de plantio, além da leitura e escrita. Esta ação dos Bandeirantes é anterior, inclusive, a organização dos índios nas reduções jesuíticas tal como divulgadas pela historiografia, que só serão criadas em 1682.

Lazzarotto (2001, p. 33-34) explica que as reduções jesuíticas foram povoações organizadas pelos padres com os índios. O lugar de instalação era estrategicamente escolhido pra defesa e agricultura, com abundância de água. No Rio Grande do Sul cada redução não distava entre 25 e 30 quilômetros uma das outras. Os Sete Povos

das Missões, como ficaram conhecidos as reduções gaúchas, foram: São Francisco Borja, São Nicolau, São Luiz Gonzaga, São Miguel Arcanjo, São Lourenço Martir, São João Batista e Santo Ângelo Custódio. Todas estas reduções deram início às cidades atuais, sendo que a redução de São Miguel é a única que ainda não foi completamente destruída.

Os sucessivos ataques dos Bandeirantes provocaram a retirada dos padres jesuítas da região, em 1638. Por este motivo o gado que criado para o alimento destes povos ficou solto pelos campos, multiplicando-se e ocupando extensas áreas pelo estado. Este gado, posteriormente, será a matéria-prima dos currais e estâncias dos pecuaristas da região da *Campanha*, fornecedores para as charqueadas em Pelotas. (MAGNOLI, OLIVEIRA E MENEGOTTO, 2001, p. 23)

É possível perceber, portanto, que a formação socioespacial da metade sul tinha base econômica pecuária, formada por propriedades de grandes extensões territoriais. Outro fator é a percepção de uma característica da liberdade que gira em torno da figura do gaúcho criado na região da campanha. Tal processo da criação da gaderia e a mescla do gaúcho com o índio se devem, em muito, a ação dos padres jesuítas responsáveis pela introdução do gado nos campos do Rio Grande do Sul, como forma de prática econômica.

Apesar da formação atual do Rio Grande do Sul ter iniciado com a vinda dos padres jesuítas, com o objetivo de catequizar os índios, pode-se dizer que o processo mais intenso de ocupação e formação começa com os portugueses e açorianos, pela porção sul do estado, que formaram cidades já na metade do século XVIII, ficando completo este ciclo ao final da Segunda Guerra Mundial, quando cessam definitivamente os movimentos migratórios em massa para o Brasil. Neste sentido, são quase dois séculos de ocupação por etnias européias no estado, entre portugueses, açorianos, alemães e italianos, além de outras etnias com menor representatividade.

A ocupação da região sul do estado, na qual se situa a cidade de Pelotas, está relacionada à constituição da colônia de Sacramento, no Uruguai, pela coroa portuguesa. Após o tratado de Santo Idelfonso, em 1777, os portugueses e açorianos partem desta região em direção ao norte, sempre costeando a Lagoa dos Patos, até chegar à Viamão. No decorrer do percurso muitos desses exploradores e colonizadores

acabam fixando-se em distintos lugares, dando origem a algumas das cidades gaúchas atuais, inclusive Pelotas (LAZZAROTTO, 2001). Este foi um dos primeiros e marcantes processos de ocupação do território gaúcho por imigrantes europeus, além da formação da Região das Missões pelos jesuítas no noroeste do estado.

Mesmo a vinda dos açorianos para o Brasil foi uma ação do Governo Imperial. Fetter (2001, p. 28) destaca que, por volta de 1750, entram no estado cerca de dois mil imigrantes desta etnia. Os objetivos desta migração estão na ocupação do território ocioso para a produção de alimentos e, ainda, por motivo de quebra da safra nas ilhas de Açores e Madeira, fato que traria fome a este povo. Quando chegados ao estado fixaram-se em *Datas*²¹ que posteriormente se tornaram algumas das cidades atuais.

Além disso, FETTER (2002, p. 27) verifica que o início do povoamento do estado constituía-se de uma “ação governamental direta”. Segundo ela, “ao longo dos seus primeiros cem anos de existência contou com cinco tipos marcantes de moradores: soldados, funcionários, tropeiros e colonos açorianos e índios”, além dos comerciantes, que formavam uma classe representativa.

Em 1780 o território no qual atualmente está assentado o município de Pelotas atualmente recebe, às margens do Arroio Pelotas, a primeira charqueada, estabelecimento próximo a cursos d’água no qual se produzia a carne salgada para alimento de escravos e tropas de guerra, denominado de charque, dando início ao ciclo da indústria saladeril na região, outra denominação utilizada para identificar a atividade charqueadora no pampa, entre Rio Grande do Sul, Argentina e Uruguai. Esta charqueada foi implantada por José Pinto Martins aproveitando-se a abundância de matéria-prima existente na região, o gado bovino que vivia solto pelos campos. Por esta característica sucedeu-se a instalação de outras charqueadas (Figura 3.1) entre o Arroio Pelotas e o Canal de São Gonçalo (MAGALHÃES, 1981; 1993)²².

²¹ Lazzarotto (2001, p. 58) explica que a *Data* não podia passar de meia légua em quadrado, enquanto que as *Sesmarias*, por lei, mediam 3 léguas por 1,5 léguas, cerca de 1,3 mil hectare.

²² O Arroio Pelotas tem título de Patrimônio Cultural do Estado, Lei 11.895/03, devido a importância histórica que possuiu no período para a formação sócio-econômica local. Já o Canal de São Gonçalo deságua na Lagoa dos Patos, acesso estratégico ao mar.

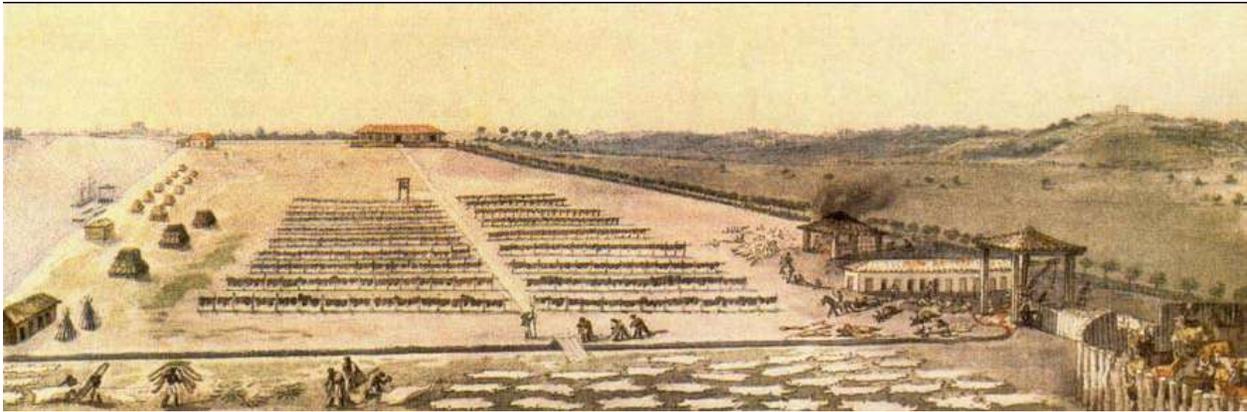


Figura 3.1: Aquarela “A Charqueada”.
Fonte: DEBRET, Jean Baptiste.(1989)

Desde a instalação da primeira charqueada, em 1780, Pelotas passou a crescer rapidamente obtendo o título de *Freguesia de São Francisco de Paula* (1812), atualmente o nome da Catedral de Pelotas, e *Vila de Pelotas* (1832), nome em homenagem às rústicas embarcações utilizadas pelos nativos na travessia dos rios, confeccionadas com o couro animal e quatro varas corticeiras, chegando, em 1835, ao status de cidade.

Quando da elevação ao título de cidade Pelotas já contava com aproximadamente vinte charqueadas que constituíam a base econômica do município, inclusive, o charque servindo como produto estratégico a alimentação das tropas na Guerra dos Farrapos (1835 – 1845) e na Guerra do Paraguai (1864 – 1870). Vale ressaltar que, em 1853, Pelotas chegou a possuir 38 charqueadas e 37 olarias, tamanha era a opulência de sua aristocracia (FETTER, 2002).

Para Fetter (2002, p. 51), investigando as informações sobre o município neste período, “Pelotas já [era] expressivo pólo regional da economia gaúcha, tendo maior destaque que o próprio município de Rio Grande, que lhe deu origem (com uma população também já maior) e havia sido criado com antecedência de quase um século” [adendo nosso].

É no contexto destes acontecimentos históricos que ocorrerá o processo de formação da oligarquia gaúcha, impulsionada pela demanda de carne nas Gerais, área de mineração em Minas Gerais, motivando os pecuaristas sulistas, donde se deu início ao ciclo do charque na região sul do estado. Era o início do processo de industrialização da carne na *Campanha* (MAGNOLI, OLIVEIRA E MENEGOTTO, 2001).

Heidrich (2000), ao abordar a estrutura e formação econômica agrária do estado do Rio Grande do Sul, analisa que:

As regiões formadas nesse período constituem territórios de domínio oligárquico, embora estivessem sujeitos à administração centralizada da Coroa. Ocorre que, em grande parte, esse domínio realizou-se com o consentimento dela própria, pois assim estabelecia meios de fixar não apenas populações, mas, principalmente, formas de exploração territorial que lhe retornavam em ganhos econômicos naquele sistema colonial. Os mecanismos de concessão de sesmarias era uma das formas de se cumprir essa função. (HEIDRICH, 2000, p.55)

Este consentimento da própria Coroa, de permitir que os estancieiros tivessem autonomia na exploração territorial da região sul do estado, que no sistema colonial gerava ganhos para o governo central, foi uns dos principais motivos do início da Revolução Farroupilha, um levante dos estancieiros gaúchos contra as políticas fiscais impostas ao estado. Isto porque o charque, o couro e o sebo, produtos oriundos da estância pastoril que atendiam ao mercado interno, abastecendo principalmente as fazendas para a alimentação dos escravos, tiveram seus preços subvalorizados e sobretaxados pelo governo, fazendo com que a oligarquia se revoltasse contra esta situação. (HEIDRICH, 2001, p. 55)

A conhecida tradição belicosa dos gaúchos deve-se ao fato de que este povo, mesmo com a ascensão do charque e os bons negócios estancieiros, era encarregado pela defesa das fronteiras para impedir a invasão do estado por uruguaianos e argentinos, uma situação de *peleias*²³ constantes. Por este motivo estes estancieiros tinham tanto poder político e econômico na região, ao ponto de declarar guerra e independência do governo central. (PESAVENTO, 1997, p. 21)

Além disso, a decadência do açúcar enquanto produto de exportação e a transição para a mineração possibilitam ao charque gaúcho destaque como produto de consumo. Para Pesavento (1997, p. 13) “é neste momento que assumiram relevância os rebanhos de gado no sul do país, conectando-se o Rio Grande do Sul à zona das Gerais, com economia subsidiária da economia central de exportação”. À *posteriori*, este mesmo produto iria subsidiar a alimentação dos escravos nas lavouras de café de São Paulo.

²³ O mesmo que *peleja*, que significa combate, luta ou contenda.

Até a primeira década do século XIX, o estado possuía vasta extensão de terras apenas ocupadas por grandes estâncias que se dedicavam à atividade pecuária. Ou seja, o Rio Grande do Sul era uma província ainda pouco povoada e sem uma produção diversificada, entretanto, o estado era um território estratégico para a Coroa, pois era uma frente de apoio e conservação do domínio luso na Prata (Figura 3.2).

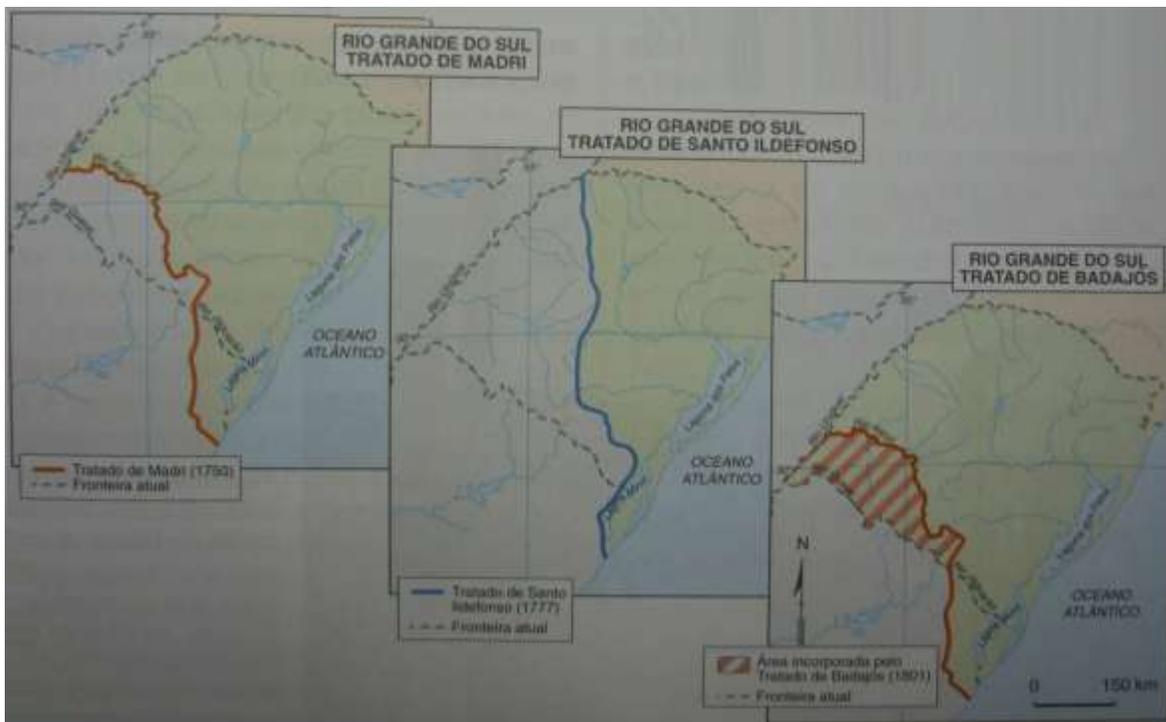


Figura 3.2: As fronteiras gaúchas entre 1750 e 1810
Fonte: Magnoli, Oliveira e Menegotto (2001, p. 15)

Apesar de desde 1752 já haverem cidades de origem açorianas, como Viamão, Porto Alegre e Rio Pardo, tendo o trigo como produto para exportação, e cidades portuguesas, como Canguçu, Jaguarão e Piratini, baseadas na economia pecuária, o governo tinha outros planos para o estado²⁴. Para Magnoli, Oliveira e Menegotto (2001),

(...) o governo imperial queria ocupar as terras do sul do país de uma forma diferente da que vinha sendo usada pelos colonos portugueses até então: colonização centrada na criação de gado em grandes latifúndios e com o uso de mão-de-obra escrava. O interesse era pelo cultivo da terra em lugar da pecuária do trabalho escravo. (MAGNOLI, OLIVEIRA e MENEGOTTO, 2001, p. 40)

²⁴ No caso de Pelotas fontes indicam tanto sua formação por açorianos quanto por portugueses.

É neste contexto que ocorrerá a ocupação completa do território gaúcho, com a vinda e instalação dos imigrantes alemão e italianos. Obviamente que a região norte do estado, na qual estes imigrantes serão amplamente fixados, não era completamente despovoada. Habitavam nesta parcela do território grupos indígenas e pecuaristas que possuíam estâncias para o pouso da tropa e dos tropeiros, muitos de origem paulista. Entretanto, a questão era que o governo imperial estava fazendo a opção por ocupar este solo com outro modelo produtivo, baseado na pequena propriedade. Logicamente que intuito era ampliar e diversificar a produção de alimentos para as cidades. Além disso, um território povoado é mais difícil de ser invadido, ou seja, o governo também estava fazendo uma opção estratégica de defesa das fronteiras e do território.

A opção por um novo modelo produtivo, baseado na lavoura moderna e na agroindústria é um dos motivos que faz com que o governo imperial busque imigrantes europeus para o Brasil. Para Heidrich (2001), após a instalação dos imigrantes alemães e italianos o estado já possuía uma divisão bastante evidente entre a região sul e a região norte. Segundo ele,

O norte define-se pela economia de base agrícola. É a região que sofreu transformação substancial na estrutura agrária, a qual, de uma oposição marcante entre grandes estabelecimentos em zona de campo e minifúndios em zona de mata, evoluiu para a formação de granjas e o predomínio de pequenos e médios estabelecimentos agrícolas. (HEIDRICH, 2000, p. 105)

Por motivo da região sul do estado ser de ocupação mais antiga, na qual os estancieiros e charqueadores detinham o poder econômico e político, o processo de instalação dos imigrantes ítalo-germânicos neste território ocorre em outro patamar. A instalação de colônias de imigrantes na região foi, inclusive, uma ação direta da oligarquia agrária, principalmente nas terras acidentadas que eram impróprias à atividade pecuária. No entanto, apesar de povoar o município de Pelotas com colônias, diminuindo suas posses, esta oligarquia continuou com o poder político e econômico da região, possivelmente um dos fatores que inscreve a chegada dos imigrantes italianos na região num capítulo diminuto da história da região e de Pelotas.

Além disso, diferentemente do norte do estado, a matriz produtiva e principal atividade econômica da região permaneceu a mesma: a atividade pecuária e a indústria

saladeril. A pequena propriedade familiar em Pelotas, iniciada com a instalação dos imigrantes nas colônias de imigração, somente começará a ganhar destaque no cenário econômico do município com a instalação do pólo conserveiro, a partir da década de 1960, como fornecedora de matéria-prima para as agroindústrias.

Este é o cenário aproximado da formação do estado com suas especificidades. Cabe ressaltar que cada momento de ocupação do solo gaúcho, por diferentes etnias, representou a constituição de uma matriz produtiva, com modos de produção próprios de cada tempo. Além disso, possibilitou formações socioespaciais diversificadas, marcadas por culturas locais e, por conta desse processo, pela constituição de inúmeros patrimônios, representados por meio de uma forte expressão territorial, seja pelos portugueses, açorianos, espanhóis alemães ou italianos, além de outras etnias menos representativas quantitativamente.

É a vinda dos imigrantes alemães e italianos que marca a passagem de um modelo produtivo, baseado no latifúndio pecuarista, para a pequena propriedade agrícola. E mesmo o processo de imigração destes grupos humanos produziu capítulos distintos na história do Rio Grande do Sul e do município de Pelotas.

As formas remanescentes desses períodos ficaram registradas na paisagem e testemunham as origens desta formação socioespacial. Por isso, para Santos (1999, p. 55),

(...) o estudo da paisagem pode ser assimilado a uma escavação arqueológica. Em qualquer ponto do tempo, a paisagem consiste em camadas de formas provenientes de seus tempos progressos, embora estes apareçam integrados ao sistema social presente, pelas funções e valores que podem ter sofrido mudanças drásticas. Desse modo, as formas devem ser 'lidas' horizontalmente, como um sistema que representa e serve às atuais estruturas e funções. Além disso, cumpre efetuar uma leitura vertical para datar cada forma pela sua origem e delinear na paisagem as diversas acumulações ao longo da história.

Portanto, a partir de agora o olhar será direcionado a este fato, de maneira especial à vinda dos imigrantes italianos e sua instalação nas colônias do Rio Grande do Sul e, especificamente, Pelotas, como forma de interpretar o processo imigratório e a constituição, a preservação e as alterações no legado cultural desta etnia, desde sua chegada até o período atual.

4º CAPÍTULO – NOS CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO: A TRAJETÓRIA DOS ITALIANOS NO RIO GRANDE DO SUL E EM PELOTAS

A vinda dos imigrantes alemães e italianos para o Brasil, durante o século XIX, correspondeu a uma demanda de mão-de-obra para as fazendas de café e para ocupar as terras ociosas do governo, de forma a produzirem alimentos que suprissem o mercado interno.

Na década de 1820 iniciam-se as campanhas de imigração pelo governo brasileiro. Naquela ocasião, a Alemanha ainda não era unificada, pertencendo aos domínios do Reino da Prússia. No Rio Grande do Sul os imigrantes alemães se instalaram na região dos Vales (Sinos, Jacuí, Caí e Taquari), caracterizadas por terras mais férteis, mais próximas das fontes de água e dos centros urbanos existentes na época.

Muitos destes alemães que vieram para o Brasil até a década de 1840 estavam destinados ao trabalho nas lavouras de café, em São Paulo, em sua maioria baseado no sistema de parcerias. Entretanto, no Rio Grande do Sul, Lazzarotto (2001, p. 85) relata que a vinda destes imigrantes, chegados entre 1822 e 1830, tinha por finalidade “arregimentar soldados, diversificar a produção, ampliar o mercado interno, incrementar a população e propagar a ideologia do trabalho”.

Lazzarotto (2001) verifica, ainda, que a vinda dos imigrantes alemães situava-se no interesse do governo provincial em incrementar econômica e demograficamente o estado. Segundo ele,

O Rio Grande do Sul dedicava-se quase exclusivamente à pecuária. Por isso, pretendia-se que os colonos fornecessem às cidades e ao exército outros produtos. Quisera-se criar uma classe média agrícola no Brasil, pois existiam apenas os grandes latifundiários e os que nada tinham (LAZZAROTTO, 2001, p. 86).

Entretanto, dois fatores foram determinantes para o fim das campanhas de imigração de alemães. Uma delas está relacionada aos relatos feitos por representantes do governo alemão que contavam sobre as más condições de trabalho

e de vida em que se instalavam e viviam os imigrantes, fazendo com que o próprio governo alemão cessasse a política de emigração²⁵ (ULLRICH, 1999).

Um segundo fator diz respeito à Lei nº 601/1850, a conhecida Lei de Terras, em que proibia a doação de terras, inclusive por parte do governo. Esta lei instituiu que a propriedade da terra só poderia ser legal sob compra ou herança. Também foram cortados os recursos destinados às campanhas de imigração. Isto inviabilizou a imigração de alemães, sendo que a maioria destes imigrantes chegados ao Rio Grande do Sul recebia as terras gratuitamente pelo governo.

Até então a imigração era basicamente uma iniciativa do governo central. Entretanto, a partir da década de 1850, latifundiários e lindeiros começam a perceber que a venda de terras aos imigrantes constituía-se em um bom negócio. Por este motivo o governo central cria, em 30 de novembro de 1854, a Lei nº 304 em que regulariza o sistema de venda de terras pelo governo. É exatamente esta lei que fará com que todos os italianos emigrados para o Brasil tenham que comprar seu lote de terra nas colônias de imigração do governo (LAZZAROTTO, 2001, p. 91).

A partir de 1870, com o apogeu do café enquanto produto de exportação, surge novamente a necessidade do governo em reatar as campanhas de imigração. Nesta ocasião, a Itália passava por dificuldades sociais, o norte estava se industrializando rapidamente, seguindo a trajetória do capitalismo industrial que caracterizava a Europa neste momento. Para Pesavento (1983) este fato,

É, ao mesmo tempo, um processo social e um processo técnico, ou uma forma específica de combinação das forças produtivas sob determinadas relações de produção. Como norma geral, a industrialização pressupõe a completa separação entre capital e trabalho, o assalariamento, o progresso técnico e uma forma particular de extração do trabalho excedente. (PESAVENTO, 1983, p. 14)

Assim, estavam ocorrendo transformações políticas e econômicas na matriz produtiva da Itália naquele momento. Além disso, o processo de industrialização estava forçando o êxodo e as inovações tecnológicas começavam a substituir a mão-de-obra dos italianos, tanto no campo quanto na cidade. Nesta ocasião, relata COSTA *et. all.* (1974, p. 19), havia muitos sem-terra e trabalhadores desempregados na Itália,

²⁵ Estes fatos referem-se à Lei Von Der Heydt que impediu a saída de alemães para o Brasil.

afirmação que condiz com o relato de Irene Casarin Scaglione, falecida em outubro de 2007,²⁶ quando diz que:

(...) o pai não falava nada de lá. O meu falecido avô veio para cá para não morrer de fome. Depois, aqui no Brasil, graças a Deus, temos o que comer. Lá na Itália, naquele tempo, não tinha. A mãe do falecido meu marido também veio da Itália. Ele dizia que a Itália era separada em quatro ou cinco reis e cada um tomava conta do seu reino. É como se Pelotas e Canguçu fossem cada um reino. A Itália era muito pequena naquele tempo, acho que é até agora. Os pobres trabalhavam para aqueles grandes. Vieram de lá pra não morrer de fome. Os italianos passavam muito fome lá. Diziam que recebiam uma polenta para todo o dia. (LEPAARQ/MECOM, 2000)

Para Pesavento (1983, p. 18), a relação entre ciência e tecnologia, que resultou no surgimento da máquina, provocou o aumento da produtividade do trabalho que, não apenas barateou o custo de produção das mercadorias, mas também o próprio valor do trabalho. É neste cenário que muitos italianos estavam ficando excluídos dos avanços econômicos e tecnológicos que se processavam no período.

Além do processo de industrialização outros fatores contribuíram no desejo dos italianos em emigrarem para o Brasil. COSTA *et. all.* (1974, p. 19) considera que entre os motivos da emigração dos italianos estavam: o orgulho ferido pelo domínio Austro-Húngaro que perdurava por décadas, o horror das guerras e do serviço militar e a propaganda dos países da América, no qual estava o sonho da liberdade e da posse da terra própria.

Outro aspecto relevante em meio a este processo é que, desde 1850, a Inglaterra impunha a extinção do trabalho escravo aos países que utilizavam a mão-de-obra advinda do tráfico de negros da África. Obviamente que suas pretensões estavam situadas no mercado consumidor dos produtos industrializados em expansão e como o escravo não recebe salário, não seria viável para o mercado. Nas palavras de De Boni e Costa (1984, p. 85):

²⁶ No decorrer do trabalho serão usados relatos do acervo de História Oral do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia – LEPAARQ/UFPel. Tal acervo refere-se a diversas pesquisas sobre o processo de imigração e a vida dos descendentes de imigrantes alemães e italianos, efetuadas na Região Colonial de Pelotas. Este material atualmente é, também, parte do Acervo do Museu Etnográfico da Colônia Maciel – MECOM.

O capitalismo não admite a escravidão, porque este não forma um mercado consumidor. Ele recusa também o domínio físico sobre a pessoa do trabalhador, atendo-se apenas à compra da força de trabalho, e deixando ao trabalhador os cuidados com a subsistência e o sustento da família.

No Brasil, da mesma forma, a pressão dos movimentos abolicionistas era crescente. Em 1831 era fundado em Pelotas o Clube Abolicionista e movimentos semelhantes eram multiplicados por todo o Brasil. Este fato é marcante, visto que a economia da cidade estava baseada na pecuária e na indústria saladeril, ambas atividades que utilizam a mão-de-obra escrava de forma intensa. Já em 31 de agosto de 1884 era assinado na Biblioteca Pública Pelotense a extinção do trabalho em regime “servil” município (OSÓRIO, 1962).

Entretanto, Pesavento (1997, p. 45) avalia que na região sul Rio-Grandense, mesmo com a abolição do trabalho servil em 1884, os charqueadores conseguiram reverter o quadro ao seu favor. Isto porque a libertação dos escravos estava atrelada à “*cláusula de prestação de serviço*” em que o escravo liberto ficava à disposição do senhor para o uso de suas necessidades, inclusive repassando os gastos de manutenção para o, então, “contratado”. Para Pesavento (1997, p. 45) esta relação significou “em última análise, extinguir a escravidão sem extinguir os escravos. Limitava-se, com isso, a própria generalização das relações assalariadas de produção nas charqueadas sulinas, comprometendo o desenvolvimento do capitalismo na região”. Este fato demonstra como o processo de abolição da escravidão está fortemente ligado à vinda dos imigrantes italianos para o Brasil e para o Rio Grande do Sul, devida à necessidade de mão-de-obra.

No cenário geral da história do Brasil a extinção oficial do regime de escravidão e a vinda dos imigrantes italianos dizem respeito à própria evolução do capitalismo no mundo, pois este fato passava a impor aos países formas diferentes de organizar sua matriz produtiva, investindo no aumento do consumo de produtos industrializados. Evidentemente, tal cenário modificou as relações de produção e consumo, tanto no campo quanto na cidade.

Os imigrantes chegados à São Paulo passam a trabalhar em regime de assalariamento nas lavouras de café, ciclo econômico que estava em ascensão no Brasil entre os produtos para exportação.

No caso do Rio Grande do Sul, o interesse do governo imperial estava voltado para a agricultura e a produção de alimentos que atendesse ao mercado interno. Neste sentido, a campanha de divulgação do Brasil na Europa para a vinda de imigrantes para trabalhar nestas terras procurava apenas por agricultores de profissão, o que fazia com que muito imigrantes mentissem a profissão somente para poder vir para o Brasil e fugir da Itália em crise (DE BONI e COSTA, 1984, p. 81).

Os imigrantes italianos chegaram, portanto, meio século após a chegada dos primeiros alemães ao Brasil. E não apenas sua localização foi diferente, como também o tamanho e o modelo da propriedade da terra. Os italianos tiveram que comprar a terra, com prazo de cinco anos para pagar, além disso, suas propriedades não passavam de 30 ha. Isso significa que o intenso processo de ocupação do Rio Grande do Sul pelos imigrantes italianos inscreveu o estado em um novo modo de produção, baseado na pequena propriedade familiar da terra.

Pela experiência já obtida com a imigração dos alemães o governo imperial resolve imprimir mais organização ao processo com os italianos. Assim, em 23 de fevereiro de 1876, por meio do Decreto nº 6.129, criava-se a Inspeção Geral de Terras e Colonização que, de acordo com Hutter (1987), tinha a finalidade de:

(...) imprimir uma direção uniforme à imigração e à colonização, dada a experiência de anos anteriores que havia provado que as tentativas nesse sentido não raro falhavam principalmente pela carência ou pela pluralidade de sistemas adotados nas diferentes províncias (HUTTER, 1987, p. 76).

A formação das colônias torna-se relevante na medida em que estas regiões de imigração, *à posteriori*, irão influenciar o modelo de crescimento urbano das cidades da porção norte do estado, bem diferente da porção sul, na qual Pelotas está localizada, pois as cidades já estavam formadas a décadas e eram comandadas política e economicamente pela oligarquia agrária. Para De Boni e Costa (1984, p. 83),

A colonização italiana, tal como a alemã – e depois a polonesa –, apresentava-se ante a sociedade brasileira como algo potencialmente revolucionário. Ao latifúndio opunha-se a pequena propriedade; à monocultura a policultura; à escravidão, o trabalho familiar. Sua célula de produção era a família – compreendendo esta os pais e os filhos – e não a grande unidade de engenho, da fazenda ou de estância.

Além disso, no que diz respeito à estrutura física das regiões coloniais, o tamanho dos lotes dos imigrantes italianos variava bastante devido a existência de acidentes geográficos, como morros ou terrenos muito íngremes de difícil acesso, fazendo algumas vezes que o tamanho do lote aumentasse, reduzindo o tamanho quando o solo era plano, mais fértil e próximo da sede ou, ainda, o fato de estarem mais próximos às fontes de água. Neste caso os colonos não queriam instalar-se, pois também reduzia o tamanho dos lotes, além disso, todos deveriam ter o acesso à água (DE BONI e COSTA, 1984, p. 83).

Após estarem com a posse da terra era necessário produzir, pois isto garantiria minimamente a sobrevivência, uma vez que a ajuda do governo com ferramentas, sementes e alimentação era parca e logo acabava. Por isso os imigrantes eram muito econômicos com o dinheiro que viessem a adquirir. Para De Boni e Costa (1984, p. 85):

Paralelo à ideologia do trabalho corria uma maneira diferente de conduzir-se economicamente: gastava-se o menos possível. A economia *fino all'osso* do programa financeiro do governo italiano parecia definir a mentalidade do colono, acostumando a contentar-se com pouco e desejoso de ter sempre uma reserva financeira e de ampliar suas posses. (grifo do autor)

Quanto aos produtos característicos da imigração italiana possuem destaque o trigo, o vinho e o milho, que já eram produzidos nas reduções jesuíticas e nas cidades açorianas, mas com a imigração foram ampliadas as escalas de cultivo.

O milho fornecia a matéria-prima para a farinha utilizada na alimentação na forma de polenta e a palha de milho como forragem e para forrar os colchões. Do trigo, utilizam, também, a palha para fazer a *dressa* (espécie de trança), utilizada para a confecção de cestos e chapéus. E, ainda, no inverno cultivavam o centeio e a cevada, além de possuírem animais como porcos, bois, vacas e galinhas, dos quais obtinham os mais diversos produtos para o consumo, produtos estes hoje considerados “coloniais” (PEIXOTO, 2003).

Foi o cultivo da uva e a produção do vinho que caracterizou a imigração italiana. Entretanto, as mudas trazidas pelos imigrantes italianos não sobreviveram, por este motivo passaram a produzir o vinho com uma uva americana do tipo Isabel, trazida da Califórnia. Há que se dizer, ainda, que no início os imigrantes se preocupavam mais

com a comercialização que com a qualidade do vinho propriamente dito (DE BONI e COSTA, 1984, p. 87).

Especificamente sobre a produção nas propriedades de imigrantes italianos Pesavento (1983) considera que,

(...) o pequeno produtor se apresentava como fornecedor de gêneros de subsistência ou de artigos resultantes de um beneficiamento simples a partir da matéria-prima local. Assim, o pequeno proprietário assume, além do papel de agricultor, o de fabricante que, em nível artesanal doméstico, colocava seus produtos no mercado. (PESAVENTO, 1983, p. 24)

A iniciativa da colonização em Pelotas possuía a mesma finalidade das outras colônias de imigração italiana: ocupar terras públicas e produzir alimentos para as cidades próximas. Isto porque a economia do município estava baseada na indústria saladeril, além de que as terras desta região, entre a Planície Costeira e a Serra, não eram adequadas à atividade pecuária, cabendo seu uso à agricultura colonial (PANIS, 2007).

Em se tratando da imigração italiana em Pelotas, cabe ressaltar que a literatura histórica é bastante restrita, o que possivelmente contribua ao não-reconhecimento histórico da região colonial.

De uma maneira geral, a implantação de colônias de imigração estava inserida em um contexto de exploração econômica. Isso significa que este processo respondia, também, aos interesses dos charqueadores e estancieiros pelotenses, o que explica o elevado número de colônias criadas por iniciativa privada no município. Para Peixoto (2003, p. 08):

(...) a colonização da região da Serra dos Tapes se deu através de dois processos distintos: a *imigração espontânea* que transcorreu ao longo de algumas décadas e a *imigração organizada* (por particulares ou pelo governo). Nos dois casos temos a participação de agentes que recrutavam imigrantes a serviço das sociedades promotoras da imigração, e também do governo. (*grifo nosso*)

Na imigração espontânea os imigrantes chegavam às terras sulinas por suas próprias provisões, não estando atrelados às Campanhas de Imigração Governamental. Estes imigrantes possuíam variadas habilidades e profissões, diferente do grande

contingente de agricultores vindos na imigração organizada. Além disso, destinavam-se a cidade, enquanto que os outros imigrantes eram assentados em lotes coloniais. Em Pelotas, na década de 1930, os imigrantes vindos neste modelo dominavam a rede hoteleira da cidade, a qual usavam para reuniões e a prática do idioma italiano.

De acordo com Anjos (1995), a partir de 1875, embalados pela política de estímulo à imigração do governo central, os italianos passam a representar o maior grupo de estrangeiros não-portugueses em Pelotas. No recenseamento urbano de 1899 constavam 654 imigrantes desta origem, contra 482 uruguaios, 457 espanhóis, 291 alemães e um número inferior de franceses, sendo que, neste período, a população urbana de Pelotas era de 26.312 habitantes.

Isto, por si só, demonstra como os italianos representaram um grupo importante na constituição na região sul do estado e, portanto, cabe investir em pesquisas que possam interpretar porque a imigração italiana, que possui traços culturais marcantes, acabou por ser pormenorizada como grupo representante na cultura do município.

De Boni e Costa (1984, p. 104) apontam que mesmo os imigrantes destinados às colônias de imigração da *Escarpa do Planalto* baldeavam em Rio Grande, depois em Pelotas e, por fim, em Porto Alegre, donde continuavam por terra. Isto demonstra o intenso tráfego de imigrantes italianos pela região sul do estado, muitas dos quais permaneceram na região sul, por iniciativa de particulares ou pela ação do governo central e provincial, como no caso das colônias Maciel, Affoso Pena e Accioli. Entre os imigrantes que permaneceram em Pelotas, deslocando-se para a região colonial, Peixoto (2003) relata que:

(...) as colônias foram espalhando-se pela serra e organizando-se de modo independente. As colônias fundadas pelo governo foram emancipadas em pouco tempo e passaram a se auto-administrar. O governo, na qualidade de fundador de algumas delas, tinha apenas a preocupação com a venda dos lotes e com a liquidação das dívidas dos colonos. (PEIXOTO, 2003, p. 8)

Entretanto, a maioria das colônias de imigração foi resultado de investimento de particulares, o que significa que sua formação estava sob influência da oligarquia organizada. As regiões nas quais se instalaram as colônias do governo provinham de terras devolutas, ou seja, terras que não foram pagas pelos proprietários originais,

tomadas pelo governo para a instalação das colônias, às quais iriam se dedicar à produção de alimentos para a cidade, dentre elas a Colônias Maciel (GRANDO, 1990, p.71).

No Mapa Demonstrativo, produzido pela Comissão de Terras do Município de Pelotas, durante o primeiro semestre de 1886 (Figura 4.1), pode-se observar muitas das colônias fundadas por particulares e, mesmo, as colônias fundadas pelo Governo Imperial, entre elas a Colônia Maciel.

A fundação da Colônia Maciel, em 1884, no qual se situaram os primeiros imigrantes italianos chegados à região colonial de Pelotas consta do Livro-Tombo da Paróquia de Santa Anna (Anexo 01).

As terras recebidas pelos imigrantes do Governo Imperial, segundo o Relatório do Conselheiro Rodrigo Augusto da Silva, Ministro dos Negócios Estrangeiros e interino da Agricultura, Comércio e Obras Públicas ([1889, p. 72] APUD Peixoto 2003, p. 6), eram destinadas à exploração independente de cada família, mas estes deveriam dedicar-se inicialmente à agricultura e à suinocultura, carne esta que não era muito consumida pela falta de produção na região, por conta da atividade charqueadora. Na Colônia Maciel a área total era de 18.564.848 m², divididas em três núcleos, com as seguintes características:

1º núcleo: composto por 50 lotes rústicos e 31 urbanos, sendo que 2 destes lotes foram reservados para o cemitério e a escola e, posteriormente um deles foi dado ao vigário de Canguçu para a construção da Igreja. Área total de 13.840.744 m².

2º núcleo: composto por 7 lotes rústicos. Área total de 2.677.285 m².

3º núcleo: composto por 8 lotes rústicos. Área total de 2.046.819 m².

(os lotes dos núcleos 2 e 3 foram vendidos em concorrência pública, sob condição de pagamento à vista). (PEIXOTO, 2003, p. 9)

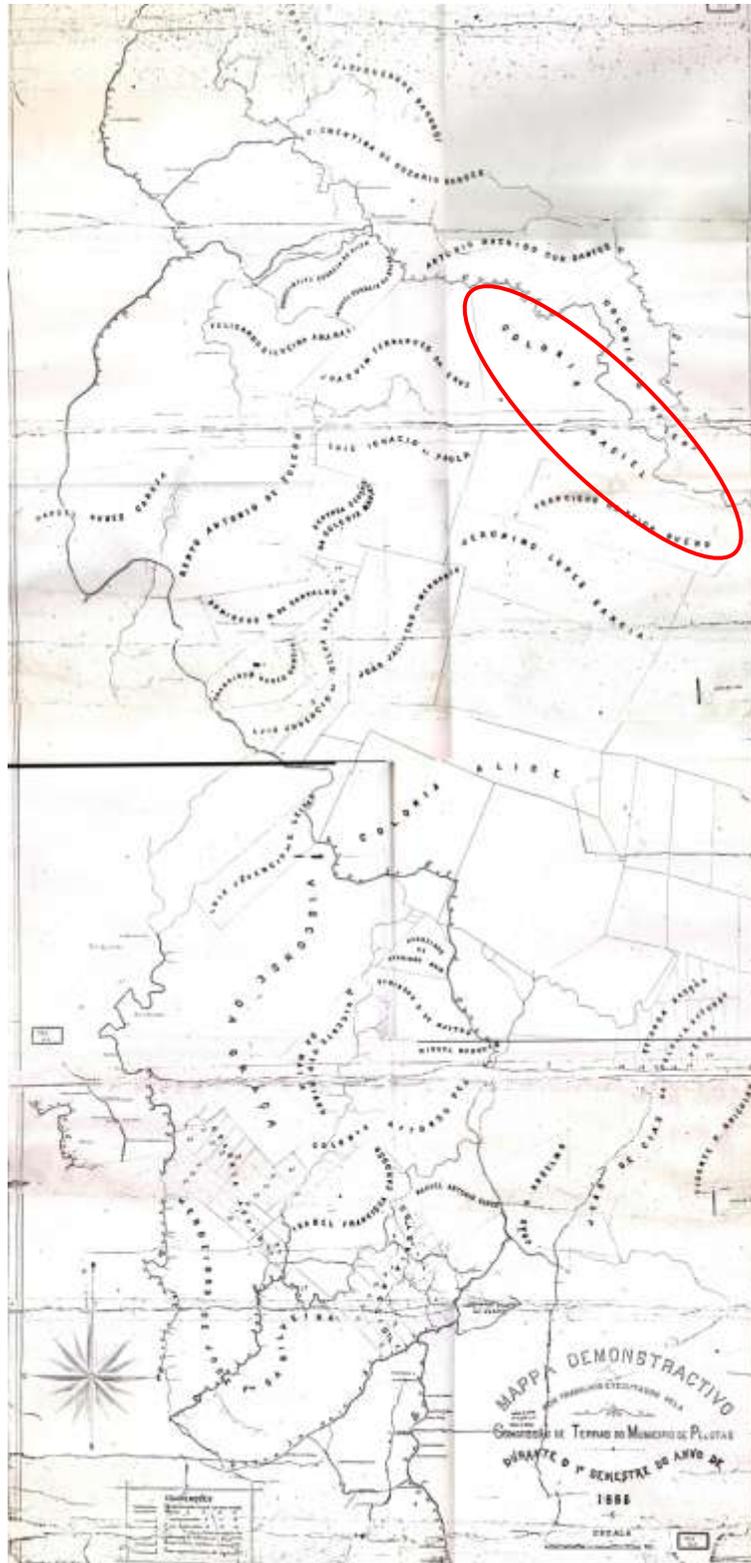


Figura 4.1: Mapa Demonstrativo da Comissão de Terras do Município de Pelotas produzido pela Comissão de Terras do Município de Pelotas, em 1886.

Fonte: Museu Histórico Nacional

Já em 1889 o primeiro núcleo era habitado por 50 famílias de imigrantes, sendo que haviam desembarcado 72 famílias no ano anterior. É provável que muitos imigrantes tenham se destinado a outros núcleos coloniais nos quais possuíam parentes. Peixoto (2003) relata que uma vez estabelecidos,

O cotidiano das famílias era ordenado pelo trabalho na lavoura e pelas festividades religiosas e esportivas. A religiosidade integrava e aproximava os moradores da colônia através de festividades, como a comemoração no dia 19 de março em homenagem a São José. A primeira igreja da colônia Maciel foi construída antes de 1920 ficou sob a responsabilidade do Padre Luís da cidade de Canguçu. Na década de 1930, através de um grande mutirão comunitário dos moradores da região, a nova igreja foi construída.

(...)

O lazer resumia-se ao jogo de bocha, aos jogos de carta, aos bailes organizados nas escolas e na igreja e ao futebol. O lazer infantil era limitado às horas vagas, pois as crianças também trabalhavam na lavoura. As brincadeiras mais comuns incluíam brinquedos que eles mesmos fabricavam. (PEIXOTO, 2003, p. 13)

Manfroi (1987, p. 184) considera que de forma geral os imigrantes chegados às colônias recebiam seu lote de terra, sempre de mata virgem, que deveria ser pago para o governo entre 5 e 10 anos. Para tal, trabalhavam 15 dias por mês na abertura de estradas locais e na construção de estadas de ferro. Além disso, quando da instalação do colono à terra, o governo dava uma pequena ajuda em dinheiro, alguns instrumentos agrícolas, ferramentas e sementes, ou seja, o emigrante encontrava uma realidade bastante diferente da divulgada nas campanhas em seu país. Irene Casarin Scaglione, filha de um dos italianos chegados à colônia relata:

Meu pai veio da Itália com 18 anos, e como vieram muitos italianos se estabeleceram na Maciel, num *barracón*, que foi feito pelo governo (...). Então o governo colocou todos esses italianos ali debaixo, nessa barraca. Acho que naquele tempo, quando o papai era vivo o governo fornecia só farinha de milho, porque eles viviam só comendo polenta.

(...)

O governo ajudava com a comida, eu acho. Bem, o falecido papai disse que passaram muita fome, pois vieram sem nada. Mas o governo dava farinha de milho e as coisas para comida. (LEPAARQ/MECOM, 2000) (*grifo do registro*)

Este é, portanto, dentro do processo de imigração italiana para o Brasil, o histórico da formação da Colônia Maciel (Figura 4.2 a Figura 4.5), situada atualmente no Distrito de Rincão da Cruz, 8º Distrito do município de Pelotas, na qual os imigrantes

vindos da Itália foram assentados e, a partir dali, povoaram outras colônias e dividindo o espaço colonial com imigrantes alemães, portugueses e franceses.



Figura 4.2: Imigrantes na Colônia Maciel
Fonte: Museu Etnográfico da Colônia Maciel



Figura 4.3: Família dos primeiros imigrantes italianos
Fonte: Museu Etnográfico da Colônia Maciel



Figura 4.4: Procissão na Colônia Maciel (prédio do atual Museu ao fundo)
Figura 4.5: Procissão chegando na Igreja Santa Anna
Fonte: Museu Etnográfico da Colônia Maciel

Até o presente momento, procurou-se demonstrar o embasamento histórico da ocupação territorial, que propiciou a criação de um espaço colonial de características peculiares, nas quais os imigrantes, no decorrer das décadas, transformaram e reproduziram, da mesma forma que seus descendentes, chegando à atual configuração do arranjo colonial.

Na continuação deste trabalho se dará atenção ao processo de decadência econômica pelo qual Pelotas passou no decorrer das décadas, após a consolidação da imigração, e de que maneira os imigrantes italianos buscaram novas formas de ganhos econômicos chegando, atualmente, a crescente atividade turística na região.

Além disso, no capítulo 7, abordaremos de maneira mais pontual sobre o modo de vida destes imigrantes, a forma como se organizaram quando chegaram à Colônia Maciel, as dificuldades e o trabalho que tiveram para criar no lugar as condições mínimas de reprodução social, aspectos da vida cotidiana que, no decorrer das décadas, foram ganhando novos contornos, mas mantendo traços da cultura. Desvendar um pouco mais da histórica e da forma como contribuíram para a transformação deste espaço colonial que teve como ponto de partida a Colônia Maciel.

5º CAPÍTULO – DECADÊNCIA ECONÔMICA E NOVAS FUNÇÕES NO ESPAÇO RURAL: A EMERGÊNCIA DO TURISMO NO CENÁRIO ECONÔMICO PELOTENSE

Não há como negar que Pelotas foi uma das cidades mais ricas e desenvolvidas do Rio Grande do Sul no período que vai do século XVIII até o final do século XIX, podendo se estender até o início do século XX. Isso se deveu a ascensão da oligarquia agrária, entre pecuaristas e charqueadores, os primeiros, donos de grandes extensões de terra da atividade pecuária e, os segundos, senhores de escravos responsáveis pela opulência e prestígio econômico e cultural vivido pela cidade, resultado da atividade da indústria charqueadora.

Entretanto, o ciclo pecuário não conseguiu manter Pelotas entre as principais cidades do estado. Ao contrário, seus mecanismos produtivos, somados à dinâmica econômica internacional e a melhoria das condições tecnológicas, fizeram com que a cidade variasse ao longo de muitas décadas entre altos e baixos econômicos até, finalmente, na década de 1980, viver um forte período de decadência econômica (FETTER, 2002).

Por certo que a cidade sofreu bastante com a Revolução Farroupilha (1835-1845), pois ora era atacada e ocupada pelas tropas federalistas, ora pelas tropas farroupilhas. Ainda assim, após este período de convulsão social, as charqueadas recolocam Pelotas em posição favorável no cenário econômico Rio-Grandense (FETTER, 2002).

Magalhães (1993, p. 96-108) faz uma interessante análise sobre a pujança da cidade de Pelotas, no qual avalia que em 1880 ela possuía praticamente a mesma população em relação à Porto Alegre ou à São Paulo, sendo que contava com mais de 4.000 prédios na área urbana.

A opulência da sociedade Pelotense era tal que já em 1873 dava-se início ao abastecimento de água na cidade, com a importação de chafarizes e a caixa d'água, esta instalada na Praça Piratinino de Almeida, em frente à Santa Casa de Misericórdia. Além disso, havia investimentos na área social e cultural, com destaque à criação da Biblioteca Pública (1873), do Clube Caixeiral (1879), do Clube Comercial (1881), do

Instituto Agrícola e Veterinário (1883), do Jornal Diário Popular (1890), do Ginásio Gonzaga (1894) e da Sociedade Agrícola-Pastoril do Rio Grande do Sul (1898). Ainda, neste período, em torno de dez charqueadores possuíam títulos de nobreza (MAGALHÃES, 1993).

Osório (1962) dimensiona a importância político-econômica de Pelotas quando relata que a cidade chegou a possuir como habitantes, em sua história, nove Barões, dois Viscondes e um Conde, o que colaborou para denominar a sua sociedade como a *Aristocracia do Charque* ou *Barões da Carne-Seca*. Para Fetter (2002, p. 59),

(...) fica evidente que este período representou o de maior desenvolvimento da economia local, com o apogeu da indústria charqueadora e a expressiva diversificação da atividade produtiva, tanto no meio rural quanto no meio urbano, muito embora, ao seu final, já se sentissem alguns dos efeitos das dificuldades que viriam no novo século.

Para Osório (1962, p. 219-235) afirma que no período entre 1900 e 1920, Pelotas ainda mantinha o rumo do progresso com investimentos em telefonia (Companhia Telefônica Rio-Grandense, em 1908, e a CTMR, em 1910), energia elétrica (Companhia Força e Luz, em 1912) e esgoto, em 1913. Ainda, marca a vinda de investimentos de fábricas, do Banco Pelotense (1906) e o início da atividade arroseira pelo Cel. Pedro Luís da Rocha Osório, em 1907, uma atividade característica do município, como da região sul do estado, inclusive, nos dias atuais.

Na parte cultural este período marca a criação do Ginásio Pelotense, pela Maçonaria, que deu origem às Faculdades de Farmácia e Odontologia (1912) e de Direito (1913). Funda-se, também, a Academia de Comércio (1907), o Colégio São José (1910), a Escola de Artes e Ofícios (1917), atual CEFET/Pelotas, o Conservatório de Música (1918), além de dois dos atuais times de futebol da cidade: o Esporte Clube Pelotense (1908) e o Grêmio Esportivo Brasil (1911) (OSÓRIO, 1962, p. 164-169).

Além destas obras e investimentos os casarios de Pelotas, mesmo nos dias atuais, demonstram a riqueza que a cidade possuía. A alta classe cidadina importava da Europa muitos móveis, utensílios domésticos e vestuário para o uso cotidiano. Inclusive, muitos filhos dos aristocratas estudavam na Europa, principalmente na França, donde

surge a tradição de, nas casas da alta classe, utilizar o idioma francês para os encontros sociais.

Certamente que não cabe aqui fazer uma extensa lista de todos os investimentos que Pelotas teve no seu período de pujança, apenas se procurou demonstrar alguns fatos e obras que são resultado deste período. Mas, como foi dito no início deste capítulo, apesar da grandeza política, econômica e cultural que Pelotas possuiu, não foi suficiente para mantê-la entre as principais cidades do estado e, por isso, o município atravessou por diversos períodos de crise e decadência.

De acordo com Fetter (2002), no início do século XX, são muitos fatores que somados ameaçaram o crescimento quase que contínuo do município. Segundo a autora os motivos estão situados

De um lado, pelas mudanças tecnológicas e produtivas: a revolução na indústria da carne, com a frigorificação e a entrada de companhias internacionais no mercado; a implantação do transporte ferroviário com a fronteira e do telégrafo até Rio Grande e Porto Alegre; e a modernização destes dois portos. De outro, pelas mudanças econômicas e políticas no Rio Grande do Sul: a colonização com estrangeiros traz grande desenvolvimento na parte norte do Estado, que é inteiramente ocupada, começa a industrializar-se e se torna a parte “dinâmica” da economia, com isso também deslocando o “eixo de poder” até então predominante. (FETTER, 2002, P. 46)

Mesmo tendo investido em áreas de colonização européia, por iniciativa do governo e de particulares, Pelotas não conseguiu acompanhar a dinâmica do crescimento do estado. Isso se deveu, em muito, ao fato de que a oligarquia do município não aceitava perder parte do poder, visto que na região norte do estado as colônias de imigração eram economicamente rentáveis, o que lhes dava certo poder de barganha política por suas bem-sucedidas atividades produtivas.

Além disso, o modelo produtivo pecuário, baseado na produção do charque, iria passar por dificuldades porque este artigo era produzido e destinado à alimentação dos escravos, sendo que a abolição do trabalho “servil” no município já havia sido decretada em 1884. Mas, como foi visto em capítulo anterior, Pesavento (1997, p. 45) verificou que a abolição em Pelotas ficou atrelada à “*clausula de prestação de serviços*” o que significa, numa análise mais minuciosa, que os charqueadores não admitiam a divisão

do poder e, neste caso, foram responsáveis tanto pela ascensão quanto pela decadência do município.

Para Pesavento (1997, p. 36), enquanto o café brasileiro estava em ascensão, como produto de exportação, posicionando a economia nacional com relevante destaque na economia internacional, a pecuária sulina, também, representava um expressivo desenvolvimento ao estado, tendo o charque como principal produto. Entretanto, verifica a autora, por este motivo a economia gaúcha situava-se como produção periférica e subsidiária em relação à economia nacional, sendo apenas fornecedora do mercado interno.

Além disso, o modelo platino das charqueadas, Uruguaio e Argentino, já utilizava a mão-de-obra assalariada para a produção, e com a abolição total do trabalho escravo não havia como concorrer com este produto. Neste sentido, cabe avaliar que faltou à oligarquia investir em melhorias tecnológicas e logísticas ou pensar uma nova matriz produtiva que substituísse a indústria do charque, possivelmente baseado na pequena propriedade dos imigrantes, como estava ocorrendo em outras regiões do estado, com os alemães e italianos principalmente.

No que diz respeito ao charque platino Pesavento (1997), analisa que este passou por uma série de inovações no processo produtivo chegando a representar uma verdadeira empresa capitalista. Além da mão-de-obra assalariada, recrutavam empregados para tarefas específicas e especializadas na produção e faziam uso de máquinas a vapor. Ainda, houve melhor aproveitamento do gado, com a obtenção de subprodutos como couro salgado e seco, graxa, sebo, sangue e esterco, coisa que na indústria charqueadora gaúcha não acontecia, ou produziam estes artigos derivados da rês em menor escala. Na verdade o charque platino teve todo um investimento em logística, desde a melhoria das condições sanitárias, passando por investimento em portos e vias férreas, até mesmo com propaganda dos produtos, inclusive na Europa. Segundo a autora, “o resultado final desta empresa tecnificada e assalariada foi o incremento de produtividade e a possibilidade de colocação, no mercado interno brasileiro, de um artigo a preço mais baixo que o charque rio-grandense” (PESAVENTO, 1997, p. 43).

O charque gaúcho, bem como a maioria dos produtos da economia do estado, estava atrelado aos preços estabelecidos pela economia de exportação e dos imperativos do mercado interno central. Isto significa que boa parte dos lucros do charque sulino ficava com as casas de comércio do centro do país, diminuindo os lucros dos charqueadores sulinos que, por sua vez, procuravam oferecer menor preço pelo gado aos estancieiros, situação que se manteve mesmo depois que se tornou um produto de consumo das classes populares urbanas, com o fim da escravidão no país (BARCELLOS, 2006).

Neste sentido, é possível perceber que o rumo da economia gaúcha, baseado no ciclo produtivo pecuário e charqueador, estava destinado ao fim, enquanto que o resto do país, em especial nas áreas de maior ocupação populacional e urbanização, investiam em tecnologia, uma vez que se vivia uma nova fase do capitalismo internacional.

Para Pesavento (1997, p. 35), o processo de independência inseriu o Brasil numa nova fase da economia mundial, rompendo com o Antigo Sistema Colonial. Neste sentido a autora analisa que “vencida a fase de acumulação primitiva de capitais, tudo aquilo que fora o mecanismo de sustentação do colonialismo – escravismo, monopólio – tornou-se um entrave à constituição plena do capitalismo nas economias centrais”.

É interessante analisar como Pelotas, um município que cresceu de forma tão vertiginosa, chegando a ser um pólo regional no estado, tão importante quanto a capital Porto Alegre, com uma sociedade rica e um acentuado desenvolvimento, não tenha conseguido adaptar-se às mudanças que ocorriam no cenário internacional e nacional, de forma a diversificar sua produção e se manter forte na economia gaúcha.

Mas, como foi dito anteriormente, entre os diversos fatores que contribuíram para a decadência da economia pecuária pelotense, duas transformações merecem destaque, pois causaram profundo impacto: os investimentos em ampliação e logística no porto de Rio Grande (1915) e a frigorificação da carne, com a instalação de grandes companhias internacionais no estado, a partir de 1917 (PESAVENTO, 1978 apud FETTER, 2002).

No que concerne ao Porto de Rio Grande naquele período, segundo informações registradas em relatório do Rotary Club de Pelotas (1930 apud FETTER, 2002, p. 61),

“basta ver que suas exportações passaram de 36 mil toneladas em 1917 para 56 mil em 1918 e para 120 mil em 1923, enquanto as do Porto de Pelotas oscilavam entre 44 mil em 1917 e 46 mil em 1923, numero semelhante ao que já apresentava em 1910”. Isto significou que Pelotas passou a representar um pólo secundário na região, transferindo para Rio Grande a responsabilidade de dinamizar a economia e o comércio regional. Na verdade esta situação se mantém até os dias atuais, uma vez que o Super Porto de Rio Grande foi todo remodelado e reformado, com alto incremento tecnológico, tornando-se um dos principais portos do Brasil, ao lado do Porto de Santos, em São Paulo, e o Porto de Paranaguá, no Paraná.

Apesar da crise que se formava no cenário pelotense a pecuária gaúcha ainda viveu um período de euforia durante a Primeira Guerra Mundial. Isto porque havia a necessidade de abastecimento dos países em guerra, tanto à população civil quanto às tropas, o que possibilitou o aumento extraordinário dos preços da carne gaúcha, inclusive da carne refrigerada. Evidentemente que o aumento da demanda e dos preços dos produtos pecuários também exigiu a melhorias nas condições de produção, situação na qual passam a figurar no cenário produtivo as grandes empresas frigoríficas estrangeiras que já haviam se instalado na região do Prata, mesmo com a criação, pelo governo gaúcho, do Frigorífico Rio-Grandense (PESAVENTO, 1997, p. 71).

Apesar das iniciativas do poder público para não levar a indústria pecuária gaúchas à completa falência, Pesavento (1997) constata que:

O governo gaúcho, ao mesmo tempo que apoiava o projeto dos criadores, facilitou a entrada do capital estrangeiro, que promoveria a renovação tecnológica da pecuária, através de uma legislação protecionista. Beneficiadas por tais incentivos fiscais, as empresas norte-americanas penetraram no estado: Armour e Wilson em Santana do Livramento, em 1917 e 1918, respectivamente, e Swift em Rio Grande, em 1917. (PESAVENTO, 1997, P. 71)

Mas, a dimensão da crise em Pelotas, neste período, foi tamanha que em 1931 o Banco Pelotense, que chegou a ser o maior banco do Rio Grande do Sul, encerra suas atividades decretando falência. Com o fechamento do banco vão-se, também, todas as aplicações de poupança que ainda aqueciam a economia local e regional de centenas de investidores (FETTER, 2002, p. 63).

Assim, entre 1930 e 1960, Pelotas vive um longo período de empobrecimento, resultado de uma forte desindustrialização no município. Apesar de não haverem dados precisos sobre este processo Rodrigues (1995 apud FETTER, 2002, p. 69) analisa que neste período houve uma redução de quase 60% dos estabelecimentos industriais e comerciais no município.

Um dado expressivo é que já em 1937 haviam apenas cinco charqueadas em funcionamento no município, o que significa que era necessário investir em novas atividades produtivas que pudessem sustentar economicamente o município. Assim, durante este período de 30 anos investiu-se na atração de atividades de natureza agro-industrial, entre indústrias de conservas (Conservas Almeida, em 1930, e Indústria de Conservas AGAPÊ, em 1959), frigoríficas (Frigorífico Anglo, em 1943, e a Cooperativa de Carnes, em 1950) e na indústria têxtil (COSULÃ, em 1944), além de outras indústrias de menor porte. Sobre esta questão FETTER (2002) avalia que:

Fomos, portanto, “condenados” à produção agropecuária e agroindustrial, no momento em que o País sofisticava sua produção e estimulava a internalização de tecnologia mais avançadas e de capitais internacionais. Para complicar mais esta situação, a crescente urbanização que se processava no País levou sucessivos governos a adotarem mecanismo para controlar o custo de vida para estas populações cada vez mais numerosas, o que significou a diminuição do “poder de compra” dos produtos agrícolas em relação aos produtos industrializados. (FETTER, 2002, p. 73)

Após este período de decadência econômica Fetter (2002) aponta que Pelotas vive um outro período, entre a década de 1960 e a década de 1980, no qual investiu-se na diversificação industrial. Além disso, neste período, pode-se registrar a ascensão do modelo produtivo familiar.

Com a implantação do Distrito Industrial do município, em 1969, tinha-se por objetivos atrair investimentos que permitissem a modernização e a diversificação da matriz produtiva pelotense. Esta iniciativa registrou relativo sucesso com a instalação com indústrias vinculadas à atividades agropastoril, como a CICA, VEGA e IRGOVEL, do ramo conserveiro, além de indústrias do setor primário, tais como INDUMEC, MESI e MÁQUINAS VITÓRIA, ligadas ao ramo metalúrgico (FETTER, 2002, p. 73-74).

Foram estas atividades, em especial do ramo conserveiro, que permitiram a ascensão da produção colonial, isto porque esta região, caracteristicamente de

propriedades familiares, passou a investir em produtos destinados a esta ramo de atividade. Para Fetter (2002, p. 74),

Na agricultura, a pequena propriedade teve estímulo para a colocação de sua produção junto a esta indústria conserveira, tanto para a produção tradicional (pêssego), quanto para diversos outros produtos (aspargo, morango, milho, tomate, etc.). A introdução da soja, na década de 1960, estimulou a conversão de fábricas de óleo para a utilização desta leguminosa (SOROL e BRASIL), assistindo-se ao seu crescimento.

Como efeito desse processo de crescimento da indústria conserveira no município, na região colonial, houve a criação de inúmeras pequenas agroindústrias que concorriam com as grandes empresas do ramo na cidade (SALAMONI, 2001; GARCIA, 2001). Além disso, por conta da área urbana do município estar localizada na *Planície Costeira*, a cultura do arroz, gênero produzido em larga escala, também contribuiu para a economia do município, contudo, isso não significa que gerou emprego e renda à população, uma vez que esta cultura tem por característica o modelo produtivo de empresa capitalista.

Apesar da renovação e diversificação da matriz produtiva do município, desta vez com a produção atrelada à propriedade familiar, uma nova crise vêm assolar Pelotas no início da década de 1990. Esta nova crise promoveu o fechamento ou a transferência das indústrias situadas no município, atingindo, dessa vez, tanto a economia urbana quanto a rural.

Um dos primeiros fatores da crise está atrelado à abertura dos mercados e à queda de muitas barreiras alfandegárias aos produtos importados, fase em que a economia capitalista mundial entra em sua fase neoliberal. Esta abertura dos mercados em Pelotas, por exemplo, possibilitou a entrada do pêssego grego com preços mais competitivos que o produto de origem colonial, o que atingiu diretamente a produção nesta região (SALAMONI, 2001; GARCIA, 2001).

Outro aspecto diz respeito aos incentivos fiscais oferecidos por estados e municípios para que as empresas migrassem de lugares e, com isso, levando junto os empregos e investimento diretos e indiretos. Neste cenário o poder público, muitas vezes, passa a representar os interesses das empresas privadas, contribuindo numa guerra fiscal entre diferentes municípios (SANTOS, 1998; VAINER, 2001; 2002).

Evidentemente que, tanto a abertura dos mercados brasileiros aos produtos importados, quanto à guerra de incentivos entre estados e municípios para a instalação das indústrias em seus territórios foram fenômenos que atingiram todo o país. Em Pelotas, especificamente, provocou uma crise econômica que atingiu tanto a área urbana quanto a área rural, gerando alto índice de desemprego e impondo ao município a necessidade de repensar sua matriz produtiva, mas uma vez buscando diversificar e ampliar o conjunto de possibilidades de geração de trabalho e renda.

É neste período que, tendo diminuído drasticamente a demanda do mercado de conservas na região, por conta do fechamento ou mudança de muitas agroindústrias, os habitantes do meio rural passam a buscar novas possibilidades de geração de trabalho e renda. Um dos produtos que os agricultores passaram a investir foi o fumo, uma vez que este é um produto de comercialização certa, apesar de muitas vezes as indústrias fumageiras sub-valorizar o produto dos agricultores. O investimento neste produto na zona rural da região sul, nas cidades de Pelotas, Canguçu e São Lourenço, foi bastante expressivo e alterou a paisagem e o cotidiano dos habitantes desta região, conforme em trabalhos elaborados por Rocha (2000), Cruz (2004) e Amaral (2004).

Para Scaglioni (2002), as propriedades familiares, por sua gênese, se caracterizam por uma produção diversificada. Por este motivo não é possível afirmar que a região tenha assumido uma única cultura para substituir a produção que era destinada à indústria de conservas, mas, interessa neste momento direcionar o olhar a uma atividade em especial que surge da oportunidade de aproveitar os potenciais do patrimônio existentes na colônia, bem como no contexto da necessidade de geração de trabalho e renda no espaço rural: o turismo.

O turismo no espaço rural, como visto no primeiro capítulo deste trabalho, na região colonial de Pelotas, surge como uma alternativa à geração de trabalho e renda, de forma a substituir algumas perdas provocadas pela queda na produção agrícola (PANIS, 2007).

A promoção das atividades de turismo e lazer no Distrito de Rincão da Cruz foi possível, também, por esta região possuir uma grande oferta de pontos para banho, acampamentos e trilhas, pela presença de muitos cursos d'água, cachoeiras e pontos

de mata nativa, lugares convidativos aos habitantes das cidades próximas que não disponham de tal patrimônio natural (SCAGLIONI, 2002).

Além disso, por constituir uma região de colonização européia, registra-se a presença da cultura material e imaterial, de acordo com o que foi discutido em capítulo anterior, o que significa que a região não dispõe apenas de oferta de natureza para a promoção de atividades de turismo e lazer, mas, também, dispõe de atrativos culturais, de bens materiais e vivências cotidianas, rugosidades da paisagem colonial, que permitem aos visitantes usufruir do contato com uma cultura diferenciada (PANIS, 2008b).

Não obstante à oferta de patrimônio cultural existente na região, deve-se ressaltar que seu uso para estas atividades turísticas e de lazer ainda é bastante incipiente, está apenas no início, embora a região colonial possua grande potencial de crescimento em quantidade de visitantes, tanto pelo grande número de lugares atrativos quanto pelo pouco uso ainda feito destes lugares, aspecto indicado pelos próprios habitantes da colônia, entrevistados nas pesquisas campo realizadas.

Nota-se que, entre os entrevistados, há a percepção de que o turismo é uma atividade em ascensão na colônia, além de possuir grande potencial para a região. Para N. Grupelli o turismo *“Está no início, vem mais gente aos finais de semana. Espero que daqui mais um tempo tenha mais visitantes, porque com o fechamento da ‘Bela Gress’²⁷ caiu o movimento aqui. O turismo seria uma solução”*. Outro entrevistado, L. Weege, verifica que *“Ainda não tem tanto movimento, mas já tem gente vindo de longe pra cá. Quando a colônia for mais conhecida vamos poder ter mais ganhos com o turismo, mas por enquanto estamos no início”*. Opinião semelhante à de L. Casarin, presidente do Museu Etnográfico da Colônia Maciel – MECOM, quando afirma que *“O turismo está crescendo aqui. Aos poucos as pessoas estão descobrindo, conhecendo mais a Colônia e isto faz com que pouco a pouco aumente a circulação das pessoas aqui”*. Isso

²⁷ A Bela Gress era uma indústria de cerâmicas que existia na colônia, responsável por gerar muitos empregos e renda na região. Esta empresa encerrou suas atividades e se mudou para Santa Catarina, onde a logística para a produção era melhor, além dos incentivos dados pelo governo deste estado.

significa dizer que há uma tendência a aumentar o fluxo de pessoas que vão utilizar os espaços disponíveis na colônia²⁸.

Além disso, entre os entrevistados, muitos compreendem que existe uma relação entre o aumento da procura da colônia para turismo e lazer e a divulgação da cultura e da região colonial como um todo. Nas palavras do Pe. L. Capone o turismo *“Está tornando o lugar mais conhecido, está crescendo, divulgando a colônia”*. Complementando esta idéia K. Casarin, estudante da Universidade Federal de Pelotas e Bolsista do Museu na ocasião da entrevista, afirma que o turismo tem o sentido de permitir às pessoas *“Conhecer a colônia. Os pontos que as pessoas não conhecem, pois existem muitos lugares bonitos”*.

Certamente que o aumento do fluxo de visitantes na região colonial, além de divulgar a cultura e a paisagem, também, contribuirá no consumo e na comercialização dos produtos coloniais, principalmente do vinho, um dos principais artigos produzido pelas famílias.

No que diz respeito às atividades de turismo e lazer deve-se registrar que os lugares, bem como a região colonial de uma forma geral, ainda não dispõem de uma infra-estrutura adequada para receber os visitantes, faltando investir na melhoria dos lugares de visitação e permanência. Para N. Grupelli, dona do Restaurante, da Pousada e do Museu Grupelli, *“Nós estamos acostumados com estradas ruins, mas quem vem visitar as vezes pode até estragar o carro. Estradas ruins, faltam placas, pontes e iluminação pública”*. J. Camelatto, produtor de vinho na região e descendente dos primeiros imigrantes, adverte que *“Tem que melhorar estradas, saneamento, todas as coisas na colônia. Senão a gente não pode receber o pessoal que vem visitar, conhecer, comprar”*. Opinião semelhante a do Pe. L. Capone, quando afirma que *“Está faltando infra-estrutura. O acesso à colônia é difícil e não há uma política consistente de infra-estrutura”*. As figuras a baixo (Figura 5.1 a Figura 5.4) retratam o estado precário da sinalização e os exemplos de renovação da sinalização turística.

²⁸ As entrevistas utilizadas ao longo do capítulo referem-se a dois trabalhos de campo efetuado em 2008 e 2009, na região colonial de Pelotas.



Figura 5.1 e Figura 5.2: Placas de sinalização antigas e novas
Fonte: Marcelo Panis, 2008



Figura 5.3 e Figura 5.4: Placas de sinalização turística
Fonte: Marcelo Panis, 2008



Figura 5.5 e Figura 5.6: Precária infra-estrutura nos pontos turísticos
Fonte: Fonte: Marcelo Panis, 2008

Além disso, ainda há pouco investimento em infra-estrutura de pousadas, hotéis ou, mesmo, nas áreas em camping (Figura 5.5 a Figura 5.6), neste último, como no caso da Cascata do Arco-Íris, ponto bastante freqüentado por visitantes, mas que não dispõe de uma estrutura propícia aos turistas, faltando em investir em iluminação e energia elétrica, aumentar o número de sanitários e vestiários, telefones, além da diversificação dos serviços aos visitantes.

Ainda, sobre a infra-estrutura de turismo e de lazer disponível aos visitantes e mesmo aos habitantes da colônia, para o entrevistado A. P. Potenza, descendente dos primeiros imigrantes italianos, *“Estão investindo, como as placas, mas acho que está muito fraco. Mesmo os produtores aqui têm que aprender muito. Tem que investir mais, mesmo na aparência dos lugares”*.

Possivelmente, o que explica a falta de condições satisfatórias às atividades de turismo e lazer se deva ao fato de que esta atividade é uma iniciativa dos próprios habitantes do lugar, que possuem em suas propriedades pontos atrativos. Além disso, o fato destes habitantes não serem profissionais da área e pelo turismo representar uma iniciativa nova na região, significa que muitos ainda estão aprendendo na prática, pois há poucos anos atrás se dedicavam apenas às atividades agrícolas.

Este aspecto demonstra que estes habitantes, promotores das atividades de turismo e lazer, devam buscar mecanismos de planejamento e gestão em suas propriedades, no sentido de conseguirem se organizar em torno de um circuito turístico na região colonial de Pelotas, ou ampliar e melhorar a organização do Grupo Associativo de Empreendedores em Turismo Rural – GASSETUR (Figura 5.7), que tem esta função em relação ao turismo.



Figura 5.7: Logotipo do GASSETUR
Fonte: www.pelotascolonial.com.br

Uma melhor organização das iniciativas lhes daria condições de dialogar com o poder público e propor maior destinação de recursos, tanto para investimento em infraestrutura quanto em propostas de formação no que diz respeito à receptividade e organização dos lugares.

Esta questão do diálogo com o poder público é importante, porque, em geral, entre os habitantes da colônia entrevistados, é unânime as respostas negativas sobre as políticas e ações da prefeitura para o turismo no espaço rural. Dos que acham que existe algum tipo de ação afirmam que ainda é muito pouco e não dá conta de resolver as demandas da colônia. Segundo o Pe L. Capone *“Não há muita política de turismo. Na verdade, o trabalho do poder público aqui é quase nulo nisso”*.

Quando perguntados especificamente sobre o *Pelotas Colonial*, Programa apoiado pela Secretaria Municipal de Turismo, Esportes e Lazer - STE da Prefeitura Municipal de Pelotas - PMP, que deveria ser um impulsionador do turismo na região colonial, a maior parte dos entrevistados afirma que nunca ouviu falar do projeto, o que demonstra ser uma política que não é efetiva para os habitantes da colônia.

Sobre as políticas do governo o entrevistado J. B. Schiavon, produtor de vinho e promotor do turismo na região, analisa que *“Existe muito pouca coisa, nada específico para nós. Faço parte do Pelotas Colonial, mas ainda não é um projeto que promove o turismo. Está muito devagar”*. L. Weege, dono da propriedade na qual está situada a Cascata do Arco-Íris, tem opinião semelhante. Para ele *“...se existe alguma política do governo eu não conheço. O Pelotas Colonial é mais da gente do que deles, nós fazemos funcionar aqui, mas ainda é muito novo o projeto”*.

Apesar de se estar fazendo referência aqui ao Programa Pelotas Colonial cabe informar que este assunto será melhor tratado no capítulo 6, no qual será dado mais atenção aos ações e programas do governo municipal tanto no que diz respeito ao turismo quanto ao patrimônio cultural.

As respostas dos entrevistados demonstram que o poder público não direciona grandes investimentos à região colonial para o turismo e não oferece acompanhamento periódico para que esta atividade se desenvolva e desenvolva a região, ou seja, o poder público está praticamente ausente da região colonial fazendo com que os

próprios habitantes invistam e organizem as propostas para a promoção de atividades turísticas e de lazer.

O fato dos habitantes não conseguirem uma melhor organização para a promoção das atividades de turismo e lazer, ou mesmo para a preservação do patrimônio na região colonial de Pelotas, possivelmente, pode estar relacionado com o não conhecimento das leis e dos mecanismos políticos, jurídicos e administrativos para que, junto ao poder público, possam buscar melhorias para o turismo e para o patrimônio cultural na região.

Neste sentido, torna-se importante direcionar o olhar, ainda que de maneira breve, para os instrumentos jurídicos e ações do poder público que digam respeito ao patrimônio cultural e ao turismo, compreendendo o conjunto de possibilidades e os entraves junto ao governo municipal.

6º CAPÍTULO – AS POLÍTICAS MUNICIPAIS DE TURISMO E PATRIMÔNIO PARA O ESPAÇO RURAL PELOTENSE

Como foi visto em capítulos anteriores deste trabalho a região colonial de Pelotas recebeu imigrantes europeus não-portugueses, em especial os italianos, durante o processo da grande imigração para o Brasil, no qual foram formadas as colônias de imigrantes e, por conta deste evento histórico, foram cristalizados no espaço inúmeros bens culturais materiais e imateriais.

Junto a isso se constatou que, nos últimos anos, o turismo tem representado uma alternativa de geração de trabalho e renda da região e, ao mesmo tempo, simboliza uma estratégia na conservação do patrimônio cultural que a população visitante visa conhecer, ou seja, o próprio patrimônio cultural incluiu-se como um atrativo.

Em geral, as ações de ordem cultural, política, sociais ou econômicas relacionadas ao patrimônio cultural e ao turismo são compostas de três atores principais: os habitantes do lugar, o poder público e as empresas privadas.

Como foi constatado em pesquisa de campo e discutido em capítulo anterior, as propostas turísticas são iniciativas dos habitantes da região colonial, bem como as propostas em torno da preservação dos bens culturais legados pelos primeiros imigrantes italianos e seus descendentes, como foi o caso do Projeto do Museu Etnográfico da Colônia Maciel – MECOM, que contou a com a participação da Universidade Federal de Pelotas – UFPel, para a execução do projeto.

A ação do poder público municipal deve ser mediada por políticas e programas que atendam às demandas gerais e específicas de seus habitantes. Para tanto, o poder executivo, representado pelas secretarias de governo, juntamente com o poder legislativo, devem propor, apoiar e dar sustentação às iniciativas sócio-culturais e econômicas por meio de legislação específica e a destinação de recursos quando necessário. O planejamento e a gestão das leis e programas de governo devem superar a mera atribuição de direitos e obrigações, de maneira a conhecer as necessidades específicas e a complexidade existente em cada setor e localidade do município.

A partir da discussão a que este capítulo se propõe, é de fundamental importância identificar as políticas, os programas ou ações do governo municipal de Pelotas para o patrimônio cultural e o turismo, assim como, ampliar à esfera estadual a verificação de ações específicas e a existência de um diálogo entre o estado do Rio Grande do Sul e o município. Isto porque, no âmbito da discussão a respeito do patrimônio cultural, interessa pôr em evidência as iniciativas de salvaguarda desse legado presente na região colonial, bem como verificar no âmbito do turismo a existência de legislação específica que regule e dê sustentação às atividades.

No que tange ao patrimônio cultural, existe numerosa quantidade de recomendações e legislações específicas para procedimentos de preservação, conservação e restauração dos bens, neste último caso, especificamente, os bens materiais, embora as ações em torno da salvaguarda do patrimônio sejam relativamente recentes. Para Fonseca (1997, p. 11):

A constituição de patrimônios históricos e artísticos é uma prática característica dos Estados modernos que, através de determinados agentes, e com base em instrumentos jurídicos específicos, delimitam um conjunto de bens no espaço público. Pelo valor que lhes é atribuído, enquanto manifestações culturais e enquanto símbolos de nação, esses bens passam a ser merecedores de proteção, visando a sua transmissão para gerações futuras.

Assim, quando reconhecidos por seu valor singular estes bens recebem proteção a partir de instrumentos jurídicos específicos. Entretanto, deve-se destacar que o número de bens que não possui proteção enquanto patrimônio é relevante em relação aos que possuem e, em geral, entre os que recebem proteção específica estão situados nas cidades ou na mancha urbana dos municípios.

Isto significa, na pior das hipóteses, que o patrimônio existente no espaço rural, caso não seja reconhecido e protegido legalmente ou não receba novos conteúdos que garantam sua continuidade no espaço, pode desaparecer, como é o caso dos bens materiais e imateriais existentes na região colonial de Pelotas.

Apesar da morosidade que demanda o processo de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural no Brasil, já é previsto na Constituição Federal, de 1988, um conjunto de instrumentos jurídicos que versa sobre as responsabilidades do Estado, ou dos órgãos competentes para tal, no que diz respeito ao direito de acesso à cultura e,

da mesma forma, o que este considera como sendo patrimônio cultural propenso a ser salvaguardado pelo conjunto de leis.

Segundo o Artigo 216: “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira...” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988). Entre as atribuições para a defesa e preservação do patrimônio cultural brasileiro está previsto que:

§ 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º - Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º - A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º - Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º - Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ARTIGO 216, 1988)

Cabe ressaltar, então, e da mesma forma concordar com Guimaraens (2006, p. 209), que “a proteção do patrimônio se impõe como um direito universal”, aplicável a todos os limites do território nacional, o que indica, portanto, a necessidade de proteção ao patrimônio cultural localizado no espaço rural.

Em se tratando do conjunto de instrumentos legais do Rio Grande do Sul existem, na Constituição do Estado, normativas que comungam com os preceitos federais, tanto no que diz respeito ao acesso e direito à cultura, nos Artigos 220 e 224, quanto sobre à proteção do patrimônio cultura, no Artigo 222, seguindo o mesmo espírito do Artigo 216 da Constituição Federal.

Direcionando o olhar à escala grande, importa verificar que instrumentos e disposições o município de Pelotas utiliza para a salvaguarda de seu patrimônio cultural. Um dos primeiros e mais importantes instrumentos a respeito do assunto foi a Lei nº 2.708, de 10 de Maio de 1982, que dispunha sobre os procedimentos para proteção do patrimônio histórico e cultural do município e, da mesma forma, estabelecia a função do

Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Histórico e Cultural – COMPHIC, estando em consonância com a Lei Estadual nº 7.231, de Dezembro de 1978.

Esta lei foi modificada posteriormente pela Lei nº 3.128, de 23 de Julho de 1988. No entanto, o conteúdo principal foi mantido, o que significa que o Art. 1º da lei permaneceu o mesmo, o qual estabelece que “Constitui patrimônio histórico e cultural do Município de Pelotas o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no seu território, que seja do interesse público conservar e proteger contra a ação destruidora decorrentes de atividade humana e do perpassar do tempo (...)” (Lei nº 2.708, 1982).

Não obstante a esta lei o instrumento jurídico mais importante no período atual, por trazer diretrizes específicas às localidades rurais em seu conteúdo, é a Lei nº 5.502 referente ao III Plano Diretor do Município de Pelotas – PDP, isto porque suas diretrizes incluem a abrangência da cultural imaterial que, até então, não possuíam estatuto jurídico específico. O Artigo 7 assim estabelece, em seu XXIV e XXV item, sobre *A política de ordenamento e desenvolvimento territorial do município*:

XXIV - Fortalecer a identidade sócio-cultural da população, evidenciando as potencialidades do território rural como vetor de desenvolvimento local e regional, para além da produção estrita de alimentos e de matérias-primas, promovendo atividades vinculadas ao turismo, artesanato, prestação de serviços, conservação do patrimônio cultural, ecológico e paisagístico.

XXV - Reconhecer o valor do patrimônio cultural das localidades rurais de Pelotas, historicamente consolidadas como objeto de preservação, tendo como fundamentação os conceitos de sítio rural, de conjunto histórico e de pequenas aglomerações, provenientes das Cartas Patrimoniais, investindo em políticas públicas direcionadas à salvaguarda dessas localidades e de suas expressões de ruralidade e aplicando instrumentos de incentivo e de proteção (Lei nº 5.502, 2008)

Portanto, no III Plano Diretor de Pelotas verifica-se uma preocupação em contemplar o espaço rural como possuidor de bens culturais merecedores de proteção específica. Mas, examinando as leis e decretos do município referentes à proteção e salvaguarda do patrimônio cultural, disponibilizados pela Secretaria de Cultura de Pelotas – SECULT, constata-se que, na prática, ainda não existem ações deste tipo destinadas ao espaço rural.

O próprio Decreto Municipal nº 4.703, de 21 de Dezembro de 2004, vigente no período atual, dispõe a respeito dos bens integrantes do inventário do patrimônio cultural de Pelotas, no qual todos os imóveis estão situados no solo urbano, o que

significa que ainda não existem ações pontuais para o espaço rural. Além disso, não há até o momento nenhum inventário ou tombamento para a cultura imaterial do espaço rural de Pelotas. No Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN existem 15 Registros de Bens Culturais de Natureza Imaterial e outros 15 registros em andamento, mas, entre estes, não há nenhum registro para a região ou o estado²⁹.

Esta falta de legislação e, principalmente, ações específicas para a preservação do patrimônio cultural existente no espaço rural revela uma prática ainda pouco efetiva no Brasil. Apesar de algumas recomendações existentes percebe-se que a preservação de bens materiais e imateriais é predominante para os bens situados no espaço urbano.

Em termos mundiais, desde a primeira metade do século XX já havia esforços de diversos países direcionados à salvaguarda do patrimônio. É neste período que começa a surgir uma coletânea de documentos, recomendações e cartas, conhecida como Cartas Patrimoniais, resultado de importantes reuniões ocorridas em diversas partes do mundo, relativas à proteção do patrimônio. A primeira carta data de Outubro de 1931, a Carta de Atenas, que são Conclusões Gerais e Deliberações da Sociedade das Nações, do Escritório Internacional dos Museus.

Somente 30 anos depois, na Recomendação de Paris, em 1962³⁰, instituída pela Conferência Geral da União das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO³¹, é mencionada a preservação do patrimônio rural em um documento, dispondo sobre a salvaguarda das paisagens e sítios rurais. Segundo a recomendação do IPHAN (1995, p. 99):

Para os efeitos da presente recomendação, entende-se por salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios a preservação e, quando possível, a restituição do aspecto das paisagens e sítios, naturais, rurais e urbanos, devido à natureza ou à obra do homem, que apresentem um interesse cultural ou estético, ou que constituam meios naturais característicos.

Além disso, nos itens 14 e 15 do Artigo III desta mesma recomendação, há uma referência a respeito da necessidade de efetivamente existir um planejamento físico e territorial nas áreas rurais. Todavia, mesmo com a clara preocupação com o patrimônio

²⁹ Consultado em www.iphan.gov.br, acesso em 30/04/2009.

³⁰ Não se estará, neste trabalho, utilizando todas as cartas patrimoniais, apenas as cartas que de alguma forma fazem referência ao patrimônio cultural rural.

³¹ United National Educational Scientific and Cultural Organization – UNESCO.

rural, esta recomendação dá mais ênfase às paisagens e sítios urbanos por conta de que estes são mais ameaçados pela especulação imobiliária e pelos modelos de desenvolvimento contemporâneos. O planejamento físico-territorial, aliás, é um aspecto ressaltado na Declaração e no Manifesto de Amsterdã (1975), uma vez que o planejamento representa um importante instrumento para a preservação do patrimônio cultural, além, evidentemente, da importância das pessoas comuns, do lugar, estarem inseridas no processo de planejamento e gestão.

Da mesma maneira que as recomendações de Paris, a Carta de Veneza, em 1964, dispõe sobre o patrimônio no espaço rural ainda que de maneira sumária, referenciando aos monumentos históricos enquanto patrimônio, os quais, segundo a carta, representam “a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico” (IPHAN, 1995, p. 109, Art. 1º).

Somente na Recomendação de Nairóbi, em 1976, que dispõe sobre as recomendações relativas à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea, é que haverá, entre as cartas existentes até então, um item específico ao patrimônio rural. Segundo o Artigo 34 da recomendação:

Nas zonas rurais, todos os trabalhos que implicarem uma degradação da paisagem, assim como quaisquer mudanças nas estruturas econômicas e sociais, deveriam ser cuidadosamente controlados para preservar a integridade das comunidades rurais em seu ambiente natural (IPHAN, 1995, p. 264, Art. 34).

Estas cartas patrimoniais representam uma expressão internacional de que há um valioso patrimônio cultural no espaço rural que deve receber atenção no que diz respeito a salvaguarda, mesmo apesar da grande maioria dos projetos de preservação estarem situados nas áreas urbanas.

Verificando as recomendações internacionais, bem como os instrumentos jurídicos disponíveis à proteção do patrimônio cultural compreende-se que deveria haver uma ação mais contundente por parte do poder público para a salvaguarda dos bens materiais e imateriais no espaço rural. E, para além da proteção específica do patrimônio cultural, deve-se considerar a importância que as comunidades locais dão ao

seu legado material e imaterial. Isto, porque, o reconhecimento e proteção do patrimônio devem fazer sentido à história dos lugares e às pessoas que cotidianamente comungam deste legado cultural.

Da mesma maneira que o reconhecimento patrimônio cultural é importante, percebe-se a necessidade de elaboração de projetos técnicos e a destinação de recursos para investir na proteção destes bens, que algumas vezes demandam intervenções para desacelerar o processo de degradação material.

Um dos principais argumentos para o não investimento em salvaguarda do patrimônio cultural, em geral, é a falta de recursos por parte do poder público. Entretanto, a Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul aprovou, em 19 de Agosto de 1996, a Lei nº 10.846 que, instituindo o Sistema Estadual de Financiamento e Incentivo às Atividades Culturais, autoriza a cobrança de taxas de serviços das instituições culturais, a conhecida *Lei de Incentivo à Cultura – LIC*, a partir da qual empresas podem destinar recursos para financiar projetos de ordem cultural³².

Neste sentido, projetos culturais têm condições de dispor de recursos, desde que consigam empresas financiadoras, além, evidentemente, de dispor de mecanismos de organização, planejamento e gestão. A LIC poderia ser um incentivo a mais para investir na conservação do patrimônio cultural da região colonial de Pelotas, bem como no financiamento de projetos de valorização da cultura local e, por que não dizer, na divulgação e reconhecimento da 5ª Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul. Caberiam, assim, iniciativas e ações entre o poder público, empresas privadas e os habitantes do lugar, por meio de projetos pontuais para esta região colonial, podendo, inclusive, agregar às iniciativas de turismo, uma vez que esta atividade utiliza parcelas do patrimônio cultural como atrativo aos visitantes.

Especificamente, no que diz respeito às atividades turísticas a legislação existente é mais genérica. Isto, porque esta atividade está atrelada às iniciativas de natureza econômica, contribuindo no conjunto de processos sócio-econômicos vinculados ao planejamento territorial no âmbito dos municípios.

Na própria constituição brasileira a atividade turística tem apenas um artigo de referência, situado nas prerrogativas “*Da Ordem Econômica e Financeira*”. Assim, o

³² Acesso em <http://www.conselhodeculturars.com.br>, 30/04/2009

Artigo 180 da Constituição da República Federativa do Brasil fica estabelecido que “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico” (COSTITUIÇÃO FEDERAL, ARTIGO 180, 1988).

Direcionando a atenção às prerrogativas mais específicas, em termos de legislação do estado, verifica-se que a atividade turística possui uma seção específica na Constituição Estadual que está situada junto às normatizações sobre educação, cultura, ciência e tecnologia, entre outros aspectos. Deste modo, o Artigo 204 especifica que “O Estado instituirá política estadual de turismo e definirá as diretrizes a observar nas ações públicas e privadas, com vista a promover e incentivar o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico” (COSTITUIÇÃO ESTADUAL, ARTIGO 240, 1989). No conteúdo deste artigo está instituído que é tarefa do Estado, por meio de secretaria específica, em ação conjunta com os municípios deve:

- I - o inventário e a regulamentação do uso, ocupação e fruição dos bens naturais e culturais de interesse turístico;
- II - a infra-estrutura básica necessária à prática do turismo, apoiando e realizando os investimentos na produção, criação e qualificação dos empreendimentos, equipamentos e instalações ou serviços turísticos, através de linhas de crédito especiais e incentivos;
- III - implantação de ações que visem ao permanente controle de qualidade dos bens e serviços turísticos;
- IV - medidas específicas para o desenvolvimento dos recursos humanos para o setor;
- V - elaboração sistemática de pesquisas sobre oferta e demanda turística, com análise dos fatores de oscilação do mercado;
- VI - fomento ao intercâmbio permanente com outros Estados da Federação e com o exterior, em especial com os países do Prata, visando ao fortalecimento do espírito de fraternidade e aumento do fluxo turístico nos dois sentidos, bem como a elevação da média de permanência do turista em território do Estado;
- VII - construção de albergues populares, favorecendo o lazer das camadas pobres da população.

Além disso, o inciso 2º deste artigo é direcionado ao território rural, especificamente aos pequenos proprietários rurais, e tem por objetivo viabilizar alternativas de ordem econômica de abrangência social, neste caso, estimulando a permanência do habitante rural ao meio.

Esta é a situação na qual os habitantes de região colonial de Pelotas se encontram. Isto porque nas últimas décadas o abandono do espaço rural foi uma

constante entre àqueles que queriam buscar alternativas na cidade, muitas vezes, fugindo do processo de miserabilidade rural.

Em período mais recente o que há são os novos usos da paisagem colonial em que ficam evidentes os processos de refuncionalização dos bens materiais, como no caso da oferta turística organizada pelos habitantes da região colonial de Pelotas.

Concretamente o turismo tem crescido na região com a melhoria da divulgação do patrimônio cultural existente, por meio do Projeto Pelotas Colonial, de iniciativa do Grupo Associativo de Empreendedores em Turismo Rural – GASSETUR que, percebendo a riqueza dos atrativos naturais e culturais da região, organizou uma proposta de turismo para a região explorando a diversidade (Figura 6.1), entre os produtos da cultura colonial e o uso do patrimônio natural, como podem ser visualizados nos logotipos dos empreendimentos, tais como: Cantina João Bento, Família e Cantina Camelato, Restaurante, Museu e Pousada Grupelli e Cachoeira do Arco-Íris (Figura 6.2).

É neste ponto que a ação em torno da conservação do patrimônio cultural dos descendentes de imigrantes italianos está relacionada com as atividades de turismo, pois, o GASSETUR utiliza os bens naturais e culturais enquanto atrativo turístico, o que contribui na preservação do legado cultural da região.



Figura 6.1: Material de divulgação e orientação turística.
Fonte: GASSETUR, 2008



Figura 6.2: Logotipos de empreendimentos do GASSETUR situados na região colonial
Fonte: Pelotas Colonial, 2009

O grupo oferta, ainda, um roteiro temático específico sobre a cultura italiana. De acordo com a divulgação *“Indicado para os dias frios do outono ou do inverno o Roteiro ‘Os Italianos e o Vinho em Pelotas’ proporciona Deliciosos momentos de descontração”*³³, o qual passa por museus, cantinas, famílias e um restaurante, possibilitando aos visitantes ter contado com os remanescentes da cultura dos descendentes de italianos que ainda produzem gêneros coloniais e mantém uma identidade peculiar no modo de viver e de fazer cotidiano.

Por parte do governo municipal, representado na Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer – STE, a partir de 2007, tem início um planejamento de ações estratégicas junto ao GASSETUR para promover ações e projetos de divulgação e desenvolvimento turístico, vinculado ao *Projeto Costa Doce*³⁴, que contou com a parceria do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE Sul. Em 2008, esta parceria lança o *Pelotas Colonial* como marca do turismo rural na região colonial de Pelotas, que passa a ser utilizada pelos empreendimentos da região (Figura 6.3),

³³ Em <http://www.pelotascolonial.com.br/eventos.htm>, acesso em 3/05/2009

³⁴ O Projeto Costa Doce é uma política de 16 cidades da região sudeste do estado do Rio Grande do Sul situadas próximas às Lagoas. Consultar em <http://www.portalcostadoce.com.br> acesso em 3/05/2009.

ampliando as ações estratégicas como manutenção da sinalização turística e presença em eventos diversos, fora e dentro da cidade.

O fato de haver uma cooperação entre o GASSETUR e a STE para divulgar a turismo na região colonial não significa que as outras iniciativas que não associadas ao grupo deixem de marcar uma representativa presença na oferta turística, como é o caso Museu Etnográfico da Colônia Maciel – MECOM (Figura 6.4), e do Templo das Águas (Figura 6.5), sempre muito visitado, dentre outros inúmeros lugares existentes na região colonial.



Figura 6.3: Banner de divulgação do Pelotas Colonial em pontos turísticos
Fonte: Marcelo Panis, 2008



Figura 6.4: Capa do folder de divulgação do Museu
Fonte: MECOM, 2008

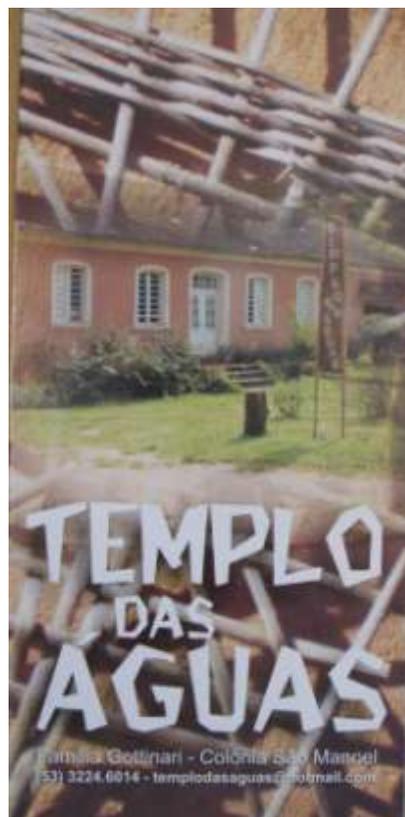


Figura 6.5: Folder de divulgação do Templo das Águas
Fonte: Família Gottinari, 2008

Portanto, este é o cenário que se pode apresentar a respeito das políticas e ações para o turismo e para o patrimônio cultural na região colonial de Pelotas. Existem iniciativas organizadas em grupo e individualmente, mas todas elas têm como característica principal representarem iniciativas dos próprios habitantes do lugar.

Este conjunto de propostas representa, de um lado, potenciais de geração de trabalho e renda que estão diretamente atrelados às possibilidades de desenvolvimento local, pois demandam uma ação efetiva e permanente de políticas e ações por parte do poder público e da comunidade. De outro lado, o uso do patrimônio cultural enquanto atrativo turístico pode contribuir na preservação e no fortalecimento da identidade dos descendentes de italianos na região.

Assim, é preciso empenhar constantes esforços, inclusive em termos jurídicos, em torno do reconhecimento e proteção do patrimônio cultural no espaço rural, pois, de acordo com Guimarães (2006, p. 218) “Todas as normas têm incidência sobre a zona rural e devem ser utilizadas na proteção de bens que apresentem conteúdo histórico, artístico e cultural”. Além disso, segundo a autora:

O levantamento do patrimônio cultural situado em zonas rurais é essencial, considerada a origem e a história regional, devendo serem precedidos os registros de bens materiais e imateriais, inventários e tombamentos como forma de desenvolver o turismo das respectivas regiões (GAMARÃES, 2006 p. 219).

Mas, para que haja o reconhecimento e a preservação do patrimônio cultural existente na região colonial é necessário conhecer a história e preservar a memória destes descendentes. Para tal contribuição este trabalho apresenta o processo de formação desta região colonial no contexto histórico da grande imigração de italianos para o Brasil e, em especial, para o estado do Rio Grande do Sul.

**PARTE III - OS DESCENDENTES DE IMIGRANTES ITALIANOS NA COLÔNIA
MACIEL: A IMPORTÂNCIA DO RECONHECIMENTO HISTÓRICO**

Em memória aos primeiros imigrantes...

Noé Talamini - Moleiro, construiu a primeira casa.
Jorge Bonat - Agricultor.
Pedro Bonat - Agricultor.
Antonio Marini - Comerciante.
Domingos Franconi - Agricultor.
Antonio Scaramuzza - Agricultor.
Luiz Genini (Zanini) - por apelido Marespro - Solteiro.
Francisco Balbinotti - Agricultor.
Matheus Campores - do Tyrol - Solteiro.
Leopoldo Aldrighi - Agricultor.
Joaquim Aldrighi - Comerciante.
Luiz Aldrighi - Agricultor.
José Aldrighi - Agricultor.
Domingos Gasparoni - Agricultor.
Francisco Biché - Agricultor francês.
José Arbés - Agricultor francês.
Eugenio Tassi - Agricultor.
Manoel Bortolo - Agricultor, solteiro.
Cesar Schiavon - Agricultor - Zanete, por apelido.
Silverio Domingos Schiavon - Zanete, por apelido, agricultor.
Norberto (Celeste) Schiavon - Zanete, por apelido, agricultor.
João Doro - Agricultor.
Angelo Artuso - Agricultor.
Angelo Cesson - Agricultor.
Angelo Tavanetti - Agricultor.
Angelo Camellato - Agricultor, solteiro.
Antonio Meggiato - Agricultor.
Josué Bonnano - Agricultor.
Luiz Zaffalon - Agricultor.
Abraham Stocco - Agricultor.
Sebastião Formentin - Agricultor.
Antonio Giaconnin - Agricultor.
José Giaconnin - Agricultor.
Eugenio Cavalin - Agricultor.
Antonio Pegoraro - pai de Pedro, Angelo e Giacomo, agricultor.
Luiz Zanatto - Agricultor.
Estevam Zanatto - Agricultor.
Eugenio Zoia (Zoggia) - Agricultor.
Antonio Zanetti - Agricultor.
Antonio Zanetti sobrinho - Agricultor.
Bartolo Balbinotti - Agricultor.
Justo Casarin - Agricultor.
Antonio Portancciolo - Agricultor.
Vicente Meggiato - Agricultor.
Innocenti Voltan - Agricultor.
Eugenio Morello - Agricultor.
José Bassi - Agricultor.
José Zanotti, por apelido Biélla.
Natal Marcolin, por apelido Scatola.

(Registro do Livro-Tombo da Paróquia Santa Anna da Colônia Maciel)

7º CAPÍTULO – 5ª COLÔNIA DE IMIGRAÇÃO ITALIANA DO RIO GRANDE DO SUL?

No capítulo 04 foi abordado o processo de imigração de europeus para o Brasil, em especial dos italianos, e sua instalação nas terras públicas, de propriedade do governo imperial, nas quais fundaram as colônias de imigração no Rio Grande do Sul, e o processo imigratório de europeus não-portugueses em Pelotas, que se deu de forma distinta.

Visto isso, agora é o momento de por em evidência as diferenças entre o processo de imigração e assentamento dos italianos nas colônias do norte e centro do estado, em relação ao processo de colonização no sul, em especial, na região colonial do município de Pelotas.

Antes é preciso explicar que somente os italianos possuíram colônias de imigração oficialmente reconhecidas. Isto porque a maioria dos alemães emigrou durante a primeira metade do século XIX, período após o qual o governo alemão passou a proibir sua vinda para o Brasil. Já os italianos começam a emigrar para o Brasil na segunda metade do século XIX, quando, então, o governo imperial já havia estipulado os estatutos legais para o estabelecimento das colônias de imigrantes.

Este é, basicamente, o motivo que diferencia o processo de instalação entre alemães e italianos. Evidentemente que os imigrantes alemães também se consideram *colonos*, pois esta é uma denominação genérica para todos os descendentes destes imigrantes europeus que vieram construir sua trajetória de vida em solo brasileiro, inclusive, no período atual.

A Lei de Terras de 1850, Lei 601, foi um marco fundamental no estabelecimento de normas para a propriedade privada da terra no Brasil. Com isso a terra não poderia mais ser tomada por posse, somente por compra ou herança. Entretanto, a própria lei possibilitou que particulares passassem a criar colônias de imigrantes, comprando terras do governo e vendendo aos imigrantes. Para Grandó (1984, p. 47),

(...) antes mesmo que o Governo Provincial tivesse organizado uma política de colonização com base na Lei Imperial de 1850, que determinava a venda das terras estatais a serem colonizadas, começava no Rio Grande do Sul a colonização de iniciativa privada.

Em seguida, o governo provincial elaborou uma lei para o estado, Lei 304, em 1854, que também determinava que a propriedade da terra fosse apenas por meio da compra. Para Grandó (1984, p. 47), segundo o Relatório de Carlos de Koseritz (1867) agente-intérprete da colonização a serviço do governo durante este período, esta lei "estabelece as base da pequena propriedade rural, sendo vendidos os prazos coloniaes aos imigrantes."

Assim, de posse dos estatutos jurídicos necessários, o governo imperial, por meio de seus representantes, viu na Itália um potencial para suas propagandas e campanhas de imigração, já que este país estava passando por transformações de sua matriz produtiva e não havia como incluir todos os italianos neste processo. Estes italianos que emigraram eram, de maneira geral, trabalhadores do campo, muitos deles sem terras, que passavam por condições precárias de vida. Além disso, muitos deles queriam fugir do serviço militar e das constantes guerras que existiam na região (COSTA *et all.*, 1974).

Os imigrantes italianos vindos para o Brasil foram enviados para dois destinos principais: São Paulo e Rio Grande do Sul. Mas, os objetivos de utilização desta força de trabalho estrangeira eram diferentes entre os estados. Em São Paulo os imigrantes iriam trabalhar sob o regime de assalariamento nas lavouras de café, substituindo a mão-de-obra escrava que estava cada vez mais escassa e, observando o cenário internacional da época, estava em eminência de acabar.

No Rio Grande do Sul estes imigrantes participavam de outro objetivo para o governo imperial. Tinham por função ocupar uma vasta extensão do território que estava ocioso e, por conseguinte, produzir alimentos para as cidades, com isso, modificando a estrutura agrário-produtiva da posse e uso do território que estava, em geral, na mão de pecuaristas, mesmo na parcela norte do estado, no qual houve a maior destinação de imigrantes italianos.

Os italianos chegavam ao estado por terra ou por água. Na primeira, partiam do Rio de Janeiro, onde faziam os vistos, até o porto de Laguna, no qual desembarcavam e continuavam o caminho a pé e em carroças. De outra forma, desembarcavam no porto de Rio Grande, iam a bordo de embarcações menores que cingia a *Laguna dos*

Patos e os rios maiores em direção ao *Planalto*, no norte do estado, para, por água, chegarem o mais próximo possível das áreas destinadas à instalação das colônias.

Quando chegavam às colônias a realidade era a mesma enfrentada por todos estes imigrantes: recebiam ajuda em comida, ferramentas e sementes, que durava em média seis meses, período após o qual as colônias deveriam ser auto-suficientes, ou seja, produzirem aquilo do que necessitassem para viver. Porém, a paisagem encontrada era absolutamente desprovida de qualquer estrutura para instalação ou segurança das famílias. Cabe salientar que estas colônias eram de iniciativa imperial e não provincial. Mais do que isso, segundo informações de Manfroi (1987, p. 173),

Em 1875 e 1876, o governo imperial reivindicou os dois territórios, Conde d'Eu e D. Isabel, que a província se mostrava incapaz de povoar. De 1874 ao fim do Império, o governo provincial mostrou a mais completa desconsideração à colonização e até mesmo uma certa hostilidade à política imperial.

Além das duas colônias citadas, o governo fundou, ainda, a colônia denominada de “Fundos de Nova Palmira” que, em 1877, foi rebatizada com o nome de Colônia Caxias. Estavam fundadas, então, as três principais colônias que deram origem a muitas cidades da região norte do estado, muito divulgadas e conhecidas como atrativo turístico atualmente, principalmente nas épocas de inverno³⁵.

De Boni e Costa (1984) nos relatam quais foram as cidades que estas três primeiras colônias deram origem. A Colônia de Caxias atualmente compreende as cidades de Caxias do Sul, Flores da Cunha, Farroupilha e São Marcos. A colônia Dona Isabel deu origem a Bento Gonçalves e a colônia de Conde d'Eu originou os município de Garibaldi e Carlos Barbosa. Abaixo, na Figura 7.1, está o esquema da fundação da Colônia de Caxias, apresentado por De Boni e Costa (1984, p. 243).

³⁵ Ver mapa capítulo 2.

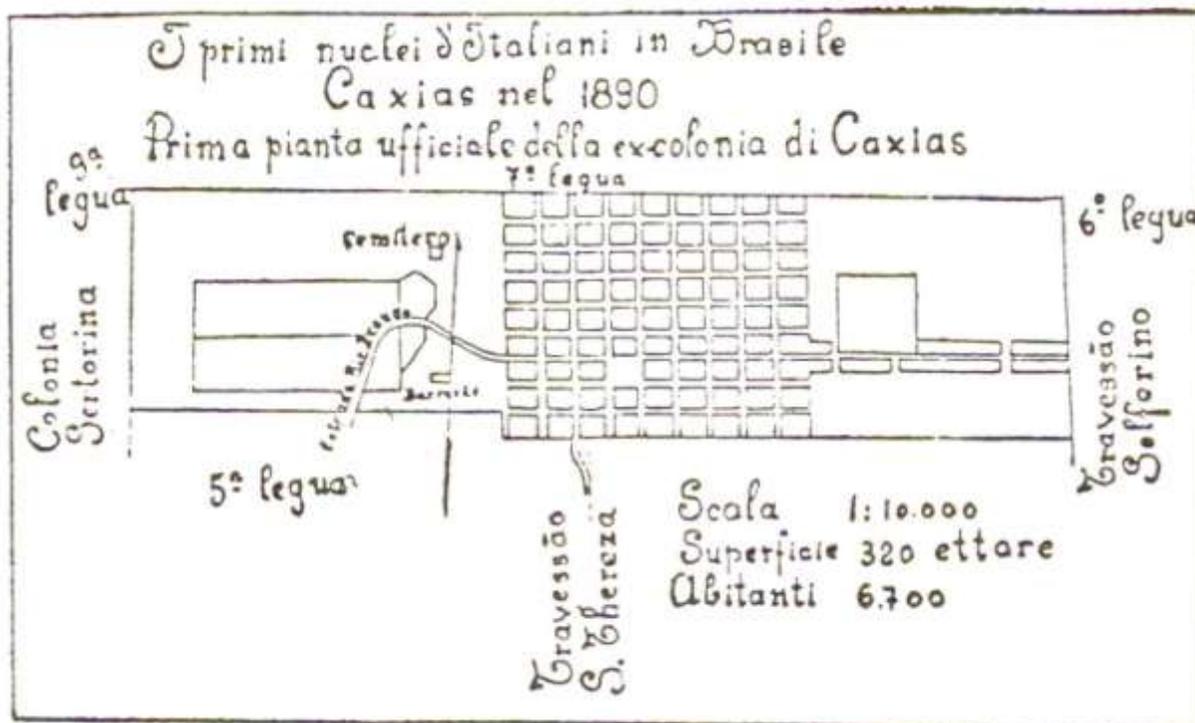


Figura 7.1: Primeira Planta de Caxias

Fonte: De Boni e Costa (1984)

Estas colônias foram o ponto de chegada destes imigrantes. A partir desses pontos espalharam-se para outras regiões próximas, criando ainda outras colônias que deram origem a mais cidades gaúchas atuais: Colônia Antônio Prado, que se tornou cidade e permaneceu com o mesmo nome; Colônia Alfredo Chaves que atualmente são as cidades de Veranópolis, Nova Prata, Nova Bassano e Cotiporã; Colônia de Guaporé, hoje as cidades de Guaporé, Muçum, Serafina Corrêa e Casca e; a Colônia de Encantado que originou as cidades de Encantado e Nova Bréscia. (De BONI e COSTA, 1984). A Figura 7.2 demonstra como as colônias eram organizadas em linhas e travessões.

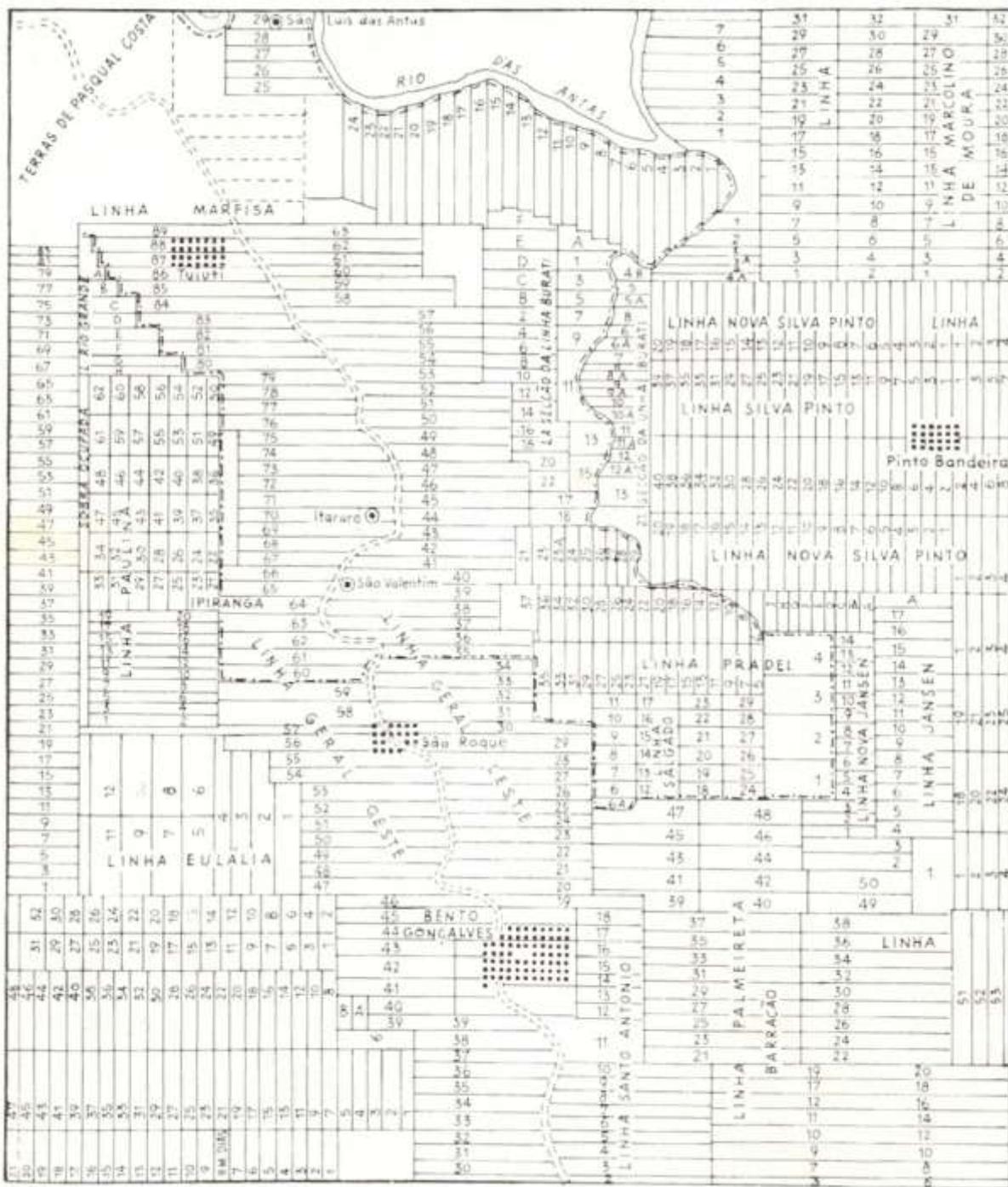


Figura 7.2: Divisões em Travessões e Linhas das colônias
Fonte: De Boni e Costa (1984)

Manfroi (1987, p. 176 - 177) afirma que, em 1875, início da colonização, a colônia de Conde d’Eu era habitada por apenas 74 habitantes, segundo dados do

Ministério da Agricultura na época. Além disso, o número de lotes cultivados era pequeno, apenas 19. Nas décadas que se seguiram a ocupação destas colônias foi massiva. Também, o núcleo colonial de Silveira Martins, no centro do estado, quarto núcleo criado e reconhecido em ordem cronológica, foi iniciado com apenas 70 famílias, mas já em abril de 1878 chegaram mais 50 famílias e em maio deste do mesmo ano mais 120. Esta colônia, mais tarde, deu início a novos núcleos, como Arroio Grande, Vale Vêneto, Soturno, Nova Treviso e Dona Francisca, muitos dos quais, atualmente, são municípios da região (MANFROI, 1987, p. 177-178).

O processo que ocorreu na região norte do estado foi semelhante ao que deu origem à formação da Colônia Maciel no município de Pelotas, em 1884, além da Colônia Affonso Pena e Accioli³⁶, também criadas pelo governo imperial na região. Alguns fatores foram determinantes para dar um rumo diferente a Colônia Maciel, em relação às colônias na porção norte do estado, infelizmente, as pesquisas e a bibliografia sobre imigração na região sul são poucas, diferente da imigração no norte do estado, objeto de constantes estudos, inclusive, com uma produção escrita vultosa.

Grando (1984, p. 51), ao analisar o Relatório do Estado da Província do Rio Grande do Sul, de 1922, verifica que em Pelotas, até o ano de 1900, haviam sido fundadas 61 colônias de imigração, entre italianos, alemães, franceses e outras culturas.

Este aspecto difere bastante das colônias do norte e do centro do estado. Como a região sul era de ocupação mais antiga, como já foi visto em capítulo anterior, havia nestes lugares uma sociedade com poder já estabelecido, no caso de Pelotas eram os pecuaristas e os charqueadores, que possuíam grandes extensões de terra, as denominadas *datas*, nas quais foram povoadas com imigrantes. Por este motivo, certamente, o governo geral resolveu investir mais nas colônias do norte e centro do estado às colônias do sul, no qual o processo de colonização acabou sendo dominado por iniciativas particulares.

O pré-requisito básico para ser considerada uma colônia de imigração italiana é ter sido fundada pelo governo imperial. Neste aspecto, utilizando-se de várias fontes histórico-documentais, Fetter (2002) apresenta a *Ficha Colonial* de fundação da Colônia

³⁶ Estas duas colônias foram criadas pelo governo imperial, entretanto, não foram povoadas apenas por italianos.

Maciel no qual se pode verificar que sua fundação foi obra do governo geral (Figura 7.3) e seu povoamento foi efetivado com imigrantes italianos (Anexo 02)

Fichas Coloniais			
Dados da Colônia			
Denominação:	Maciel	Município Atual:	Pelotas (1ª Seção) Morro Redondo (2ª Seção)
Outras Denominações:			
Descrição:	[Ulrich], p.63 - "...a esquerda de Santa Helena situa-se paralelamente, Maciel...". [Pellanda], p.180 - "...situadas nas aproximações de Morro Redondo, e entre este morro e o cerro do Gerivá, parte dessas terras, pelo acordo de limites celebrado para dirimir antigas divisas passou a jurisdição de Canguçu..."		
Referências:	[Ulrich] - pp.63/73 [Relatório Intendência 1922] (Anexo 21, nº 30) [Pellanda] - p.180 [Fernando Osório] - p.143 [Grando] - p.207 [Anjos] - p.46		
Mapas:	[1911] - duas seções em Pelotas... a 1ª, abaixo da Colônia Santa Helena e do Serro do Gerivá e a 2ª, à direita da Colônia do Morro Redondo, entre esta e a Colônia Santa Eulália. Aparece uma 2ª seção em Canguçu. [1928] - aparece só a 1ª seção, na divisa com Canguçu. [1967] - no 5º distrito, próximo à divisa com Canguçu (à direita da Colônia Domingos e à esquerda da Colônia Santa Helena). [1977] [1985] [1990] - diversas estradas Colônia Maciel. [1998]		
Observações:	[Pellanda], p.180 [Ulrich], p.63 - descrição. [Ulrich], p.73 - resumo		
Dados dos Fundadores			
Nomes:	Governo Imperial	Cônjuges:	
Nascimento:		Nascimento:	
Falecimento:		Falecimento:	
Nacionalidade:			
Naturalidade:			
Profissão:			
Filhos:		Cônjuges:	
Observações:			
Dados da Propriedade			
Situação anterior à colonização:			
Proprietários anteriores:			
Denominações anteriores:			
Observações:			

Figura 7.3: Ficha Colonial referente fundação da Colônia Maciel (frente)
Fonte: Fetter (2002 – Anexo 5)

Um aspecto importante a destacar é que as diferentes fontes diferem em alguns detalhes de dados, tais como ano de fundação, número de famílias e dimensão territorial média da colônia. Isto se deve, certamente, ao tipo de registro e a diferença de tempo, em anos, em que estes dados possam ter sido coletados. A Figura 7.4, verso da ficha colonial fornece mais alguns dados para serem consultado.

Fichas Coloniais							
Nome da Colônia:		Maciel					
Fontes		Relatório de 1922	Ullrich	Pellanda	Roche	Cartórios	Observações
Dados							
Distrito		5º					
Ano da Fundação		1885	0	0	0	0	
Número de Lotes	medidos ocupados	0	0	0	0	0	
	não-ocupados	0	0	0	0	0	
não-medidos		0	0	0	0	0	
TOTAL		65	50	65	0	0	
Número de Famílias		55	56	0	0	0	
Número de Pessoas		343	0	0	0	0	412
Área	média (m2)	285000	360000	0	0	0	
	total (ha)	1856	0	1856	0	0	1857
Distância da Sede	léguas	0	9	0	0	0	
	quilômetros	55	0	0	0	0	
Observações:			P. 73 - 300.000 m ² ; P. 63 - 50 lotes habitados				Relatório da Secretaria de Estado das Obras Públicas Quadro 5.

Figura 7.4: Ficha Colonial referente fundação da Colônia Maciel (verso)

Fonte: Fetter (2002 – Anexo 5)

Além disso, as áreas destinadas pelo governo imperial para serem colônias de imigração italiana não eram fruto de doação ou concessão. Ao contrário, o governo imperial vendia os lotes para os imigrantes que deveriam pagar, em média, num prazo de cinco anos (DE BONI E COSTA, 1984).

Neste aspecto, pode-se observar, no Anexo 02, o *Registro de Transação de Terras*, elaborado por Fetter (2002), no qual discrimina os lotes pertencentes à Colônia

Maciel, vendidos para os imigrantes pelo governo imperial, inclusive, com a propriedade de compra e dimensões de cada um destes lotes, no qual registra número superior à 120 lotes vendidos pelo Governo Imperial e apenas alguns vendidos por particulares.

Por não possuírem recursos, pois em geral os imigrantes vindos da Itália eram pobres ou sem-terra, pagavam parte da dívida em serviços ao governo. O regime de trabalho era de 15 dias em abertura de estradas ou construção das estradas de ferro, bem como aconteceu como os imigrantes da porção norte do estado, o que significa que até então não havia nenhuma diferença entre as colônias do sul e do norte do estado, apenas uma questão de localização. (FETTER, 2002)

A criação e administração das colônias de imigração, do governo imperial, eram de responsabilidade da Inspetoria de Terras e Colonização. Depois de fundadas as colônias eram nomeados Diretores e Engenheiros que tinham por responsabilidade gerir estes empreendimentos governamentais. Grando (1984, p. 49), analisa que as colônias criadas pelo governo imperial em Pelotas também passaram pelo mesmo processo.

Mas, para tornar-se colônia de imigração, como são reconhecidas atualmente, deveriam ser emancipadas por Decreto Imperial. Este é um dos documentos que, até o momento, nenhuma pesquisa ou fonte documental conseguiu encontrar referente à Colônia Maciel.

Não obstante, apesar do fato de não possuir tal documento, a Colônia Maciel está inserida dentro de um contexto histórico, de uma ação política do governo imperial em criar estas colônias. Ainda, o fato de ser uma colônia menor em quantidade de imigrantes, em relação às colônias do norte e centro do estado, não é motivo para a Maciel não possuir o reconhecimento histórico enquanto Colônia de Imigração Italiana. Grando (1984, p. 51) analisa que a Comissão de Terras do governo denunciava a posse das terras públicas por particulares. Entretanto, estes ganhavam judicialmente a posse da terra, o que diminuiu em muito as áreas de colonização pelo governo imperial e, certamente, impossibilitou a expansão do regime de colonização nesta região.

Existem alguns fatores que podem ser destacados, também, que fazem com que os imigrantes da Colônia Maciel tenham vivido uma trajetória diferente das outras colônias de imigração.

Um dos aspectos é a questão do isolamento das áreas urbanas. Além do acesso dificultoso, as colônias do norte e do centro do estado foram instaladas em áreas mais isoladas, o que permitiu a manutenção do idioma e de práticas culturais. Entretanto, apesar do difícil acesso, a colônia Maciel situava-se mais próxima à cidade e, conseqüentemente, à cultura urbana. Isto pode ter contribuído na substituição de algumas práticas culturais já que, neste período, Pelotas era um pólo político, econômico e cultural do estado, comparável à Porto Alegre.

Além disso, havia muita proximidade com as colônias de alemães e franceses, também existentes na região colonial de Pelotas, o que possibilitou muitos casamentos entre estas diferentes culturas e, por isso, a perda de muitas práticas culturais.

Atualmente, na Colônia Maciel, pode-se encontrar muitas comprovações da vinda e vida dos imigrantes italianos, sejam fotos, documentos, ou mesmo práticas religiosas e culinárias ainda cultivadas, como o consumo do vinho e da polenta, além do próprio patrimônio material existente. Abaixo, podemos observar a Figura 7.5 no qual aparecem alguns dos primeiros imigrantes italianos chegados à Maciel, algumas fotos de famílias (Figura 7.6 a Figura 7.9), bem como um passaporte pertencente à família Schiavon (Figura 7.10).

Em entrevistas efetuadas com habitantes da colônia, estes indicam que entre os aspectos da cultura e do idioma as respostas são bastante semelhantes. Da cultura, observamos a vivência cotidiana atual, como a culinária, a religiosidade, o trabalho e o fabrico e consumo do vinho, que ainda se mantém. Do idioma italiano alguns compreendem um pouco, e a maioria, principalmente entre os mais novos, não compreende nada. Entre os motivos de não manter a língua falada originalmente está a proibição imposta por Getúlio Vargas, no período de guerra, além do que muitos casais possuíam dialetos italianos diferentes e adotavam o português para que todos se entendessem.



Figura 7.5: Fotografia dos primeiros imigrantes chegados à Colônia Maciel.
Fonte: Arquivo fotográfico do Museu Etnográfico da Colônia Maciel



Figura 7.6 e Figura 7.7: Fotos das primeiras famílias chegadas à Colônia Maciel.
Fonte: Arquivo fotográfico do Museu Etnográfico da Colônia Maciel



Figura 7.8 e Figura 7.9: Fotos das primeiras famílias chegadas à Colônia Maciel.
Fonte: Arquivo fotográfico do Museu Etnográfico da Colônia Maciel

Apesar de haverem perdido uma parcela considerável do arcabouço cultural, muitos habitantes da colônia consideram importante preservar o patrimônio que ainda existe atualmente. Em entrevista Pe. L. Capone, padre há aproximadamente 30 anos na comunidade Santa Anna, quando perguntado sobre a importância em preservar o patrimônio responde: *“isso tudo é o resultado do trabalho dos imigrantes, desde a chegada deles. Deve ser valorizado porque é a prova de uma história e de toda a memória deles”*.

Para J. B. Schiavon, descendente dos primeiros imigrantes, produtor de vinho e promotor de atividades turísticas na região, ao responder sobre a importância de preservar o patrimônio, afirma: *“Pra nós é importante preservar a memória dos antigos, os que vieram da Itália”*.

A maioria dos habitantes da colônia entrevistados em trabalho de campo considera que o patrimônio tem importância para a colônia e deve ser preservado. Dentre as funções do patrimônio destacadas por eles está a preservação da história, da memória e da cultura dos habitantes. Afirmam que preservar o patrimônio também serve para demonstrar a história para que os mais jovens possam dar continuidade às tradições. Ainda, segundo os entrevistados, o patrimônio serviria como um atrativo turístico, porque as pessoas que vêm de fora, para visitar, também querem conhecer estes aspectos da colônia.

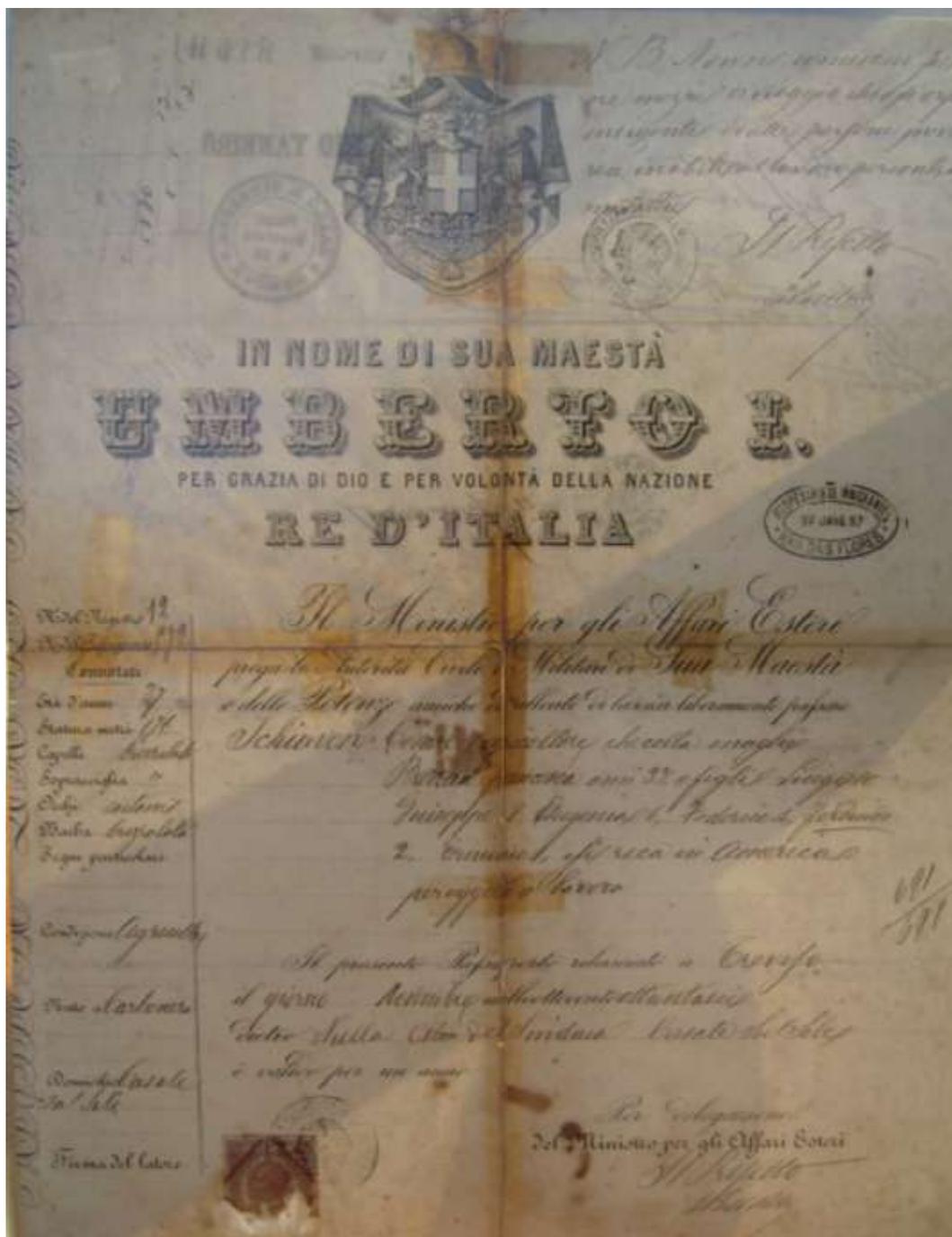


Figura 7.10: Passaporte pertencente à família Schiavon
Fonte: Marcelo Panis, 2008

Segundo as pesquisas realizadas, os descendentes dos imigrantes entrevistados demonstram que há uma vontade em preservar a memória e o patrimônio legado pelos primeiros imigrantes. O próprio Museu Etnográfico da Colônia Maciel – MECOM, foi uma iniciativa dos habitantes da colônia para preservar este patrimônio.

É interessante analisar que uma parcela considerável das pessoas acredita que a preservação do patrimônio e o reconhecimento da colônia de imigração italiana são importantes. Entretanto, percebe-se, também, que as iniciativas de preservação do patrimônio ainda são muito escassas e, geralmente, das mesmas pessoas.

Entre os que acreditam que é importante o reconhecimento da colônia está o argumento da preservação da cultura e da tradição. Outros afirmam que se deve investir com ações nas escolas para que os alunos tomem consciência da importância e reproduzam isso em casa. Além disso, existe a idéia de que se deve saber usar este patrimônio para as atividades de turismo ou, ainda, que o reconhecimento da colônia de imigração iria contribuir para entusiasmar as pessoas.

Para M. Gottinari, um descendente dos primeiros imigrantes e que habita uma das casas centenárias da Colônia, *“Só como colônia o reconhecimento não tem sentido. Mas se deveria trabalhar na preservação da natureza e da cultura, aí sim vale à pena”*.

A resposta deste entrevistado é sintomática. Isto porque o reconhecimento da colônia deve estar atrelado à preservação do patrimônio cultural, à memória e à história dos primeiros imigrantes e da própria colônia. Além disso, deve ser uma vontade e iniciativa local que, junto aos órgãos políticos, culturais e educacionais, possa ser estimulada.

A opinião deste e dos outros entrevistados pode ser sintomática, pois afirmam que a Secretaria de Cultura do Município de Pelotas - SECULT, não possui iniciativa, política ou ações públicas, no sentido de preservar ou divulgar o patrimônio cultural dos descendentes de imigrantes italianos na colônia. Acessando a página da SECULT³⁷ pode-se verificar que não existem ações direcionadas para o espaço rural, apenas ações para a cidade. Isto significa, grosso modo, que o que existe em termos de iniciativas de conservação e divulgação do patrimônio destes imigrantes é resultado de ações, ainda que poucas e pontuais, da própria comunidade.

Entretanto, existe um Decreto Municipal, Nº 3.485/95, por conta das comemorações dos 120 anos da imigração no município de Pelotas, que criou uma Comissão Especial que tinha por incumbência promover atividades culturais, esportivas, sociais e recreativas. Mas, apesar deste decreto, no período atual não existem muitas

³⁷ www.pelotas.rs.gov.br/politica_social/cultura, Acesso em 30/04/2009

iniciativas de relevância cultural na região colonial, podendo apenas ser destacados o Museu Etnográfico da Colônia Maciel e o Programa Pelotas Colonial, dos quais os habitantes locais, na verdade, são os maiores promotores.

Como este trabalho foca na possibilidade da promoção de atividades turísticas e na existência ou uso do patrimônio cultural dos descendentes de imigrantes italianos na região, torna-se importante verificar como este patrimônio se apresenta nos dias atuais, como esta italianidade se concretiza no cotidiano e na vivência dos habitantes da colônia, para, então, poder interpretar a relação direta entre turismo, patrimônio e desenvolvimento local.

8º CAPÍTULO – IDENTIDADE E COTIDIANO: OS DESCENDENTES DOS IMIGRANTES ITALIANOS NOS DIAS ATUAIS

Como foi visto, em capítulo anterior, o Rio Grande do Sul foi tardiamente ocupado em relação ao resto do Brasil. Outra marca do estado foi a grande diversidade de culturas que se enraizaram nas terras gaúchas, contribuindo para a formação socioespacial de lugares peculiares, em especial, a dos imigrantes italianos. Estes, chegados a partir da segunda metade do século XVIII, trouxeram poucas coisas na bagagem, mas a maior contribuição para o estado foi sua cultura e tradições, representadas no dialeto, música, danças, religiosidade, culinária, técnicas, costumes, enfim, uma diversidade de práticas e conhecimentos que representa a identidade cultural destes imigrantes.

Mas, as sociedades são dinâmicas e, cada vez mais, por conta dos avanços tecnológicos, influência do atual período globalizante, as transformações e as substituições nas técnicas e nas práticas cotidianas se processam com maior velocidade nos lugares, produzindo novos usos e costumes no campo e na cidade, fazendo com que, da mesma forma, a identidade cultural se modifique no tempo e no espaço (Hall, 1998). Isto significa que grande parte das transformações na identidade de uma cultura e/ou comunidades são efeitos das transformações cotidianas.

Por tal entendimento torna-se importante, neste ponto do trabalho, compreender o que é e como está representada, na atualidade, a identidade cultural dos descendentes de imigrantes italianos, de maneira especial na região colonial de Pelotas. Para esta tarefa serão tomados como base alguns relatos orais de períodos pretéritos dos descendentes de imigrantes do acervo de História Oral do Museu Etnográfica da Colônia Maciel - MECOM.

Para Wasserman (2001, p. 8), a identidade é um termo polissêmico, pois está relacionado ao âmbito pessoal do indivíduo como, também, na relação entre o indivíduo e a sociedade, considerando que “as subjetividades individuais e coletivas são a matéria-prima das identidades”. Segundo a autora,

A identidade conforma-se a partir de experiências reais e significativas. Ela, identidade, enquanto sentimento de pertencimento é simbólica e abstrata, mas é originária de vivências, experiências e afetos concretos. Essas experiências cotidianas vão compondo um mosaico de imagens que se vinculam sempre a significados ampliados da identidade a ser construída. (WASSERMAN, 2001, p. 9)

Neste sentido, tem-se a compreensão de que um indivíduo, enquanto participante de uma cultura, se constitui a partir da vivência coletiva em comunidade, com a qual se identifica como pertencente, participante de um sistema de ações, informações e representações materiais ou imateriais reproduzido cotidianamente e, por este motivo, demonstra que a identidade é um sistema complexo.

Segundo Hall (1998, p. 13) “a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia (...)” isto por conta das mudanças constantes, rápidas e permanentes que, dialeticamente, transformam as práticas cotidianas, o que se aplica, da mesma forma, ao espaço rural que tem agregado de maneira ampla elementos materiais e imateriais da cultura urbana. No entanto, mesmo com as constantes transformações da sociedade, não se pode incorrer no erro de achar que as identidades culturais tendem a desaparecer, pois o próprio fenômeno da globalização, por mais que imponha procedimentos e hábitos homogeneizantes, valoriza o diferente, que é atrativo àqueles que buscam outras referências de cultura, inclusive, às atividades turísticas.

Para Barretto (2000, p. 46) “o conceito de identidade implica o sentimento de pertença a uma comunidade imaginada, cujos membros não se conhecem, mas partilham importantes referências comuns: uma mesma história, uma mesma tradição(...)”³⁸, o que significa que, mesmo com as transformações que ocorrem constantemente na sociedade, permanecem os vínculos e as referências que reorganizam os nexos de pertencimento à cultura. Segundo a autora,

Manter algum tipo de identidade – étnica, local ou regional – parece ser essencial para que as pessoas se sintam seguras, unidas por laços extemporâneos a seus antepassados, a um local, a uma terra, a costumes e hábitos que lhes dão segurança, que lhes informam que são e de onde vêm, enfim, para que não se percam no turbilhão de informações, mudanças repentinas e quantidade de estímulos que o mundo atual oferece (BARRETTO, 2000, p. 46).

³⁸ Para melhor entendimento do conceito de comunidade imaginada ver ANDERSON, B. (1991)

Assim, as referências materiais e imateriais que permanecem e são reproduzidas, simbolizam a continuidade da cultura, não de uma identidade estanque que permanece inalterada com o tempo, mas de uma identidade que se renova pelos vínculos de reconhecimento e pertencimento.

A idéia de identidade está relacionada ao conceito de nação e, para Gonçalves (1988) também ao de etnicidade, que é pensada como uma “coleção de indivíduos” ou como um “indivíduo coletivo”³⁹. Segundo Gonçalves (1988, p. 266) “De um modo ou de outro, a nação é identificada com indivíduos reais, sendo portadores dos mesmos atributos destes: caráter, personalidade, autonomia, vontade, memória, etc.”, sendo que não há apenas uma coleção de indivíduos sociais, pois, no mundo físico, acrescenta, os objetos e seu uso simbólico também constituem as identidades individuais e coletivas. Além disso, segundo o autor “Os chamados patrimônios culturais podem ser interpretados como coleções de objetos móveis e imóveis, através dos quais é definida a identidade de pessoas e de coletividades como a nação, o grupo étnico etc.” (GONÇALVES, 1988, p. 266).

Neste caso, Gonçalves (1988) avalia que grande parte deste patrimônio representa uma parcela do “passado” ou da “história” da nação, classificado como “reliquias” ou “monumentos”. Tal como a identidade de um indivíduo ou de uma família (uma comunidade ou uma região, como no caso da colônia de Pelotas), pode ser reconhecida por bens herdados por gerações, associadas ao um passado compartilhado, a nação pode ser definida de forma semelhante. Estes bens, para o autor, “constituem um tipo especial de propriedade: a eles se atribui a capacidade de evocar o passado e, desse modo, estabelecer uma ligação entre passado, presente e futuro. Em outras palavras, eles garantem a continuidade da nação no tempo” (GONÇALVES, 1988, p. 267).

Isto significa dizer que a constituição de uma identidade está baseada num sentimento de pertença a uma etnia ou território, mediada por referências simbólicas materiais ou imateriais, e se dão de maneira diferenciada no âmbito do urbano ou do rural e, por este motivo, a identidade possui um vínculo espaço-temporal (WASSERMAN, 2001, p. 11).

³⁹ Sobre a idéia de “coleção de indivíduos” ou “indivíduo coletivo” pode-se consultar DUMONT (1966; 1970).

No contexto histórico da fixação dos descendentes de imigrantes europeus no estado, Correa (2001, p. 128) verifica que “A integração dos descendentes de alemães e italianos na sociedade do Rio Grande do Sul foi considerada (...) como fruto de uma imposição”. Neste caso, o autor está se referindo à imposição do Estado Novo aos descendentes de imigrantes em assumir uma identidade de nação, brasileira, assimilando a sua cultura diferentes elementos simbólicos.

O fato de os descendentes de imigrantes italianos possuírem uma forte relação de identificação com sua cultura, pois muitos deixaram o país de origem e familiares, não significava que estes não possuíssem vínculos de pertencimento com a nação, mas que estes vínculos variam de acordo com as subjetividades individuais e coletivas. Em outras palavras, um descendente de imigrantes italiano no Rio Grande do Sul, por exemplo, pode se considerar brasileiro, mas se identifica mais com o estado, considerando-se gaúcho, e mais ainda com a região ou cidade, por partilharem um sentimento comum enquanto colonos, podendo mesmo chegar à escala comunitária ou familiar de identificação mediado por elementos simbólicos, materiais ou imateriais da cultura (Ilustração 8.1).

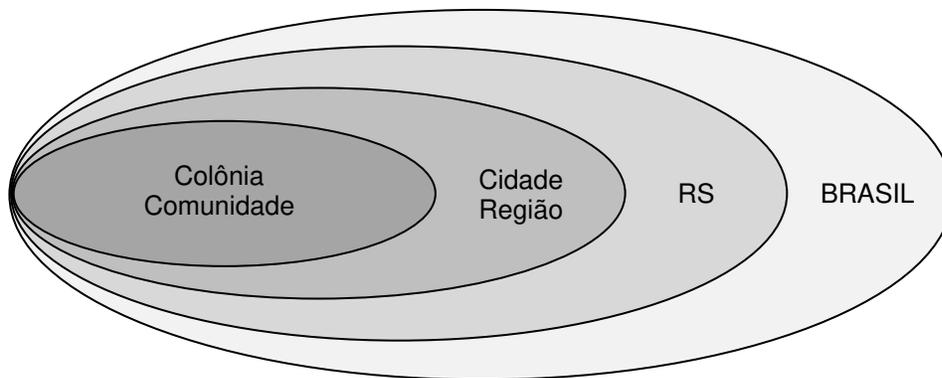


Ilustração 8.1: Relação de pertencimento em diferentes níveis
Elaboração: Marcelo Panis, 2009

Para as culturas a relação espaço-temporal adquiri diferentes contornos. Um exemplo que pode ser dado refere-se a alguns descendentes de imigrantes italianos que anunciam “*Mi son talian*”, e ainda mantém ritos, dialeto e práticas cotidianas que fortalecem um vínculo de pertencimento com uma Itália de outro tempo (ORO, 1996) que, segundo Petrone (1996, p. 629) “*seriam expressões ‘di un’Italia che fù’, que é passado*”,

expressão de uma Itália que não mais existe, mas que continua viva para os descendentes de imigrantes. Neste sentido Hall (2000) afirma:

As identidades parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuariam a manter uma certa correspondência. Elas têm a ver, entretanto, com a utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que somos, mas daquilo no qual nós nos tornamos (HALL, 2000, p. 108-109).

Percebe-se a importância do identificar-se com a cultura por meio de vínculos de pertencimento que unem o indivíduo ao grupo e permitem partilhar valores e heranças comuns. Em relação à formação do estado do Rio Grande do Sul, Giron (2007) observa:

(...) tanto colonos quanto gaúchos são produtos de uma construção identitária, que tem suas bases no passado comum e numa herança de valores que estão presentes na língua, na história e na cultura; mais do que isso: nas semelhanças imaginadas, resultado dos interesses do grupo, que tenta se transformar naquilo que acredita ser (GIRON, 2007, p. 43).

Entre os descendentes de italianos os vínculos de pertencimento à cultura estão situados no modo de falar, nos costumes, nos valores, na religião, nas técnicas de artesanato e na culinária, entre outros fatores. Todos estes elementos os identificam como os colonos, o que outrora lhes conferia atribuições depreciativas, mas, nos dias atuais, assume uma nova condição de valorização enquanto pertencente a uma cultura marcante. Para Giron (2007, p. 53),

Tal vontade de se apresentar como colono ou ligado à região colonial parte, de um lado, da construção de um passado comum apresentado como heróico e, de outro, da importância do colono em tempos de abundância turística, onde a imagem do colono, agora construída, tornou-se, ela também, parte do modo de ser regional.

No caso específico da região colonial de Pelotas sucessivos eventos contribuíram na modificação de algumas práticas, ou mesmo no abandono de outras, constituindo no período atual uma “identidade italiana” diferente das gerações que antecederam. É na compreensão destes processos que se quer entender as permanências culturais, herança dos descendentes de imigrantes, e as modificações

ocorridas na cultura de forma a verificar, inclusive, processos de ressignificação cultural enquanto instrumento para a oferta turística.

A região colonial de Pelotas, ocupada por imigrantes italianos e seus descendentes, adquiriu outros traços e tomou rumos diferentes das colônias situadas na região norte e centro do estado. Entretanto, o fato de possuírem, na atualidade, características culturais italianas diferenciadas em relação aos habitantes destas últimas colônias, não significa que não possuam uma identidade que é transmitida através das gerações ou que sua identidade não seja autêntica.

No intuito de pôr em evidência aspectos da cultura, entre perdas e tradições legadas pelos primeiros imigrantes italianos e seus descendentes na região colonial de Pelotas, será utilizado parte do Acervo de História Oral do Museu Etnográfico da Colônia Maciel – MECOM, formado a partir de entrevistas com habitantes mais antigos desta região, que possibilitará conhecer particularmente o modo de vida destes descendentes de imigrantes.

Cabe, de antemão, com base nos relatos de história oral consultados, afirmar que ocorreram muitas modificações na região colonial de Pelotas, desde o período que pode ser conhecido nos relatos até os dias atuais. Contudo, apesar das transformações, a região mantém uma paisagem colonial característica, baseada na propriedade familiar e na produção diversificada. Apesar disso, verificam-se iniciativas no sentido de resgatar e preservar a memória e a cultura dos descendentes de imigrantes italianos na região⁴⁰.

Entre os elementos da identidade italiana que foram perdidos, o mais marcante, sem sombra de dúvida, é o dialeto. O dialeto foi sendo perdido progressivamente à medida que os mais antigos habitantes da colônia foram morrendo ou abandonando o italiano e não o transmitiram aos descendentes. Entre os motivos desta perda estão a proibição de falar o italiano imposta pelos governos nacionalistas brasileiros do início do século XX e os casamentos inter ou intra-étnicos, neste último caso porque alguns dialetos vindos da Itália eram bastante diferentes.

⁴⁰ Como foi abordado em capítulo anterior o próprio MECOM é uma expressão deste movimento de resgate e preservação da cultura dos descendentes de imigrantes italianos.

O entrevistado L. A. Casarin, habitante da colônia e descendentes dos primeiros italianos ali chegados, dá um depoimento interessante quando afirma que em sua casa se falava o italiano, mas que aos poucos tiveram que abandonar. Ele relata que:

Depois fechamos o leque, nós tínhamos medo, depois eu acho que os pais assustavam mais. Não podia mais falar por isso e por aquilo, por aquilo outro e nós ouvíamos falar muito de guerra, que matavam gente e nós paramos, custamos a começar a se entrosar com o brasileiro.

(...)

Tinha esses caras que andaram botando fogo, lá em Pelotas, mesmo botaram fogo nos hotéis grandes que tinham lá, depósitos⁴¹. O falecido pai disse que um cara pegou um saco de farinha e botou nas costas e chegou outro com um facão e abriu o saco de farinha. Queimaram umas casas grandes lá, aquilo eram os contrários, sei lá, eu não sei como é que era naquela época, só ouvia falar eu nunca perguntei nada. (ACERVO DE HISTÓRIA ORAL DO MECOM, 2009)⁴².

Também M. Lorenzon, igualmente habitante da colônia que descende dos primeiros italianos, relata: *“faz tantos anos que proibiram de falar italiano, mas com os meus filhos tudo era italiano. (...) o marido também era italiano, falava italiano. Depois proibiram de falar italiano, mas isso era bobagem também né”* (ACERVO DE HISTÓRIA ORAL DO MECOM, 2009). Neste caso, possivelmente, a entrevistada entenda que caberia aos descendentes não abandonar o idioma, procurando manter no ambiente familiar e comunitário, fato que não ocorreu em todas as famílias.

C. Zanetti, também descendente dos primeiros imigrantes que habita a colônia, dá alguns exemplos do dialeto utilizado na região colonial e relata a diferença entre o *Mantuan* e o *Vêneto*, dois dos principais dialetos existentes entre os imigrantes italianos na região:

F: Aprendeu a falar italiano?

C: Falava.

FILHA: E fala até hoje.

F: Fala alguma coisa?

E: Os italianos abandonaram o idioma, mas o alemão preserva até hoje.

C: *Pan* é pão, *poenta* é polenta.

⁴¹ No início do século XX grande parte da rede de hotéis da cidade de Pelotas pertencia à famílias italianas que utilizavam estes espaços para falar o italiano e conservar práticas da cultura. Para maiores informações ver ANJOS, M. A. (1995).

⁴² Apesar de não estarem todas catalogadas e organizadas as entrevistas no acervo de História Oral do Museu Etnográfico da Colônia Maciel, estes registros foram gentilmente cedidos para uso deste trabalho.

E: Tinha o dialeto mantuan que não se compreendia uma palavra. É italiano, mas é outra língua.

C: Falavam tão ligeiro, de um jeito que ninguém entendia quase nada: *manzolin* era um terneirinho pequeno, *fomento* era trigo.

E: Ele parou de falar italiano quando a mãe dele morreu, porque ela não falava “brasileiro”.⁴³

Neste sentido percebe-se que gradualmente o dialeto foi se perdendo, por inúmeros motivos, inclusive por vergonha de falar, conforme relato de L. A. Casarin.

Junto com o dialeto aspectos importantes da cultura foram sendo perdidos. Para dimensionar esta afirmação será reproduzido um trecho de uma entrevista com a seqüência das perguntas e respostas entre entrevistador e entrevistado, de forma a permitir ao leitor compreender os processos ocorridos de maneira mais detalhada.

F: O pessoal se reunia aonde para jogar “mora” ?

J: No bar do Joaquim Aldrighi.

F: A onde ficava?

J: A onde é hoje o salão do Batista, mas não resta mais nada.

F: A mora ainda continua?

J: Não, mas eu cheguei a jogar por que o Alexandre Aldrighi me ensinou, mas não tão ligeiro eu era novo; Hoje eu já me esqueci e muito rápido.

F: Por que não se joga mais aqui, em Caxias continua?

J: Com aquilo de não poder se falar italiano, muito das nossas tradições se acabaram; Getulio proibiu tudo na época da guerra.

F: A bocha ficou?

J: Continua ate hoje.

F: E dos jogos de carta tem algum que seja italiano?

J: Tem, o três sete que se joga com baralho espanhol, o sete belo eu acho que é italiano também e tinha o senquilha, tinha muita diversão no meu tempo.

F: O pessoal se reunia à noite?

J: Muito, e quando chovia iam correndo para o bar e as mulheres ficavam em casa.

F: Quando eles vieram da Itália trouxeram canções italianas?

J: Trouxeram algumas, mas pra essa zona não vieram muitas; Eu me lembro que o padrinho do meu pai Alexandre Aldrighi tocava gaita, ele tinha uma de oito e depois uma de doze baixo; Eu tenho uma que comprei do Lorique Foss, um alemão.

F: E as gaitas do Alexandre Aldrighi?

J: Eu não sei aonde foram parar.

F: E outros instrumentos?

J: Não, os italianos só tocavam gaita, faziam as festas e danças aqui onde é a minha casa, na sala da frente, botavam umas cadeiras e traziam a gaita e começava a festa.⁴⁴

⁴³ Neste caso “F” é o entrevistador; “C” é o senhor C. Zanetti; Sua filha e a esposa “E”.

⁴⁴ Na entrevista “F” é o entrevistador e “J” é o entrevistado, J. Casarin.

Este relato permite compreender que a identidade cultural dos descendentes de imigrantes italianos da região colonial de Pelotas, tal como deve ser aos descendentes de imigrantes de outras regiões do estado, constitui um conjunto complexo composto entre elementos da cultura material e imaterial no qual se pode destacar o dialeto, as práticas de lazer, as canções e músicas dentre outros fatores que influenciam sua transmissão ou abandono mutuamente.

A religião católica, também, constituía uma importante referência para os italianos e, apesar da boa relação entre os imigrantes italianos e alemães na região, representava um elemento de forte referência identitária. Esta afirmação é verificável no relato A. Casarin. Segundo ela:

Si, si, os alemão gostavam dos italianos.
(...)
Fazia festa junto. A vez muito casamento, mas os italianos nunca queriam deixar os filhos casar com alemão.
(...)
(...) namorei um alemão, mas eu, Deus que me perdoe, depois tinha que virar de *religion*. Os italianos eram só de católicos e os alemão é de outra religião. Mas que meu pai ia deixar, não mesmo! (risos)⁴⁵. (*grifo do registro*)

Além disso, as festas sempre são lembradas entre os entrevistados como importantes momentos vivenciados pela comunidade. Sem sombra de dúvidas, as festas constituíam um importante elemento de fortalecimento dos laços comunitários, o qual representa uma importante característica da identidade italiana.

As festas, além das missas e dos encontros no bar local, representavam momentos que podiam *ciocular*⁴⁶ do plantio, dos problemas da comunidade, reunir para contar histórias e relatos ouvidos e vivenciados na cidade. J. L. Portantiolo, descendente de imigrantes, em entrevista, relata que “*As festas aqui na nossa na comunidade, a gente participa da comunidade desde criança, porque os meus pais também vinham, então o transporte era a carroça, à gente vinha de carroça. A maioria vinha de carroça, raro era os caminhões que existiam aqui (...)*”. Neste caso, muito mais que um momento de diversão, as festas permitiam o encontro e o fortalecimento dos laços comunitários.

⁴⁵ A outra religião do qual A. Casarin faz referência é a Protestante, praticada pelos alemães.

⁴⁶ *Ciacolar* é um termo do dialeto Vêneto que significa conversar.

Entre outros elementos citados pelos entrevistados está a produção do pêssego como principal atividade econômica em décadas pretéritas. Este é um relato importante porque toda a organização produtiva da colônia, econômica e social, durante anos estava atrelada à produção desta frutífera. Ainda, toda a região era organizada em torno do pêssego, desde a produção até as agroindústrias familiares que se multiplicavam pela colônia. A produção, neste caso, representava um elemento de aproximação entre as famílias da região. Entretanto, a decadência do ciclo produtivo do pêssego entre o final dos anos 1980 e início de 1990, analisado no capítulo 5, fez com que os habitantes da região tivessem que buscar novas formas de ganhos econômicos, o que ampliou as possibilidades produtivas na colônia e influenciou na temporalidade comunitária.

Evidentemente que a decadência do ciclo produtivo do pêssego não foi o principal fator que influenciou nas alterações da identidade cultural dos descendentes de imigrantes italianos na região colonial de Pelotas. A perda ou a conservação de tradições e práticas identitárias da cultura é um fenômeno complexo relacionado à vivência familiar e comunitária, bem como por influências externas de outras culturas, do mercado, dos meios de comunicação, entre outros elementos.

Após termos voltado os olhos aos relatos do passado e verificar aspectos da identidade imigrante que se perderam no decorrer das décadas, direcionamos a atenção aos fenômenos do presente, às práticas culturais dos descendentes de imigrantes italianos que permanecem presentes ainda no período atual e os mecanismos de (re)valorização contemporânea de sua identidade cultural.

Entre as práticas culturais que se pode dar destaques está o cultivo das parreiras e a produção do vinho. Apesar de não haver na região colonial muitas cantinas que tenham um grande volume produtivo desta bebida existem muitas famílias que produzem para o consumo particular, o que seja, uma prática que se mantém até os dias atuais.

Com o aumento da circulação de pessoas pela oferta turística alguns produtores passaram a investir na ampliação e em melhorias sanitário-tecnológicas do vinho, embora, entre alguns produtores, quando questionados sobre a forma como produzem o vinho a resposta mais ouvida esteja situada na tradição e nas técnicas herdadas por

parte de pai ou de avô, na forma como produziam, o que releva que muitas das técnicas familiares ainda permanecem existentes nas famílias. Na Figura 8.1 e Figura 8.2, por exemplo, tem-se a Cantina da Família Camelato, em que as antigas pipas de madeira foram substituídas por pipas de inox, para adequação de condições sanitárias, inclusive após este período a cantina foi toda reformada, recebendo revestimento cerâmico no chão e nas paredes. Já a Cantina de J. Casarin, mantém as mesmas características do fabrico, inclusive, com o proprietário produzindo suas próprias pipas (Figura 8.3 e Figura 8.4), processo e paisagem bastante semelhante às cantinas dos primeiros imigrantes (Figura 8.5 e Figura 8.6).



Figura 8.1: Cantina da Família Camelato com as pipas de madeira

Figura 8.2: Cantina da Família Camelato com as pipas de inox

Fonte: Marcelo Panis, 2008



Figura 8.3: J. Casarin no processo de fabrico de uma pipa

Figura 8.4: J. Casarin no processo de fabrico de uma pipa

Fonte: Marcelo Panis, 2008



Figura 8.5: Cantina Casarin
Fonte: Roberto Finato, 2008



Figura 8.6: Cantina Família Ceron
Fonte: MECOM, 2008

Além da produção e do consumo do vinho dá-se destaque à culinária. Mesmo que nos dias atuais muitas famílias não produzam mais uma série de gêneros alimentícios, como o queijo e alguns embutidos, por conta da diminuição no consumo, já que as famílias são cada vez menores, ainda permanece, como característica, uma alimentação farta, forte e diversificada, com destaque para o consumo de polenta, bastante comum entre as famílias da região, com uma peculiaridade básica: uma polenta de milho branco, bem diferente dos descendentes de imigrantes italianos das regiões norte e centro do estado que consomem o milho amarelo. Ainda, há a produção de conservas e doces em compota que estão sempre à mesa nas refeições das famílias (Figura 8.7 e Figura 8.8).

É inegável o fato de que as melhorias nos sistemas de transporte e a proximidade com a cidade de Pelotas influenciaram pontualmente no modo de vida dos habitantes da região colonial, o que se reflete na tradição culinária onde se verifica a substituição dos produtos caseiros e artesanais por produtos industriais para o consumo.

Isto se deve ao fato de que, para muitas famílias, produzir pouca quantidade de doces, conservas ou embutidos é mais trabalhoso do que comprar na cidade, mas, com isso, não é apenas o produto caseiro e artesanal que se deixa de consumir e, sim, uma receita, uma prática culinária que se deixa de ensinar aos mais jovens, ou seja, uma parcela de um legado imaterial, do conhecimento que deixa de ser transmitido.



Figura 8.7: Alguns produtos oferecidos no Restaurante Grupelli
Fonte: Lila Karpinski, 2008



Figura 8.8: Mais alguns exemplos da produção artesanal das famílias
Fonte: LEAA/UFPel, 2008

Cabe abrir um parêntese pela ausência de fotos em situações do cotidiano dos habitantes da região colonial. Uma das explicações para este fato está em que não foi possível executar um trabalho de campo em dias de semana ou, mesmo, com muitos dias seguidos, o que dificultou abordar os habitantes em situações diárias de trabalho. Além disso, de modo geral, quando os habitantes recebem pessoas em suas casas deixam de praticar as atividades das quais estejam envolvidos para recepcionar os visitantes o que, desta forma, impede de registrar fotograficamente seu cotidiano.

De maneira a permitir uma visão parcial da vida destes imigrantes, pode-se visualizar parte do processo de fabrico do vinho (Figura 8.9) e da produção de geléia de uva (Figura 8.10) que, ainda que seja uma atividade sazonal, revela o envolvimento das pessoas na produção.



Figura 8.9: Processo de maceração da uva para produção do vinho

Figura 8.10: Limpeza das uvas para fabricação de geléia

Fonte: MECOM, 2006

Outra imagem diz respeito à forma de cultivo da lavoura por parte de um dos descendentes de imigrantes italianos, J. L. Portantiolo, que ainda mantém algumas técnicas herdadas pelos seus antepassados (Figura 8.11).



Figura 8.11: Agricultor arando a terra com a junta de bois.
Fonte: MECOM, 2006

As pessoas em suas casas podem revelar um pouco da maneira como vivenciam o cotidiano, entre o passado e o presente. Assim, a Figura 8.12 e a Figura 8.13, referentes ao processo de entrevistas para a constituição do acervo de História Oral do Museu Etnográfico da Colônia Maciel, podem retratar parcialmente a vida cotidiana destes habitantes da região colonial.



Figura 8.12: Aurora S. Casarin, habitante da colônia já falecida
Figura 8.13: Entrevista na cozinha de habitante da região colonial
Fonte: MECOM, 2006



As entrevistas dos habitantes mais antigos, também, revelaram que alguns jogos tradicionais entre os italianos e seus descendentes não são mais praticados, como é o

caso da *Mora* e do *Três Sete*, este último jogado com baralho. Nos dias atuais restou apenas o jogo de *Bochas*.

O jogo de *Mora* é uma das tradições mais ricas trazidas da região do Vêneto, na Itália. Bernardi (1980) explica que consiste em um jogo aleatório no qual se deve acertar a soma dos dedos que os participantes apresentam na mesa. O jogo exige muita agilidade, como o entrevistado J. Casarin afirmou em entrevista acima mencionada, e o participante deve estar atento para marcar seus pontos entre gritos e batidas à mesa. O jogador precisa ter uma movimentação rápida dos dedos e mãos, numa constante alteração entre encolher, abrir, fechar e bater e a cada jogada os participantes deve pronunciar rapidamente o número escolhido entre zero a dez: *uno (un)*, *due (du, un per un, un per uno)*, *tre (trrr)*, *quatro, cinque (sinque)*, *sei (ces)*, *sete, oto, nove, dieci (diese, o tuta)*⁴⁷.

Já o jogo de *Bochas*, inicialmente, era jogado com bolas de madeira, depois sendo substituídas por bolas de resina sintética. O jogo, disputador individualmente ou em equipes, consiste em arremessar as bochas, quatro ao todo para cada equipe, sobre um cancha de terra batida, de forma que se aproxime do “balim” (bocha pequena). Após todos os arremessos contam-se os pontos. Este jogo, incorporado na cultura brasileira pelos italianos, teve grande aceitação no Rio Grande do Sul e se constitui como uma marca da cultura gaúcha legada pelos imigrantes italianos (LAMBERTY, 1991)⁴⁸. Na colônia Maciel este jogo ainda é praticado pelos habitantes da região, sendo que a quadra de bochas fica no pátio da igreja Santa Anna.

Outro aspecto marcante que faz parte da identidade cultural dos descendentes de imigrantes italianos é a questão da religiosidade. O vínculo com a igreja católica é muito forte e o Padre representada uma importante referência entre os habitantes da região colonial. O atual Padre da Paróquia Santa Anna, situada na Colônia Maciel, está ali há décadas, o que significa que ele acompanhou gerações de descendentes de imigrantes nascerem e morrerem. Além de ser um representante religioso da comunidade tem uma forte representatividade política, inclusive, sendo um dos principais apoiadores da criação do Museu Etnográfico, dentre outras atividades que se

⁴⁷ Pode-se consultar, também, em <http://www.esteditora.com.br/index.html>, acesso em 28/05/2009.

⁴⁸ Para maiores informações pode-se consultar www.paginadogaaucho.com.br, acesso em 28/05/2009.

convertam em benefícios culturais e econômicos para a região, como é o caso da Festa do Vinho promovida pela paróquia que tem como proposta fortalecer e divulgar a cultura italiana local para outras cidades da região.

Não há, neste momento, como estabelecer um cenário para os descendentes de imigrantes italianos na região colonial de Pelotas, no sentido de saber se esta identidade será preservada, fortalecida por iniciativas inovadoras ou se esta se perderá por completo. Se houverem mais iniciativas de conservação do patrimônio material e se forem mantidas algumas tradições remanescentes entre os habitantes da região, é possível que a identidade italiana permaneça presente nesta parcela do território pelotense.

Quando se fala sobre identidade, como no caso dos descendentes de italianos da região colonial de Pelotas, um dos primeiros questionamentos de que surge está situado no quanto “autêntica” são as representações desta cultura. Há, muitas vezes, a idéia de que para uma cultura se manter autêntica não deve incorporar modificações do período atual, devendo permanecer com características passadas inalteradas, o que é pouco provável de se imaginar para o período atual, pois, é inevitável que as trocas culturais aconteçam. Portanto, procurou-se demonstrar, neste capítulo, em que constitui possuir uma autêntica identidade italiana nos dias de hoje; Ou, mais especificamente, o que é possuir uma autêntica identidade italiana na região colonial de Pelotas nos dias de hoje.

Para Gonçalves (2005, p. 31) a cultura autêntica “é vivida pelos indivíduos como uma experiência de criação, de transformação”, e esta cultura “não se impõe de fora sobre os indivíduos, mas de dentro para fora, sendo uma expressão da criatividade destes”. Além disso, de acordo com o autor, os nexos com o passado são vivenciados sob uma perspectiva de experiência cotidiana e não como objetos ou representações que são expostas e museus, ou seja, o passado só tem sentido para a cultura quando tem perspectiva de futuro.

Se levarmos em consideração que, para Lazarrotti (2003), o patrimônio cultural representa os bens que merecem ser transmitidos do passado para encontrar um valor

no presente⁴⁹, então, tem-se neste ponto o nexo entre o patrimônio e a identidade cultural.

Além disso, para Bonérandi (2005, p. 2-3) “o homem tem a necessidade de pertença”, sendo que é na constituição do território, enquanto construção cultural, que ele consegue este enraizamento, identificando-se por meio de bens materiais e imateriais que tenham um sentido comum. Segundo o autor “A construção territorial revela então não apenas as ações materiais, mas também os discursos, os valores e os mitos que abrange”⁵⁰, o que significa que o patrimônio cultural não é apenas representado por objetos individuais. O patrimônio, enquanto identidade de uma cultura, é a própria expressão territorial.

Nesse sentido, é possível compreender que a italianidade herdada e vivida por estes descendentes de imigrantes é própria e sua peculiar condição espaço-temporal. Além disso, é possível verificar que não existem mecanismos de resignificação cultural nesta região colonial. Isto que dizer que as iniciativas, ainda que incipientes, de preservação da memória e da cultura italiana são ações relacionadas ao legado cultural remanescente, e não se apresentam como processos de artificialização da cultura para a oferta turística.

Esta constatação é importante na medida em que, no período atual, tem crescido muito o turismo de base cultural, em que se utilizam os atrativos culturais, inclusive da identidade italiana, para ser oferecida enquanto mercadoria turística, como é o caso das cidades situadas da região norte do estado do Rio Grande do Sul, no qual há altos investimentos neste ramo da oferta turística, muitas vezes, influenciando a autenticidade cultural dos habitantes destes lugares.

Mas, não se podem negar os possíveis benefícios do turismo para regiões coloniais, como a de Pelotas. Um deles seria o próprio aumento no fluxo de pessoas e, conseqüentemente, maior fluxo econômico que estes turistas investem na região. Além disso, a própria atividade turística pode contribuir na preservação da cultura material e imaterial da colônia, porque, além do consumo dos produtos de origem colonial, os turistas se interessam em ter contato com a cultura dos descendentes de imigrantes.

⁴⁹ Nas palavras de Lazzarotti (2003) “*ce qui est censé mériter d’être transmis du passé, pour trouver une valeur dans le présent*”.

⁵⁰ Tradução livre.

Finalmente, a promoção do turismo na região pode contribuir no reconhecimento histórico enquanto Colônia de Imigração Italiana, pois, influenciaria no fortalecimento da identidade cultural italiana da região, servindo, ao mesmo tempo, como outro atrativo.

É neste sentido que, encaminhando para o final desta dissertação, o próximo capítulo terá como objetivo fazer considerações a respeito da relação entre o patrimônio cultural e o turismo na região colonial de Pelotas, dando ênfase aos mecanismos de refuncionalização e, por outro lado, aprofundar a relevância e o significado, para a região, do reconhecimento histórico enquanto Colônia de Imigração Italiana.

9º CAPÍTULO – O PATRIMÔNIO CULTURAL RURAL PELOTENSE: A REFUNCIONALIZAÇÃO TURÍSTICA DO DISTRITO DE RINCÃO DA CRUZ

Até o presente momento foram abordados diferentes assuntos que estão relacionados ao aprofundamento da temática que este trabalho se propõe a discutir, visando sempre conhecer, compreender e comprovar a hipótese estabelecida para esta pesquisa, qual seja, a de que a queda nos rendimentos das atividades agrícolas e agroindustriais no Distrito de Rincão da Cruz, município de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul, levou seus habitantes a buscarem novas formas de ganhos econômicos a partir da introdução de novas atividades no espaço rural, sendo, uma delas, a dinamização das atividades turísticas, no qual se ampliam as ações de valorização e refuncionalização do seu patrimônio cultural. Além disso, o fato de que este processo contribuiu no fortalecimento da identidade dos descendentes de imigrantes europeus do lugar, em especial, dos imigrantes italianos, e suscitou a busca pelo reconhecimento histórico como 5ª Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul.

Neste capítulo já nos colocamos na posição de estabelecer algumas considerações que nos encaminham para o fim do trabalho, no sentido de demonstrar o desenvolvimento de atividades de turismo e lazer na região colonial de Pelotas, muitas vezes, por meio do uso do patrimônio cultural existente.

Em capítulos anteriores foi demonstrado que o Distrito de Rincão da Cruz, situado na região colonial de Pelotas, foi um dos lugares mais representativos do assentamento de imigrantes europeus não-portugueses, em especial os imigrantes italianos. Além disso, na medida em que passaram as décadas constituíram-se e perpetuaram-se no território um conjunto de bens materiais e imateriais que denotam a identidade cultural da região e, pela importância histórica e singularidade, podem ser considerados patrimônio cultural.

A partir da condição de instabilidade econômico-produtiva que a agricultura familiar enfrentou nas últimas décadas e, somado à especialização tecnológica e às novas demandas produtivas impostas pelo mercado globalizado, pode-se compreender

o movimento dos habitantes rurais entorno da busca de novas formas de ganhos para geração de renda familiar.

É neste contexto que nas últimas décadas, na região colonial de Pelotas, tem-se verificado a ampliação da oferta turística, aproveitando-se da disponibilidade de patrimônio natural e do uso dos bens culturais remanescentes como atrativos aos visitantes. Neste sentido, o patrimônio cultural, enquanto expressão do território colonial, engendra um potencial para a promoção das atividades de turismo e lazer que permitem gerar ganhos e contribuem para o desenvolvimento local da região, uma vez que as propostas vinculadas ao turismo são iniciativas dos habitantes do lugar, e ainda possibilitam a conservação da memória e da história dos descendentes de imigrantes italianos, bem como de outras etnias, por meio da valorização da cultura material e imaterial existente na região. Para Talavera (2002, p. 13),

La extrema habilidad que ha mostrado el turismo como sistema para adaptarse al paso del tiempo y a las diversas formas de vida y producción de muy diferentes áreas es, hoy por hoy, indudable. Es también evidente que se ha mostrado capaz de promover amplios beneficios económicos, y no menos impactos socioculturales, a lo largo y ancho del planeta, generando empleo y absorbiendo fuerza de trabajo del resto de los sectores productivos, modificando pautas de comportamiento e incitando a la (re)construcción, estéticamente aceptada, de paisajes, patrimonios y culturas.

Nesta medida, segundo o autor, o turismo é uma atividade que pode ser facilmente adaptada aos mais diferentes lugares por meio de uma combinação entre a paisagem, o patrimônio e a cultura ofertados enquanto atrativos.

No entanto, no processo de desenvolvimento do turismo nos lugares, deve-se atentar para a relação de valor que tanto o patrimônio quanto a cultura representam nesta atividade para aqueles que a promovem. É neste campo que estão formuladas muitas das críticas de autores no que diz respeito ao turismo. Para Barreto (2000, p. 32) “A crítica é quanto à transformação do patrimônio em bem de consumo. O patrimônio deixa de ser valioso por sua significação na história ou na identidade local e passa a ser valioso porque pode ser ‘vendido’ como atrativo turístico”.

Este é o cuidado que habitantes de lugares com potencial turístico, como na região colonial de Pelotas, devem ter no uso de seu patrimônio enquanto atrativo, atentando para possíveis processos de substituição do valor cultural, muitas vezes

subjetivo a eles, por um valor de mercado no qual o patrimônio se converte apenas em mais um produto de consumo (MENESES, 1999a).

Choay (2001) trata da transformação do valor de uso pelo valor econômico a que os patrimônios históricos são submetidos pela ação do mercado, em que a alegorização do patrimônio estaria situada na transformação destes apenas em objeto de consumo. Segundo a autora,

(...) os monumentos e o patrimônio históricos adquirem dupla função [são] obras que propiciam saber e prazer, postas à disposição de todos; mas também [são] produtos culturais fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos. A metamorfose do seu valor de uso em valor econômico ocorre graças à “engenharia cultural”, vasto empreendimento público e privado, a serviço do qual trabalham grande número de animadores culturais, profissionais da comunicação, agentes de desenvolvimento, engenheiros, mediadores culturais. Sua tarefa consiste em explorar os monumentos por todos os meios, afim de multiplicar indefinidamente o número de visitantes (CHOAY, 2001, p. 211). [adendo nosso]

A constatação de Choay (2001) demonstra como os patrimônios históricos, culturais por excelência, e os monumentos, obras reconhecidas e de valor singular, são cada vez mais alvos do mercado turístico. Por outro lado, os patrimônios culturais rurais, expressão da territorialidade rural, ainda constituem uma incógnita, pois a criação de territorialidades turísticas nestes espaços é um fenômeno bastante recente.

Além disso, a palavra valorização (*mise-en-valeur*), de um bem material, mas extensível ao patrimônio cultural como um todo, inquieta por sua ambigüidade, pois, segundo Choay (2001, p. 212):

Ela remete a valores do patrimônio que é preciso fazer reconhecer. Contém, igualmente, a noção de mais-valia. É verdade que se trata de mais-valia de interesse, de encanto, de beleza, mas também de capacidade de atrair, cujas conotações econômicas nem é preciso salientar.

Nestes casos, o importante é não permitir que, por meio de práticas mercadológicas, o patrimônio cultural se converta apenas um produto de consumo e espetáculo, banalizando a sua dimensão fundamental no qual se substitui o seu valor cultural pela representação estética, subjugando o valor histórico e mnemônico ao mero uso turístico dos bens culturais (MENESES, 1999b).

Percebe-se, portanto, que os pesquisadores e pensadores do patrimônio cultural, do uso à conservação, advertem para os significados que estes bens culturais adquirem para seus possuidores e, por que não dizer, para seus consumidores. Como observa Talavera (2003, p. 5):

Paradójicamente se puede observar como el sitio o el hecho patrimonial varían de significado dependiendo de múltiples intereses y condiciones, viéndose envueltos en complejos procesos sociales que tienen que ver con la formación-recreación de las identidades, la educación, la política, la economía y el disfrute del tiempo de ocio. Cada forma de asumirlo y consumirlo derivará en comportamientos diferenciales ante el objeto-sujeto del patrimonio cultural.

Portanto, na região colonial de Pelotas, o turismo deve se constituir em uma das atividades que podem ser utilizadas como ferramenta estratégica na conservação do patrimônio cultural existente e, da mesma forma, contribua no desenvolvimento da região. Nessa medida, como o patrimônio cultural é um forte elemento de identificação de uma cultura, pode ser usado como atrativo turístico.

Na região colonial de Pelotas, por exemplo, além da oferta turística de natureza, investe-se na divulgação de produtos de características coloniais, como é o caso das cantinas de vinho, tradição das famílias italianas na região, que sempre possui fluxo de visitantes, degustando e adquirindo os produtos. Isto permite que, muito mais que gerar renda para as famílias e para a região, se reforce os laços de identificação e pertencimento com a cultura por parte dos habitantes locais, descendentes de imigrantes italianos. Além disso, a ampliação dos fluxos de turistas na região influencia no investimento na melhoria e na divulgação dos vinhos produzidos na região, como é o caso das cantinas que investem em garrafas de vidro com rotulagem (Figura 9.1 e Figura 9.2).



Figura 9.1: Vinhos Camelato
Figura 9.2: Vinhos João Bento
Fonte: Marcelo Panis, 2008

Evidentemente que o vinho não é o principal atrativo ao turismo na região, até porque, muitas vezes, os turistas só têm contato com a cultura dos descendentes de imigrantes italianos quando já estão aproveitando sua estada na região colonial. Neste caso não há como negar que a natureza, ou a paisagem colonial⁵¹, se apresenta como um dos principais atrativos, apesar de não haver, ainda, um marketing forte na região. Algumas paisagens convidativas que tornam esta região um destino àqueles que buscam momentos de descanso e o contato com o ambiente natural e culturalmente ocupado, podem ser conferidas nas Figura 9.3 a Figura 9.6.

⁵¹ Cabe lembrar que se está usando o termo paisagem colonial para se referir à paisagem cultural que, conforme foi abordado no capítulo 2, é compreendida para além das formas espaciais, pois estas são a expressão do efeito da ação do tempo e da sociedade, mediado pela cultura, o que significa dizer que a paisagem é, também, uma herança da ação da cultura sobre o meio.



Figura 9.3 e Figura 9.4: Paisagem da Região Colonial de Pelotas
Fonte: Marcelo Panis, 2008



Figura 9.5 e Figura 9.6: Paisagem da Região Colonial de Pelotas em época de inverno
Fonte: Lila Karpinski, 2008

Por meio destas fotos, como de outras que serão usadas no decorrer do capítulo, pode-se perceber a multiplicidade de paisagens, deste espaço rural, que têm potencial para promover diferentes rotas e circuitos turísticos, tanto a partir da oferta de natureza quanto da cultura dos imigrantes, expressão desta paisagem colonial.

Este é um aspecto interessante porque apesar do “cardápio” de atrativos turísticos disponíveis, entre natureza e cultura, não há um movimento volumoso de visitantes que caracterize um turismo de massa. Assim, se por um lado, evitar um turismo de massa pode evitar maiores impactos sobre o patrimônio natural e, mesmo, sobre a cultura dos habitantes locais, por outro, pode não gerar os retornos necessários

no que diz respeito aos ganhos econômicos, à divulgação e à preservação dos bens materiais e da cultura local.

Na verdade, uma maior instrumentalização da atividade, para os habitantes locais, que não possuem muitas instruções a respeito do turismo, poderia contribuir para que, eles mesmos, ampliassem o conjunto de ofertas e possibilidades entre roteiros naturais e roteiros culturais, em relação ao que já existe atualmente, com propostas diferenciadas para públicos específicos, inclusive, em termos de sazonalidade.

Um exemplo que pode ser dado está situado no melhor aproveitamento dos recursos hídricos, pois, nesta região colonial, na qual existe grande incidência de nascentes e de afloramentos rochosos, há uma variedade de quedas d'água, cachoeiras e cascatas, propícios à criação de um roteiro das águas, tanto para apreciar como para banhar-se (Figura 9.7 a Figura 9.12). Existem iniciativas neste sentido, mas, em geral, cada proprietário explora individualmente a visitação.

Existem, ainda, outras cascatas e cachoeiras que não são utilizadas para fins turísticos, aliás, nas quais os proprietários nem têm o interesse em abrir para visitação, além de outros lugares ainda pouco conhecidos e explorados.

Como este capítulo está dando mais ênfase aos potenciais turísticos da região colonial, inclusive no que diz respeito à refuncionalização do patrimônio cultural existente, não há como deixar de usar um grande conteúdo iconográfico para permitir visualizar melhor estes potenciais.

Mas, além da natureza enquanto possibilidade para a oferta turística existe, também, a presença de bens materiais que poderiam constituir um roteiro histórico revelador e, até mesmo, arqueológico. Entre alguns dos bens mais antigos na região colonial estão as Casas de Pedras (Figura 9.13 a Figura 9.17) construídas pelos primeiros imigrantes logo após sua chegada, e outras casas que, mesmo não sendo de pedras, são bastante antigas, algumas até mesmo centenárias (Figura 9.18).



Figura 9.7: Lugar conhecido como Três Pontes – Distrito de Rincão da Cruz

Figura 9.8: Cachoeira do Imigrante – Distrito de Rincão da Cruz

Fonte: Marcelo Panis, 2008



Figura 9.9: Arroio Caneleira sob a ponte - lugar utilizado para Rapel

Figura 9.10: Curso do Arroio Caneleira

Fonte: Marcelo Panis, 2007

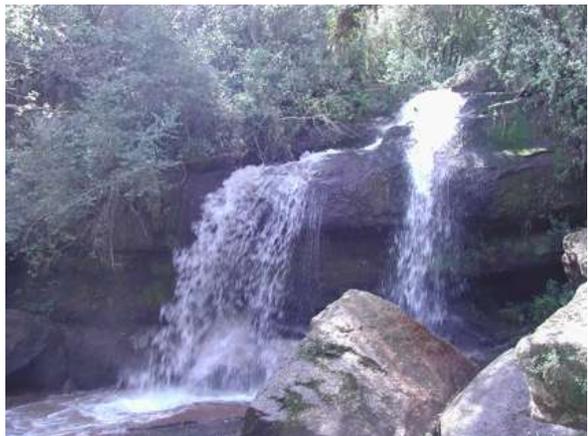


Figura 9.11: Templo das Águas – Família Gottinari

Figura 9.12: Cascata do Imigrante – também utilizado para camping

Fonte: Marcelo Panis, 2007



Figura 9.13: Primeira Casa de Pedra da Colônia – pertenceu à Giusto Casarin⁵²
Figura 9.14: No detalhe, o nome do primeiro proprietário e o ano da construção.
Fonte: MECOM, 2006



Figura 9.15: Casa de Pedra que atualmente pertence à família Kowalsk⁵³
Figura 9.16: Detalhe que mostra intervenções necessárias para manter a casa em pé
Fonte: MECOM, 2006

Além das Casas de Pedra e construções antigas, inclusive as não conhecidas ou mostradas por este trabalho⁵⁴, pode-se registrar, ainda, a existência de alguns moinhos que estão desativados, mas que por sua antiguidade e história poderiam fazer parte de um roteiro composto por estas construções.

⁵² Atualmente a propriedade está sob os cuidados de João Bento Schiavon, descendente dos primeiro imigrantes.

⁵³ Não se sabe a que família esta propriedade pertenceu originalmente.

⁵⁴ É conhecida, ainda, a Casa de Pedra da Família Zóia, uma das maiores registradas na colônia, sendo que restam apenas ruínas, e a Casa de Pedra da Família Portantiolo, ainda de pé, mas do qual não há registro fotográfico.



Figura 9.17: Casa de Pedra da Família Grupelli

Figura 9.18: Casa da Família Gottinari

Fonte: Karen Melo – Hectare, 2009

Um outro roteiro possível, este sazonal, poderia ser no período da colheita da uva e fabrico do vinho (Figura 8.9) e outros derivados desta atividade, como compotas, licores, a juripiga⁵⁵, dentre outros, no qual o visitante poderia ter um contato direto com o processo de fabricação artesanal destes produtos (Figura 8.10).

Evidentemente não se pode falar de atividade turística sem fazer referência a existência de hotéis, pousadas ou lugares para camping. Neste quesito a região colonial ainda tem bastante o que ampliar e melhorar. Esta é uma equação delicada porque como o turismo é uma iniciativa dos habitantes da região os recursos para investir neste tipo de infra-estrutura são poucos e, algumas vezes, eles querem a garantia do retorno para investir, mas, de outro lado, não havendo infra-estrutura disponível pesa como ponto negativo para os possíveis visitantes da região.

Durante o período de verão a situação é menos complicada, porque alguns turistas pernoitam em barracas, fazendo experiências de camping. É neste público, por exemplo, que o empreendimento Cascata do Arco-Íris investiu, disponibilizando lugar para os visitantes acamparem, além de oferecer restaurante no local e as possibilidades para banho (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**). Também, há o restaurante e pousada Grupelli (Figura 9.20), onde também há um museu da família e se pode desfrutar de um ambiental aconchegante e consumir alguns produtos coloniais.

⁵⁵ A juripiga, também chamada de jurupinga, é um produto obtido a partir da adição de álcool de cereais ao bagaço das uvas depois de utilizadas para a produção do vinho.



Figura 9.19: Barracas de acampamento na Cascata do Arco-Íris
Fonte: Marcelo Panis, 2009



Figura 9.20: Placa de sinalização turística indicando o Restaurando Grupelli
Fonte: Marcelo Panis, 2008

Durante o período de inverno, no entanto, período em que os turistas geralmente buscam lugares mais aconchegantes e confortáveis, a região colonial de Pelotas não dispõe de acomodações para um grande número de visitantes, apesar da característica da região ser de pousadas e não de hotéis⁵⁶. Um complicante, ou atenuante, é o fato da cidade estar bastante próxima, o que possibilita aos turistas facilmente pernovernarem e desfrutarem de outras opções culturais na cidade e apenas visitarem e conhecerem a região colonial durante o dia.

⁵⁶ Não houve, neste trabalho, o levantamento da capacidade de alojamento de turistas na região colonial.

Mas, se pensar que o turismo é uma atividade que está em ascensão na região, segundo informações obtidas pelos próprios habitantes locais nas entrevistas, então, é necessário que os empreendimentos ampliem, não apenas, sua capacidade de acomodar os visitantes como, também, a produção de gêneros de origem colonial como embutidos, queijos, vinhos, dentre outros, porque as pessoas que se destinam para estas regiões a passeio querem poder desfrutar de iguarias deste tipo.

O retorno dos investimentos nesta área, algumas vezes, é um processo lento, mas é preciso que os habitantes locais compreendam que há uma perspectiva de criar um reconhecimento em que a região colonial pode se tornar uma referência, principalmente para os habitantes de cidades em que a região serrana seja um forte atrativo, como é o caso das cidades do litoral sul do estado, que são grandes freqüentadores dos atrativos da região colonial de Pelotas.

O empreendimento da Família Nardello, associado ao GASSETUR, por exemplo, tem investido no marketing de seus produtos para se tornar referência na região e, situado próximo ao Distrito de Rincão da Cruz, é bastante reconhecido na região colonial de Pelotas (Figura 9.21), como, também, a Pousada do Monte que oferece de pernoites a produtos coloniais para o consumo (Figura 9.22). Estes são apenas alguns exemplos de empreendimentos que têm investido há anos no marketing relativo à região, modelo que pode ser utilizado por empreendimentos mais recentes e com tamanho potencial.



Figura 9.21: Cantina Nardello na Região Colonial
Figura 9.22: Pousada do Monte – Região Colonial de Pelotas
Fonte: Roberto Finatto, 2008

Assim, entende-se que a oferta de natureza, dos bens materiais remanescentes e do saber-fazer rural possibilitam projetar a região colonial como um lugar estratégico para a promoção do turismo que, por sua vez, tem um importante papel para o desenvolvimento local e regional do espaço rural pelotense.

Certamente que atrelado ao desenvolvimento está uma melhora na economia das propriedades familiares da região, mas é preciso lembrar que, concordando com Souza (1997), desenvolvimento e desenvolvimento econômico não são sinônimos. O desenvolvimento (local ou regional) é uma categoria complexa que está atrelada a melhora e a superação dos problemas sociais, de forma justa e legítima, e pensada para o conjunto da sociedade em uma dada escala, o que significa que o desenvolvimento está atrelado às dinâmicas sócioespaciais.

Além do aspecto da complexidade Souza (1997) sinaliza para a importância da autonomia, enquanto questão central, para promover o desenvolvimento socioespacial, pois, segundo ele,

[se] pressupõe que uma coletividade tenha autonomia para gerir os seus destinos (ou seja, eleger, ela própria e conscientemente, as suas prioridades e os meios para concretizá-las), até mesmo para disciplinar o turismo conforme os seus interesses e as suas necessidades. (SOUZA, 1997, p. 20) [adendo nosso].

Considerando-se a realidade da região colonial de Pelotas compreende-se que os habitantes locais devem procurar organizarem-se, cada vez mais, no sentido planejar e gerir a atividade turística de maneira que esta forneça à comunidade resultados positivos, não apenas, no que diz respeito ao econômico, mas na dinâmica socioespacial na escala local.

Rodrigues (1997) ressalta a importância e o papel do turismo nas propostas de desenvolvimento com base local, nas quais os habitantes do lugar devem compreender que as diferenças culturais (peculiaridades locais) possuem importância enquanto atrativo turístico e, por conseguinte, no desenvolvimento. Segundo a autora,

Deter-se no *lugar* significa abandonar a crença predominante nas soluções pretensamente universais e opor-se a fórmulas externas. Há que confiar na capacidade e sabedoria das comunidades locais na identificação dos seus problemas e na tentativa de soluções originais, com base na sua própria

experiência e na de outros grupos similares (RODRIGUES, 1997, p. 58). *(grifo da autora)*

Dar maior importância para as soluções baseadas nos potenciais das comunidades locais não significa simplesmente descartar a racionalidade global hegemônica, mas saber selecionar o que é importante do modelo econômico globalizado e, sobretudo, valorizar as propostas que surgem dos habitantes do lugar, pois, como Santos (2006) afirma, este é o lócus onde deve-se propor uma globalização contra-hegemônica, um novo conjunto de relações sociais, locais, nacionais e internacionais, baseados em outro conjunto de valores, no princípio da redistribuição (igualdade) e no princípio do reconhecimento (diferença).

É neste sentido que o turismo pode representar um potencial para o desenvolvimento da região colonial de Pelotas, em que os habitantes do lugar devem perceber a importância de, eles mesmos, serem os proponentes diretos e, por conseguinte, os beneficiários dos resultados das atividades turísticas que, numa época histórica na qual os processos econômicos se dão cada vez mais por imposição verticalizada do circuito econômico superior, significaria o fortalecimento das *horizontalidades*, da escala grande (SANTOS, 1994, p. 93), e, por que não dizer, do fortalecimento de propostas que inscreveriam o turismo em outra racionalidade econômica da qual Singer (2002) denominou de *Economia Solidária*.

Este é, sem sombra de dúvidas, um processo demorado e complexo no qual, inclusive, o poder público deve assumir sua parcela de responsabilidade, não apenas em melhorias infra-estruturais, mas, também, por meio de parcerias com entidades que tenham o *know-how* neste ramo de atividades e possam, dessa forma, instrumentalizar e incrementar as iniciativas dos habitantes da região colonial no que diz respeito ao turismo.

Assim, como tem-se defendido neste trabalho, por meio do turismo seria possível, não apenas, promover o desenvolvimento local (ou regional), mas contribuir em uma maior valorização da cultura dos descendentes de imigrantes europeus, em especial os italianos, na região colonial de Pelotas, bem como na conservação do patrimônio cultural remanescente e, ainda, poder colaborar no processo de reconhecimento da Região da 5ª Colônia de Imigração Italiana.

Va' Pensiero

Giuseppe Verdi

*Va' pensiero sull'ali dorate
Attraversa le montagne e vola
Sugli oceani.
Raggiungi la terra, trova il luogo
Dove vanno tutti i bambini
Ogni notte dopo aver sentito questa ninnananna.*

*Lì troverai i loro eroi vivi
Che proteggono la loro innocenza
Benedicili tutti perchè il loro animo semplice
è tanto puro e meraviglioso.*

*Va' pensiero sull'ali dorate
Fai continuare questo sogno bellissimo
Per tutta la notte.*

*Presta loro le tue ali dorate
Tutte le paure voleranno via
Prendili per mano
Aiutali a trovare una strada facile
Riportali alla luce, riportali alla luce
Alla quale appartenevano un tempo
Dove possono restare
Bambini per tutto il tempo che vogliono.*

*Va' pensiero sull'ali dorate
Attraversa le montagne e vola
Sugli oceani.
Raggiungi la terra, trova il luogo
Dove vanno tutti i bambini
Ogni notte dopo aver sentito questa ninnananna.
Ogni notte dopo aver sentito questa ninna nanna.*

- CONSIDERAÇÕES FINAIS -

A 5ª Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul: significados e ressonâncias

No capítulo 7 deste trabalho houve a especial preocupação em demonstrar o processo de formação das regiões coloniais de imigração italiana no Rio Grande do Sul e, de maneira especial, a constituição da região colonial Pelotense, a qual se considera a 5ª Colônia de Imigração Italiana do estado.

Sem perder de vista a pesquisa e o aprofundamento a respeito do patrimônio cultural destes descendentes de imigrantes italianos e, ainda, as questões relacionadas às atividades de turismo e lazer ofertadas na região colonial de Pelotas, que buscamos apresentar ao longo desta reflexão, temos como intuito, para finalizar o trabalho, fazer outra trajetória, que seja: a de compreender os significados e as ressonâncias do reconhecimento histórico da 5ª Colônia de Imigração Italiana na região colonial de Pelotas e a importância que este fato teria para a escala local e regional.

Neste sentido, esta investigação procurou responder algumas questões em relação ao significado que o reconhecimento da Região da 5ª Colônia de Imigração Italiana tem para a população local ou para o estado; a relevância deste reconhecimento para as atividades de turismo e lazer na região; e, ainda, a importância deste reconhecimento para o patrimônio cultural.

Antes de prosseguir deve-se lembrar porque defendeu-se, neste trabalho, a importância do reconhecimento da Região da 5ª Colônia de Imigração Italiana em Pelotas. Primeiramente, vale reforçar, por que esta região foi ocupada por emigrantes italianos na época das grandes levas de imigração italiana, no mesmo contexto de constituição das outras regiões coloniais do estado (FETTER, 2002; PEIXOTO, 2003; PANIS, 2007). Do mesmo modo, as terras nas quais estes imigrantes se assentaram foram adquiridas por meio de compra, junto ao governo imperial, que destinou esta área, constituída por terras devolutas, para a formação da colônia (FETTER, 2002) e, finalmente, porque da mesma forma que nas colônias do norte e centro do estado, núcleos ítalo-descendentes historicamente reconhecidos, na Colônia Maciel, principal núcleo da chegada dos imigrantes na região, também, havia Diretores e Engenheiros,

vinculados à Inspetoria de Terras e Colonização do governo que administravam a colônia no início de sua organização⁵⁷ (GRANDO, 1984).

Assim, o fato de que a região colonial de Pelotas foi ocupada por emigrantes italianos chegados junto às grandes levas de imigração é incontestável. Além disso, é inegável que o legado material e imaterial, revelado em uma paisagem colonial constituída, perpetua-se na região enquanto expressão territorial, ou seja, o patrimônio cultural remanescente é parte integrante do território (PANIS, 2008a).

Estes elementos, por si só, são fortes argumentos para este processo que tem uma abrangência complexa: o reconhecimento da Região da 5ª Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul, ao qual este trabalho procurou contribuir.

O reconhecimento deve, em primeiro lugar, partir dos próprios ítalo-descendentes, habitantes da região colonial, de maneira que estes se sintam conectados à história e à memória dos primeiros imigrantes e seus descendentes, reforçando um sentido de pertencimento, valorizando uma história material e imaterial que é centenária. É a partir deste reconhecimento, enquanto pertencentes à cultura italiana legada através das gerações, que esta “titulação” deve ser buscada, dando sentido aos anseios dos ítalo-descendentes que esperam por este reconhecimento.

Não se pode deixar de recordar que os descendentes de imigrantes italianos entrevistados durante este trabalho consideraram relevante o reconhecimento da colônia de imigração, por conta de importância de se preservar a tradição e a cultura, sendo que alguns consideram que este evento poderia “entusiasmar” as pessoas⁵⁸, embora se concorde com o entrevistado M. Gottinari quando este afirma que *“só como colônia o reconhecimento não tem sentido. Mas se deveria trabalhar na preservação da natureza e da cultura, aí sim vale à pena”*. Isto significa que o reconhecimento deve ter uma finalidade maior para a cultura dos ítalo-descendentes, um evento que reforce os laços de continuidade cultural, com abrangência sobre o patrimônio cultural.

Evidentemente que, este reconhecimento, deve abranger à comunidade italiana existente no município de Pelotas e proximidades, por isso o uso do termo região, pois, certamente, a influência ítalo-descendente não se restringe apenas a uma comunidade

⁵⁷ Infelizmente, na Pesquisa Documental, não se chegou a encontrar nenhum registro de nomes de administradores responsáveis pelas colônias no sul do estado.

⁵⁸ Ver capítulo 7.

ou distrito. Entretanto, não se pode negar a importância que a Colônia Maciel possui como lugar representativo, como um marco desta titulação, uma vez que este foi o destino em que primeiramente os imigrantes italianos chegaram e se instalaram para, somente depois, buscarem novas colônias próximas, se espraiando na região colonial (ANJOS, 2000; LIVRO-TOMBO DA PARÓQUIA SANTA ANNA, 1884). Este é um dos principais motivos da instalação do Museu Etnográfico na antiga escola Garibaldi nesta colônia. Nas palavras de Peixoto e Cerqueira (2008, p. 118).

Em nossos planos, o desígnio do museu da Maciel seria, prestando homenagem à herança cultural dos imigrantes provindos da Itália no século XIX, criar um espaço de preservação e divulgação desta particularidade cultural, a ítalo-descendência, que alimenta distintivamente a identidade deste grupo étnico, em contraste com o rótulo étnico-cultural atribuído, pela historiografia rio-grandense predominante, à porção meridional do estado, vista como contexto geográfico marcado precipuamente pela afro-luso-brasilianidade.

A atenção dispensada ao Museu Etnográfico da Colônia Maciel está situada no fato de que este projeto representou, e representa, uma iniciativa da própria comunidade italiana pelotense, em especial dos habitantes da região colonial, o que demonstra o descontentamento e o interesse destes na busca do reconhecimento e, do mesmo modo, simboliza uma iniciativa estratégica no fortalecimento e valorização da cultura remanescente, pois, em muitos casos, importantes parcelas e expressões da cultura material e imaterial são perdidas por não haverem projetos e ações com propostas objetivas para o patrimônio cultural ítalo-descendentes da região⁵⁹. Por este motivo que o Museu Etnográfico objetiva “Preservar a memória histórica da comunidade italiana pelotense; Instaurar um museu com finalidades culturais e educativas; Colaborar com o desenvolvimento econômico, ao estimular o turismo cultural; Desenvolver projetos de educação patrimonial e ambiental” (PEIXOTO e CERQUEIRA, 2008, p. 122). Além disso, segundo os autores,

⁵⁹ Cabe ressaltar que apesar de haver ainda poucas iniciativas para a preservação da cultura ítalo-descendente, como o caso do Museu Etnográfico, este é um projeto inédito para a região colonial de Pelotas, sendo que existem projetos, de acordo com Peixoto e Cerqueira (2008), para a criação de mais museus etnográficos na região, como por exemplo, da cultura Francesa, Alemã e, ainda, Pomerana, visando preservar o patrimônio cultural dos descendentes destas etnias.

O Museu Etnográfico da Colônia Maciel visa a pesquisar, difundir e preservar a história e a memória da comunidade italiana na colônia de Pelotas, não só mantendo um museu para visitas e consultas, como também promovendo conferências, exposições e realizando outras atividades educacionais compatíveis com a instituição. O museu busca adotar um conceito amplo de territorialidade (que se estende para além das paredes do prédio do museu em si), incluindo edificações e marcos naturais representativos da memória coletiva, integrando as tradições da agricultura familiar de origem colonial com o meio ambiente e com o desenvolvimento do turismo rural. Tendo como foco central a etnia italiana à qual se vincula por identidade a maior parte da comunidade local, procurará se ampliar para o perfil multi-étnico da história da região contribuindo para a diversidade cultural (...). Muito mais que preservar a memória, o museu tem a finalidade de fortalecer a identidade da comunidade, garantindo o conhecimento desta às gerações futuras (PEIXOTO e CERQUEIRA, 2008, p. 125)

Portanto, tanto o museu quanto outras iniciativas que são promovidas na região, no sentido de resgatar e fortalecer a identidade cultural ítalo-descendentes, podem contribuir para o reconhecimento da região colonial.

Todavia, o reconhecimento é um evento complexo, pois, de um lado, pode fortalecer os laços de pertencimento à identidade cultural, de maneira que os bens materiais e imateriais remanescentes possam receber mais ações de preservação e divulgação, mas, de outro, pode representar apenas mais um recurso de marketing para o turismo, se os habitantes da região não forem os principais valorizadores de sua cultura.

A titulação da região colonial tem abrangência sobre os temas que está-se abordando neste trabalho: o turismo, o patrimônio cultural e o desenvolvimento local. Cabe ressaltar que as pesquisas e trabalhos voltados especificamente para o patrimônio referente à cultura ítalo-descendente no espaço rural e, também, a respeito do reconhecimento histórico da região da 5ª Colônia são relativamente recentes e, por conseqüência, reduzidos. Este fato impediu de usar uma variedade de referências científicas mais específicas, o que de maneira alguma prejudicou o conteúdo deste material, conforme demonstrado por meio do uso de fontes documentais, históricas, levantamentos de campo, entre outras.

Para além da preservação da memória, o reconhecimento histórico tem o sentido de ampliar o leque de ações possíveis no sentido de permitir que, mesmo com as perdas e hibridizações culturais que ocorreram ao longo das décadas, a identidade ítalo-descendente possa ser reconhecida como importante representante da

diversidade cultural pelotense, comungando com o pensamento da UNESCO no sentido de que,

A cultura adquire formas diversas através do tempo e do espaço. Esta diversidade se manifesta na originalidade e na pluralidade das identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem a humanidade. Fonte de intercâmbios, de inovação e de criatividade, a diversidade cultural é, para o gênero humano, tão necessária como a diversidade biológica para os organismos vivos. Neste sentido, constitui o patrimônio comum da humanidade e deve ser reconhecida e consolidada em benefício das gerações presentes e futuras. (UNESCO, 2002, p. 3)

A declaração da UNESCO, bem como tantas outras contribuições de pesquisadores e instituições a respeito da defesa e preservação da identidade e bens culturais das sociedades, apresenta-se como um apoio indireto, no caso específico, ao reconhecimento e preservação do legado cultural ítalo-descendente da região colonial de Pelotas.

O reconhecimento da Região da 5ª Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul teria uma conseqüência direta sobre o patrimônio cultural remanescente na região, isto porque uma possível titulação teria, inicialmente, efeito sobre os habitantes da região, sobre o seu modo de viver a italianidade no cotidiano, fortalecendo os laços de pertencimento e estes, por sua vez, valorizariam mais o legado cultural transmitido pelas gerações preteridas.

É evidente que este fato poderia produzir mecanismos de ressignificação cultural em que haveria o resgate de uma italianidade que não mais existe como, por exemplo, o jogo de mora, cânticos italianos em celebrações, o dialeto, dentre outros, ou até mesmo produzir invenções culturais por meio do acréscimo de características ítalo-descendentes que não são próprios da região, colocando em dúvida a legitimidade do resgate e preservação cultural.

Sem sombra de dúvidas que uma possível ressignificação cultural seria um forte elemento no marketing turístico para a região (SAVOLDI, 2001), pois, em geral, muitos turistas querem ver representações da cultura e não se questionam se estas são autênticas, se condizem com a realidade cultural vivida pelas pessoas do lugar.

Por outro lado, o reconhecimento histórico que fortaleceria a identidade cultural ítalo-descendente, somado à promoção das atividades de turismo e lazer, constituiria

uma equação favorável à conservação e a manutenção do patrimônio cultural, pois, este seria um atrativo representativo, tanto para divulgar quanto para apresentar uma região colonial, ainda pouco conhecida por muitos pelotenses e habitantes das regiões próximas e para em outras regiões do estado.

Em outras palavras, o reconhecimento contribuiria num maior cuidado e conservação das Casas de Pedras, dos Moinhos, dos equipamentos e das ferramentas de trabalho, das cantinas familiares e de todo tipo de construção em geral ou bem material, móveis e imóveis, ainda existente na região. Além disso, haveria maior atenção à conservação e reprodução da cultura imaterial, entre a culinária, o fabrico do vinho, a produção de doces, compotas e embutidos, as festa e as tradições religiosas e outras características do saber-fazer rural, próprio entre os ítalo-descendentes da região, pois representaria um incentivo para manter e perpetuar este conhecimento, este patrimônio imaterial ainda vivo entre as famílias e na comunidade.

O detalhe é que esta conservação, esta maior atenção com o patrimônio material e imaterial, não ficaria apenas a cargo dos habitantes do lugar, pois, constituindo-se a região como um importante representante cultural do estado, exigiria do poder público, municipal e estadual, um maior conjunto de ações legais que permitissem a continuidade deste patrimônio, tais como processos de inventário, tombamento e intervenções para conservação principalmente dos bens materiais, além, evidentemente, da destinação de recursos para execução de projetos culturais e outras ações do tipo.

Junto a isso apresentam-se como estratégica o desenvolvimento de projetos de educação patrimonial na região, pois, a experiência da constituição do Museu Etnográfico demonstrou que, para uma grande parcela da população da região colonial, muitos objetos antigos representam apenas “velharias”, objetos que devem ser descartados e substituídos por outros mais modernos, sem perceberem que estas “velharias”, na maioria das vezes, está impregnada de história e simbolizam a memória das gerações pretéritas, sendo sua conservação uma forma de manter presente uma parcela do patrimônio e da identidade cultural.

Assim, o reconhecimento histórico possibilitaria agregar uma série de outras iniciativas, projetos e ações, que seriam destinados à preservação cultural, permitindo

que os habitantes da região possam conhecer melhor e, conseqüentemente, valorizar mais o próprio patrimônio cultural.

Além disso, uma maior quantidade de ações e de iniciativas agregadas ao reconhecimento e a sua divulgação permitiriam ampliar a oferta turística na região, uma vez que esta é uma das atividades geradoras de renda a algumas famílias envolvidas com a atividade que, ao mesmo tempo, conta com um crescente número de visitantes a cada ano.

É neste ponto que se reforça o nexo entre as atividades de turismo e o reconhecimento da região colonial. Isto, porque, como foi abordado em capítulo anterior, a promoção do turismo constitui uma iniciativa dos próprios habitantes da região, ou seja, o uso do argumento da Região da 5ª Colônia como marketing turístico seria convertido em benefícios para os próprios empreendimentos do lugar.

Já foi analisado no decorrer da pesquisa como o turismo pode ser uma atividade excludente e expropriadora às populações locais, gerando um processo de segregação socioespacial e, mesmo, exclusão dos habitantes do lugar (PAES-LUCHIARI, 2002 e 2006). Abordou-se, também, como o patrimônio cultural pode ter seu valor cultural subvertido, sendo convertido em mera mercadoria para o consumo turístico, ignorando, muitas vezes, a complexidade sociocultural da qual os bens materiais e imateriais fazem parte (CHOAY, 2001; BARRETO, 2000; MENESES, 1999a e 1999b).

O turismo, desde sua ascensão com a sociedade industrial, é uma atividade que tem crescido a cada ano em termos de oferta, de destinos, em possibilidades e em circulação de pessoas que, conseqüentemente, aumentam os fluxos de capital, mercadorias e serviços em escala planetária.

Apesar de nem todos os lugares constituírem destinos turísticos, a descoberta de lugares-potenciais e a diversificação da oferta turística aumenta na mesma proporção em que as pessoas procuram novas formas de descanso, de lazer, de conhecimento e contato com culturas diferentes, de aventura, entre outros objetivos. Neste sentido, Cruz (2001) verifica que os lugares tornam-se destinos turísticos na medida em que vão recebendo visitantes eventuais, solitários ou em grupos. Por este motivo Knafou (1996) considerou o turista como a primeira fonte de turistificação dos lugares. Evidentemente que, apesar dos mais longínquos lugares apresentarem os mais variados atrativos aos

visitantes, é necessário que, de alguma forma, existam mecanismos de divulgação destes destinos, seja por meio de propagandas ou troca de experiências entre os viajantes.

Urry (1996) analisa que os turistas buscam no espaço representações materiais e simbólicas que os diferencie das experiências cotidianas, principalmente do ambiente urbano. Segundo o autor,

O olhar do turista é direcionado para aspectos da paisagem do campo e da cidade que os separam da experiência de todos os dias. Tais aspectos são encarados porque, de certo modo, são considerados como algo que se situa fora daquilo que nos é habitual (URRY, 1996, p. 18).

Este é um dos nexos de relação entre o turismo e o patrimônio cultural remanescente nos lugares, uma vez que, em geral, os viajantes querem ter contato com o diferente e que, de alguma forma, acrescente conteúdo as suas experiências, pois o patrimônio cultural que é material, imaterial e natural (PAES-LUCHIARI, 2007), sempre constitui um atrativo a mais às atividades turísticas.

Embora o crescente número de pessoas envolvidas nas atividades de turismo, direta ou indiretamente, acompanhe proporcionalmente a oferta e a procura do mercado, em grande parte das vezes, esta atividade reproduz as condições de exploração e desigualdade, contribuindo para o aumento das diferenças sociais, no qual os grandes grupos investidores utilizam os potenciais e as infra-estruturas disponíveis nos lugares e, disto, extraem lucros individuais.

Mas, um contraponto ao turismo dos grandes grupos empreendedores tem suscitado novas propostas e perspectivas da promoção de um turismo de base comunitária no Brasil (IRVING, 2009; SANSOLO e BURSZTYN, 2009) como, também, inúmeras experiências na América Latina (MALDONADO, 2009). Para o Ministério do Turismo do Brasil:

O turismo de base comunitária é compreendido como um modelo de desenvolvimento turístico, orientado pelos princípios da economia solidária, associativismo, valorização da cultura local, e, principalmente, protagonizado pelas comunidades locais, visando à apropriação por parte dessas dos benefícios advindos da atividade turística (MTUR, 2008).

Estas iniciativas de turismo muito mais do que uma nova proposta de distribuição dos ganhos obtidos com a atividade, visam à valorização dos saberes locais, das identidades culturais e das paisagens socialmente constituídas dos lugares, contexto do qual os habitantes da região colonial de Pelotas está cada vez mais direcionando sua oferta e ampliar os atrativos turísticos.

Deste modo, com base na atual realidade vivenciada pelos habitantes da região colonial de Pelotas, verifica-se que há uma imbricada relação entre o reconhecimento da colônia de imigração, o patrimônio cultural existente e a promoção das atividades de turismo. Isto porque o turismo de base cultural é, cada vez mais, uma opção entre aqueles que saem em viagens por lugares distintos, procurando novas e diferentes opções de visitação.

Como o turismo é uma atividade que tende a, mais e mais, se consolidar enquanto iniciativa econômica e a aumentar o fluxo de pessoas na região colonial de Pelotas, o que gera rendimentos econômicos direto às famílias envolvidas e, indiretamente, apresenta-se como um pressuposto para o desenvolvimento local e regional, podemos pensar em alternativas harmônicas entre a preservação do patrimônio cultural e as atividades de turismo, de maneira a ampliar a oferta e a visitação sem, com isso, prejudicar o desenvolvimento e a cultura local.

Sendo o patrimônio cultural remanescente um considerável atrativo ao turismo na região e, na possibilidade da titulação da 5ª colônia de imigração fortalecer os vínculos culturais, a perspectiva de buscar o reconhecimento e utilizá-lo, também, para a divulgação turística pode trazer benefícios para a região, inclusive, em termos de desenvolvimento local, pois os resultados desta atividade podem gerar benefícios endógenos.

O mais importante, portanto, é que os habitantes sejam, eles mesmos, os promotores das atividades de turismo na região e evitem que, depois de haverem investido em infra-estrutura adequada e na divulgação da atividade na região, empresas do *trade* cooptem os empreendimentos já estabelecidos e passem a comandar o desenvolvimento das atividades na região, como já aconteceu em tantas localidades no país.

Uma forma de evitar esta possibilidade é o investimento em iniciativas de organização, planejamento e gestão, não apenas das atividades turísticas, mas territoriais, no sentido de que tanto o turismo quanto o patrimônio cultural são iniciativas e expressões no território.

Além disso, o momento é de que os habitantes locais invistam, cada vez mais, na melhoria das condições de usufruto dos atrativos e saibam explorar positivamente aos potenciais existentes, pois, certamente, o turismo permanecerá entre tantas atividades existentes na região colonial, visto que esta tem se consolidado e levado um maior número de visitantes à região, o que exige maiores investimentos em diversificação da atividade e na melhoria das condições estruturais.

Ao mesmo tempo, no período atual, o patrimônio cultural remanescente passou a receber maior atenção por parte dos habitantes do lugar, pois perceberam que este representa um atrativo ao turismo como, também, sua conservação pode contribuir com a preservação da memória e da identidade cultural ítalo-descendente, o que é muito importante na busca pelo reconhecimento histórico da Região da 5ª Colônia de Imigração Italiana.

Cabe ressaltar, ainda, que o reconhecimento da colônia de imigrantes não é uma questão de tombamento, mas é, sobretudo, uma questão de reconhecimento, de declaração de valor histórico e cultural para que a comunidade possa continuar existindo através das gerações.

O reconhecimento, certamente, será um atrativo na promoção do turismo na região, contudo, o cuidado que se deve ter é não reduzi-lo a apenas esta função, pois, perderia o sentido. O reconhecimento deve contribuir na valorização da cultura ítalo-descendente, de forma que fortaleça os vínculos de pertencimento e contribua na conservação do patrimônio cultural remanescente na região e, finalmente, seja um evento que situe a região colonial de Pelotas no mapa da imigração italiana do estado do Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBECHE, Daysi. **Imagens do Gaúcho: história e mitificações**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996, 152 p.
- AMARAL, Alexandre Viana. **A influência da cultura do fumo na desarticulação da cadeia produtiva do leite - 2 Distrito - Canguçu - RS**. Pelotas: UFPel, 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Geografia) - Universidade Federal de Pelotas – UFPel.
- ANJOS, Flavio Sacco dos. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil**. Pelotas, RS: EGUFPEL, 2004, 374 p.
- ANJOS, Marcos Hallal dos. **Os Italianos na Zona Sul Urbana de Pelotas na Segunda Metade do Século XIX**. Pelotas, 1995. Monografia, mimeografado.
- _____. **Estrangeiros e Modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do Século XIX**. Pelotas: Ed. Universitária/ UFPel, 2000.
- ARGOLLO FERRÃO, André. M. **Arquitetura rural e o espaço não urbano**. Labor&Engenho, Campinas, ano I, no 1, março 2007, p. 89-110.
- BAGLI, Priscila. Rural e urbano: harmonia e conflito na decadência da contradição. In: Sposito e Witcker (orgs). **Cidade e campo: relações e contradições entre uso urbano e rural**. Contexto, 2005, p. 81-110.
- BARCELLOS, Daurea da Costa. **A propriedade da terra no Brasil: uma análise sobre a origem e desintegração das Charqueadas - Pelotas - RS**. Pelotas UFPel, 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Geografia) - Universidade Federal de Pelotas – UFPel.
- BARRETTO, Margarita. **Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento**. São Paulo: Papyrus, 2000, 98 p. (Coleção Turismo)
- BERNARDELLI, Maralúcia Falconi da Hora. Contribuições ao debate sobre o urbano e o rural. In: Sposito e Witcker (orgs). **Cidade e campo: relações e contradições entre uso urbano e rural**. Contexto, 2005, p. 33-52.
- BERNARDI, Aquiles. **Vita e Stòria de Nanetto Pipetta**. Escola Superior Teologia São Lourenço de Brindis. Porto Alegre, 1980, 318 p.

- BERTONCELLO, Rodolfo. Patrimônio y território. Claves a partir de la valorización turística. In: **Terceras Jornadas Interdepartamentales de Geografía**. Tucuman, octubre, Buenos Aires: Mimeo, 2004.
- BONÉRANDI, Emmanuelle. Le recours au patrimoine, modele culturel pour le territoire? **GéoCarrefour**. França : Lyon, Vol. 80/2, 2005, p. 91-100.
- BUKHARIN, Nicolai. **Teoría del materialismo histórico: ensayo popular de sociología marxista**. Cordoba: Pasado y presente, 1974, 324 p.
- BRÜSEKE, Franz Josef. O problema do desenvolvimento sustentável. CAVALCANTI, C. (org.) **Desenvolvimento e natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995, p. 29-40.
- CAMPANHOLA, Clayton. e GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural Brasileiro**. Jaguariúna: Embrapa, v. 4, 2000, 176 p.
- CANCLINI, Nestor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN**, Brasília, nº 23, 1994, p. 95-111.
- _____. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: EDUFRRJ, 1995, 268 p.
- CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito: Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. São Paulo: Duas Cidades, 1978, 376 p.
- CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato S. **Para Além da Produção: Multifuncionalidade e Agricultura Familiar**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.
- CAVALCANTI, Clóvis. (org.) **Desenvolvimento e natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995, p. 17 – 25.
- CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural: o direito à cultura**. Expressão Popular, 2005, 147 p.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: Editora da UNESP, 2001, 283 p.
- CIFELLI, Gabrieli. **Turismo, patrimônio e novas territorialidades em Ouro Preto – MG**. Campinas: UNICAMP, SP, 2005. Dissertação de Mestrado (Mestrado em

- Geografia) Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2005.
- CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeni. (orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Uerj, 1998, 123 p.
- CORREA, Silvio Marcos de Souza. Identidade étnica em meio urbano. **Ágora**, Santa Cruz do Sul: UNISC, v. 7, n. 2, jul./dez. 2001, p. 119-132.
- CORTES, Paixão; LESSA, Luis Carlos Barbosa. **Manual de danças gaúchas**. Rio de Janeiro: Irmãos Vitale, 1997, 165 p.
- COSTA BEBER, A. M.; BARRETTO, Margarita. Los cambios socioculturales y el turismo rural: **Pasos**. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural (Online), v. 5, p. 45-52, 2007
- COSTA, Rovílho. (*et. all*). Imigração italiana no Rio Grande do Sul: vida, costumes e tradições. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia, Sulina, 1974, 134 p.
- CRUZ, Neli Scherdien. **O processo de expansão da fumicultura na agricultura familiar: o exemplo da colônia Sesmaria - 4 Distrito - São Lourenço do Sul - RS**. Pelotas: UFPel 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Geografia) - Universidade Federal de Pelotas – UFPel.
- CRUZ, Rita de Cássia Ariza. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2001, 167 p.
- DEBRET, Jean Baptiste. Viagem pitoresca e histórica ao Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989, 139 p.
- DE BONI, Luis. Alberto; COSTA, Rovílio. **Os italianos do Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul: EST – Correio Riograndense – EDUCS, 1984, 244 p.
- ENDLICH, Angela Maria. Perspectiva sobre o urbano e o rural. In: Sposito e Witcker (orgs). **Cidade e campo: relações e contradições entre uso urbano e rural**. Contexto, 2005, p. 11-32.
- EVASO, Alexander S. A refuncionalização do espaço. In: **Revista Experimental – Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental, FFLCH – Departamento de Geografia da USP**. São Paulo: Humanitas, 1999, p. 33-54.
- FAGUNDES, Glênio C. **Cevando mate**. Porto Alegre: Habitasul, 1984, 135 p.

- FEATHERSTONE, Mike. **Cultura do consumo e Pós-Modernismo**. São Paulo: Nobel, 1995, 223 p.
- FETTER, Leila Maria W. **A colonização ocorrida na área rural de Pelotas na segunda metade do século XIX**. 2002. 362 p. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Desenvolvimento Social), UCPEL: Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2002.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997. 316 p.
- FROEHLICH, José Marcos. A (re)construção de identidades e tradições: o rural como tema e cenário. In: FROEHLICH, José M.; DIESEL, Vivien (orgs). **Espaço rural e desenvolvimento regional**, Ijuí: EDUNIJUÍ, 2004. 312 p.
- FUNARI, Pedro Paulo; DOMÍNGUEZ, Lourdes. As cartas internacionais sobre o patrimônio. **Textos Didáticos**, Campinas: IFCH/UNICAMP, n. 57, novembro, 2005, 144 p.
- GARCIA, Gabriel Augusto. **Perfil da Produção Familiar de Pêssego no Município de Pelotas - RS**. Pelotas: UFPel, 2001. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Geografia) - Universidade Federal de Pelotas – UFPel.
- GIRON, Loraine Slomp. Identidade: região e valores. In: GIRON, L. S.; RADÜNS, R. **Imigração e cultura**. Caxias do Sul: Edusc, 2007, p. 39-58.
- GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v.1, n.2, 1988, p. 264-275.
- _____. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônio. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, Porto Alegre, ano 11, n. 23, jan/jun 2005, p. 15-36.
- GRANDO, Marinês Zandavalli. **Pequena agricultura em crise: o caso da colônia francesa no Rio Grande do Sul**. POA, FEE (teses no 14), 1990.
- GUIMARAENS, Maria Etelvina Bergamaschi. Instrumentos jurídicos de proteção ao patrimônio cultural: aplicação no meio rural. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; SOUZA, Marcelino de (ORGS.) **Turismo rural: patrimônio, cultura e legislação**. Santa Maria: FACOS/UFSM, 2006, p. 208-220.

- GUIMARÃES, Roberto P. Desenvolvimento sustentável: da retórica à formulação de políticas. In: BECKER, B. K.; MIRANDA, M. **A geografia política do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997, p. 13-44.
- HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998, 102 p.
- _____. Quem precisa da identidade? In: SILVA, T. T. da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 103-133.
- HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1993, 239 p.
- HEIDRICH, Álvaro L. **Além do latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho**. Porto Alegre: UFRGS, 2000, 212 p.
- HUTTER, Lucy Maffei. A imigração italiana no Brasil (século XIX e XX): Dados para a compreensão desse processo. In: De Boni, L. A. (org.) **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia – EST, 1987, p. 74-101.
- IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Cartas Patrimoniais**. Brasília: IPHAN, Caderno de Documentos nº 3, 1995, 344 p.
- _____. **Declaração de Amsterdã**. Amsterdã: Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu, 1975, 10 p.
- _____. **Manifesto de Amsterdã**. Amsterdã: Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu, 1975, 5 p.
- IRVING, Marta de Azevedo. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (Orgs.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Imagem e Letra, 2009, p. 108-121.
- KNAFOU, Remi. Turismo e território. Por uma abordagem científica do turismo. In: RODRIGUES, A. A. B. (org.) **Turismo e geografia – Reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 62-74.
- KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo**. São Paulo: Aleph, 2001, 192 p.
- LAMBERTY, S. F. **ABC do Tradicionalismo Gaúcho**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1991, 160 p.
- LAZZAROTTI, Olivier. Patrimoine, in LEVY J., LUSSAULT M., **Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés**, Paris, 2003, p. 692-693.

- LAZZAROTTO, Danilo. **História do Rio Grande do Sul**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2001, 212 p.
- LAYTANO, Dante de. **O linguajar do gaúcho brasileiro**. Porto Alegre: EST, 1981, 255 p.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 1969, 133 p.
- LEITE, Rogério Proença. Contra-usos e espaço público – notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. V 17, n. 49, jun. 2002 São Paulo.
- LEPAARQ, Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia. **Acervo de História Oral**. Pelotas, 2000.
- LEROY, Jean-Pierre. Da comunidade local às dinâmicas microrregionais na busca do desenvolvimento sustentável. In: BECKER, B. K.; MIRANDA, M. **A geografia política do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997, p. 251-271.
- LESSA, Luis Carlos Barbosa. **Chimarrão**. São Paulo: Departamento de Cultural, 1953, 460 p.
- _____. **Nativismo**. Porto Alegre: LP&M, 1985, 119 p.
- MAGALHÃES, Mário Osório. **História e tradições da cidade de Pelotas**. Caxias do Sul: UCS, 1981, 55 p.
- _____. **Opulência e cultura na província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860 – 1890)**. Ed. UFPEL. Pelotas, 1993, 296 p.
- MALDONADO, Carlos. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (Orgs.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Imagem e Letra, 2009, p. 25-44.
- MARQUES, Maria Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. In: **Revista Terra livre**: São Paulo. Ano 18, n. 19, jul./dez. 2002, p. 95-112.
- MAGNOLI, Demétrio; OLIVEIRA, Giovana; MENEGOTTO, Ricardo. **Cenário gaúcho: representações históricas e geográficas**. São Paulo: Moderna, 2001, 127 p.
- MANFROI, O. Italianos no Rio Grande do Sul. In: De Boni, L. A. (org.) **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia – EST, 1987, p. 169-186.

- MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **O manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Global Editora, 1986.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Valor cultural, valor econômico: encontros e desencontros. In: **Seminário Internacional de História da Energia**. Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo, 1999a, p. 30-48.
- _____. Os “usos culturais” da cultura: Contribuições para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YAZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. de C. A. **Turismo : espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: HUCITEC, 1999b, p. 88-99.
- MORAES, Antonio Carlos R. Ideologias Geográficas. São Paulo: Hucitec, 1996, 156 p.
- _____. **Bases da formação territorial no Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI**. São Paulo: Hucitec, 2000. (Estudos históricos, 41). 431 p.
- MTUR, Ministério do Turismo. **Estatísticas Básicas do Turismo – Brasil**. Brasília, Agosto 2006, 31 p.
- MECOM, MUSEU ETNOGRÁFICO DA COLÔNIA MACIEL. **Acervo de história oral**, Pelotas, 2008.
- OLIVEIRA, Juliana; LUCAS, Sérgio; TEIXEIRA, Tânia Cristina. Turismo responsável: Uma alternativa para o desenvolvimento sustentável? **Revista de Turismo**. Belo Horizonte: PUC, Vol. 2, Nº 3, Dez. 2007, p. 1-10.
- OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva. **Gestão patrimonial em Ouro Preto-MG: alcances e limites das políticas públicas preservacionistas**. 2005. 264 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2005.
- ORO, Ari Pedro. “Mi son talian”: considerações sobre a identidade étnica dos descendentes de italianos do Rio Grande do Sul. In: DE BONI, L. A. (et. all.) **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre; Torino: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Fondazione Giovanni Agnelli, 1996, p. 611-627.
- OSÓRIO, F. L. **A cidade de Pelotas**. Rio de Janeiro: Globo, 1962, 237 p.
- PAES-LUCHIARI, Maria Tereza Duarte; SERRANO, Célia M. de T. Desenvolvimento, Desenvolvimento Sustentável e suas Críticas. RODRIGUES, A. M. (Org.) **Meio Ambiente Ecos da Eco**. IFCH/UNICAMP nº. 8 – Março de 1993.

PAES-LUCHIARI, Maria Tereza Duarte. A mercantilização das paisagens naturais. In: BRUHNS, H. T. & GUTIERREZ, G. L. (ORGS) **Enfoques contemporâneos do lúdico** (III Cilco de Debates Lazer e Motricidade), Campinas: Autores Associados, UNICAMP, 2002, p. 25-41.

_____. Centros históricos – mercantilização e territorialidades do patrimônio cultural urbano In: **GEOgraphia**, Revista de pós-graduação em Geografia, N. 15, UFF/Rio de Janeiro, 2006, p. 45-58.

_____. Turismo e patrimônio natural no uso do território. In: PAES-LUCHIARI, BRUHNS e SERRANO (ORGS.) **Patrimônio, natureza e cultura**. Campinas: Papyrus, 2007 p. 25-46.

PANIS, M. **O Turismo no perspectiva da multifuncionalidade do espaço rural: O caso do Distrito de Rincão da Cruz – Pelotas/RS**. Pelotas: UFPEL, 2007, 118 p. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Geografia) - Universidade Federal de Pelotas – UFPel.

_____. O patrimônio cultural e o turismo: novos usos e funções do espaço rural pelotense. **XV ENG – Encontro Nacional de Geógrafos**. In: Anais do..., São Paulo, 2008a.

_____. A paisagem colonial como objeto do turismo: o caso das colônias de imigrantes italianos em Pelotas/RS In: **1º Simpósio de Pós-Graduação em Geografia do Estado de São Paulo – SIMPGEO-SP e VIII Seminário de Pós-Graduação em Geografia da Unesp – Rio Claro – SP**, Rio Claro, Anais do... 2008b.

PARÓQUIA SANTA ANNA. **Livro tomo**, 1884.

PEIXOTO, Luciana da Silva. **Memória da imigração italiana em Pelotas/RS. Colônia Maciel: lembranças, imagens e coisas**. Pelotas: UFPel, 2003. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) - Universidade Federal de Pelotas – UFPel.

PEIXOTO, L.; CERQUEIRA, F. V. Museu e Identidade Ítalo-descendente na Serra dos Tapes, Pelotas/RS: o projeto do Museu Etnográfico da Colônia Maciel. **Métis: História e Cultura**. Caxias do Sul: RS: Universidade de Caxias do Sul: EDUCS, v. 7, n. 13, jan./jun. 2008, p. 115-137.

- PETRONE, Pasquale. Imigrantes italianos no Brasil: identidade cultural e integração. In: DE BONI, L. A. (et. all.) **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre; Torino: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Fondazione Giovanni Agnelli, 1996, p. 627-641.
- PESAVENTO, Sandra. J. **Charqueadas, frigoríficos e charqueadores: um estudo sobre a república velha**. Porto Alegre: PUC, 1978. Dissertação de Mestrado. (Mestrado em História) – Pontifício Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC.
- _____. **RS: Agropecuária colonial & industrialização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983, 216 p.
- _____. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997, 142 p.
- REIS, Luis Carlos Tosta dos. Por uma concepção dialética do espaço: o conceito de formação espacial em Milton Santos. **Geografares**, Vitória, v. 1, nº 1, jun. 2000, p. 61-72.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Desenvolvimento sustentável: novas redes e novos códigos. In: BECKER, B. K.; MIRANDA, M. **A geografia política do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997, p. 471-492.
- ROCHA, Sérgio da. **A produção familiar de fumo no Distrito de Quilombo - Pelotas**. Pelotas: UFPel, 2000. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Geografia) - Universidade Federal de Pelotas – UFPel.
- ROCHA, Simone Saviolo. **O turismo na Prainha do Canto Verde (CE): comunidade e sustentabilidade**. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 2003.
- RODRIGUES, Adir B. Turismo local: oportunidades para a inserção. In: RODRIGUES, A. B. (org.). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: HUCITEC, 1997, p. 17-22.
- RODRIGUES, Carmino Eduardo Gomes. **Origem histórica e repercussões do fechamento do Banco Pelotense na economia do município de Pelotas**. Pelotas: UCPEL, 1995. Trabalho de Conclusão de Curso. (Ciências Econômicas) - Universidade Católica de Pelotas – UCPEL.

- RODRIGUES, Marli. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. Funari, P.; Pinsky, J. (orgs). **Turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Contexto, 2001, 103 p.
- RUBINO, Silvana. O mapa do Brasil passado. In: **Revista do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional**, Rio de Janeiro: IPHAN, n 24, 1996, p. 97-105.
- SACCO DOS ANJOS, Flávio; CALDAS, Nádia Veleda. Pluriatividade e ruralidade: falsas premissas e falsos dilemas. In: CAMPANHOLA, C. e GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural Brasileiro: novas ruralidades e urbanização**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, v. 7, 2004, p. 72-105.
- SALAMONI, Giancarla. **Produção Familiar: Possibilidades e Restrições para o Desenvolvimento Sustentável- o Exemplo de Santa Silvana - Pelotas – RS**. 2000. 264 p. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Rio Claro-SP, 2000.
- SANSOLO, Davis Gruber. Turismo e sustentabilidade na Amazônia: um novo conteúdo territorial e a experiência no município de Silves, AM. **PASOS**. Revista de Turismo e Patrimônio Cultural, v. 1, n. 1, 2003, p. 39-50.
- SANSOLO, Davis Gruber. *et alii*. O turismo comunitário em pequenos núcleos populacionais no Mosaico Bocaína. In: **IV Encontro Nacional da ANNPAS** (proceedings), Brasília: Anais do..., 2008.
- SANSOLO, Davis G.; BURSZTYN, Ivan. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (Orgs.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Imagem e Letra, 2009, p. 142-161.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006 (Coleção para um novo senso comum; v. 4, p. 190-225.
- SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, nº 54, jun. 1977, p. 35-59.
- _____. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1980.
- _____. **A natureza do Espaço: Espaço e tempo, razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1996. 392 p.

- _____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional.** São Paulo: Hucitec, 1997a.
- _____. **Espaço e Método.** São Paulo: Nobel, 1997b, 88 p.
- _____. Da política dos Estados à política das empresas. In: **Caderno da Escola do Legislativo.** Belo Horizonte: ALMG, 3(6): 9-23, jan/jun., 1998.
- _____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2000, 174 p.
- _____. **Território e sociedade – entrevista com Milton Santos.** Fundação Perseu Abramo, 2002, 127 p.
- _____. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: EDUSP, 2005, 176 p.
- SAVOLDI, Adiles. A reconstrução da italianidade no sul do estado de Santa Catarina. In: BANDUCCI JR. e BARRETO (ORGS) **Turismo e identidade local: uma visão antropológica.** Campinas: Papirus – Coleção Turismo, 2006, p. 89-116.
- SAUER, Carl O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, R. L. E ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Paisagem, tempo e cultura.** Rio de Janeiro: UERJ, [1925]1998, p. 12-74.
- SCAGLIONI, Cláudia Ehlert. **Turismo Rural: fonte alternativa de renda para o produtor familiar no distrito de Rincão da Cruz – Pelotas – RS.** Pelotas: UFPel, 2002. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Geografia) - Universidade Federal de Pelotas – UFPel.
- SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: UFRGS, 2003, 205 p.
- SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Preservação do patrimônio cultural em cidades.** Belo Horizonte: Autentica, 2006, 125 p.
- SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002, 127 p.
- SOUZA, Marcelo J. Lopes de. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In: RODRIGUES, A. B. (org.). **Turismo e desenvolvimento local.** São Paulo: HUCITEC, 1997, p. 17-22.
- TALAVERA, Augustin S. Desarrollos y conflictos en torno al turismo rural: claves y dilemas desde la antropología social. In: Riedl, M.; ALMEIDA, J. I.; VIANA, A. L. B.

(orgs). **Turismo rural: tendências e sustentabilidade**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002, p. 13-50.

_____. Patrimonios culturales y turistas: Unos leen lo que otros miran. Pasos – **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**. Tenerife: España: Universidad de la Laguna, vol. 1, nº 1, 2003, p. 1-12.

TEXIER, Jacques. Desacuerdos sobre la definición de los conceptos. In: REIS, L. C. Todos. Por uma concepção dialética do espaço: o conceito de formação espacial em Milton Santos. **Geografares**, Vitória, v. 1, nº 1, jun. 2000, p. 61-72.

TRONCOSO, Claudia A.; ALMIRÓN, Analía V. Turismo y patrimonio – Hacia una relectura de sus relaciones. In: **Aportes y transferencias**, Mar del Plata: Univerisiad Nacional de Mar del Plata – Argentina, año/vol., 1 nº 09, 2005, p. 56–74.

ULLRICH, Carl Otto. As Colônias Alemãs no Sul do Rio Grande do Sul. In: **História em Revista. Pelotas**: Núcleo de Documentação Histórica, Ed. Universitária / UFPel, 1999, p.137-161.

UNESCO. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**, S/L, 2002, 7 p.

URRY, John. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Nobel, 1996, 231 p.

WASSERMAN, Cláudia. Identidade: conceito, teoria e história. **Ágora**, Santa Cruz do Sul: UNISC, v. 7, n. 2, jul./dez. 2001, p. 7-19.

VAINER, Carlos B. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? In: **Cadernos do IPPUR**. Rio de Janeiro: UFRJ, ano XV, nº 2, ago.-dez. 2001, p. 13-33.

_____. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. ARANTES, O.; VAIER, C. B.; MARICATO, E. **A cidade do Pensamento Único**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 75-103.

VEIGA, José Eli. **Cidades imaginárias: o Brasil e menos urbano do que se calcula**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002, 304 p.

LEIS E DECRETOS

BRASIL, Constituição da República Federativa do. Distrito Federal: Brasília, 1988.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 7.231 de Dezembro de 1978. Dispõe sobre o patrimônio cultural do Estado.

_____. Lei nº 10.846 de 19 de Agosto de 1996. Institui o Sistema Estadual de Financiamento e Incentivo às Atividades Culturais, autoriza a cobrança de taxas de serviços das instituições culturais e dá outras providências.

_____. Lei nº 10.846 de 19 de Agosto de 1996. (atualizada até a Lei nº 13.125, de 09 de janeiro de 2009) Institui o Sistema Estadual de Financiamento e Incentivo às Atividades Culturais, autoriza a cobrança de taxas de serviços das instituições culturais e dá outras providências.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Chamada Pública MTUR n. 001/2008 – Apoio às iniciativas de turismo de base comunitária. Brasília, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. Lei nº 2.708 de 10 de Maio de 1982. Dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico e cultural do município de pelotas e dá outras providências.

_____. Lei nº 3.128 de 23 de Julho de 1988. Altera a Lei Municipal nº 2708, de 10 de maio de 1982.

_____. Lei nº 5.502 de 11 de Setembro de 2008. Institui o Plano Diretor Municipal e estabelece as diretrizes e proposições de ordenamento e desenvolvimento territorial no Município de Pelotas, e dá outras providências.

_____. Decreto nº 4.703 de 21 de Dezembro de 2004. Dispõe sobre os bens integrantes do Inventário do Patrimônio Cultural de Pelotas.

RIO GRANDE DO SUL, Constituição do Estado do. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado, 1989

SITES CONSULTADOS

www.iphan.gov.br, Acesso em 30/04/2009.

www.conselhodeculturars.com.br, Acesso em 30/04/2009

www.esteditora.com.br/index.html, Acesso em 28/05/2009

www.paginadogaicho.com.br, Acesso em 28/05/2009

www.pelotas.rs.gov.br/politica_social/cultura, Acesso em 30/04/2009

www.pelotascolonial.com.br/eventos.htm, Acesso em 3/05/2009

www.portalcostadoce.com.br, Acesso em 3/05/2009

www.sougaicho.com.br, Acesso em 10/02/2009

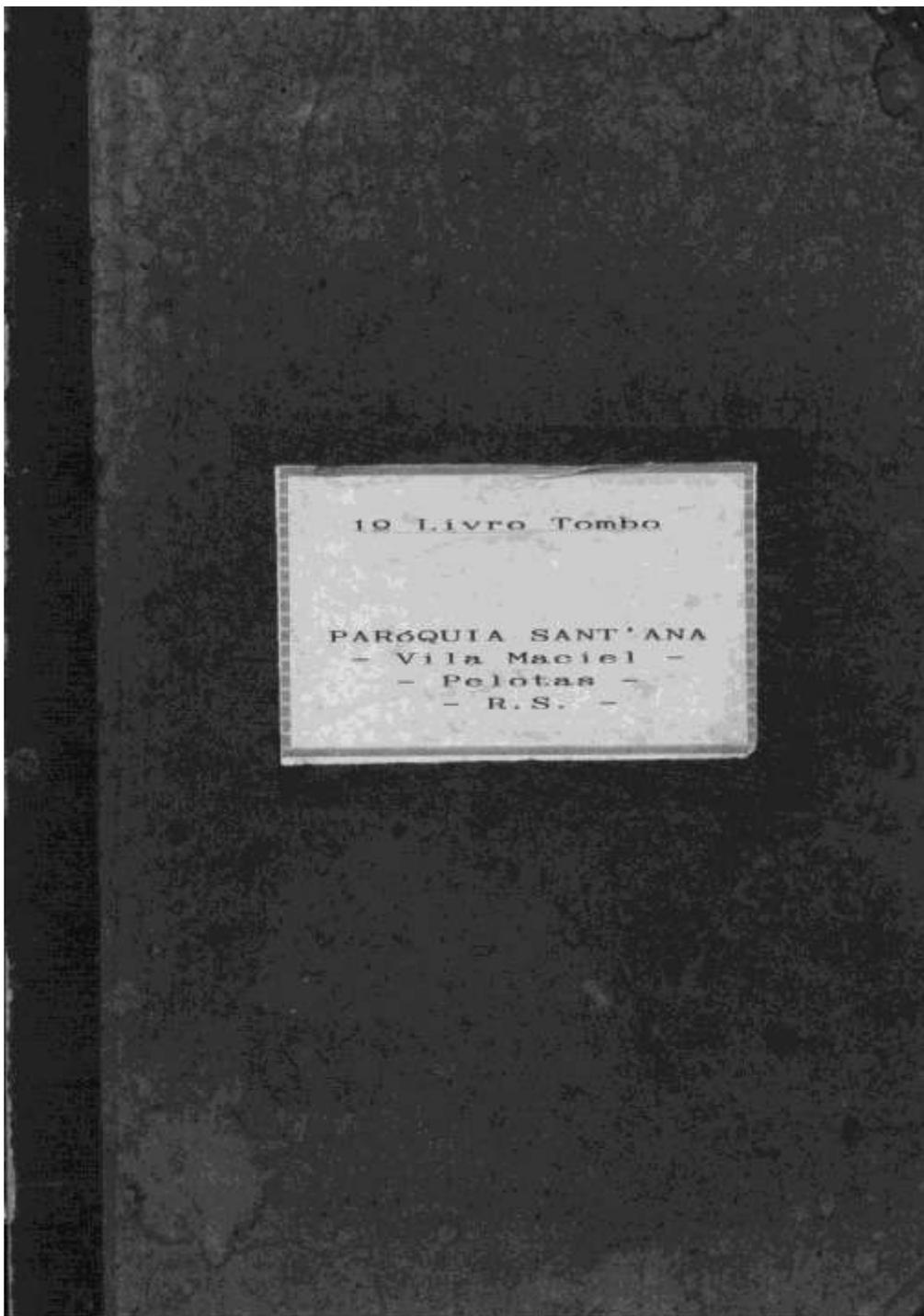
www.turismo.gov.br, Acesso em 02/07/2008

www.turismo.rs.gov.br, Acesso em 02/07/2008

www.turismorural.org.br/abraturr, Acesso em 02/07/2008

ANEXOS

ANEXO 01 – Livro-Tombo da Paróquia Santa Anna na Colônia Maciel – Distrito de Rincão da Cruz – Pelotas/RS



Capa do Livro Tombo da Igreja Santa Anna, na Colônia Maciel.

Fonte: Arquivo do Acervo do Museu Etnográfico da Colônia Maciel – MECOM.

Historico da Colonia Maciel, da
Capella e da creacao da nova freguesia de Santa
Anna, cuja sede está na 1.ª rua da Colonia
Maciel. Não me é possível recolher e repro-
duzir aqui todos os dados historicos de alguma
importancia, porém alguns dos mais notaveis
vão aqui.

O nome de Colonia Maciel, teve origem de
primitivos doze lotes de matto, de 50 colo-
nias mais ou menos. ¹⁸⁸⁴ ~~1883~~ ^{Inicio da colonizaçã.} ~~mais ou menos~~, mandou
elle dividir esta terra de 1 matto em lotes co-
lonias, e um anno depois introduziu alguns
colonos (emigrantes) italo-venezolanos da república
em sua maioria da provincia de Treviso. No con-
tra das ditas colonias o governo mandou construir
uma Barraca, onde os emigrantes moravam
por algum tempo, até collocar os nos lotes co-
lonias. Os primeiros que aqui chegaram de
um lote urbano, perto de onde construiu
o dito Barraca. Mais tarde serviu de capella. Na
mesma occasião o governo designou 4 lotes urba-
nos para o Cemeterio da Colonia e um lote
para a Igreja, onde era o lote onde se achava a
Barraca. Esta Colonia ficou quasi toda no quinto
districto de Belates, pela nova divisã do municí-
pio, de Belates e Langosã.

Foi nos annos de 1884 a 1886 que vio-
ram os primeiros colonos para a Maciel. Aqui
necessaram os nomes das familias que começaram
a formar estas colonias e a dividir os matto.
Os primeiros annos tiveram o auxilio do governo,
tanto dos meios, como das ferramentas para os trabalhos.

Primeira página do Livro Tombo da Igreja Santa Anna, na Colônia Maciel.

Fonte: Arquivo do Acervo do Museu Etnográfico da Colônia Maciel – MECOM.

Nomes das primeiras famílias que vieram a
Colônia Maciel. —

1894 e 95.

Nel' Talamini — Mallesin, costureiro e primeiro
Jorge Bonet — agricultor.
Pedro Bonet — agricultor.
Antonio Merini — Comerciante.
Domingos Francini — agricultor.
Antonio Scavanzaga — agricultor.
Luiz Cerini — por apelido chamado italiano.
Francisco Balthinatti — agricultor.
Matheus Campoverde — de Tyrol — italiano.
Leopoldo Aldrighi — agricultor —
Joaquim Aldrighi — Comerciante —
Luiz Aldrighi — agricultor —
João Aldrighi — agricultor —
Domingos Gasparoni — agricultor
Francisco Bichi — agricultor — francês.
João Sobis
Eugenio Fassi — agricultor —
Manuel Portale — agricultor — italiano.

1897 em diante. —

Leoar Schiavon — agricultor — Saveto, por apelido.
Tibério Domingos Schiavon agricultor
Clodente (Celeste) Schiavon agricultor
João Lora. — Agricultor.
Anjelo Schiavon — agricultor
Anjelo Lora — agricultor
Anjelo Pavanetti — agricultor
Anjelo Camellato — agricultor — italiano.
Antonio Meggiatto — agricultor
João Romano — agricultor.
Luiz Raffalon — agricultor.

Segunda página do Livro Tombo da Igreja Santa Anna, na Colônia Maciel.

Fonte: Arquivo do Acervo do Museu Etnográfico da Colônia Maciel – MECOM.

Abraham Thocar - agricultor -
 Sebastião Formentim - agricultor -
 Antonio Giacomin - agricultor -
 José Giacomin - agricultor -
 Eugenio Cavalini - agricultor -
 Antonio Lepore - pai de Pedro - Angella e Giacomin -
 Luiz Zanatta - agricultor -
 Estevam Zanatta - agricultor -
 Gregorio Zoia (Zoggia) - agricultor -
 Antonio Zanatta - agricultor -
 Antonio Zanatta sobrinho - agricultor -
 Bartolo Baldinetti - agricultor -
 Augusto Casarin - agricultor -
 Antonio Costantini - agricultor -
 Vicente Allegriato - agricultor -
 Innocente Valtan - agricultor -
 Eugenio Morelli - agricultor -
 José Bassi - agricultor -
 José Zanatta, por apelido: Biella -
 Natal Mercalini, por apelido: Scatola.

E outros mais cujos nomes não pude
 conseguir com certeza.

Cerca de um anno depois que estas fa-
 milias chegaram neste lugar, tendo varios fi-
 lhos para baptizar, foram á cidade de Belém, pro-
 curar algum sacerdote; e o primeiro que veio, foi
 o Rev. Padre ... que fez os baptizados
 em casa de Sr. Vei Talamini.

Dois annos mais tarde veio outra vez, o sacer-
 dote para baptizar e rezar Missa; esta vez foi o Rev.
 Padre Chulchun de Souza (jesuita) que morava na ci-
 dadã, vizinha da igreja, onde se acha o actual Gym-
 nasio Souza. Um dos principaes estabelecimen-

Terceira página do Livro Tombo da Igreja Santa Anna, na Colônia Maciel.

Fonte: Arquivo do Acervo do Museu Etnográfico da Colônia Maciel – MECOM.

Parte da tradução do Livro-Tombo, página 1 a 3, bem como o nome dos primeiros imigrantes chegado á Colônia Maciel está listada abaixo:

Histórico da Colônia Maciel, da Capela e da criação da nova freguesia de Santa Anna, cuja sede está na 1ª seção da Colônia Maciel. Não me é possível recolher e reproduzir aqui todos os dados históricos de alguma importância, porém alguns dos mais notáveis vão aqui.

(...)

No ano de 1883 (ou 1884 - início da colonização) mais ou menos, mandaram ele dividir esta data de matos em lotes coloniais, e um ano depois introduzia alguns colonos (imigrantes) italianos da região do Vêneto, em sua maioria da Província de Treviso. No centro destas colônias, o governo mandou construir um Barracão, onde os emigrantes moraram por algum tempo, até colocá-los nos lotes coloniais. Aos primeiros que aqui chegaram deu um lote urbano, perto de onde construíram o dito Barracão. Mais tarde servia de capela. Na mesma ocasião o governo designou 4 lotes urbanos para o Cemitério da Colônia e um lote para a Igreja, que era o lote em que se achava o Barracão. Esta Colônia fica quase toda no quinto distrito de Pelotas, pela nova divisão dos municípios, de Pelotas e Canguçu.

Foi nos anos de 1884 a 1886 que vieram os primeiros colonos, para a Maciel. Aqui escrevemos os nomes das famílias que começaram a povoar estas colônias e derrubar os matos. No primeiro ano, tiveram auxílio do governo tanto dos víveres, como das ferramentas para os trabalhos.

Nomes das primeiras famílias que vieram à Colônia Maciel 1884 e 86

Noé Talamini - Moleiro, construiu a primeira casa.

Jorge Bonat - Agricultor.

Pedro Bonat - Agricultor.

Antonio Marini - Comerciante.

Domingos Franconi - Agricultor.

Antonio Scaramuzza - Agricultor.

Luiz Genini (Zanini) - por apelido Marespro - Solteiro.

Francisco Balbinotti - Agricultor.

Matheus Campores - do Tyrol - Solteiro.

Leopoldo Aldrighi - Agricultor.

Joaquim Aldrighi - Comerciante.

Luiz Aldrighi - Agricultor.

José Aldrighi - Agricultor.

Domingos Gasparoni - Agricultor.

Francisco Biché - Agricultor francês.

José Arbés - Agricultor francês.

Eugenio Tassi - Agricultor.

Manoel Bortolo - Agricultor, solteiro.

1887 em diante

Cesar Schiavon - Agricultor - Zanete, por apelido.

Silverio Domingos Schiavon - Zanete, por apellido, agricultor.

Norberto (Celeste) Schiavon - Zanete, por apelido, agricultor.

João Doro - Agricultor.

Angelo Artuso - Agricultor.

Angelo Cesson - Agricultor.

Angelo Tavanetti - Agricultor.

Angelo Camellato - Agricultor, solteiro.

Antonio Meggiatto - Agricultor.

Josué Bonnano - Agricultor.
Luiz Zaffalon - Agricultor.
Abraham Stocco - Agricultor.
Sebastião Formentin - Agricultor.
Antonio Giaconnin - Agricultor.
José Giaconnin - Agricultor.
Eugenio Cavalin - Agricultor.
Antonio Pegoraro - pai de Pedro, Angelo e Giacomo, agricultor.
Luiz Zanatto - Agricultor.
Estevam Zanatto - Agricultor.
Eugenio Zoia (Zoggia) - Agricultor.
Antonio Zanetti - Agricultor.
Antonio Zanetti sobrinho - Agricultor.
Bartolo Balbinotti - Agricultor.
Justo Casarin - Agricultor.
Antonio Portancciolo - Agricultor.
Vicente Meggiato - Agricultor.
Innocenti Voltan - Agricultor.
Eugenio Morello - Agricultor.
José Bassi - Agricultor.
José Zanotti, por apelido Biélla.
Natal Marcolin, por apelido Scatola.

Registros de Transações de Terras - por data

Livro:	N Distr:	Folha	Registr Data	Colônia	N Lote	Localidade:	Area m2	Valor (réis):	Limites	Compradores:	Vendedores:
-	Mapa	019		Maciel	036	L	323.713	648.019 N ... (lote 35)		Marcolin, Natali	Governo Imperial
	estatísti					P		S ... (lote 37)			
	co					D		L Arrolo Caneleira			
								O ... (lotes 33 e 40)			
	Lote colonial										
-	Mapa	019		Maciel	037	L	291.110	577.411 N ... (lote 36)		Jacomín, Giuseppe	Governo Imperial
	estatísti					P		S ... (lote 38)			
	co					D		L Arrolo Caneleira			
								O ... (lote 40)			
	Lote colonial										
-	Mapa	019		Maciel	038	L	312.231	619.276 N ... (lote 37)		Formentin, Sebastião	Governo Imperial
	estatísti					P		S ... (lote 41)			
	co					D		L Arrolo Caneleira			
								O ... (lote 40)			
	Lote colonial										
-	Mapa	019		Maciel	039	L	129.564	129.564 N ... (lote 34)		Damiani, Giovanni	Governo Imperial
	estatísti					P		S ... (lotes 47, 48, 49 e 50)			
	co					D		L Bueno, Francisco Nunes			
								O ... (lote 29)			
	Lote colonial										
-	Mapa	019		Maciel	040	L	216.045	267.822 N ... (lote 33)		Franciscone, Domenico	Governo Imperial
	estatísti					P		S Bueno, Francisco Nunes			
	co					D		L ... (lotes, 30, 37 e 38)			
								O Bueno, Francisco Nunes			
	Lote colonial										
-	Mapa	057		Maciel	001	L	38.641	231.845 N Arrolo Caneleira		Balieto, João	Governo Imperial
	estatísti					P 1ª Secção		S ... (lote 02)			
	co					D		L Arrolo Caneleira			
								O ... (lote 03)			
	Lote rústico										
-	Mapa	018		Maciel	031	L	310.000	614.150 N ... (lote 27)		Bernardi, Giovanni	Governo Imperial
	estatísti					P		S ... (lote 34)			
	co					D		L ... (lote 32)			
								O ... (lote 29)			
	Lote colonial										

Registro de Transação de Terras
Fonte: FETTER (2002 – Anexo 5)

Registros de Transações de Terras - por data

Livro:	N Distr:	Folha	Registr Data	Colônia	N Lote	Localidade:	Area m2	Valor (réis):	Limites	Compradores:	Vendedores:
-	Mapa	057		Maciel	007	L	57.425	413.460	N Arroio Caneleira	Zanetti, Luigi	Governo Imperial
	estatísti					P 1ª Secção			S ... (lote 11)		
	co					D			L ... (lote 06)		
	Lote rústico								O ... (lote 06)		
-	Mapa	058		Maciel	008	L	63.739	458.920	N Arroio Caneleira	Schiavon, Modesto	Governo Imperial
	estatísti					P 1ª Secção			S ... (lote 11)		
	co					D			L ... (lote 07)		
	Lote rústico								O ... (lote 09)		
-	Mapa	017		Maciel	023	L	331.090	492.530	N ... (lote 20)	Bonat, Pietro	Governo Imperial
	estatísti					P			S ... (lote 26)		
	co					D			L ... (lote 24)		
	Lote colonial								O ... (lote 22)		
-	Mapa	058		Maciel	010	L	64.498	464.386	N Arroio Caneleira	Zaffalon, Luigi	Governo Imperial
	estatísti					P 1ª Secção			S ... (lote 11)		
	co					D			L ... (lote 09)		
	Lote rústico								O Cruz, (herd.) Joaquim Fernandes da		
-	Mapa	059		Maciel	020	L	59.986	359.916	N ... (lote 18)	Casarin, Justo	Governo Imperial
	estatísti					P 1ª Secção			S ... (lote 23)		
	co					D			L ... (lote 19)		
	Lote rústico								O ... (lote 24)		
-	Mapa	016		Maciel	013	L	314.216	389.520	N ... (lotes 03, 04 e 05)	Gasparoni, Domenico	Governo Imperial
	estatísti					P			S ... (lote 15)		
	co					D			L ... (lote 14)		
	Lote colonial								O ... (lote 12)		
-	Mapa	058		Maciel	013	L	64.920	389.520	N ... (lotes 03, 04 e 05)	Zoggia, Eugénio	Governo Imperial
	estatísti					P 1ª Secção			S ... (lote 15)		
	co					D			L ... (lote 14)		
	Lote rústico								O ... (lote 12)		

Registro de Transação de Terras
Fonte: FETTER (2002 – Anexo 5)

Registros de Transações de Terras - por data

Livro:	N Distr:	Folha	Registr Data	Colônia	N Lote	Localidade:	Area m2	Valor (réis):	Limites	Compradores:	Vendedores:
-	Mapa	058		Maciel	014	L	59.703	573.148	N ... (lote 02) S ... (lote 19) L Arroio Caneleira O ... (lote 13)	Bichet, Lutz	Governo Imperial
	estatísti					P 1ª Secção					
	co					D					
	Lote rústico										
-	Mapa	028		Maciel	027	L	306.000	379.339	N Visconde da Graça ; ... (lote 26) S Cardoso, I. ; ... (lotes 26 e 27) L Cardoso, I. ; ... (lote 26) O Visconde da Graça ; Colônia Accloly (lote 26)		Governo Imperial
	estatísti					P					
	co					D					
	Lote colonial										
-	Mapa	018		Maciel	017	L	274.340	310.092	N ... (lote 16) S ... (lote 21) L ... (lote 15) O Cruz, Joaquim Fernandes da	Pegoraro, Angelo	Governo Imperial
	estatísti					P					
	co					D					
	Lote colonial										
-	Mapa	058		Maciel	015	L	65.534	393.201	N ... (lote 13) S ... (lote 18) L ... (lote 14) O ... (lote 16)	Aldright, Joaquim	Governo Imperial
	estatísti					P 1ª Secção					
	co					D					
	Lote rústico										
-	Mapa	059		Maciel	016	L	64.773	388.656	N ... (lote 12) S ... (lote 17) L ... (lote 15) O Cruz, (herd.) Joaquim Fernandes da	Guldot, Emilio	Governo Imperial
	estatísti					P 1ª Secção					
	co					D					
	Lote rústico										
-	Mapa	017		Maciel	020	L	290.334	359.916	N ... (lote 18) S ... (lote 23) L ... (lote 19) O ... (lote 21)	Casarin, Justo	Governo Imperial
	estatísti					P					
	co					D					
	Lote colonial										
-	Mapa	058		Maciel	009	L	62.183	447.717	N Arroio Caneleira S ... (lote 11) L ... (lote 08) O ... (lote 10)	Pegoraro, Giacomo	Governo Imperial
	estatísti					P 1ª Secção					
	co					D					
	Lote rústico										

Registro de Transação de Terras
Fonte: FETTER (2002 – Anexo 5)

Registros de Transações de Terras - por data

Livro:	N Distr:	Folha	Registr	Data	Colônia	N Lote	Localidade:	Area m ²	Valor (réis):	Limites	Compradores:	Vendedores:
-	Mapa	063			Maciel	049	L	60.908	292.358	N ... (lote 39)	Espanhe, Agostinho ; Lorensoni, Jacintho	Governo Imperial
	estatísti						P 1ª Secção			S Garcia, (herd.) Jeronymo Lopes		
	co						D			L ... (lote 50)		
										O ... (lote 48)		
	Lote rústico											
-	Mapa	059			Maciel	018	L	61.064	386.384	N ... (lote 15)	Aldrighi, Luigi	Governo Imperial
	estatísti						P 1ª Secção			S ... (lote 20)		
	co						D			L ... (lote 19)		
										O ... (lote 17)		
	Lote rústico											
-	Mapa	062			Maciel	040	L	44.637	267.822	N ... (lote 33)	Franciscone, Giuseppina	Governo Imperial
	estatísti						P 1ª Secção			S Bueno, (herd.) Francisco da Veiga		
	co						D			L ... (lotes 36, 37, 38 e 42)		
										O Bueno, (herd.) Francisco da Veiga		
	Lote rústico											
-	Mapa	062			Maciel	041	L	45.348	435.340	N ... (lote 38)	Bassi, José	Governo Imperial
	estatísti						P 1ª Secção			S ... (lote 42)		
	co						D			L Arroio Caneleira		
										O ... (lote 42)		
	Lote rústico											
-	Mapa	062			Maciel	042	L	63.920	517.632	N ... (lote 38 e 41)	Grigolleti, Pedro	Governo Imperial
	estatísti						P 1ª Secção			S ... (lote 43)		
	co						D			L Arroio Caneleira		
										O Bueno, (herd.) Francisco da Veiga		
	Lote rústico											
-	Mapa	043			Maciel	043	L	50.769	467.382	N Arroio Caneleira	Metioli, Gregório	Governo Imperial
	estatísti						P 1ª Secção			S Bueno, (herd.) Francisco da Veiga		
	co						D			L ... (lote 44)		
										O ... (lote 42)		
	Lote rústico											
-	Mapa	062			Maciel	044	L	35.768	343.372	N Arroio Caneleira	Grillo, José da Fontoura	Governo Imperial
	estatísti						P 1ª Secção			S Bueno, (herd.) Francisco da Veiga		
	co						D			L ... (lote 45)		
										O ... (lote 43)		
	Lote rústico											

Registro de Transação de Terras
Fonte: FETTER (2002 – Anexo 5)

Registros de Transações de Terras - por data

Livro:	N Distr:	Folha	Registr Data	Colônia	N Lote	Localidade:	Area m2	Valor (réis):	Limites	Compradores:	Vendedores:
-	Mapa estatístico	062		Maciel	045	L P 1ª Secção D	38.634	380.486	N Arroio Caneleira S Bueno, (herd.) Francisco da Veiga L Arroio Caneleira O ... (lote 44)	Grillo, José da Fontoura ; Veiga, Carlota	Governo Imperial
	Lote rústico										
-	Mapa estatístico	043		Maciel	046	L P 1ª Secção D	60.909	292.363	N ... (lote 39) S Garcia, (herd.) Jeronymo Lopes L ... (lote 47) O Paula, (herd.) Luiz Ignácio de	Portantiolo, Antonio	Governo Imperial
	Lote rústico										
-	Mapa estatístico	062		Maciel	038	L P 1ª Secção D	64.510	619.296	N ... (lote 37) S ... (lotes 41 e 42) L Arroio Caneleira O ... (lote 40)	Formentin, Sebastião	Governo Imperial
	Lote rústico										
-	Mapa estatístico	063		Maciel	048	L P 1ª Secção D	60.909	292.363	N ... (lote 39) S Garcia, (herd.) Jeronymo Lopes L ... (lote 49) O ... (lote 47)	Carniato, José	Governo Imperial
	Lote rústico										
-	Mapa estatístico	061		Maciel	037	L P 1ª Secção D	60.147	577.411	N ... (lote 36) S ... (lote 38) L Arroio Caneleira O ... (lote 40)	Formentin, Pedro	Governo Imperial
	Lote rústico										
-	Mapa estatístico	023		Maciel	026	L P D	5.034	37.440	N ... (lote 24) S ... (lote 32) L estrada Geral O logradouro Público		Governo Imperial
	Lote urbano										
-	Mapa estatístico	063		Maciel	050	L P 1ª Secção D	60.909	292.363	N ... (lote 39) S Garcia, (herd.) Jeronymo Lopes L Bueno, (herd.) Francisco da Veiga O ... (lote 49)	Romano, José	Governo Imperial
	Lote rústico										

Registro de Transação de Terras
Fonte: FETTER (2002 – Anexo 5)

Registros de Transações de Terras - por data

Libro:	N Distr:	Folha	Registr Data	Colônia	N Lote	Localidade:	Area m2	Valor (réis):	Limites	Compradores:	Vendedores:
-	Mapa	027		Maciel	014	L	225.161	448.600 N ... (lote 13)			Governo Imperial
	estatístico					P		S ... (lote 15)			
						D		L Monteiro, Manoel			
	Lote colonial							O ... (lote 12)			
-	Mapa	027		Maciel	016	L	227.244	450.732 N ... (lote 15)			Governo Imperial
	estatístico					P		S ... (lote 17)			
						D		L Monteiro, Manoel			
	Lote colonial							O ... (lote 12)			
-	Mapa	027		Maciel	018	L	304.603	604.171 N ... (lote 17)			Governo Imperial
	estatístico					P		S Alves, ...			
						D		L Duarte, ...			
	Lote colonial							O ... (lote 19)			
-	Mapa	027		Maciel	019	L	281.782	419.794 N ... (lote 17)			Governo Imperial
	estatístico					P		S Alves, ...			
						D		L ... (lote 18)			
	Lote colonial							O ... (lote 20)			
-	Mapa	027		Maciel	022	L	282.114	419.473 N ... (lote 10)			Governo Imperial
	estatístico					P		S Alves, ...			
						D		L ... (lote 21)			
	Lote colonial							O ... (lote 23)			
-	Mapa	025		Maciel	025	L	295.325	366.105 N Visconde da Graça			Governo Imperial
	estatístico					P		S Arroio			
						D		L ... (lote 24)			
	Lote colonial							O ... (lote 26)			
-	Mapa	063		Maciel	047	L	60.909	292.363 N ... (lotes 29 e 39)		Carniato, José	Governo Imperial
	estatístico					P 1ª Secção		S Garcia, (herd.) Jeronymo Lopes			
						D		L ... (lote 48)			
	Lote rústico							O ... (lote 46)			

Registro de Transação de Terras
Fonte: FETTER (2002 – Anexo 5)

Registros de Transações de Terras - por data

Livro:	N Distr:	Folha	Registr Data	Colônia	N Lote	Localidade:	Area m2	Valor (réis):	Limites	Compradores:	Vendedores:
-	Mapa	060		Maciel	025	L P 1ª Secção D	54.316	521.432 N	... (lote 24) S ... (lote 30) L Arroio Caneleira O ... (lote 30)	Hesser, Augusto	Governo Imperial
											Lote rústico
-	Mapa	060		Maciel	026	L P 1ª Secção D	32.883	314.676 N	... (lote 23) S ... (lote 32) L sede da Colônia O ... (lote 27)	Meggiato, Antonio	Governo Imperial
											Lote rústico
-	Mapa	062		Maciel	039	L P 1ª Secção D	21.594	129.564 N	... (lote 34) S ... (lotes 47, 48, 49 e 50) L Bueno, (herd.) Francisco da Veiga O ... (lote 39)	Lima, Francisco da Silva	Governo Imperial
											Lote rústico
-	Mapa	060		Maciel	027	L P 1ª Secção D	63.063	454.053 N	... (lote 22) S ... (lote 31) L ... (lote 26) O ... (lote 29)	Artuso, Angelo	Governo Imperial
											Lote rústico
-	Mapa	016		Maciel	014	L P D	288.950	573.148 N	... (lote 12) S ... (lote 19) L Arroio Caneleira O ... (lotes 23 e 15)	Campregher, Matteo	Governo Imperial
											Lote colonial
-	Mapa	023		Maciel	005	L P D	3.306	32.784 N	estrada Geral S estrada Geral L estrada Geral O ... (lote 07)		Governo Imperial
											Lote urbano
-	Mapa	060		Maciel	029	L P 1ª Secção D	41.505	199.224 N	... (lote 28) S ... (lotes 46 e 47) L ... (lotes 22, 27, 31 e 34) O Paula, (herd.) Luiz Ignácio de	Casarín, Eugênio	Governo Imperial
											Lote rústico

Registro de Transação de Terras
Fonte: FETTER (2002 – Anexo 5)

Registros de Transações de Terras - por data

Livro:	N Distr:	Folha	Registr Data	Colônia	N Lote	Localidade:	Área m2	Valor (réis):	Limites	Compradores:	Vendedores:
-	Mapa	061		Maciel	030	L P 1ª Secção D	46.760	224.448 N ... (lote 30)	S ... (lote 35) L Arroio Caneleira O ... (lote 30)	Biatricine, Giacomo	Governo Imperial
						Lote rústico					
-	Mapa	061		Maciel	031	L P 1ª Secção D	63.974	614.150 N ... (lote 27)	S ... (lote 34) L ... (lote 32) O ... (lote 29)	Voltan, Innocenti	Governo Imperial
						Lote rústico					
-	Mapa	061		Maciel	032	L P 1ª Secção D	64.214	616.454 N sede da Colônia ; ... (lote 26)	S ... (lote 33) L ... (lote 31) O ... (lotes 30 e 35)	Marini, Antonio	Governo Imperial
						Lote rústico					
-	Mapa	061		Maciel	033	L P 1ª Secção D	65.050	624.480 N ... (lote 32)	S ... (lote 40) L ... (lotes 35 e 36) O ... (lote 34)	Balbinoti, Catharina	Governo Imperial
						Lote rústico					
-	Mapa	061		Maciel	034	L P 1ª Secção D	64.442	618.451 N ... (lote 31)	S ... (lote 39) L ... (lote 33) O ... (lote 39)	Aldrighi Sobrinho, Luiz	Governo Imperial
						Lote rústico					
-	Mapa	061		Maciel	036	L P 1ª Secção D	67.502	648.019 N ... (lote 35)	S ... (lote 37) L Arroio Caneleira O ... (lotes 33 e 40)	Natali, Marcolino	Governo Imperial
						Lote rústico					
-	Mapa	023		Maciel	002	L P D	5.798	57.456 N estrada Geral	S ... (lote 32) L ... (lote 25) O ... (lote 04)		Governo Imperial
						Lote urbano					

Registro de Transação de Terras
Fonte: FETTER (2002 – Anexo 5)

Registros de Transações de Terras - por data

Mapa	N Distr:	Folha	Registr Data	Colônia	N Lote	Localidade:	Area m2	Valor (réis):	Limites	Compradores:	Vendedores:
- Mapa 016 estatístico			01/05/1886	Maciel	015	L P D	317.187	393.534 N ... (lote 13) S ... (lote 18) L ... (lote 14) O ... (lote 16)		Aldrighi, Giovanni	Governo Imperial
Lote colonial											
- Mapa 014 estatístico			01/05/1886	Maciel	002	L P D	292.898	363.080 N ... (lote 01) S ... (lote 14) L Arrolo Caneleira O ... (lote 03)		Tassi, Eugênio	Governo Imperial
Lote colonial											
- Mapa 016 estatístico			01/05/1886	Maciel	019	L P D	212.883	422.246 N ... (lote 14) S ... (lote 24) L Arrolo Caneleira O ... (lote 18 e 20)		Aldrighi, Leopoldo	Governo Imperial
Lote colonial											
- Mapa 016 estatístico			01/05/1886	Maciel	018	L P D	295.548	366.384 N ... (lote 15) S ... (lote 20) L ... (lote 19) O ... (lote 17)		Aldrighi, Luigi	Governo Imperial
Lote colonial											
- Mapa 012 estatístico			01/07/1886	Maciel	001	L P D	18.722	231.845 N Arrolo Caneleira S ... (lote 03) L ... (lote 02) O		Arbey, Joseph	Governo Imperial
Lote colonial											
- Mapa 016 estatístico			01/02/1887	Maciel	016	L P D	313.500	388.638 N ... (lote 12) S ... (lote 17) L ... (lote 15) O Cruz, Joaquim Fernandes da		Schiavon, Domenico	Governo Imperial
Lote colonial											
- Mapa 015 estatístico			01/02/1887	Maciel	012	L P D	316.251	362.046 N ... (lote 11) S ... (lote 16) L ... (lote 13) O Cruz, Joaquim Fernandes da		Schiavon, Cesare	Governo Imperial
Lote colonial											

Registro de Transação de Terras
Fonte: FETTER (2002 – Anexo 5)

Registros de Transações de Terras - por data

Livro:	N Distr:	Folha	Registr	Data	Colônia	N Lote	Localidade:	Area m2	Valor (réis):	Limites	Compradores:	Vendedores:
-	Mapa	018	estatísti	01/02/1887	Maciel	028	L	242.006	240.004	N Cruz, Joaquim Fernandes da	Perin, Jirolamo	Governo Imperial
			co				P			S Paula, Luiz Ignácio de		
							D			L ... (lotes 21 e 22)		
										O Paula, Luiz Ignácio de		
												Lote colonial
-	Mapa	015	estatísti	01/02/1887	Maciel	011	L	308.330	382.230	N ... (lotes 06, 07, 08, 09 e 10)	Bettin, Giacomo	Governo Imperial
			co				P			S ... (lote 12)		
							D			L ... (lote 05)		
										O Cruz, Joaquim Fernandes da		
												Lote colonial
-	Mapa	015	estatísti	01/02/1887	Maciel	010	L	312.171	484.385	N Arroio Caneleira	Zaffalon, Luigi	Governo Imperial
			co				P			S ... (lote 11)		
							D			L ... (lote 08)		
										O Cruz, Joaquim Fernandes da		
												Lote colonial
-	Mapa	015	estatísti	01/02/1887	Maciel	009	L	300.685	447.717	N Arroio Caneleira	Stocco, Constante	Governo Imperial
			co				P			S ... (lote 11)		
							D			L ... (lote 08)		
										O ... (lote 10)		
												Lote colonial
-	Mapa	015	estatísti	01/02/1887	Maciel	008	L	308.490	458.920	N Arroio Caneleira	Santos, Manoel Machado dos	Governo Imperial
			co				P			S ... (lote 11)		
							D			L ... (lote 07)		
										O ... (lote 09)		
												Lote colonial
-	Mapa	015	estatísti	01/02/1887	Maciel	007	L	277.839	413.460	N Arroio Caneleira	Zanetti, Luigi	Governo Imperial
			co				P			S ... (lote 11)		
							D			L ... (lote 06)		
										O ... (lote 08)		
												Lote colonial
-	Mapa	014	estatísti	01/02/1887	Maciel	008	L	106.198	291.858	N Arroio Caneleira	Zanetti, Antonio	Governo Imperial
			co				P			S ... (lote 11)		
							D			L ... (lote 05)		
										O ... (lote 07)		
												Lote colonial

Registro de Transação de Terras
Fonte: FETTER (2002 – Anexo 5)

Registros de Transações de Terras - por data

Livro:	N Distr:	Folha	Registr	Data	Colônia	N Lote	Localidade:	Area m2	Valor (réis):	Limites	Compradores:	Vendedores:
-	Mapa	014	estatísti	01/02/1887	Maciel	005	L P D	348.805	518.586 N	Arroio Caneleira S ... (lote 13) L ... (lote 04) O ... (lotes 06 e 11)	Funardi, Eduardo	Governo Imperial
	Lote colonial											
-	Mapa	014	estatísti	01/02/1887	Maciel	004	L P D	317.119	393.125 N	Arroio Caneleira S ... (lote 13) L ... (lote 03) O ... (lote 05)	Ceron, Angelo	Governo Imperial
	Lote colonial											
-	Mapa	022	estatísti	07/06/1888	Maciel	018	L P D	4.718	29.235 N	... (lote 39) S estrada Geral L ... (lote 16) O ... (lote 19)	Zoggia, Eugênio	Governo Imperial
	Lote urbano											
-	Mapa	022	estatísti	07/06/1888	Maciel	014	L P D	6.385	47.484 N	estrada Geral ; ... (lote 25) S ... (lote 32) L ... (lotes 12 e 14) O ... (lotes 11, 23, 25 e 27)	Pegoraro, Giacomo	Governo Imperial
	Lote urbano											
-	Mapa	022	estatísti	07/06/1888	Maciel	015	L P D	4.774	29.580 N	... (lote 23) S estrada Geral L ... (lote 13) O ... (lote 27)	Portantiolo, Antonio	Governo Imperial
	Lote urbano											
-	Mapa	022	estatísti	07/06/1888	Maciel	016	L P D	4.774	29.580 N	... (lote 23) S estrada Geral L ... (lote 13) O ... (lote 27)	Portantiolo, Antonio	Governo Imperial
	Lote urbano											
-	Mapa	022	estatísti	07/06/1888	Maciel	017	L P D	4.718	29.235 N	... (lote 39) S estrada Geral L ... (lote 16) O ... (lote 19)	Zoggia, Eugênio	Governo Imperial
	Lote urbano											

Registro de Transação de Terras
Fonte: FETTER (2002 – Anexo 5)

Registros de Transações de Terras - por data

Livro:	N Distr:	Folha	Registr	Data	Colônia	N Lote	Localidade:	Área m2	Valor (réis):	Limites:	Compradores:	Vendedores:
-	Mapa	023	estatísti	07/06/1888	Maciel	025	L P D	3.998	28.218	N ... (lote 11) S ... (lote 27) L ... (lote 14) O estrada Geral	Pegoraro, Antonio	Governo Imperial
Lote urbano												
-	Mapa	022	estatísti	07/06/1888	Maciel	004	L P D	5.800	57.504	N estrada Geral S ... (lote 32) L ... (lote 02) O ... (lote 08)	Hoffmann, Leonel F.	Governo Imperial
Lote urbano												
-	Mapa	022	estatísti	07/06/1888	Maciel	027	L P D	6.365	47.484	N estrada Geral ; ... (lote 25) S ... (lote 32) L ... (lotes 12 e 14) O ... (lotes 11, 23, 25 e 27)	Pegoraro, Glácimo	Governo Imperial
Lote urbano												
-	Mapa	023	estatísti	07/06/1888	Maciel	024	L P D	5.894	42.331	N ... (lote 21) S ... (lote 26) L estrada Geral O logradouro Público	Meggiato, Vincenzo	Governo Imperial
Lote urbano												
-	Mapa	021	estatísti	07/06/1888	Maciel	046	L P D	294.800	292.363	N ... (lote 26) S Garcia, Jeronymo Lopes L ... (lote 47) O Paula, Luiz Ignácio de	Moran, Eugênio	Governo Imperial
Lote colonial												
-	Mapa	020	estatísti	07/06/1888	Maciel	041	L P D	219.480	435.340	N ... (lote 38) S Bueno, Francisco Nunes L Arroio Caneleira O Bueno, Francisco Nunes	Bassi, Giuseppe	Governo Imperial
Lote colonial												
-	Mapa	020	estatísti	07/06/1888	Maciel	042	L P D	260.940	517.632	N ... (lote 41) S Bueno, Francisco Nunes L Arroio Caneleira ; ... (lote 43) O Bueno, Francisco Nunes ; ... (lote 41)	Zanotto, Giuseppe	Governo Imperial
Lote colonial												

Registro de Transação de Terras
Fonte: FETTER (2002 – Anexo 5)

Registros de Transações de Terras - por data

Livro:	N Distr:	Folha	Registr Data	Colônia	N Lote	Localidade:	Area m2	Valor (réis):	Limites	Compradores:	Vendedores:
-	Mapa	022	07/06/1888	Maciel	008	L P D	5.782	43.002	N estrada Geral S ... (lote 32) L ... (lote 04) O ... (lote 10)	Pegoraro, Pietro	Governo Imperial
Lote urbano											
-	Mapa	020	07/06/1888	Maciel	044	L P D	173.120	343.372	N Arroio Caneleira S Bueno, Francisco Nunes L ... (lote 45) O ... (lote 43)	Telecha, Antonio	Governo Imperial
Lote colonial											
-	Mapa	022	07/06/1888	Maciel	011	L P D	4.318	32.940	N estrada Geral ; ... (lote 23) S estrada Geral L ... (lote 14) O estrada Geral ; ... (lote 15)	Tofano, Giuseppe	Governo Imperial
Lote urbano											
-	Mapa	021	07/06/1888	Maciel	048	L P D	294.800	292.363	N ... (lote 30) S Garcia, Jeronymo Lopes L ... (lote 49) O ... (lote 47)	Zanatto, Giuseppe	Governo Imperial
Lote colonial											
-	Mapa	021	07/06/1888	Maciel	049	L P D	294.800	292.363	N ... (lote 39) S Garcia, Jeronymo Lopes L ... (lote 50) O ... (lote 48)	Zanatto, Estefano	Governo Imperial
Lote colonial											
-	Mapa	021	07/06/1888	Maciel	050	L P D	294.800	292.363	N ... (lote 39) S Garcia, Jeronymo Lopes L Bueno, Francisco Nunes O ... (lote 49)	Romano, Josué	Governo Imperial
Lote colonial											
-	Mapa	022	07/06/1888	Maciel	008	L P D	5.782	43.002	N estrada Geral S ... (lote 32) L ... (lote 04) O ... (lote 10)	Pegoraro, Pietro	Governo Imperial
Lote urbano											

Registro de Transação de Terras
Fonte: FETTER (2002 – Anexo 5)

Registros de Transações de Terras - por data

Livro:	N Distr:	Folha	Registr Data	Colônia	N Lote	Localidade:	Area m2	Valor (réis):	Limites	Compradores:	Vendedores:
-	Mapa	022	07/06/1888	Maciel	007	L P D	5.219	38.808 N ... (lote 23)	S estrada Geral L ... (lote 05) O estrada do Estado	Carraro, Francesco	Governo Imperial
Lote urbano											
-	Mapa	022	07/06/1888	Maciel	008	L P D	5.219	38.808 N ... (lote 23)	S estrada Geral L ... (lote 05) O lote do Estado	Carraro, Francesco	Governo Imperial
Lote urbano											
-	Mapa	022	07/06/1888	Maciel	010	L P D	5.758	42.822 N estrada Geral	S ... (lote 32) L ... (lote 08) O ... (lote 14)	Pegoraro, Angelo	Governo Imperial
Lote urbano											
-	Mapa	020	07/06/1888	Maciel	043	L P D	245.720	489.382 N Arroio Caneleira	S Bueno, Francisco Nunes L ... (lote 44) O ... (lote 42)	Marmore, Emmanuel	Governo Imperial
Lote colonial											
-	Mapa	023	25/06/1888	Maciel	001	L P D	4.711	46.204 N ... (lote 23)	S estrada Geral L ... (lote 25) O estrada Geral	Ferreira, Joaquim Francisco	Governo Imperial
Lote urbano											
-	Mapa	023	25/06/1888	Maciel	003	L P D	4.711	48.204 N ... (lote 23)	S estrada Geral L ... (lote 25) O estrada Geral	Ferreira, Joaquim Francisco	Governo Imperial
Lote urbano											
03A	-	003	03829 03/11/1894	Maciel *		L P D	250.000	600.000 N ... Matheo	S Visconde da Graça (herd.) L Varzin, Francisco O Barcellos, (herd.) Cypriano Rodrigues	Lanner, Domingos	Dante, Marchi
Lote colonial											

Registro de Transação de Terras
 Fonte: FETTER (2002 – Anexo 5)

Registros de Transações de Terras - por data

Livro:	N Distr:	Folha	Registr	Data	Colônia	N Lote	Localidade:	Area m2	Valor (réis):	Limites	Compradores:	Vendedores:
06	5º	042v	16/03/1898	Maciel		L		275.200	2.300.000	N Colônia Maciel S Lima, Valentim José de ; Telesca, José Antonio L Colônia Maciel O Lima, Francisco da Silva	Marchi, Dante	Silva, Angelo José da / Alexandrina Dias de Lima
Lote colonial												
09	5º	011v	18/05/1903	Maciel	045	L Serra dos Tapes		50.000	250.000	N Arroio Caneleira S Lima, João José de L Garcia, Domingos O Colônia Maciel (lote 45)	Luz, João Gabriel Silveira da	Garcia, Domingos / Candida Veiga
Lote colonial												
09	5º	047	18/01/1904	Maciel	001	L Serra dos Tapes		12.635	150.000	N S Silva, Horácio Pereira da L Colônia Santa Eulália O Lima, João José de	Hepp, Pedro Júlio	Silva, Horácio Pereira da / Francisca Veiga
Terreno rural												
10	5º	075v	28/12/1904	Maciel	001 (parte)	L Serra dos Tapes		150.000	500.000	N Silva, Horácio Pereira da S Colônia Maciel (lote 02) L Colônia Santa Eulália O Pestana, Alexandre Dias	Bachini, Pedro	Silva, Horácio Pereira da / Francisca Veiga
Terreno rural												
11	5º	024v	03/03/1906	Maciel	001	L Serra dos Tapes		143.700	800.000	N Hepp, Pedro Júlio S Pestana, Alexandre Dias L Colônia Santa Eulália O Lima, João José de ; Pestana, Rodolpho Dias	Bachini, Pedro	Silva, Horácio Pereira da / Francisca Veiga
Terreno rural												
11	5º	049	10/10/1906	Maciel	(parte)	L Serra dos Tapes		145.538	600.000	N Colônia Maciel (lote 23) S Colônia Maciel (lote 32) L Colônia Maciel (sede) O Colônia Maciel (lote 27)	Rosatto, Emília	Meggiato, Antonio / Angela
Lote colonial												

Registro de Transação de Terras
Fonte: FETTER (2002 – Anexo 5)